



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零—二零一一)
IV LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-36 期
I Série N.º IV-36

Data: 2 de Dezembro de 2010
3 de Dezembro de 2010

Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

(Início e termo da reunião do dia 2 de Dezembro)

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 17 horas e 57 minutos

Deputados ausentes: Fong Chi Keong, Leonel Alberto Alves e Vitor Cheung Lup Kwan.

(Convidados presentes na reunião do dia 2 de Dezembro)

(Início e termo da reunião do dia 3 de Dezembro)

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 17 horas e 58 minutos

Convidados:

Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Cecília Cheung So Mui, Chefe de Gabinete do GSASC;
Lei Chin Ion, Director dos SS;
Sou Chio Fai, Director dos DSEJ;
Iong Kong Io, Presidente Subst.º do IAS;
João Costa Antunes, Director da DST;
Ung Vai Meng, Presidente do IC;
Vong Iao Lek, Presidente do ID;
Kuok Sio Lai, Coordenadora – Adjunta do GAES;
Zhao Wei, Reitor da UM;
Lei Heong Iok, Presidente do IPM;
Vong Chuk Kwan, Presidente do IFT;
Chan Wai Sin, Subdirector dos SS;
Nadia Leong Kit Chi, Secretária – Geral do CADT;
Lu Hung, Secretária – Geral do CSICHUAN;
Wong Keng Chao, Secretária – Geral do CIC;
Lou Pak Sang, Assessor do GSASC;
Vong Wai Han, Assessora do GSASC;
Iao Man Leng, Assessora do GSASC;
Chao Son U, Assessor do GSASC;
Luísa Costa Ferreira, Assessora do GSASC;
Ho Lai Chun da Kuz, Assessora do GSASC;
Ung Chi Keong, Assessor do GSASC.

Local: Sala do Plenário do edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

(Deputados presentes na reunião do dia 2 de Dezembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

(Deputados presentes e ausentes na reunião do dia 3 de Dezembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Kwan Tsui Hang, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng,

(Convidados presentes na reunião do dia 3 de Dezembro)

Convidados:

Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Cecília Cheung So Mui, Chefe de Gabinete do GSASC;
Lei Chin Ion, Director dos SS;
Sou Chio Fai, Director dos DSEJ;
Iong Kong Io, Presidente Subst.º do IAS;
João Costa Antunes, Director da DST;
Ung Vai Meng, Presidente do IC;
Vong Iao Lek, Presidente do ID;

Kuok Sio Lai, Coordenadora – Adjunta do GAES;
Zhao Wei, Reitor da UM;
Lei Heong Lok, Presidente do IPM;
Vong Chuk Kwan, Presidente do IFT;
Chan Wai Sin, Subdirector dos SS;
Nadia Leong Kit Chi, Secretária – Geral do CADT;
Lu Hung, Secretária – Geral do CSICHUAN;
Wong Keng Chao, Secretária – Geral do CIC;
Lou Pak Sang, Assessor do GSASC;
Vong Wai Han, Assessora do GSASC;
Iao Man Leng, Assessora do GSASC;
Chao Son U, Assessor do GSASC;
Luísa Costa Ferreira, Assessora do GSASC;
Ho Lai Chun da Kuz, Assessora do GSASC;
Ung Chi Keong, Assessor do GSASC.

Ordem do Dia: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011
- área dos Assuntos Sociais e Cultura.

Sumário: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2011 - área dos Assuntos Sociais e Cultura.

Acta:

(Sessão de 2 de Dezembro)

Presidente: Sr. Secretário, Srs. Deputados e as demais autoridades presentes.

Vamos iniciar a reunião de hoje.

A matéria agendada para hoje é a discussão das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Primeiro vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a respectiva apresentação. Sr. Secretário... por favor.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa.

Srs. Deputados

Desde o início do mandato do terceiro Governo da RAEM, prestes a completar um ano de exercício, o desenvolvimento das acções na área dos Assuntos Sociais e Cultura tem-se pautado pelo princípio orientador “Melhor servir a população”, pelo empenho na promoção de um governo transparente, pela adopção de atitudes e métodos científicos na fundamentação das decisões e pela prudência na delineação de planos. Partindo dos profundos alicerces lançados no passado e continuando a auscultar a população e a dar atenção à sua vida, apostámos na promoção do desenvolvimento integral das pessoas e procurámos concretizar as metas definidas para os diversos domínios, em prol da constante melhoria da qualidade geral de vida.

Hoje, fazemos uma breve apresentação sobre as quatro vertentes em que assentam as linhas de actuação e prioridades políticas definidas para o próximo ano, agradecendo desde já as opiniões das senhoras e senhores deputados.

1. Impulsionar o desenvolvimento do sistema de saúde, melhorar a saúde da população

O Governo da RAEM definiu o plano de desenvolvimento dos cuidados de saúde, com vista ao seu aperfeiçoamento, em termos

tanto de *hardware* como de *software*. Face ao rápido desenvolvimento económico-social de Macau, especialmente à mudança estrutural da população residente, ajustaremos oportunamente a política e a distribuição dos recursos da área de saúde, assim como aperfeiçoaremos constantemente a gestão, o funcionamento e a supervisão do sistema de cuidados de saúde. Procuraremos, assim, responder e satisfazer as necessidades e as aspirações da comunidade relativas aos serviços médicos, entre as quais a redução do longo tempo de espera por assistência, a fim de salvaguardar a saúde dos cidadãos.

Em 2011, no desenvolvimento do projecto de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, será dada prioridade à construção do Hospital de Urgência nas Ilhas. Prosseguirão as obras das infra-estruturas de saúde como o Edifício do Serviço de Urgência e o Edifício da Clínica da Especialidade do Centro Hospitalar Conde de São Januário. No âmbito do plano de desenvolvimento dos cuidados de saúde primários, o esforço centrar-se-á na reconstrução do Centro de Saúde de São Lourenço.

De entre as medidas que visam a constante melhoria do nível dos serviços médicos, estão a introdução contínua de novos serviços e técnicas médicas, a adopção de mecanismos internacionalmente acreditados que promovam a padronização e a gestão de qualidade dos serviços prestados, o aprofundamento da informatização e o reforço do estabelecimento e qualificação do pessoal médico.

Perante a ameaça das doenças transmissíveis, o Governo da RAEM, com base no mecanismo existente de defesa contra epidemias, consolidará as medidas de contingência para a prevenção das doenças transmissíveis em grande escala, concretizará sucessivamente as medidas inerentes ao Regulamento de Saúde Internacional, reforçará a cooperação com os países e regiões adjacentes e reverá as estratégias de prevenção e tratamento das doenças transmissíveis graves. O objectivo é proteger a saúde e elevar a qualidade de vida.

Na sequência do lançamento do segundo “Programa de participação nos cuidados de saúde”, procederemos em tempo oportuno à avaliação da eficácia das duas fases deste projecto. Concomitantemente, continuaremos a aprofundar a cooperação com as instituições médicas sem fins lucrativos e com as instituições médicas privadas, numa lógica do pleno aproveitamento dos recursos comunitários de prestação de cuidados de saúde.

Os estudos relativos à criação do Conselho para os Assuntos Médicos serão objecto de acompanhamento e a revisão e elaboração da legislação reguladora do licenciamento da actividade médica privada será levada por diante, tendo por objectivo promover o desenvolvimento saudável dos sistemas público e privado de saúde.

Em articulação com as “Linhas gerais do planeamento para a reforma e desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, promover-se-á a cooperação regional na indústria da medicina tradicional chinesa. Manter-se-á uma ligação estreita com a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde e as regiões vizinhas, colhendo ensinamentos de sistemas avançados e experiências de desenvolvimento de outras regiões, no sentido de melhorar sustentadamente o sistema e os serviços de cuidados de saúde de Macau.

No respeitante ao controle do tabaco, que é objecto da atenção pública, decorre na Assembleia Legislativa a apreciação na

especialidade da proposta de lei do “Regime de prevenção e controlo do tabagismo”. Concomitantemente, o Governo da RAEM vem desenvolvendo preparativos no sentido de garantir eficácia na aplicação da lei depois da sua entrada em vigor.

Na promoção da saúde física e mental da população, o Governo da RAEM continuará a impulsionar a realização de actividades diversificadas no âmbito do desporto para todos e a implementar os projectos “Rede das instalações desportivas públicas” e “Plano de sócio *Sport Easy*”. Procurará, ao mesmo tempo, desenvolver cooperação com mais entidades da sociedade civil, a fim de aproveitar os seus meios para a organização conjunta de mais actividades. Por outro lado, serão rentabilizados os recursos desportivos existentes, através de exploração de novos espaços e de reajustamentos funcionais, aumento e melhoria da gestão das instalações, para que os cidadãos tenham mais oportunidades e mais espaços para a prática do desporto. Há ainda a referir o plano de criação de escolas de formação desportiva para jovens, visando formar peritos da área do desporto, assim como a continuação do apoio às associações desportivas e do plano de talentos do desporto, que tem por objectivo assegurar o desenvolvimento sustentável do desporto de rendimento.

O “Relatório da avaliação da condição física da população de Macau 2010” faculta dados científicos para a generalização do desporto para todos. No próximo ano, proceder-se-á à elaboração do relatório resultante do estudo dos elementos dele constantes e à realização de acções de divulgação, de modo a reforçar a aplicação de dados científicos à prática desportiva e a consciencialização da população para a manutenção da saúde, levando a que todos pratiquem exercício físico.

2. Melhor assegurar a qualidade da educação, construir uma sociedade de aprendizagem permanente

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Durante a sua recente visita à RAEM, o primeiro-ministro Wen Jiabao sublinhou que se deve apostar no desenvolvimento da educação, ciência, tecnologia e cultura e outros empreendimentos estruturantes da sociedade, acelerando a formação de quadros para as mais diversas áreas, de modo a garantir recursos humanos ao desenvolvimento de Macau a longo prazo. No seguimento da linha orientadora “Promover a prosperidade de Macau através da educação”, o Governo da RAEM tem vindo a apoiar, aos níveis mais diversos, a formação de quadros locais, no sentido de dar resposta ao desenvolvimento económico e social. A produção da legislação relativa ao ensino superior e diplomas legais complementares continuará a avançar em 2011. À aprovação da nova lei do ensino superior, seguir-se-á, com a maior brevidade, a implementação do “Regime de avaliação do ensino superior”, o que permitirá assegurar e melhorar a qualidade pedagógica.

Através da intensificação de contactos com os organismos competentes do Interior da China, será fomentado o andamento da construção do *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, projecto que garante espaço para um desenvolvimento sustentável do ensino superior de Macau.

Será estudada a criação do “Fundo do Ensino Superior”, como apoio ao prosseguimento de estudos e incentivo à formação contínua.

Simultaneamente, as instituições de ensino superior, na prossecução dos seus projectos de desenvolvimento, serão encorajadas a reforçar a qualificação do corpo docente, a fomentar a investigação científica e a otimizar quer a gestão pedagógica quer os procedimentos de gestão administrativa, de modo a contribuir para um ensino superior local de excelência.

No domínio do ensino não superior, de acordo com os objectivos e rumos do seu planeamento a dez anos, é assumido e será desenvolvido o sistema educativo em vigor, bem como as boas experiências, para prestar, em termos de formação de quadros qualificados, uma forte garantia ao desenvolvimento sustentável de Macau.

Continuar-se-á a aumentar o investimento nos recursos educativos, no sentido de, nomeadamente, reforçar o apoio à escolaridade gratuita de quinze anos e acelerar a implementação do regime das turmas reduzidas, que, no ano lectivo 2011/2012, será estendido ao sexto ano do ensino primário.

Será definido o quadro da organização curricular da educação regular, realizada a auscultação sobre o quadro da organização curricular do ensino recorrente e dado início ao plano piloto dos currículos do ensino infantil. Serão plenamente aproveitadas as funções dos especialistas em educação oriundos do Interior da China, na promoção da investigação pedagógica e na melhoria da cultura pedagógica. Procurar-se-á criar um novo modelo de avaliação integrada que combine a autoavaliação e a avaliação externa das escolas, reforçando assim a garantia da qualidade educativa.

Pôr-se-á em prática o diploma legal relativo ao regime do pessoal docente das escolas particulares, promover-se-á a criação de um mecanismo eficaz de investigação pedagógica e fortalecer-se-á a constituição do corpo docente.

No intuito de ir ao encontro do desenvolvimento da sociedade e de encorajar e apoiar a aprendizagem permanente dos cidadãos, o Governo da RAEM tenciona investir quinhentos milhões de patacas para financiar o arranque do “Plano de desenvolvimento de formação contínua”, que visa apoiar, através de atribuição de um montante fixo, a formação contínua dos cidadãos de Macau maiores de 15 anos. Paralelamente, continuar-se-á a aumentar o subsídio do ensino recorrente, que se desenvolverá de forma flexível, e será implementado um plano piloto da comunidade de aprendizagem. Com a elevação contínua das qualificações e aptidões das pessoas, pretende-se melhorar a qualidade de vida e potenciar a competitividade social integral.

No domínio da juventude, far-se-á o ajustamento do plano global de desenvolvimento integral dos jovens em Macau e serão dados apoio e incentivo às associações juvenis e instituições interessadas no desenvolvimento de projectos e serviços, no sentido do aperfeiçoamento do sistema das acções dirigidas à comunidade juvenil. Serão realizados, de forma contínua, colóquios sobre a atenção que os jovens devem prestar à sociedade, alargando os canais para se exprimirem. As acções sob o lema “É um professor e também um amigo” desenrolar-se-ão de forma gradual, para que os jovens possam crescer saudavelmente na companhia de bons parceiros, designadamente pessoas com experiências ricas de vida e com sentido de responsabilidade, que lhes proporcionarão uma orientação positiva em relação à atitude a tomar no tratamento de diversos assuntos, filosofia de valores e crescimento individual.

3. Diversificar os serviços ligados ao dia-a-dia da população, promover conjuntamente a harmonia e o bem-estar da comunidade

Sr. Presidente

Srs. Deputados

O Governo da RAEM prestará toda a atenção ao dia-a-dia da população, especialmente os grupos sociais desfavorecidos, a quem procurará resolver os problemas através do investimento contínuo de recursos. Serão atribuídos apoio económico a agregados familiares com dificuldades e apoio extra e subsídio especial a três tipos de agregados familiares carenciados, para lhes serem garantidas condições dignas de vida. Empenhar-nos-emos na prestação de serviços diversificados, dando resposta às necessidades da sociedade e da população. O ano que vem será um ano importante para o desenvolvimento dos serviços sociais. Uma grande aposta nossa será a criação de novos serviços e o aumento gradual, nos próximos anos, da oferta de equipamentos sociais. A fim de apetrechar de forma racional os diferentes serviços, ir-se-á proceder à reestruturação do Instituto de Acção Social. Aperfeiçoar as diversas medidas sociais, cuidar dos grupos sociais mais carenciados e elevar a qualidade de vida em geral serão prioridades da acção governativa da RAEM.

No âmbito dos serviços de apoio à família, dar-se-á início à promoção da educação pré-nupcial, por forma a ajudar os noivos a estabelecerem entre eles uma boa comunicação, reduzindo assim a ocorrência de problemas familiares. Atendendo ao desenvolvimento da indústria do jogo, promover-se-á o jogo responsável, tentar-se-á minimizar ainda mais o impacto do jogo problemático na vida da população e levar-se-á os jovens a melhorarem os seus conhecimentos do jogo problemático.

Devido à procura intensa dos serviços das creches, serão criadas seis creches, na península de Macau e nas ilhas, que terão uma capacidade total para cerca de 800 crianças. Relativamente à intervenção comunitária para jovens, está planeada a implementação de serviços para os “jovens anónimos”, com a introdução de um modelo de gestão dos processos que terá em conta as características dos jovens, dando assim resposta às necessidades deste grupo social. Serão ainda elaborados planos de desenvolvimento dos serviços em causa, com base na experiência adquirida em anos anteriores.

Face ao envelhecimento da população, será definida uma série de políticas que permitam dar resposta às necessidades da terceira idade nas áreas da saúde, assistência médica e cuidados a prestar. Para além do reforço dos mecanismos relativos aos cuidados de saúde, haverá várias medidas visando assegurar a prestação de cuidados e bem-estar aos cidadãos seniores. No que se refere aos serviços de apoio, ir-se-á impulsionar o programa da rede comunitária, que consiste em contactar de forma activa os cidadãos seniores isolados, débeis e anónimos. Através da educação a nível comunitário, estabelecer-se-á um sistema de formação para cuidadores de cidadãos seniores, com vista a promover o envolvimento de toda a população na prestação de cuidados aos cidadãos seniores. Será criado um sistema informático relativo aos indicadores do envelhecimento demográfico e à avaliação do desenvolvimento dos serviços, com dados que sirvam de base ao aperfeiçoamento das políticas e à optimização dos serviços. Com a sucessiva conclusão da construção de habitações públicas, serão criados mais equipamentos e serviços de alojamento para a população sénior. Procurar-se-á fornecer serviços tão suficientes quanto possível aos necessitados de alojamento temporário e cuidados permanentes, com a reconstrução

de lares existentes que se considere estarem em condições e com a instalação de lares em novos edifícios de habitação pública, visando o aumento de lugares. O esforço incidirá ainda sobre a conclusão do trabalho relativo à produção da lei de protecção dos direitos dos cidadãos seniores.

Quanto aos serviços de apoio às pessoas com deficiência, desenrolar-se-ão plenamente os projectos de implementação do “Sistema de avaliação da deficiência” e do “Regime do subsídio de invalidez”. Haverá mais recursos investidos no desenvolvimento dos serviços de reabilitação das pessoas deficientes e de apoio às respectivas famílias. Iniciar-se-á a organização dos trabalhos relativos à criação de equipamentos sociais destinados às pessoas com um médio ou alto grau de deficiência mental. Serão criados um centro de reabilitação ocupacional de grande dimensão e uma residência temporária. Relativamente aos serviços de prevenção e tratamento da toxicod dependência, serão desenvolvidos esforços no sentido de apoiar e motivar as escolas, associações e famílias para que participem, de modo contínuo, nas acções de sensibilização. Ir-se-ão criar grupos de assistentes voluntários para o combate ao flagelo da droga. Procurar-se-á melhorar a qualidade e a eficiência da assistência médica e dos serviços de apoio relativos à desintoxicação. Será preparada a criação de um centro de apoio à desintoxicação de jovens, que será gerido por uma instituição particular.

Com mais recursos e com a prestação de serviços diversificados, o Governo da RAEM pretende encontrar soluções para os problemas existentes e promover a harmonia e o bem-estar da comunidade.

4. Aprofundar o desenvolvimento da cultura e do turismo, promover uma vida de qualidade e enriquecida

Em articulação com o objectivo de uma diversificação adequada da economia, o Governo da RAEM aposta no desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. No ano que vem, paralelamente à promoção de um desenvolvimento cultural sustentável, o Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas, do Instituto Cultural, e o Conselho para as Indústrias Culturais, ambos criados este ano, desenvolverão o seu papel, funcional e consultivo, respectivamente, no fomento dessas indústrias por meios diversificados.

Em simultâneo com a promoção do processo legislativo da “Lei de salvaguarda do património cultural”, proceder-se-á à divulgação atempada deste diploma, no sentido de sensibilizar a população e de lançar alicerces para o aprofundamento dessa salvaguarda.

O Festival Internacional de Música de Macau que encerrou no mês passado ofereceu à população local um extraordinário “festim cultural”, em muito lhe enriquecendo a vida. A promoção de uma estratégia de qualidade, no sentido de elevar o nível das duas orquestras e dos dois festivais, prosseguirá no próximo ano. Continuar-se-á o empenho nos trabalhos do Conservatório de Macau e na realização do “Concurso para jovens músicos de Macau”, com vista a detectar e a preparar mais talentos locais.

Como o turismo cultural se vem tornando um componente nuclear da indústria do turismo local, será fomentada a cooperação interdepartamental no estudo da integração dos recursos do Património Mundial em benefício do desenvolvimento simultâneo do turismo e das indústrias culturais. A par disso, continuaremos a assegurar a organização dos diversos eventos internacionais de

grande dimensão e a apoiar a realização de actividades tradicionais por entidades particulares.

No quadro da estratégia do desenvolvimento da RAEM como centro internacional do turismo de lazer, prosseguirão a construção de uma cidade turística de qualidade e a promoção da melhoria da oferta.

Com a entrada em vigor da “Lei de proibição de prestação ilegal de alojamento”, esta actividade será empenhadamente combatida e os procedimentos e os resultados da execução do diploma serão objecto de avaliação e melhoria constante. Frente à melhoria geral do mercado turístico, a revisão e actualização do projecto do diploma que regula a actividade das agências de viagem e a profissão de guia turístico avançará a passo acelerado, enquanto será desenvolvido o estudo prévio conducente à revisão da legislação relativa às actividades hoteleiras e de restauração.

No próximo ano, haverá um novo tema para o *marketing* do turismo, especialmente através da promoção dos nossos últimos itinerários e de diversos produtos turísticos, bem como do desenvolvimento de ligações aéreas directas para mercados estrangeiros. Além disso, para corresponder à aceleração estratégica nacional e aos objectivos dos planos de desenvolvimento da área do turismo, reforçar-se-á a cooperação regional e serão fomentadas as vantagens da complementaridade, com vista a uma nova fase de cooperação no turismo regional.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Gostaria ainda de referir que, desde a participação, há mais de dois anos, no apoio à reconstrução das zonas afectadas pós terramoto em Sichuan, o Governo da RAEM assinou acordos relativos a 102 projectos, orçados em 4,224 mil milhões de *renminbi* (cerca de 4,97 mil milhões de patacas), para além dos três projectos da responsabilidade da Fundação Macau. A informação mais actualizada revela que, até ao momento, 75 projectos têm as suas obras iniciadas; entre eles, um projecto está já finalizado e 17 serão concluídos até ao final do corrente ano, de acordo com as previsões.

Em 2011, serão efectuadas transferências num valor total de cerca de 165 milhões de *remini* e, segundo o previsto, todos os projectos financiados por Macau terão as suas obras concluídas. O mecanismo de coordenação criado pelo Governo da RAEM manterá uma boa comunicação com a parte de Sichuan e, promovendo sinergias entre as entidades, de diferentes áreas, envolvidas, continuará a procurar assegurar o bom desenvolvimento das diversas fases dos projectos.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Assegurar o planeamento e a concretização ordenada das acções futuras, em consonância com o lema “Implementar a governação científica e projectar o plano de desenvolvimento” que orienta a acção governativa da RAEM, é o compromisso que assumimos na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Teremos toda a vontade de conhecer as aspirações dos cidadãos e estaremos abertos à fiscalização e críticas de todos os sectores sociais. É nosso desejo que, com o empenho da nossa equipa, possamos continuar a prestar serviços de qualidade à população, contribuindo para uma constante

melhoria da qualidade geral de vida.

Termina aqui a minha apresentação.

Peço a apreciação e opiniões das Sras e Srs Deputados. Muito obrigado!

Presidente: Agora vamos iniciar a discussão. Primeiro vou passar a palavra ao Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Sr. Secretário.

Os três vencedores do Prémio Nobel de Economia 2010 desenvolveram um método de análise dos mercados, com foco no mercado de trabalho e no fenómeno de desemprego, revelando a relação entre as medidas de benevolência social e a vontade de entrar no mercado de trabalho. Acho bastante inspiradora para os respectivos órgãos governamentais, a ideia preconizada por estes vencedores do Prémio Nobel, da necessidade de criar um regime razoável de assistência social, de modo a estimular a vontade de arranjar emprego dos seus beneficiários. Perante a circulação no mercado internacional de maior quantidade de dólares americanos, a capacidade de compra dos residentes de Macau desce espectacularmente, o que não pode ser recompensado pelo Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico. Perante esta situação, apelo para o ajustamento atempado do índice do risco social, definido no ano de 2008, por forma a proporcionar maior apoio financeiro para atenuar as dificuldades dos cidadãos mais carenciados. Espero, por outro lado, que o Governo da RAEM aproveite o fruto mais recente dos estudos económicos, mobilizando os recursos financeiros públicos e reformando as políticas de atribuição de subsídios para o auxílio económico, de modo a reforçar a confiança dos seus beneficiários em tentar reentrar no mercado de trabalho.

Segundo o regime actual de assistência económica, qualquer receita da família beneficiada conduz à redução do subsídio atribuído, reprimindo objectivamente a vontade de trabalhar dos membros destas famílias economicamente apoiadas pelo Governo. Com vista a eliminar este grande defeito do referido regime, sugiro o ajustamento do montante do subsídio financeiro segundo o índice do risco social, por um lado e por outro, o alargamento da cobertura do regime de atribuição de subsídios financeiros, considerando como seu beneficiário as famílias com receita total inferior a 1,5 vezes o índice do risco social, de forma a permitir aos membros destas famílias dedicar-se às actividades profissionais remuneradas, com vista a melhorar as condições de vida. Neste novo regime, a redução do subsídio financeiro terá lugar apenas quando a receita total da família subsidiada, que inclui a remuneração do trabalho e o subsídio recebido, ultrapassar o montante equivalente a 1,5 vezes o índice do risco social. Trata-se, portanto, de uma medida social que estimularia a vontade de entrar no mercado de trabalho e que apoiaria financeiramente as famílias desfavorecidas.

Ao mencionar as quatro vantagens do novo regime acima sugerido, em primeiro lugar aponto para o apoio económico concedido às famílias pobres que não partilhem o fruto do desenvolvimento económico, cujos membros tenham capacidade de trabalho, mas cuja receita total ronde à volta do índice do risco social, e portanto, com fraca capacidade de compra. Em segundo lugar, realço a grande vantagem deste regime que, ao fazer subir o limite superior do rendimento das famílias subsidiadas para 1,5 vezes o índice do risco social, encorajaria os membros das referidas famílias a esforçarem-

se por melhorar as condições de vida trabalhando. A terceira vantagem do referido regime é o estímulo da taxa de actividade, de modo que os pequenos estabelecimentos comerciais que não conseguem a adesão da mão-de-obra por não oferecerem remunerações pecuniárias atraentes nem oportunidades de promoção, possam ter oportunidade de encontrar empregados. A quarta vantagem do mesmo regime é a harmonização da relação entre os assistentes sociais e as famílias subsidiadas. O que acontece actualmente é que os agentes sociais não costumam ter uma atitude simpática para com os membros destas famílias, pedindo-lhes constantemente para arranjam empregos. No entanto, a quantia que ganham trabalhando é descontada quase totalmente do subsídio atribuído pelo IAS, não servindo para o melhoramento das condições de vida. Formou-se, assim, uma insatisfação cada vez maior da população desfavorecida. Com a implementação, no futuro próximo, do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais, aumentar-se-á a necessidade de reforma do regime de atribuição de subsídios financeiros, a qual pode contribuir para evitar o agravamento da contradição existente entre as duas partes.

Na discussão realizada na semana passada, das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área da Economia e Finanças, apresentei a mesma sugestão ao Sr. Secretário para a Economia e Finanças, o qual afirmou a necessidade de consideração da sugestão. Tendo em consideração o facto de a competência de elaboração das respectivas políticas pertencer à Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, peço aqui a opinião do Sr. Secretário sobre o mencionado assunto.

Na altura em que a nova geração que nasceu após o ano de 1990 está a gozar da educação gratuita de quinze anos, tornou-se já uma necessidade básica a formação universitária dos jovens, a qual contribuirá para a possível optimização dos recursos humanos, assim como para o melhoramento da produtividade da sociedade de Macau. Na cerimónia de graduação das diversas escolas secundárias, realizada no Verão deste ano, os dirigentes destas escolas falaram todos da existência de uma grande percentagem (noventa e tal por cento ou até cem por cento) de recém-graduados que ingressarão no ensino superior, como nunca tinham visto nos anos passados. Sem dúvida, todos os pais se esforçam para que os seus filhos tenham oportunidade de estudar nas instituições de ensino superior, de modo que não fiquem atrasados em relação aos outros, nem sejam excluídos pelo mercado de trabalho. Contudo, perante a situação de distribuição desigual de rendas da RAEM, e de que a maioria da população não partilha o fruto do desenvolvimento económico, tanto os pais, como os jovens, estão sujeitos à grande pressão económica no percurso do prosseguimento de estudos no ensino superior. O que se verifica no âmbito mundial é que nos países que atribuem grande importância à optimização dos recursos humanos da nova geração, se concedem subsídios para a frequência dos cursos do ensino superior. Tomando como exemplo Singapura, o Ministério da Educação deste país oferece aos estudantes de licenciatura ou de mestrado um subsídio especial que equivale a 65% ou 80% da propina cobrada.

Sugiro que, no momento da criação do Fundo de Ensino Superior, o Governo da RAEM inicie o processo de concessão de subsídios aos estudantes locais de licenciatura ou de mestrado. O que Singapura pode fazer, a RAEM também pode, por causa da sua grande reserva financeira. Em Macau há muitas instituições de ensino superior de qualidades diferenciadas. A entrega directa de subsídios aos respectivos estudantes que escolhem a instituição local onde querem estudar, será uma medida eficaz para o melhoramento

da qualidade das instituições de ensino superior locais, que precisam de procurar a sobrevivência perante a concorrência. Claro que vai haver estudantes locais que têm capacidade de estudar nas universidades da primeira classe, localizadas noutros países e regiões. Acho que o subsídio de propina deve ser atribuído com prioridade aos estudantes que ingressem nas instituições de ensino superior locais, não excluindo, no entanto, a possibilidade da atribuição de uma percentagem mais pequena de subsídio aos estudantes que prefiram prosseguir o seu estudo nas universidades do Interior da China ou de outros países e regiões.

Após a criação da Região Administrativa Especial de Macau, as instituições de ensino superior locais tiveram grande desenvolvimento, tendo multiplicado o número de estudantes universitários, o que, no entanto, não significa o melhoramento da qualidade do ensino superior local. Alguns académicos de lugares exteriores observaram o número de mestres formados depois da implementação da RAEM, e ficaram admirados. Segundo a opinião deles, se se cumprissem rigorosamente as regras do regime tradicional de avaliação dos mestrados, seria impossível formar tantos mestres no espaço de tempo indicado com a quantidade de professores universitários existentes, a não ser que estes professores arguissem teses de mestrado todos os dias. Claro que não podemos fazer a conclusão baseando-nos nos comentários feitos pelos académicos de lugares do exterior que observaram apenas os respectivos dados estatísticos. Todavia, há necessidade, sem dúvida, de criação de um regime de avaliação aberta e objectiva do ensino superior de Macau, de modo a garantir a qualidade dos cursos de ensino superior frequentados pelos jovens locais. Apelo para a criação, o mais rápida possível, do regime de avaliação do ensino superior, de modo a verificar, de acordo com critérios internacionais, a qualidade das instituições de ensino superior locais e dos cursos por elas ministrados, garantindo a qualidade do ensino superior local. É importante que os trabalhos de avaliação sejam adjudicados às instituições de avaliação com autoridades profissionais dos lugares exteriores, e que o Governo da RAEM publique, todos os anos, o relatório elaborado pelas respectivas instituições de avaliação sobre a qualidade das instituições de ensino superior locais, para o conhecimento do público, inclusivamente dos estudantes, o que também pode ser considerada uma medida para estimular a actualização dos académicos locais.

Tenho grande pena de que, com a demora do Governo da RAEM, a nova Lei do Controlo do tabagismo não tenha sido publicada até agora. É de saber que, com vista a proteger a saúde do ser humano, evitando os prejuízos sociais e económicos, o Governo Central da RPC assinou, em 2003, em Genebra e juntamente com outros cento e noventa e dois países e regiões, a «Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco», a qual começou a ser aplicável na China, inclusivamente na Região Administrativa Especial de Macau em 2006, ano em que eu e o Sr. Deputado Au Kam San elaborámos um projecto que visava a modificação da Lei do Controlo do tabagismo, tendo-o apresentado ao Chefe do Executivo para pedir a autorização por escrito. Todavia, o Chefe do Executivo de então recusou o projecto, apresentando a razão de que o Governo estava a realizar os trabalhos de revisão e modificação da referida lei elaborando nova Proposta de Lei. Por causa de ineficiência do Sr. Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura de então, até 2008 não se ouviu nenhuma notícia sobre a nova Proposta de Lei. Assim, numa reunião na Assembleia Legislativa, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre a Lei anti-tabágica. Em resposta à minha pergunta, o Sr. Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura Choi Sai On prometeu que, no primeiro trimestre do ano de 2009, a respectiva Proposta de Lei seria

entregue ao Conselho Executivo para depois ser discutida no hemiciclo. No entanto, passado todo o ano de 2009, e até ao início do novo mandato do Governo da RAEM, isto é, a mudança do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, a Proposta de Lei não chegou à Assembleia Legislativa. Finalmente, em Janeiro do ano corrente, o Chefe do Executivo Choi Sai On assinou a desejada Proposta de Lei, a qual foi entregue, a seguir, ao hemiciclo para a discussão, tendo sido muito bem acolhida pelos deputados. Após a apreciação, durante vários meses e em numerosas reuniões em que se reuniram os deputados e os representantes governamentais, chegou-se ao consenso no que diz respeito aos princípios fundamentais da respectiva Proposta de Lei, a qual foi levada pelas autoridades para a modificação final, tendo prometido que iam trazer a versão modificada ao hemiciclo para a votação na especialidade. A partir de Agosto deste ano, começámos a perguntar sobre a entrega da versão final da referida Proposta de Lei. No entanto, nunca conseguimos obter uma resposta certa. Até o Sr. Director dos Serviços de Saúde revelou que o problema residia na oposição apresentada pelas seis empresas do Jogo, as quais recusaram o controlo anti-tabaco nas reuniões a portas fechadas, fundamentando a sua recusa na existência, nos respectivos estabelecimentos, de sistemas de filtragem de ar. Não conseguindo obter o apoio do Chefe do Executivo e do Sr. Secretário, o Sr. Director dos Serviços de Saúde cedeu às pressões exercidas pelas referidas empresas concessionárias, tendo entregue, a um laboratório do Interior da China, a tarefa de análise dos efeitos conseguidos pelos sistemas de filtragem de ar, muito embora já tenha sido provado, pela Organização Mundial de Saúde após muitos anos de estudo, que os sistemas de filtragem de ar não são suficientes para impedir a expansão do fumo entre espaços não completamente isolados. Como o respectivo laboratório não pode prever quanto tempo é necessário para a realização do referido estudo, não se sabe quando é que vai ser a entrega e a promulgação da versão final da Proposta de Lei. Sendo assim, os trabalhadores dos estabelecimentos de diversões, nomeadamente dos casinos, assim como toda a população de Macau, precisam de esperar, infinitamente, pela publicação do novo regime anti-tabágico que os possa proteger da perturbação do fumo nos lugares públicos.

Queria perguntar ao Governo da RAEM e ao Sr. Secretário, se realmente podem resistir às pressões exercidas pelos casinos, e entregar rapidamente à Assembleia Legislativa a versão final da Proposta de Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo, e se o Governo da RAEM pode resistir às pressões exercidas pelos casinos, e manter a posição do controlo do tabagismo em todos os espaços públicos, inclusivamente nos estabelecimentos de diversões. Espero que o Sr. Secretário possa responder directamente às minhas perguntas.

Para além da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo, ainda queria prestar atenção à elaboração e promulgação da Lei do erro médico, para a qual os cidadãos prestam muita atenção. Como o Sr. Secretário não mencionou esta Lei na apresentação, queria pedir-lhe para fornecer as respectivas informações seguidamente.

O Ex-Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura Choi Sai On foi muito pouco eficiente no impulsionamento dos trabalhos para a criação do regime de credenciação para os profissionais nas áreas de saúde e de serviços sociais. Como consequência disso, verifica-se actualmente o atraso em várias áreas no que diz respeito ao regime de credenciação, tendo os profissionais destas áreas dificuldades em ingressar nas respectivas carreiras de lugares do exterior, para além da impossibilidade de definição de categorias diferentes nas mesmas

carreiras nas instituições locais. Em 2010, o Chefe do Executivo Choi Sai On prestou muita atenção a esta questão, tendo apontado, nas reuniões realizadas na Assembleia Legislativa, para a existência de problemas graves no que diz respeito ao referido assunto. Espero que o Sr. Secretário nos possa explicar a evolução dos trabalhos referentes à criação dos regimes de credenciação de várias áreas, nomeadamente nas áreas de saúde e de serviços sociais. Tendo sido aprovadas modificações introduzidas nas carreiras do pessoal dos Serviços de Saúde, agora temos que concentrar a atenção na questão de regimes de credenciação e regimes de supervisão. Os cidadãos de Macau querem saber quais são as profissões existentes no Território que exigem conhecimentos específicos e quais são os mecanismos necessários para garantir a correspondência do nível profissional dos respectivos trabalhadores às exigências internacionais. Se o Sr. Secretário hoje não dispuser de todas as informações para responder a estas perguntas, espero que mais tarde possa mandar a resposta por escrito, explicando quantos regimes de credenciação é que se pretendem criar na área dos Assuntos Sociais e Cultura, quais são os regimes de supervisão, e quais são as garantias que se podem fornecer para provar a correspondência do nível profissional dos respectivos trabalhadores às exigências internacionais.

Para além dos porta-vozes eleitos directamente pelos respectivos sectores funcionais, ainda queria sugerir a participação dos representantes do Conselho de Assuntos Médicos, do Conselho de Acção Social, e do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior nos órgãos consultivos governamentais, de modo a impulsionar o desenvolvimento dos respectivos sectores, a aumentar a atenção destes sectores para os assuntos públicos, e a contribuir para a eficácia dos trabalhos de auscultação pública e consequentemente, para a melhoria dos trabalhos administrativos. Queria pedir ao Sr. Secretário que forneça informações sobre este aspecto.

Ainda falta um pouco de tempo para terminar, queria abordar a questão da reforma do sistema de saúde. Apelo para a implementação, em benefício de toda a população da RAEM, de um programa geral de cuidados médicos, sem o qual a Administração tem que suportar os encargos com os cuidados médicos da população em geral, através do sistema público de saúde gratuito ou barato, o que é desfavorável à distribuição eficaz dos recursos públicos e à prestação eficiente de assistência médica de boa qualidade perante o aumento demográfico registado e a grande procura dos serviços públicos que são gratuitos ou baratos. Pode-se de facto reforçar o investimento nesse domínio tomando uma série de medidas. Entretanto, se assim se verificar, tal resultará numa fraco aproveitamento dos serviços médicos particulares. Pelo exposto, é necessário planear o estabelecimento de um regime geral de seguro médico. Espero que a Administração possa liderar o processo e canalizar os enormes recursos com vista a atrair o envolvimento da população. Actualmente os funcionários públicos fazem descontos todos os meses para a obtenção de serviços de saúde gratuitos. Sugiro que se permita que os mesmos sejam tratados nos serviços médicos particulares de acordo com um regulamento a elaborar, assim como ajustar o programa de pagamento de contribuições para os serviços de saúde, integrando-o no regime geral de seguro médico. Em seguida, o mesmo processo poderá ser alargado aos trabalhadores dos casinos e das sociedades detentoras de exclusivo, tais como a Companhia de Electricidade de Macau e a Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau, e mais tarde, às crianças, aos idosos, e até aos adultos, quando se verificar o bom funcionamento do novo regime. Para a concretização deste projecto, a Administração deve tomar a iniciativa de lançar o regime geral de

seguro médico, conjugando os recursos de saúde das entidades públicas e privadas, de modo a corrigir as falhas registadas no momento actual, isto é, eficiência fraca de serviços públicos de saúde, que às vezes são imperfeitos, falhas essas que estão a ser fortemente criticadas pelos cidadãos. Espero que o Sr. Secretário possa tomar a decisão da reforma.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

Cheung Lup Kwan: Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

No domínio da Saúde, podemos ver que o Governo realmente lança muitos recursos públicos para o melhoramento de estruturas e equipamentos destinados a cuidados de saúde, tendo determinado em definitivo a construção dum complexo de cuidados de saúde nas Ilhas, e indo continuar as obras de ampliação do Complexo Hospitalar Conde de S. Januário que permitirão o seu crescimento três vezes maior. Para além disso, o número de centros de saúde vai aumentar de seis para onze, vai-se continuar a distribuição aos cidadãos de cupões de saúde, tendo sido aprovadas, na Assembleia Legislativa, seis Propostas de Lei, destinadas à modificação das carreiras especiais da área de saúde. Todas estas medidas importantes de acção governativa são aplaudidas pela população de Macau, porque elas a podem ajudar verdadeiramente.

Estou preocupado, porém, com a possibilidade de os Serviços de Saúde não dispor de recursos humanos especializados suficientes para acompanhar o grande desenvolvimento. Ultimamente tem-se falado muito do recrutamento central. Se o respectivo regime não for adequadamente elaborado, os cidadãos reagirão negativamente. Sendo assim, queria lembrar às autoridades que é preciso definir políticas a longo prazo para o recrutamento e a formação do pessoal.

Em segundo lugar, queria abordar as políticas referentes à educação. O Sr. Deputado que está sentado ao meu lado pertence ao sector de educação. Como tal, penso que devo pronunciar-me para pedir a solução de um problema que perturba os professores das escolas particulares desde há muito tempo. Existe, durante longo espaço de tempo, um fenómeno injusto de salários desiguais para trabalhos iguais. Com efeito, registam-se grandes diferenças entre os ordenados dos professores das escolas oficiais e os dos docentes das escolas particulares, sendo os salários dos últimos muito inferiores aos dos primeiros, mesmo contando com o subsídio directo atribuído pelo Governo. Para além disso, regista-se igualmente injustiça na atribuição de subsídios directos. Segundo contam os professores das escolas particulares, há dois tipos de subsídios directos, um atribuído aos professores com licenciatura e profissionalmente qualificados (quatro mil patacas) e outro atribuído aos professores com licenciatura mas que não sejam profissionalmente qualificados (trezentas mil e duzentas patacas). De acordo com a explicação da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, só os professores com licenciatura e que tenham feito duas semanas de estágio é que são considerados como profissionalmente qualificados. Assim, sem terem feito estágio com a duração indicada, nem os professores com cinco anos ou dez anos de experiência de ensino, que são licenciados pela Faculdade de Educação com o diploma reconhecido pelo DSEJ, e que ensinam as disciplinas de que são especialistas, podem ser

classificados como profissionalmente qualificados. Isto é, duas semanas de estágio conduzem à diferença de oitocentas patacas no que diz respeito ao subsídio directo mensal. Para resolver este problema, basta pedir às escolas particulares para deixarem os professores fazer duas semanas de estágio antes de iniciarem verdadeiramente o trabalho, de modo que estes professores possam gozar do subsídio directo de quatro mil patacas.

O que se verifica na realidade é que muitos professores não fizeram as duas semanas de estágio, tal como são exigidas, não porque não queiram, mas porque a escola onde ensinam não ofereça esta oportunidade. E a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, por sua parte, cumpre rigorosamente a referida regra, atribuindo aos referidos professores um subsídio de apenas três mil e duzentas patacas. Questiono se hoje em dia, ainda há necessidade de manter a mencionada regra, criada no tempo da administração portuguesa. Se a resposta for negativa, apelo para a eliminação ou a modificação desta regra. Tal como referi, os professores do ensino particular recebem ordenados muito inferiores aos dos das escolas oficiais, por um lado e por outro, profissionalmente não lhes é fornecida grande garantia, pois o contrato é renovado anualmente. Nesta situação, se as regras injustas não forem ajustadas, um dia estes professores vão abandonar o seu posto de trabalho. Naquela altura, por melhor que esteja elaborado, o Relatório das Linhas de Acção Governativa não serviria para coisíssima nenhuma.

Tanto nas LAG para o Ano Financeiro de 2010, como nas LAG para o Ano Financeiro de 2011, o Sr. Secretário aponta para a necessidade de elevar o estatuto social dos professores. Trata-se de uma política muito bem elaborada, a qual, porém, precisa de ser implementada através de tomada de medidas eficazes. A propósito disso, queria perguntar qual é o calendário para a publicação do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, o qual determinará as condições de trabalho dos docentes, a oportunidade da inovação educativa e pedagógica, assim como as regalias inerentes ao seu estatuto profissional, ao acesso gratuito aos cuidados de saúde e à aposentação. Sem dúvida, a definição das respectivas normas jurídicas pode contribuir para elevar o estatuto económico e social dos professores, diminuir o encargo de execução de trabalhos não pedagógicos, incutir o ânimo dos mesmos profissionais, e estabilizar a equipa de docentes. Foi extremamente rápida a elaboração, aprovação e promulgação do Regime das carreiras dos docentes e auxiliares de ensino das escolas oficiais do ensino não superior, o qual permite outro ajustamento dos ordenados dos professores das escolas oficiais, os quais ficam todos contentes, para além do aumento de ordenados dos funcionários públicos em geral e de subsídio de residência. Passados três anos de consulta pública do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, tendo sido recolhidas duas mil opiniões e perguntas, afinal o que é que estamos a esperar ainda, para a aprovação e publicação do mesmo quadro geral? Deste modo como se pode estimular o entusiasmo dos docentes do ensino particular, e estabilizar a equipa dos mesmos docentes? Tenha cuidado, Sr. Secretário, pois a perda de grande quantidade destes professores representa um grande problema para a sociedade de Macau.

No domínio do desporto, aplaudo as políticas definidas nas LAG. Pertencço ao sector de desporto, o que não significa que tenha um conhecimento global aprofundado sobre os respectivos assuntos. Fiquei orgulhoso com o facto de Macau ter obtido, nos Jogos Asiáticos de Cantão, a primeira medalha de ouro no âmbito de artes marciais chinesas, para além de outros bons resultados obtidos nas

modalidades de karate-do e de dança desportiva. Espero que os desportistas locais possam alcançar maiores sucessos a partir desta base, de modo a trazer mais glórias à RAEM. Não posso deixar de mencionar, no entanto, a grande pena de que nove concorrentes de Macau para as modalidades de levantamento de pesos, badminton, taekwondo e danças desportivas, tenham sido excluídos dos referidos Jogos, por não reunirem a condição exigida pelo Estatuto dos Jogos Asiáticos de terem residido no Território nos últimos três anos. Por causa da constatação das exceções na execução desta regras nos casos de Zhoumi da RAEHK e noutros casos que implicam outros países e regiões, gerou-se um possível optimismo cego, o qual levou à exclusão de nove concorrentes de Macau pela entidade organizadora dos Jogos Asiáticos, tendo desperdiçado as nove vagas para a participação nos mencionados Jogos.

Queria também aproveitar esta oportunidade para exprimir as minhas opiniões sobre a contratação de desportistas exteriores para participar nos jogos desportivos em representação de Macau. De facto, esta estratégia pode trazer muitas medalhas e glória ao Território, não podendo, porém, contribuir verdadeiramente para o melhoramento do nível do desporto do Território. Pelo contrário, criou-se uma grande injustiça em prejuízo dos interesses dos desportistas locais. Queria perguntar qual é a percentagem ocupada pelos desportistas provenientes de lugares exteriores em relação à totalidade de desportistas que participaram nesta edição dos Jogos Asiáticos, assim como noutros jogos desportivos em grande escala, e qual é a diferença entre os subsídios atribuídos aos dois tipos de desportistas. Tendo em consideração as políticas definidas nas Linhas de Acção Governativa, de apoiar o Plano de talentos do desporto e de generalizar o Desporto para todos, devemos atribuir mais recursos para treinar os jovens de Macau, melhorando o seu nível desportivo. Sabemos todos que o desenvolvimento do desporto não é o meio essencial que possa permitir a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. E para desenvolver verdadeiramente as actividades desportivas locais, podemos imitar o Interior da China adoptando a estratégia de contratar treinadores especializados do exterior para o treino dos talentos desportistas locais.

Pertencendo ao sector de desporto, percebo muito bem as dificuldades existentes na formação de talentos desportistas locais. É uma faina difícil de cumprir, tanto para as Associações Desportivas, como para o Instituto do Desporto, a preparação de concorrentes para representar Macau nos grandes jogos desportivos. Para a solução deste problema e para o desenvolvimento verdadeiro das actividades desportivas locais, sugiro que o Governo da RAEM adopte medidas mais eficazes, proporcionando melhores condições aos respectivos desportistas, de modo que disponham designadamente de tempo para o treino e para a participação em mais jogos, deslocando-se a lugares exteriores, de modo a acumular mais experiências para o melhoramento.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, por favor.

Kwan Tsui Hang: Obrigada.

Sr. Secretário

Boa tarde a todos!

Devido à existência de numerosos domínios na área dos Assuntos

Sociais e Cultura, e ao grande número de colegas que se inscreveram para a intervenção, vou abordar em seguida temas que normalmente chamam menos atenção, mas que não deixam de ser importantes na área em discussão.

Segundo o que revelou o Instituto de Acção Social, serão desenvolvidos trabalhos preparativos para a criação de quatro instalações de reabilitação, as quais são uma residência em pequena escala destinada aos indivíduos com deficiência intelectual, uma residência temporária, um centro de apoio diurno, e um centro de reabilitação ocupacional de grande dimensão para os reabilitados de deficiência mental. Tendo uma atitude de apoio em relação à adopção das referidas medidas, queria chamar a atenção, porém, para a necessidade de ponderar a situação de uma perspectiva mais globalizante.

É verdade que o Instituto de Acção Social pode elaborar planos para a criação de instalações destinadas ao apoio dos cidadãos com deficiência mental. No entanto, penso que este órgão governamental não terá capacidade para a organização de trabalhos de prevenção e tratamento das doenças mentais, cuja realização segundo etapas definidas, deve ser da responsabilidade dos Serviços de Saúde. A transformação constante da estrutura económica e a evolução rápida da sociedade do Território, exercem grande pressão na vida e no trabalho sobre os residentes, os quais ficam frequentemente com *stress* acentuado. É de saber que se os problemas psicológicos não conseguirem ser tratados atempadamente, se podem transformar em doenças mentais, problema esse que se tem agravado nos últimos anos. Sendo assim, as autoridades devem tomar medidas eficazes, mediante a cooperação entre o Instituto de Acção Social e os Serviços de Saúde, para ajudar a aliviar a pressão a que estão sujeitos os residentes de Macau, proporcionando nomeadamente serviços comunitários de consultas externas para o tratamento de problemas psicológicos, de modo a impedir a formação das doenças mentais.

Segundo a recomendação da Organização Mundial de Saúde, o melhor ambiente para a recuperação dos doentes com problemas mentais, é a casa destes doentes que devem viver nas zonas comunitárias, rodeados pelos seus familiares e recebendo tratamentos necessários. No entanto, na implementação deste plano é preciso ter os respectivos acompanhamentos preparados, senão os doentes mentais podem constituir um perigo para os seus familiares e para outros residentes das zonas comunitárias.

Actualmente, os serviços de tratamento dos doentes mentais são prestados sobretudo pelo Centro Hospitalar Conde de São Januário, onde há sessenta ou setenta camas próprias para os referidos doentes. Devido à insuficiência dos recursos, só os doentes com alto grau de deficiência mental têm possibilidade de ficar internados no mencionado Hospital, ficando outros doentes em casa recebendo tratamentos nas zonas comunitárias, ideia essa que, aliás, é recomendada pela Organização Mundial de Saúde. O problema é que, porém, neste momento a RAEM ainda não dispõe de condições necessárias para acolher os referidos doentes nas zonas comunitárias, pois não há suficientes médicos e enfermeiros especializados na respectiva área. Nesta situação, a saúde dos mesmos doentes não pode continuar a melhorar. O único apoio fornecido aos reabilitados da deficiência mental é a prestação de serviços de asilo aos indivíduos que não tenham capacidade de tomar conta de si próprios e que não tenham familiares que os possam ajudar, pelas instituições privadas sem fins lucrativos, com o subsídio atribuído pelo Governo. Os outros doentes vivem com os seus familiares, os quais

normalmente não têm condições nem conhecimentos próprios para tomar conta dos doentes com doenças mentais. Perante esta situação, transmito aqui ao Sr. Secretário as preocupações dos familiares dos referidos doentes, apelando para a formação de mais médicos e enfermeiros especializados na respectiva área, os quais se devem deslocar a casa dos doentes para visitá-los, ensinando os seus familiares e os empregados das respectivas instituições privadas a tomar conta deles, de modo a fornecer condições suficientes para o tratamento dos doentes mentais nas zonas comunitárias. Sem estes apoios necessários, seria um acto irresponsável mandar para casa os mesmos doentes, os quais constituem uma ameaça para as pessoas à volta. Espero que o Governo, e sobretudo o Instituto de Acção Social e os Serviços de Saúde, ponderem este assunto com seriedade, elaborando em conjunto planos eficazes para a solução do problema. Podemos ter a certeza de que a questão das doenças mentais é um assunto que precisamos de continuar a enfrentar durante o processo da evolução da sociedade.

O segundo aspecto que queria abordar tem a ver com o domínio do turismo. Nas Linhas de Acção Governativa em discussão estão definidos os objectivos prioritários de impulso à construção de uma cidade turística de qualidade e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos para acompanharem a estratégia do desenvolvimento da RAEM como centro mundial do turismo e lazer. Apoio totalmente a definição destes objectivos. No entanto, para a construção de uma cidade turística de qualidade, não são suficientes as acções apenas da Direcção dos Serviços do turismo. Com vista a alcançar este objectivo, o Governo da RAEM precisa de elaborar um conjunto de estratégias que envolvem serviços prestados pelas diversas secretarias, de modo a resolver uma série de problemas existentes, nomeadamente no que diz respeito ao transporte aéreo, marítimo e terrestre, garantindo a fluidez e rapidez no transporte de passageiros e mercadorias, para além de reforçar as instalações e equipamentos nos postos fronteiriços de modo a fornecer maior facilidade para a passagem das fronteiras. É igualmente necessário promover a construção e optimização dos *hardwares* que permitam o impulsionamento do desenvolvimento dos sectores do turismo e do jogo, procurando aumentar a atracção dos recursos culturais do Território, por forma a consolidar o renome de Macau como cidade do património mundial.

Para poder concretizar as finalidades acima referidas, são indispensáveis a cooperação e o esforço dos respectivos sectores e de todos os cidadãos de Macau, assim como as acções da Direcção dos Serviços de Turismo, que deve definir os principais objectivos de trabalho de acordo com as grandes linhas de orientação e a tendência do desenvolvimento do turismo da RAEM. Segundo o Decreto-Lei n.º 50/95/M, competem à Direcção dos Serviços do turismo, a definição da política de turismo do Território, o apoio à elaboração das respectivas medidas legislativas, o apoio à formação de quadros, designadamente na área dos operadores turísticos, a promoção turística do Território, a colaboração na preservação e valorização dos recursos turísticos do Território, o estabelecimento da ligação aos organismos internacionais de turismo, o licenciamento e fiscalização dos respectivos estabelecimentos e actividades, etc. Na altura da promulgação do mencionado Decreto-Lei, ou seja, em 1995, o número de turistas que visitaram Macau foi de cinco milhões de pessoas em média. Sendo assim, percebe-se porque é que naquele tempo, a função mais salientada da Direcção dos Serviços do turismo foi a promoção e impulsionamento das actividades turísticas de Macau. Hoje em dia, o número de viajantes que vêm a Macau ultrapassa vinte milhões de pessoas em média por ano, sendo o principal desafio para o desenvolvimento do turismo da RAEM a

optimização da qualidade de produtos turísticos oferecidos. Perante esta situação, o trabalho mais importante da DST deixa de ser estimular a vinda de mais turistas, mas sim manter a boa ordem turística, garantindo aos turistas a qualidade de turismo em Macau.

Não são poucas as notícias sobre os aspectos negativos das actividades turísticas desenvolvidas em Macau. De facto, ocorrem de vez em quando casos em que os turistas são enganados e ficam com prejuízos monetários, ou até, são abandonados na rua pelos guias, tendo estas situações a ver com as excursões gratuitas e excursões gratuitas em que os participantes recebem dinheiro. Para a solução destes problemas, a DST deve focalizar a atenção na sua fonte, estabelecendo ligação com as repartições públicas da região onde ficam as respectivas agências de viagem. Para além disso, a DST deve cumprir mais activamente a sua função de fiscalização, eliminando as actividades irregulares do sector turístico, diminuindo os conflitos turísticos e protegendo os interesses dos turistas. Segundo verificamos na actualidade, a DST limita-se a receber as reclamações e fazer o respectivo acompanhamento. Reitero que a Direcção dos Serviços de Turismo deve reforçar a gestão e a fiscalização do sector de turismo, aperfeiçoando os respectivos diplomas legais, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável do mesmo sector.

No entanto, segundo o que está previsto nas Linhas de Acção Governativa, só se vai concluir, no primeiro semestre do ano de 2011, a consulta pública da primeira versão da Proposta de Lei que introduza modificações no Diploma regulador da actividade de agências de viagens e da profissão de guia turístico, e só em 2011 é que se concluirá a versão para a consulta pública da Proposta de Lei que vise a modificação do Diploma regulador da actividade hoteleira e similar, projectos esses que, não conseguem, de maneira nenhuma, dar resposta às necessidades do mercado de turismo que está em constante expansão. Analisando a partir da perspectiva económica, cabe à Direcção dos Serviços de Turismo a elaboração de políticas eficazes, com vista a impulsionar o desenvolvimento saudável do sector turístico, para além de reforçar as respectivas acções de fiscalização. Como por exemplo, a Administração pode adoptar medidas necessárias para estimular os investidores a construir hotéis económicos, permitindo o desenvolvimento pluralista do sector hoteleiro, de modo a proporcionar mais escolhas aos viajantes. Segundo dados estatísticos, quase 80% de turistas vêm a Macau com visto individual. Sendo assim, que políticas é que as autoridades podem adoptar, de modo a libertar o pensamento do respectivo sector? Talvez se possa pensar no fornecimento de serviços semi-auto, levando os turistas aos pontos turísticos, explicando-lhes a história e as características dos monumentos, e indicando-lhes lugares onde podem fazer compras. Esta pode ser uma via do desenvolvimento do turismo. Tomando como exemplo o caso do Camboja, só para a visita do Templo de Angkor Wat, podem-se organizar serviços de guia para a sua contemplação durante um dia, três dias, cinco dias ou sete dias. Macau também pode fornecer serviços semelhantes. Penso que o Governo deve elaborar políticas para apoiar estas iniciativas.

Sabemos que se podem distinguir duas modalidades de turismo. Na primeira modalidade, os turistas satisfazem-se com a visita a pontos turísticos e com a contemplação de monumentos. Na segunda modalidade, os viajantes procuram sobretudo o relaxamento e o divertimento. A passagem da primeira modalidade para a segunda representa uma tendência da evolução do sector de turismo. Na realidade são registados cada vez mais turistas que vêm a Macau para passar férias e para relaxar. Estes turistas ficam mais tempo no

Território e gastam aqui mais dinheiro. Tal como podemos verificar, esta tendência da evolução das actividades turísticas vai ao encontro da política definida pelo Governo Central de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. É evidente que o respectivo sector também precisa de renovar as suas ideias e serviços, por forma a satisfazer novas necessidades dos turistas que passam a adoptar uma nova modalidade de fazer turismo em Macau.

Acho sempre inadequada a inclusão da Direcção dos Serviços de Turismo, que regulamenta actividades economicamente muito importantes para o Território, assegurando o seu desenvolvimento sustentável, na secretaria dos Assuntos Sociais e Cultura, que é responsável pela redistribuição dos recursos da sociedade. Passados onze anos após a transferência da soberania de Macau, esta Direcção manteve-se sempre na referida área. No próximo ano, o Fundo de Segurança Social passará a pertencer à área dos Assuntos Sociais e Cultura, o que demonstra que o Governo do terceiro mandato está a fazer o ajustamento da estrutura do Governo tendo em conta as competências dos órgãos governamentais. Sei que a respectiva mudança não pode ser decidida pelo Sr. Secretário. Mesmo assim, apresento aqui a minha opinião referente ao assunto para a referência do Governo. A meu ver, o sector de Turismo é muito importante para o desenvolvimento económico de Macau. Como tal, deve ser considerado e inserido num plano global em coordenação com outros sectores. Daí sugerir a passagem da Direcção dos Serviços de Turismo para a área da Economia e Finanças.

Ontem, recebi um documento urgente sobre a realização, pelo Instituto de Acção Social, de uma sessão de explicação sobre a criação de um centro para tratamento com Metadona. Não percebo por que é que há tantos cidadãos que se opõem à criação de asilos e centros de Metadona. Então, a nossa população já perdeu todo o sentimento de compaixão e de solidariedade? Lamento muito este fenómeno, que deve alertar as autoridades presentes na área da educação e de acção social, para a necessidade de melhoramento da qualidade de vida dos residentes do Território.

Obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Colegas

Quando visitou Macau, o primeiro-ministro *Wen Jiabao* disse que para o desenvolvimento de Macau, é preciso reforçar a educação a todos os níveis, nomeadamente o ensino superior, o ensino secundário, o ensino primário e o ensino pré-escolar, os quais devem ser de primeira classe no âmbito mundial. Estas palavras do primeiro-ministro, que realçam a importância da educação e das pessoas talentosas para o progresso do Território, constituem a orientação suprema para a elaboração das políticas educativas pelo Governo da RAEM. Graças à abundância da reserva financeira no cofre público, Macau tem condições para construir um sistema educativo de primeira classe na escala mundial.

A análise das Linhas de Acção Governativa de 2010 e 2011, na área dos Assuntos Sociais e Cultura, permite-nos constatar que as políticas e medidas adoptadas pelo Governo correspondem às realidades do sector educativo de Macau, bem como satisfazem

algumas necessidades sentidas no domínio acima referido. Como por exemplo, aumenta-se o lançamento de recursos para apoiar os trabalhos educativos e para melhorar o ambiente físico em que decorre o processo de ensino-aprendizagem, aprofunda-se a reforma dos cursos a vários níveis e optimiza-se a qualidade do ensino. Para além disso, ainda são tomadas medidas para apoiar as escolas particulares, nomeadamente no que diz respeito à formação dos docentes. Apesar disso, queria mencionar cinco aspectos que considero menos positivos que se podem observar no cumprimento das funções pelo Governo da RAEM no domínio da educação. Na minha opinião, o Governo não tem um conhecimento suficientemente claro sobre a orientação e o rumo de desenvolvimento da educação do Território, continuando a ser insuficiente o lançamento de recursos na educação. Por outro lado, as autoridades não têm noções claras sobre a reforma educativa, nem são suficientes, os apoios atribuídos aos professores das escolas particulares e a comunicação com as várias camadas da sociedade. De facto, o Governo não só deve definir claramente uma orientação para a educação, mas também deve libertar o pensamento e assumir uma atitude mais aberta. Deve-se aumentar ainda mais o lançamento de recursos, com ordem, assim como diversificar as medidas tomadas e ser mais flexível nas formas de trabalho adoptadas. Há também necessidade de aperfeiçoar o mecanismo de consulta, sendo indispensável manter a educação na posição estratégica de prioridade, garantindo a qualidade de ensino, a qual deve ser considerada como fundamental na educação. Desempenhando um papel de orientação, o Governo deve conhecer muito bem os seguintes assuntos: Qual é o nível médio da educação em termos da qualidade das escolas de Macau? Quais são as diferenças existentes entre diversos tipos de escolas relativamente ao modelo de educação e ao efeito alcançado? Quais são as características dos alunos de Macau nomeadamente nos termos de estratégias de aprendizagem utilizadas e hábitos de estudo? Sem estudos aprofundados sobre estes aspectos, como é que a Administração pode elaborar projectos educativos adequados às realidades? Neste sentido, é muito importante reforçar a comunicação e coordenação com diferentes escolas, assim como com as associações educativas, com os alunos e com os pais, sobretudo na definição de políticas e na adopção de medidas educativas, de modo a obter a confiança e o consenso.

À medida que se atribui uma importância cada vez maior à educação, e se aprofundam cada vez mais os trabalhos de aperfeiçoamento do sistema educativo, as contradições existentes na vertente educativa também se evidenciam progressivamente. Penso que o Governo percebe muito bem quais são os problemas que requerem solução, não sabendo, porém, se o mesmo tem a determinação de tomar as medidas necessárias. Em Março do ano corrente, pedi na discussão sobre as LAG, realizada na Assembleia Legislativa, que o Governo aumente gradualmente o orçamento para a educação até que corresponda aos 6% do valor do PIB, taxa essa que é reconhecida internacionalmente como adequada. Sugerir na mesma ocasião que se elabore um quadro geral para os cursos destinados à promoção do desenvolvimento integral e da educação permanente. A elaboração deste quadro é especialmente importante, sobretudo porque em Macau, a educação obrigatória é feita sobretudo nas escolas particulares. Assim, com a definição de uma estrutura curricular comum a todas as escolas locais, garante-se a qualidade educacional que é muito desejada.

O outro problema que merece a nossa atenção tem a ver com a taxa elevada de repetição de ano escolar, taxa essa que tem descido com o esforço em conjunto da Administração e das escolas. Não podemos, porém, estar satisfeitos com o resultado obtido, porque o

mesmo problema ainda não está totalmente resolvido. Precisamos, portanto, de continuar a arranjar maneiras para a sua resolução.

Em Março do ano corrente, na discussão das LAG acima referida, apelei para a planificação da educação cívica e a concessão de terrenos para a construção de escolas. Passados oito e tal meses, queria perguntar qual é a evolução dos referidos trabalhos. Tendo sido frequentemente criticado pelo sector educativo por falta de sistematicidade e continuidade na elaboração de política educativa, o Governo anunciou, este ano, em resposta aos numerosos apelos apresentados, que ia elaborar um plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior, projecto esse que é altamente apreciado e apoiado pelo sector educativo. Que eu saiba, já se iniciaram os respectivos trabalhos de preparação, tendo elaborado o quadro geral, faltando o conteúdo concreto, o qual está a ser estudado. Nas LAG para o ano financeiro de 2011, o Governo manifesta a vontade de elaborar o referido planeamento juntamente com as várias camadas da sociedade de Macau, de modo a definir os objectivos e a orientação do desenvolvimento da educação do Território. Todos os professores e escolas locais estão a prestar muita atenção ao conteúdo e à data de publicação do mencionado plano, uma vez que o que está em causa é a qualidade das novas gerações, fundamental para a administração e construção de Macau.

Quando visitou Macau, o primeiro-ministro *Wen Jiabao* indicou que a educação e a formação de pessoas talentosas são trabalhos fundamentais para o desenvolvimento futuro de Macau. No décimo segundo Plano Quinquenal Chinês, está definido o estatuto de Macau como cidade de turismo e lazer. Pergunto como é que o Governo e o sector educativo da RAEM devem definir o rumo de desenvolvimento da educação, de modo a formar indivíduos talentosos que possam concretizar os objectivos do desenvolvimento do Território. Trata-se de uma missão e um desafio a que o Governo e o sector educativo estão sujeitos. Queria perguntar ao Sr. Secretário como vai ser a linha orientadora do plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior, quais são os objectivos principais e conteúdos essenciais, e quais são as medidas concretas a tomar para apoiar a sua implementação. Queria igualmente perguntar que tipo de pessoas talentosas é que Macau pretende formar, e qual é a preparação que as escolas precisam de fazer para se adequar ao novo plano.

Tal como foi mencionado há pouco por um colega, o trabalho de preparação do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, desde a sua concepção, passando pela consulta pública até agora, demorou já três anos. Tanto o sector da educação, como a sociedade em geral, aguardam a publicação do referido Quadro geral com ansiedade, esperando que o mesmo possa vir a estabilizar a equipa dos professores. O facto é que os docentes das escolas particulares estão sobrecarregados desde há muito tempo, o que leva à impossibilidade de dar atenção aos alunos necessitados, por um lado e por outro lado, estes docentes não têm garantia nenhuma em termos profissionais, faltando-lhes também oportunidades para a progressão nas carreiras. Estes factores podem afectar directa ou indirectamente a qualidade de ensino e a crença dos respectivos docentes.

A mudança abrupta das condições socio-económicas do Território afecta o crescimento da nova geração, cujos pais muitas vezes têm de trabalhar e não dispõem de tempo para prestar atenção aos filhos. Perante esta situação, os professores não só precisam de transmitir aos alunos conhecimentos científicos, mas também têm a obrigação de criar neles concepção de vida e juízos de valores correctos, assim

como de os ajudar a resolver os problemas com que se deparam no processo de crescimento. No entanto, a pesada carga horária faz com que os docentes gastem muito tempo na preparação de aulas e na correcção dos exercícios, ficando com muito pouco tempo para conversar com os alunos, dando-lhes aconselhamento. Sendo assim, espero que a promulgação do referido Quadro geral não só permita aos docentes uma melhor remuneração pecuniária, mas também lhes defina uma carga horária razoável, de modo que possam ensinar com mais qualidade, para além de terem mais tempo para prestar atenção aos alunos, dando-lhes apoios fora das aulas. A grande demora na publicação do Quadro geral desanima, de certo modo, os professores que participaram activamente na consulta pública do mesmo diploma legal. Os mesmos docentes começam a duvidar da sinceridade e da determinação do Governo na regulamentação do mencionado assunto. Com efeito, em comparação com a preparação, a consulta pública e a promulgação do Regime das carreiras dos docentes e auxiliares de ensino das escolas oficiais do ensino não superior, que demorou apenas vários meses, o Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares demora muito mais tempo para publicar. Segundo o que está previsto nas LAG, só no terceiro trimestre do próximo ano é que o referido Quadro geral vai ser colocado na ordem do dia da Assembleia Legislativa. Queria perguntar ao Sr. Secretário se há possibilidade de aceleração do respectivo processo.

Ainda queria perguntar se o Governo pensa em aumentar os subsídios atribuídos para apoiar o desenvolvimento profissional dos docentes das escolas particulares, assim como em fornecer-lhes melhores garantias para a reforma, de modo a estabilizar a equipa de professores.

Em seguida queria prestar atenção também aos trabalhos realizados no âmbito do ensino superior. Nas LAG para 2011 está previsto que o Governo da RAEM irá corresponder às necessidades económicas e ao desenvolvimento social, com vista à prestação de apoio na formação dos quadros de Macau. Durante longo espaço de tempo, a carência de recursos humanos altamente qualificados constitui um factor importante que atrasa o desenvolvimento da sociedade de Macau. Para inverter esta situação, acho que as instituições de ensino superior públicas devem ter como objectivo principal a formação dos residentes locais, melhorando a qualidade de ensino, optimizando a estrutura de disciplinas, sendo rigorosos na atribuição de diplomas, de modo a construir um ensino superior de primeira classe, garantindo a qualidade dos seus graduados.

Para a construção de universidades de primeira classe, e para conduzir o ensino superior local a um nível mais elevado, acho que o *software* é tão importante como o *hardware*. É preciso contratar professores universitários de primeira classe. E para algumas disciplinas, são necessários mesmo professores que liderem a respectiva área. Para isso, temos que pagar um salário suficientemente alto.

É registada, de facto, uma diferença bastante acentuada entre a remuneração fornecida pelas universidades dos países ou regiões desenvolvidos, tais como Hong Kong ou Estados Unidos da América, e a remuneração fornecida pelas instituições de ensino superior públicas da RAEM. Merece a nossa consideração, o fornecimento de condições melhores, desde que não se contrariem as regras definidas, para atrair a vinda de mais professores universitários de renome.

Por último lugar, queria mencionar os professores universitários locais, os quais nasceram e cresceram em Macau, amam Macau e consideram Macau o lugar a que pertencem, para além de ser os

verdadeiros conhecedores das realidades do Território. Assim, ao mesmo tempo que a contratação de professores universitários à escala mundial, tal como referi há pouco, apelo para a construção de uma equipa de professores universitários locais, fornecendo-lhes ambiente de crescimento e espaço de desenvolvimento, e cumprindo-se rigorosamente o princípio da prioridade de contratar profissionais locais enquanto são iguais as habilitações académicas e a qualidade de ensino. Queria perguntar ao Sr. Secretário que medidas vai tomar para transformar as instituições de ensino superior públicas da RAEM numa base importante para a formação de residentes locais, e como é que se pode melhorar...

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

É abrangente o âmbito da área dos Assuntos Sociais e Cultura, a qual vai desde as condições de vida dos residentes, até à sua saúde física e psicológica, tendo a ver também com a primeira medalha de ouro, obtida nos Jogos Asiáticos de Cantão. Trata-se de uma grande glória de Macau e por isso, temos de agradecer ao Sr. Secretário e ao Sr. Director do Instituto do Desporto Vong Iao Lek por terem dirigido os respectivos trabalhos com empenho e correcção.

Tenho muitas perguntas para fazer nomeadamente relativas ao conteúdo das páginas n.ºs 8 e 9, em que se regista o seguinte: como o turismo cultural tem vindo a ser o principal elemento da indústria do turismo, participaremos em acções de cooperação interdepartamental destinadas a analisar a integração dos benefícios do uso dos recursos do Património Mundial a fim de fomentar o desenvolvimento do turismo e promover as indústrias culturais e criativas. Continuaremos a organizar festividades internacionais em grande escala, apoiando as associações privadas locais a realizar actividades tradicionais. No próximo ano, criar-se-ão novos temas turísticos, promovendo o pluralismo turístico através de meios renovadores. De acordo com as características dos mercados, lançar-se-ão mais itinerários e produtos. Estaleceremos ligações aéreas directas e diversificaremos a cooperação com as organizações turísticas internacionais. Para além disso, cumprimos as políticas definidas pelo Governo Central, assim como os objectivos que o Governo da RAEM pretende atingir no domínio do turismo, reforçando a colaboração regional, estendendo-a para a vertente turística, promovendo a complementaridade das vantagens.

Primeiro queria perguntar ao Sr. Secretário que medidas vai tomar para alargar o círculo de turismo que engloba Jiangmen, Zhongshan, Macau e Zhuhai, assim como para desenvolver o turismo com o objectivo secundário de manutenção da saúde. Vou apresentar-lhes, logo, uma proposta sobre os referidos planos, para referência do Sr. Secretário.

Sendo uma política definida pelo Governo Central, a cooperação regional entre a Província de Cantão, Hong Kong e Macau é mencionada nas Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011. Devido à limitação dos recursos de Macau, há necessidade da ligação das zonas turísticas de Macau com as das outras cidades. No décimo segundo Plano Quinquenal Chinês, o primeiro ministro Wen Jiabao também falou da necessidade de optimização dos recursos turísticos do Território. Os deputados da Assembleia

Legislativa foram convidados pelo Governo da RAEM para verificar as instalações turísticas de Zhuhai, as quais são bastante bem desenvolvidas, como é sabido por todos. Há peritos, académicos e cidadãos que sugeriram o alargamento do círculo turístico até Jiangmen e Zhongshan, cidades do Interior da China que não ficam distantes de Macau, pois se pode chegar lá conduzindo um automóvel durante uma hora, ou até Shunde e Panyu? Sabemos que Zhongshan é a terra natal do Pai da Nação Sun Yatsen, e é famoso em todo o mundo. Em Jiangmen temos a cultura das Ilhas de Taishan e a cultura dos termos de Enping, os pontos turísticos de Kaiping, o Paraíso das aves de Xinhui, e a antiga residência das personagens famosas Liang Qichao e Chen Baisha. Até podemos organizar excursões de um dia visitando a terra natal do chefe do executivo da RAEM. Depois de se visitar os referidos lugares, pode-se voltar para Macau onde se emerge numa atmosfera típica de cultura sino-occidental, jogando nos casinos, gozando de massagens, fazendo compras, e experimentando iguarias, tais como os pastéis de nata e a carcaça com uma costeleta de porco dentro. Assim, numa viagem de dois ou três dias reúnem-se elementos múltiplos nomeadamente lazer, visita de monumentos, fazer compras, gastronomia, diversões, pesquisa cultural e histórica. Trata-se, portanto, de excursões adequadas tanto para adultos, como para crianças e idosos, sendo actividades atraentes para pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. Não sei qual é a opinião do Governo sobre este projecto.

Segundo os peritos e académicos, o turismo é um sector ideal onde se concretizam a cooperação regional e a diversificação adequada de indústrias. Como por exemplo, pode-se combinar os serviços médicos com o turismo e lazer, de modo a permitir aos turistas a recuperação do bom estado físico e o relaxamento psicológico. A meu ver, não parece mal desenvolver esta modalidade de turismo.

Ainda em relação ao grande círculo de turismo que engloba Jiangmen, Zhongshan, Macau e Zhuhai, podemos pensar igualmente no intercâmbio de pessoas talentosas, pois nas referidas cidades do Interior da China, há profissionais com características próprias. O intercâmbio ainda pode ser entre membros do sector do turismo. Queria saber qual é a opinião do Sr. Secretário sobre as ideias acima referidas. Queria saber se o Governo da RAEM vai tomar a iniciativa de contactar com as cidades mencionadas, criando uma comissão específica para o impulsionamento dos respectivos trabalhos. Sabemos que a criação da comissão significa a atribuição de subsídios. Caso contrário, não é certo que vá haver apoios financeiros para o desenvolvimento dos projectos acima mencionados.

Em segundo lugar queria prestar atenção ao problema de insuficiência de creches no Território, o qual levou a que os pais fizessem filas à porta de uma creche durante toda a noite para conseguir um lugar para a sua criança. Questiono por que é que o Governo não conseguiu prever a necessidade das creches com maior antecedência. Não parece muito difícil fazer a previsão consultando os dados estatísticos sobre a natalidade e conversando com os residentes deslocando-se às zonas comunitárias. Segundo as Linhas de Acção Governativa em discussão, vão-se construir mais seis creches, as quais proporcionarão oitocentas e tal vagas. Agradecemos a atenção prestada pelas autoridades às necessidades da população. É lamentável, porém, que esta medida não tenha sido adoptada mais cedo. De qualquer maneira, no incidente acima mencionado, podemos verificar que há dirigentes governamentais responsáveis, funcionários públicos competentes e espírito de equipa entre os diferentes órgãos públicos, o que merece o nosso elogio.

Para além do Director Ip Peng Kin, que chegou, mesmo com muita chuva, ao local quinze minutos depois de ser avisado, tendo ouvido os apelos dos cidadãos nessa noite e na noite seguinte, e tendo dado resposta rapidamente, foram bastante eficientes as acções transdepartamentais, nomeadamente a colocação à porta da creche de casas de banho ambulantes e barreiras de trânsito, e a distribuição de agentes e guardas para a manutenção da ordem pública. Sendo assim, acreditamos que o Governo tem condições de cumprir os objectivos referentes à optimização da vida da população. Para isso, é preciso proceder à reforma de mecanismos em geral, os quais precisam de ser accionados pelos dirigentes governamentais de forma eficaz. Existem também grande falta de asilos. Acho que a Administração também devia ter previsto estas necessidades a partir da análise dos dados estatísticos.

Em resumo, o que se verifica no Governo da RAEM é uma grande ausência de sensação de crise e de análise prospectiva na elaboração dos projectos a médio e a longo prazo. Tomando como um exemplo o problema de suicídio, em Macau ocorreram muitos casos de suicídio, sendo o número de pessoas mortas suicidando-se, de quase treze por ano (12,6 em 2008 e 11,1 em 2009), número esse que é considerado elevado para a ocorrência do mencionado acto (Na RAEHK, em muitos anos, o número de pessoas que morreram por suicídio ultrapassa as treze). Apresentei, a pedido dos cidadãos, uma interpelação escrita ao Governo, na qual chamei a atenção para a gravidade do mesmo problema, pois foi registado um caso de suicídio em que a vítima que saltou de um prédio alto, tinha apenas quinze anos. Todavia, na resposta atribuída pelo Instituto de Acção Social, foi negada a gravidade da tendência de suicídio em Macau, porque em nenhum dos anos o número de pessoas que morreram de suicídio atingiu treze. Tendo em consideração a gravidade do fenómeno de suicídio em Hong Kong e o hábito de os residentes de Macau imitarem os comportamentos verificados nesta cidade vizinha, apelo para uma maior sensação de crise e a não repetição das falhas registadas na previsão feita relativa ao número necessário de creches e asilos. Procuramos transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer, e não a sua transformação num centro de suicídio. Realmente, a sociedade de Macau está doente, o que é reflectido nomeadamente por vários casos de suicídio em que as vítimas saltaram para o chão dos andares altos dos casinos, como nunca aconteceu na história do Território, para além da constante descida da idade dos adolescentes que se suicidam.

Queria igualmente abordar a questão da qualificação profissional dos médicos aos quais os Serviços de Saúde atribuíram licença. Houve um cidadão que me pediu ajuda por causa da distribuição da habitação pública. Aconteceu que depois de tirar à sorte, a este cidadão foi atribuído um apartamento num andar alto do edifício público. No entanto, como o médico lhe tinha aconselhado que o seu estado de saúde não lhe permitia viver num andar muito alto do edifício, o mesmo cidadão pediu para mudar para um andar mais baixo, apresentando um atestado médico, que foi recusado pela Instituto da Habitação, muito embora antes tivessem afirmado que o respectivo atestado médico podia ser passado por um médico de clínica particular. Não tendo conseguido uma declaração dos médicos do Complexo Hospitalar Conde de São Januário, os quais disseram que não havia regras que previssessem a emissão de tal declaração, o cidadão sentiu-se desesperado e pediu-me ajuda. Queria perguntar ao Sr. Secretário porque é que os órgãos governamentais só aceitam declarações atribuídas pelos médicos do referido hospital, não considerando as declarações atribuídas pelos médicos de clínica particular como documento que tenha efeito comprovativo. Então estes médicos de clínica particular não

possuem a licença atribuída pelos Serviços de Saúde que lhes permite exercer a função do médico? Afinal a sua qualificação profissional não é reconhecida e a sua honestidade não é garantida? Sendo assim, por que é que os Serviços de Saúde lhes atribuíram a respectiva licença? Espero que o Sr. Secretário possa responder claramente se os médicos do Hospital Conde de São Januário e os médicos de clínica particular são iguais em termos de qualificação profissional. Se a resposta for positiva, queria pedir ao Sr. Secretário para escrever uma carta ao Instituto da Habitação, explicando este facto, de modo que este Instituto aceite a declaração atribuída pelo médico de clínica particular, e os médicos do Hospital Conde de São Januário tenham menos trabalho para realizar. Espero que o Sr. Secretário possa ajudar o referido cidadão a resolver o seu problema.

Esta talvez seja a razão que levou ao insucesso da estratégia de partilha de trabalhos pelos médicos de clínica particular, que se adopta com a distribuição dos cupões de saúde. Afinal nestes médicos não é depositada confiança pelo Governo, nem tendo efeito comprovativo a declaração passada por eles. Sendo assim, por que é que os Serviços de Saúde lhes emitem licença para poderem exercer a função do médico? Queria ouvir a explicação do Sr. Secretário sobre este assunto, nomeadamente para sabermos a que tipo de médicos devemos pedir consulta quando estamos doentes. Penso que talvez seja tempo para a implementação do regime de credenciação dos médicos.

Ainda sobra um pouco de tempo, queria aproveitá-lo para exprimir o meu apoio à excelente ideia de construir, em Macau, universidades da primeira classe. No entanto, tal como afirmou a Sra. Deputada Ho Sio Kam, é bastante grande a diferença, em termos de remuneração pecuniária, entre as universidades de Macau e as universidades de países e cidades desenvolvidos tais como Hong Kong, Singapura e Estados Unidos da América. Assim sendo, a RAEM terá dificuldades em contratar professores universitários para trabalharem em Macau. Estou a recolher dados estatísticos sobre este aspecto, os quais revelarei mais tarde.

Antes de concluir a minha intervenção, menciono um caso ocorrido com a Direcção dos Serviços de Turismo, e relacionado com a demolição das obras ilegais das pensões ilegais, acções essas que são apoiadas por todos os cidadãos de Macau. Um dia, apareceu no meu escritório um cidadão idoso, que se queixou da falta de coordenação dos trabalhos realizados pela DST. Depois da demolição das obras ilegais de uma pensão ilegal, o idoso recebeu uma carta da DST, em que lhe pediram para se deslocar à DST, fornecendo as respectivas informações e cumprindo a obrigação de cidadão. Depois de receber a carta, o idoso foi à DST como é pedido na carta. Porém, tendo esperado duas horas na DST, um funcionário disse-lhe que ele já tinha cumprido a sua obrigação de cidadão, que o respectivo caso já estava tratado, e que não era necessário recolher mais informações. Como se pode observar, não havia uma coordenação interna adequada no tratamento do referido assunto, pois os funcionários da DST podiam-lhe ter telefonado informando que já não era preciso ir fornecer informações, ou podiam combinar com ele uma hora em que ele seria atendido.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados.

Já cinco deputados se pronunciaram. Ainda faltam quarenta e cinco minutos para fazer o intervalo. Queria pedir ao Sr. Secretário para dar a respectiva resposta. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas opiniões e perguntas dos Srs. Deputados.

Primeiro vou trocar opiniões convosco acerca de determinados assuntos, sendo as outras informações oferecidas pelos meus colegas ou por mim mais tarde.

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong chamou a atenção para a necessidade de tomar medidas concretas para atenuar a pressão da vida das camadas mais carenciadas da sociedade, tendo apontado sobretudo para a necessidade de ajustamento do índice do risco social. Sublinho que o Governo da RAEM dá grande importância aos apoios fornecidos para o melhoramento da vida da população, beneficiando sobretudo os cidadãos seniores e os grupos mais desfavorecidos, atribuindo-lhes subsídios especiais, o que se pode verificar nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2011. Logo, se dispusermos de tempo, vou falar das demais políticas e medidas que o Governo pretende adoptar para o melhoramento de trabalhos neste aspecto. No que diz respeito ao ajustamento do índice do risco social, este é um dos trabalhos que o Governo já desencadeou, incumbindo as instituições de ensino superior de fazer os respectivos estudos, os quais levarão vários meses ou até meio ano para serem concluídos. Portanto precisamos de esperar com paciência, pois o referido índice é importante não só para a camada da base da sociedade, mas também é fundamental para os sectores industriais e comerciais, afectando uma série de índices, indicadores e ordenados. Queria esclarecer que antes da conclusão da mencionada pesquisa, o Governo vai tomar medidas temporárias segundo as necessidades, observando com atenção o grau de gravidade da inflação o desenvolvimento económico, de modo a apoiar as famílias com dificuldades económicas. Isto quer dizer que as novas políticas e medidas não são adoptadas apenas nos finais do próximo ano, as mesmas podem ser tomadas todos os meses, se assim se entender.

O mesmo deputado sugeriu igualmente a atribuição de subsídios para o pagamento da propina do ensino superior. Esta não deixa de ser uma boa ideia. Com efeito, neste momento o Governo da RAEM fornece aos residentes quinze anos de educação gratuita, o que é bastante bom, como reconhecem muitos cidadãos. Com a implementação desta política, as famílias com uma criança podem poupar dez mil patacas por ano. Quanto mais crianças se tenha, poupa-se mais dinheiro. Mesmo que estudem numa escola que não tenha aderido à rede escolar do ensino básico, os respectivos estudantes podem receber um subsídio anual de quatro mil patacas, seis mil patacas, nove mil patacas... perdão, segundo o Sr. Director da DSEJ, foram aumentados para doze mil e treze mil patacas. Há, no entanto, parte de residentes que se esquecem dos benefícios que estão a gozar, e que não sabem agradecer. Sendo assim, às vezes penso que precisamos de realizar acções de divulgação, de modo a lembrar à população as regalias de que goza, de modo que saiba apreciá-las e se sinta mais feliz. Ultimamente fui quatro vezes a Sichuan, onde verifiquei a situação da reconstrução desta província chinesa que sofreu com o grande terramoto, tendo tido contacto com o grande sentimento de gratidão, verificado na população, inclusivamente nos estudantes. Com o apoio e esforço do Governo Central e dos governos locais, dos governos das Regiões Administrativas Especiais e dos seus residentes, e dos chineses ultramarinos, foram construídos novos edifícios em Sichuan, e foram atribuídas novas casas, que são melhores do que as antigas, aos residentes que perderam a casa na calamidade natural. Estando no processo de melhoramento, a população de Macau viverá mais feliz

se souber apreciar os benefícios que lhe são atribuídos e tiver o sentimento de gratidão. Estou a pensar, e vou ouvir mais opiniões, de modo a elaborar planos que visem a sensibilização da população local, a qual passará a viver mais feliz, sabendo comparar Macau com outros lugares mais atrasados e com menos regalias sociais.

Retomando o tema da atribuição de subsídios para a propina do ensino superior, informo de que no próximo ano, o Governo se vai debruçar sobre os estudos em matéria da criação do Fundo de Ensino Superior, o qual terá dois tipos de competências, apoiar o desenvolvimento do ensino superior, financiando nomeadamente os projectos de investigação académica, por um lado e por outro, atribuir subsídios aos estudantes universitários. Queria realçar que mesmo antes da criação do referido Fundo, são atribuídas, desde há mais de dez anos, bolsas de Mérito, de Estudo e de Empréstimo aos jovens de Macau que reúnam as condições exigidas, e que queiram prosseguir os seus estudos ingressando no ensino superior. Sabe-se que é bastante volumoso o montante total atribuído para a mencionada finalidade durante todos estes anos.

Que eu saiba, as instituições de ensino superior locais, especialmente as instituições públicas, concedem redução ou isenção de propina aos estudantes carenciados nos casos especiais. Se me tiver enganado, o Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Macau, Professor Doutor Lei Heong Iok, o magnífico Reitor da Universidade de Macau, Professor Doutor Zhao Wei, e a Sra. Presidente do Instituto de Formação Turística de Macau, Professora Doutora Fanny Vong, façam o favor de fazer a respectiva rectificação.

As sugestões e ideias do Sr. Deputado Ng Kuok Cheong vão ser tomadas em referência no desenvolvimento dos respectivos trabalhos.

No que diz respeito ao regime de avaliação do ensino superior, o plano que visa a criação deste regime vai ser incluído na Proposta de Revisão e Modificação da «Lei do Ensino Superior», a qual está no processo de legislar, e para a sua realização vamos ouvir as opiniões dos Srs. Deputados e das várias camadas da sociedade.

Peço desculpa pela demora registada na elaboração e promulgação da «Lei de Regime de Prevenção e Controlo de Tabagismo». Não pretendo esquivar-me da responsabilidade, mas existem às vezes obstáculos no processo de legislar, os quais vamos procurar superar com esforço, especialmente quando o que está em causa é o bem estar da população ou assuntos sociais importantes e urgentes. O Chefe do Executivo Choi Sai On presta grande atenção aos trabalhos de legislar da mencionada Lei, pedindo várias vezes a entrega mais rápida possível da última versão da Proposta de Lei à Assembleia Legislativa para a apreciação e aprovação na especialidade, assim como para a promulgação. Prestámos, de facto, grande esforço para a aceleração dos respectivos trabalhos, estando neste momento, porém, a aguardar os resultados da pesquisa confiada a uma unidade científica de grande qualidade. Temos a ideia de avançar com os restantes trabalhos sem esperar pelos dados desta pesquisa. Assim, podemos redigir as respectivas estipulações deixando espaço para englobar os resultados da pesquisa, de modo a entregar, em breve, a nova versão para ser discutida na Assembleia Legislativa. Os Srs. Deputados podem ficar descansados. Neste período continuam em curso as preparações para a execução da Lei em causa, nomeadamente para a formação dos agentes de controlo de tabagismo e para a organização das campanhas de divulgação da mesma lei. Estamos igualmente a fazer análise das sugestões, apresentadas pelos Srs. Deputados em especial e pela população em

geral, sobre as medidas tomadas para a melhor execução da Lei em referência.

Nas Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, o Chefe do Executivo falou bastante da criação dos regimes de credenciação de determinadas profissões, a qual, sem dúvida, vai ser um dos objectivos principais da administração do Governo da RAEM. É de esperar que se criem regimes de credenciação para mais profissões, tais como trabalhadores que prestem serviços médicos e assistentes sociais. No quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, vão-se definir algumas exigências referentes à profissão de docente. Existem algumas dificuldades na concretização dos respectivos trabalhos, as quais vamos superar com esforço, de modo a atingir o objectivo definido o mais rapidamente possível.

Agradecemos a atenção prestada ao domínio de saúde pelo Sr. Deputado Cheung Lup Kwan. Em resposta à pergunta do mesmo deputado sobre o recrutamento dos profissionais para trabalharem no referido domínio, informo de que segundo prevemos, não vai haver dificuldades em recrutar médicos, porque no recrutamento de médicos de clínica geral, realizado há pouco tempo pelos Serviços de Saúde, trezentos e tal residentes locais titulares do diploma de licenciatura em medicina foram concorrer. No futuro, ainda vai haver mais graduados das faculdades de medicina. Claro que, para poder exercer a função de médico, os candidatos precisam de passar no exame de avaliação e ser treinados durante um ano e meio. O que mencionei foram médicos de clínica geral, havendo porém, carência de médicos de áreas específicas. Se for necessário, não excluímos a possibilidade de pedir ajuda ao exterior, de modo a garantir a prestação dos respectivos serviços à população de Macau.

Devido ao desequilíbrio entre a procura e a oferta das enfermeiras, prevemos que vai haver mais dificuldades em recrutar enfermeiras. O facto é que não só os hospitais, públicos e particulares, precisam de enfermeiras, como as instituições privadas que prestam serviços sociais também contratam enfermeiras para a prestação dos respectivos serviços. Tal como referiu um deputado há pouco, o Governo precisa de mandar enfermeiras e médicos às zonas comunitárias para apoiar o respectivo trabalho. A optimização da benevolência social leva ao crescimento de asilos e centros de cuidados diurnos, os quais precisam de médicos, enfermeiras e técnicos para os tratamentos físicos. Claro que os cuidadores que não estudam durante quatro anos podem apoiar na realização das tarefas. Mesmo assim, regista-se a insuficiência de enfermeiras.

Os trabalhos de legislar do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, vão iniciar-se no terceiro trimestre do ano de 2011. Esta é a ordenação do trabalho referente ao Quadro geral desejado pelos professores das escolas particulares.

O Sr. Deputado Cheung Lup Kwan mencionou a exclusão dos nove membros da equipa de Macau dos Jogos Asiáticos, o que é realmente uma grande pena, uma vez que se prestou um grande esforço, no treino, na organização e nos actos de registo. A razão que levou ao aparecimento de uma situação tão desagradável é sobretudo a incoerência na exigência definida pelos diferentes Conselhos Olímpicos da Ásia. Tal como referiu o mesmo deputado, nas edições anteriores foram aceites concorrentes com as mesmas condições. Na realidade, os nossos colegas têm grande dificuldade em gerir a situação mediante esta inconstância no que diz respeito a condições dos concorrentes. Nada se pôde fazer quando recebemos o aviso da exclusão dos respectivos desportistas, pois a ordem do Conselho tem

que ser respeitada. Penso que vamos aprender com esta lição e no futuro não vamos cometer os mesmos erros. A próxima edição dos Jogos Asiáticos vai ser realizada em 2014, em Incheon, na Coreia. Espero que, os nossos desportistas, (os quais têm de reunir as condições exigidas pelo respectivo Conselho), quer sejam os provenientes do exterior quer sejam os locais, possam conquistar maiores sucessos.

O Sr. Deputado Cheung Lup Kwan ainda sugeriu a contratação dos famosos treinadores de lugares exteriores para o treino da equipa de Macau. Vamos estudar esta possibilidade. É de saber que o concorrente que obteve a medalha de ouro é residente de Macau há mais de dez anos, e que ele tem um treinador muito bom de lugar do exterior.

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang abordou a questão da prevenção e tratamento das doenças mentais, apelando para a cooperação entre os Serviços de Saúde e o Instituto de Acção Social, de modo a produzir maiores efeitos positivos. Concordo totalmente com esta sugestão. Mais tarde, um colega vai fornecer informações sobre este aspecto.

No que diz respeito às doenças mentais, típicas dos residentes dos centros urbanos, acho que são importantes os trabalhos de prevenção, através nomeadamente do fornecimento de actividades destinadas à descontração, pois estas doenças têm muito a ver com as pressões de vida e da família. O Governo da RAEM está a ser empenhado na construção de complexos desportivos e na organização, nomeadamente através de instituições privadas, de actividades desportivas e culturais, nas quais apelo para a participação dos cidadãos de Macau. Se não me engano, todos os anos oferecemos quarenta mil e tal vagas para os cidadãos participarem nas diversas actividades pós-laborais tais como natação, ginástica Tai Chi, badminton e arte folclórica. Em 20 de Dezembro organizámos o concerto de Sammi Cheng, que contribuiu para o enriquecimento da vida cultural da população, a qual ficou mais contente depois de assistir ao concerto. Vamos concretizar uma série de projectos que visam a construção e ampliação das instalações desportivas, nomeadamente as obras de ampliação do Pavilhão Desportivo de Mong-Há e do Pavilhão Gimnodesportivo de Dom Bosco (com o aumento do número de parques de estacionamento). Vamos aproveitar, em breve, o terreno em frente da Assembleia Legislativa, desocupado durante vários anos, transformando-o num campo temporário de basquetebol e de futebol com a respectiva iluminação que o permita funcionar durante vinte e quatro horas, onde se colocarão também instalações de fitness. Em lugar perto há muitos parques de estacionamento, de modo que os trabalhadores, incluindo aqueles que trabalham por turnos, podem estacionar, com facilidade, o veículo no qual chegaram ao referido campo desportivo. São importantes as semelhantes actividades organizadas pelas associações privadas e escolas particulares, as quais podem contribuir para atenuar o *stress* dos cidadãos, tornando-os mais felizes.

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang apontou para a necessidade de acompanhamento e apoios atribuídos aos reabilitados de deficiência mental que vivem nas zonas comunitárias. Vamos reflectir sobre esta matéria, agradecendo a opinião da mesma deputada.

Concordo também com a opinião da Sra. Deputada Kwan Tsui Hang que fez consideração em torno das competências da Direcção dos Serviços de Turismo, chamando a atenção para a importância, que se regista na actualidade, da qualidade de produtos turísticos

sobre o número de viajantes. Concordamos com esta opinião, a qual será tomada em conta na elaboração de planos de distribuição de trabalhos e de reestruturação de departamentos.

Não me parece má ideia a sugestão apresentada pela mesma deputada, de prestação aos turistas de serviços semi-autos, em que os guias os levem aos pontos turísticos, fornecendo informações sobre os diversos monumentos que figuram na lista do património mundial. No entanto, talvez não seja fácil a concretização deste plano. De qualquer maneira, vamos fazer estudos sobre esta possibilidade. Logo, caso haja tempo, vou falar mais sobre o centro mundial de turismo e lazer, trocando opiniões com os Srs. Deputados.

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang disse muito bem, é necessário reforçar o sentido de compaixão e solidariedade da população. Os meus colegas acham, porém, muito difícil alcançar esta finalidade. Com efeito, quando se planeia o estabelecimento de instalações sociais, ninguém contraria. No entanto, no caso de se sentirem prejudicados pela concretização destes projectos, os residentes apresentam normalmente fortes oposições. Espero que ao mesmo tempo que defendem os seus próprios direitos e interesses, os cidadãos possam prestar igualmente atenção às necessidades dos outros. Desejo ouvir opiniões diferentes dos residentes, as quais poderiam contribuir para o melhoramento da sociedade.

A Sra. Deputada Ho Siu Kam expressou óptimas opiniões referentes à educação. A limitação de tempo não me permite, porém, fazer comentários sobre estas opiniões uma por uma. Sendo a mesma deputada membro do Conselho de Educação, teremos muitas oportunidades de trocar opiniões respeitantes a esta área. Também gostamos de ouvir a opinião das respectivas associações educativas, opiniões essas que são sempre inspiradoras para a optimização dos nossos trabalhos.

Presidente: Sr. Secretário.

Penso que todos os deputados gostam de ouvir os comentários do Sr. Secretário, portanto, se o tempo não for realmente tão apertado, talvez o Sr. Secretário possa expor as suas ideias para o conhecimento dos deputados.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Está bem, Sr. Presidente.

Em seguida vou fornecer informações sobre a evolução dos trabalhos de elaboração do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, assim como o seu conteúdo principal.

Obrigado pela sugestão do Sr. Presidente.

Há pouco, dois deputados prestaram atenção ao Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, o qual, neste momento, se encontra na fase de legislar, tendo sido entregue ao Conselho Executivo para a apreciação. Este processo pode ser bastante demorado, se o Conselho Executivo pedir ajustamentos em diferentes momentos. Foi por isso que eu disse há pouco ao Sr. Deputado Ng Kuok Cheong que, às vezes, não podemos prever muito bem o tempo necessário para trazer a proposta de lei à Assembleia Legislativa. Mesmo assim, vamos fazer o que é possível para entregar, como foi planeado, o referido Quadro geral ao hemiciclo no terceiro trimestre do próximo ano.

Em relação aos principais conteúdos do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, determina-se que as escolas particulares sem fins lucrativos devem garantir, em cada ano escolar, que as despesas com a remuneração do pessoal docente e a contribuição para o fundo de previdência sejam de valor igual ou superior a 70% das suas receitas fixas e permanentes, o que pode ser considerado como uma medida adoptada para garantir o bom nível de remuneração e regalias dos respectivos docentes. Segundo os dados estatísticos, no ano lectivo 2007/2008, dentre as cinquenta e nove escolas que tinham aderido à rede escolar do ensino básico, trinta e três respeitaram esta exigência. Com o esforço da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, no ano lectivo 2008/2009, aumentou para trinta e seis o número das escolas que observaram a referida exigência. Isto demonstrou que a remuneração pecuniária e as regalias dos professores estão em constante melhoramento. No futuro, a DSEJ vai reforçar a comunicação com as escolas particulares, com vista a conseguir a adesão de mais escolas que elevem a percentagem que as despesas com a remuneração do pessoal docente e a contribuição para o fundo de previdência ocupam em relação às suas receitas fixas e permanentes.

O Governo da RAEM, por sua parte, aumenta constantemente o investimento na educação, nomeadamente através do aumento dos subsídios de propinas e da escolaridade gratuita para todos os níveis de ensino, tendo estes últimos, no próximo ano, um crescimento de um pouco mais de 5%, o que foi anunciado pelo Conselho Executivo.

Por outro lado, foi gradualmente desenvolvido o regime de turmas reduzidas, tendo determinado o limite de 25-35 alunos por turma, para além de ter sido implementado o Plano de Concessão de Subsídio da Melhoria do Rácio Professores/Turma e do Rácio Alunos/Professores, de modo a aliviar a pressão de trabalho dos professores, permitindo o melhoramento da qualidade do ensino e a atribuição da maior atenção aos alunos pelos docentes.

Também foi aperfeiçoado o regime de atribuição de subsídios aos professores das escolas particulares. Da criação do Governo da RAEM até agora, foi várias vezes ajustado o montante do subsídio directo atribuído aos docentes do ensino privado, o qual duplicou, passando de mil novecentas e oitenta patacas a quatro mil patacas. Depois da aprovação e publicação do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, o subsídio directo atribuído aos docentes das escolas particulares passará a designar-se por subsídio para o desenvolvimento profissional e conhecerá um novo aumento bastante acentuado em termos de quantidade, sendo de 1,8 vezes, a diferença máxima do subsídio entre os vários níveis do pessoal docente, o que representa uma medida adoptada para premiar os professores experientes que persistam no posto de trabalho e que se esforçaram por melhorar a sua qualidade profissional.

Estas são informações acerca do Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, sobre o qual vários deputados prestaram atenção há pouco. Espero ouvir mais opiniões dos Srs. Deputados sobre o conteúdo actual e o rumo do desenvolvimento no futuro do Quadro geral em referência.

Presidente: Queria saber se estou sujeito à limitação do tempo... OK, muito bem. Obrigado, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Ho Siu Kam mencionou a necessidade de aumento de ordenados para atrair a vinda de melhores académicos para trabalharem nas instituições do ensino superior do Território.

Actualmente o Governo está a analisar opiniões das várias camadas da sociedade, de modo a elaborar novas medidas para a contratação, com sucesso, de profissionais de renome de lugares exteriores. A mesma deputada também prestou atenção ao emprego dos professores locais. A propósito disso, sublinho que a prioridade nas oportunidades de emprego é uma política adoptada pelo Governo da RAEM desde sempre.

Acho óptima a sugestão do Sr. Deputado Mak Soi Kun sobre o desenvolvimento do turismo com a finalidade suplementar de manutenção da saúde. Seria muito bom se o sector privado pudesse tomar a iniciativa para a implementação desta ideia. Como a Administração está a concentrar o esforço na preparação de planos de optimização de *hardwares* e *softwares* dos serviços de saúde, de modo a satisfazer as necessidades urgentemente sentidas pela população de Macau, para já, não vai adoptar medidas especiais para apoiar os respectivos projectos. Só no futuro é que o Governo vai considerar esta possibilidade.

São o rumo do desenvolvimento turístico a promoção dos itinerários turísticos multi-destinos no exterior e o reforço da cooperação com o sector de turismo do Interior da China. No entanto, a sua concretização só pode ser alcançada mediante a negociação entre as duas partes através dos mecanismos estabelecidos, de modo a encontrar meios de colaboração de benefício mútuo. O que é certo é que a promoção em conjunto do turismo em Macau, Hong Kong, Zhuhai, Zhongshan, Jiangmen e Cantão pode aumentar a atracção que a respectiva visita exerce sobre os turistas. Mais tarde, com a construção do metro ligeiro, apenas é preciso quarenta e tal minutos para chegar de Macau a Cantão; numa hora pode-se chegar a Jiangmen ver os pavilhões muito trabalhados com ricas esculturas de Kaiping, o que realmente é muito atraente. O Sr. Deputado Mak Soi Kun é muito trabalhador e conversou várias vezes comigo... Ele quer realmente contribuir para promover o sector turístico.

No ano corrente, os representantes de Macau, Zhongshan e Zhuhai foram juntos a Singapura, à Malásia e à Tailândia promover o turismo. No futuro, se houver as mesmas oportunidades, vamos realizar outra vez actividades semelhantes, porque é para benefício de todas as cidades envolvidas.

Vou-me lembrar sempre de que devemos ter a sensação de crise, nomeadamente no que diz respeito aos serviços sociais, sensação de crise essa que foi recomendada pelo Deputado Mak Soi Kun. Planeámos construir mais seis creches, de modo a proporcionar, nos próximos três anos, oitocentas vagas. Não vou fazer comentários relativos aos exemplos que deu, porque há coisas que não convém dizer publicamente. Agradecemos as suas opiniões e vamos procurar melhorar os nossos trabalhos.

O mesmo deputado elogiou os esforços prestados pela Direcção dos Serviços de Turismo no combate a pensões ilegais. Muito obrigado pelo seu elogio. Queria pedir-lhe para apresentar a nossa desculpa ao cidadão sénior que foi, a convite da DST, fornecer informações, cumprindo a obrigação de cidadão, e que foi mandado para casa depois de ter esperado duas horas, por não se verificar, afinal, a necessidade de fornecer informações. Caso os funcionários da DST tenham tido os referidos comportamentos, é preciso examinar as falhas existentes no respectivo processo e corrigir as respectivas faltas.

Sr. Presidente

O Sr. Deputado Mak Soi Kun abordou há pouco a questão da qualificação profissional, referindo um caso que implica a não aceitação, pelo Instituto de Habitação, de uma declaração passada pelos médicos particulares. Vou pedir ao Sr. Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion, para dar as respectivas explicações. Talvez os dois representantes do IAS também possam expimir as suas opiniões...

Presidente: O que o Sr. Deputado Mak Soi Kun pretendeu foi chamar a atenção para a necessidade de acreditação profissional, questionando porque é que não são aceites, pelos órgãos governamentais, as declarações passadas pelos médicos privados aos quais os Serviços de Saúde emitiram licenças para o exercício das funções de médico. Acho que ele não focalizou a atenção na solução do referido caso...

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente tem razão!

Sr. Director Lei

Se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion, para dar explicações sobre a acreditação profissional e a licença atribuída aos médicos particulares.

Presidente: Sr. Director, por favor.

Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Não percebi muito bem a razão que levou à recusa, pelo Instituto de Habitação, da declaração passada por um médico particular. Talvez porque o mesmo Instituto exija uma declaração passada pelos médicos da área especializada. Como se sabe, os Serviços de Saúde só atribuem licença aos médicos de clínica geral. O referido cidadão pode pedir aos médicos da respectiva área especializada do Centro Hospitalar Conde de São Januário, do Hospital Kiang Wu ou do Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau para passar a respectiva declaração.

É bastante complicada a criação do regime de acreditação profissional para o pessoal de saúde, uma vez que envolve a medicina ocidental, a medicina chinesa e os dentistas. No âmbito de medicina ocidental, distinguem-se a medicina interna, cirurgia, ginecologia, pediatria, ortopedia, cardiologia, etc. Dentre os profissionais específicos, há enfermeiras, farmacêuticos, analistas, técnicos, fisioterapeutas, etc. Se precisarmos de organizar diferentes comissões específicas para o exame de profissionais de cada uma destas áreas, é necessário grande quantidade de recursos humanos. A existência em Macau de apenas cursos universitários de enfermagem, de técnicos e de medicina chinesa, dificulta ainda mais a implementação do referido regime de acreditação profissional. Apesar disso, vamos iniciar os respectivos trabalhos depois da fundação da Comissão específica para o tratamento dos assuntos de saúde, convidando os peritos do Interior da China, de Hong Kong, ou de outros países ou regiões, para a realização dos respectivos

exames. Esperamos que no início do próximo ano possamos entregar à Assembleia Legislativa a Proposta sobre a Comissão específica para o tratamento dos assuntos de saúde para a discussão e aprovação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Secretário quer fornecer mais informações? Se não quiser, vamos fazer um intervalo de trinta minutos. Depois vamos continuar a reunião.

(Intervalo)

Presidente: Bom, vamos continuar a reunião. Sr. Deputado Fong Chi Keong, por favor.

Fong Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Há pouco o Sr. Secretário falou da necessidade de o povo saber apreciar o bem de que goza, assim como de desenvolver o sentimento de gratidão. A propósito disso, tenho a seguinte ideia. Concordo perfeitamente com as opiniões do Sr. Secretário, pois o que o Senhor fez não foi mais do que apelar para a manutenção das virtudes tradicionais dos seres humanos civilizados. O Sr. Secretário lamentou a ausência destas virtudes na população de Macau. A meu ver, as autoridades têm também responsabilidade pelo aparecimento da referida situação. Sabe-se que, para além da conduta moral e da fidelidade política, são de igual importância as aptidões para governar. Dizem os ditados chineses que o fornecimento de ajuda tem que ser feito na ocasião certa, tendo em consideração as características do objecto de acção. Assim, seria um grande favor oferecer uma tigela de arroz a um indivíduo à beira da morte por causa da fome. Pelo contrário, a oferta de cem litros de arroz poderia fazer crescer a ambição e nascer o ódio por não se conseguir obter maiores interesses. No caso da RAEM, muitas medidas de benevolência social, tal como o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, passaram a ser subsídios atribuídos regularmente. Realço a necessidade de habilidade na administração, sugerindo ao Sr. Secretário que reflecta o que acabei de dizer. Se se fornecessem os benefícios por etapas, e na altura em que se registassem os respectivos pedidos, o povo saberia agradecer.

Em relação à matéria agendada para hoje, primeiro queria fazer comentários sobre a redacção do Relatório das Linhas de Acção Governativa, na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Não se pode negar que o respectivo texto é bastante bem elaborado, tendo-se adoptado versos paralelos para os subtítulos. Se o Sr. Secretário prestou tanta atenção para a elaboração das LAG, acredito que os projectos para o próximo ano também serão concretizados com sucesso. Achando ótima a utilização dos versos paralelos, queria, porém, apontar para diversas falhas existentes, as quais podem prejudicar a qualidade global do referido texto.

Para além de serem rimados e harmoniosos em termos do tom, os versos paralelos têm número igual de palavras, apresentando a mesma estrutura sintáctica, e sendo as respectivas funções sintácticas desempenhadas por palavras de categorias gramaticais idênticas. Ultimamente fui convidado pela Associação de Beneficência do

Hospital Kiang Wu para escrever dois versos paralelos, os quais serão utilizados para decorar o pavilhão memorial para as doações de bens imobilizados. Escrevi: “Os residentes doam o capital fixo, as obras de caridade beneficiam as gerações futuras; Os benfeitores socorrem a população desfavorecida, os actos de bondade iluminam o mundo infinito”. Como se pode verificar, estes versos contêm as características acima referidas. No entanto, no ponto 5.1 da segunda parte das LAG, na área dos Assuntos Sociais e Cultura, podemos encontrar versos paralelos mal formados como estes: “Apoiou-se com reforço o associativismo cultural; Optimizou-se o ambiente cultural de Macau”. Nestes versos, para além de não se verificar a correspondência de estrutura sintáctica e categorias gramaticais, repete-se o termo “cultural” nos dois versos, o que é o pior na elaboração dos versos paralelos. O outro exemplo é o seguinte: “Dar-se-á articulação aos regulamentos de Saúde Internacional; Será promovida e reforçada a educação sobre saúde nas escolas”. Nestes versos não só existem os defeitos acima referidos, mas também há má combinação semântica entre termos que formam o mesmo sintagma verbal (entre “Dar-se-á articulação a” e “os regulamentos de Saúde Internacional”), assim como a má opção feita ao escrever “ser promovida e reforçada a educação...”. Afinal o que quer dizer é “reforçar a educação...” ou “promover a educação...”? Há aqui, pois, uma falta de clareza entre “promover o reforço da educação...” e “reforçar a promoção da educação...”. estes são apenas dois dos numerosos exemplos que se podem verificar nas LAG, na mencionada área. Chamo a atenção para a necessidade do rigor e precisão na redacção deste tipo de texto, em que se deve utilizar uma linguagem denotativa. Caso contrário, prejudicar-se-á a transmissão das ideias do Sr. Secretário, o que é muito grave.

Sr. Secretário

Vamos passar a analisar o conteúdo das LAG, na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Penso que não há ninguém que saiba melhor do que o Sr. Secretário, que os projectos planeados para o próximo ano estão cheios de desafios, e surgirão muitas dificuldades que impeçam a sua concretização. Vou expressar várias opiniões em relação a estes projectos.

No domínio da saúde, nas LAG é anunciada a adopção de numerosas medidas para aperfeiçoar os serviços de saúde, prestados aos residentes de Macau, medidas essas que, no entanto, não visam a solução dos problemas cruciais existentes no referido domínio. O Sr. Secretário não mencionou nas LAG as principais falhas na estrutura do sistema de saúde da RAEM, nem apresentou estratégias próprias para as corrigir. Sendo assim, não se pode melhorar o nível dos respectivos serviços. Como é sabido por todos, actualmente os maiores problemas existentes no sistema de prestação do serviço de cuidados de saúde de Macau, são a instabilidade da equipa de profissionais na área da saúde, a carência de recursos humanos altamente qualificados de áreas especializadas, o baixo nível de serviços de saúde e de gestão, o pouco desenvolvimento de investigação científica em termos dos trabalhos clínicos, a falta de mecanismo de responsabilização do pessoal de saúde, a inconstância da qualidade de serviço, e a fraca qualidade de formação básica. Se estes problemas não forem resolvidos, os cidadãos de Macau não podem gozar de serviços de saúde de qualidade, por mais que sejam os postos de serviço estabelecidos e os *hardwares* construídos. E o mais importante é rever e modificar o sistema de prestação do serviço de cuidados de saúde, os respectivos regimes e processos. Senão, seria impossível haver melhoramento do nível dos serviços de saúde.

Dizem os chineses que a base da administração é a observação da realidade, e que a atitude assumida pode decidir a qualidade dos trabalhos realizados. Citando as palavras dos meus colegas da Assembleia Legislativa, o que se verifica na realidade é que a teimosia da mentalidade fechada levou a considerar-se perfeito. O tempo urge, Sr. Secretário, é altura da correcção das falhas que persistem desde há muito tempo.

No próximo ano, o Governo lançará oito biliões e duzentos milhões de patacas no domínio da educação, montante esse que é realmente bastante volumoso. Todavia, a educação tem a ver com a formação das pessoas e não objectos. Gastar-se grande quantidade de dinheiro não significa que se consiga o melhor desenvolvimento dos estudantes, e a concretização do seu valor como ser humano. Actualmente, tanto os pais, como os professores, procuram sobretudo a evolução da nova geração em termos da inteligência e dos conhecimentos científicos, ignorando a importância da educação da ética moral. A atenção atribuída exclusivamente à formação de profissionais para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, tem conduzido à negligência da criação da concepção de vida e dos juízos de valores correctos. Como consequência disso, os jovens de hoje são de tal modo frágeis que não podem ouvir nem uma frase de crítica. Perante as pequenas frustrações tais como o mau aproveitamento escolar ou perturbações nas relações amorosas, vão suicidar-se ou lutar com os colegas para manifestar as suas insatisfações, não sabendo respeitar e amar a sua vida e a vida dos outros, vida essa que é o elemento mais precioso do ser humano, porque é a base de todos outros valores. Queria saber como é que o Governo planeia corrigir esta falha grande na nossa educação.

No ensino não superior, espero que o Sr. Secretário possa atribuir uma maior atenção à educação moral dos estudantes, introduzindo neles a herança das culturas tradicionais, assim como os juízos de valores e as normas de conduta formados na China durante milhares de anos. Hoje em dia, foram esquecidos os valores de honestidade, verdade, responsabilidade, humildade, disciplina a si mesmo e amor filial, o que é um problema muito grave com que a sociedade de Macau se depara na actualidade. Nenhuma das escolas da educação básica da RAEM pode escapar da responsabilidade de formar os estudantes, dando importância à educação moral. É indubitável que são fundamentais para reforçar a solidariedade do povo chinês e para promover o desenvolvimento e progressão da sociedade, a noção de o povo ser o dono do mundo, a defesa da fraternidade, a procura da igualdade de todos (Disse o Confúcio que o que mais preocupava um soberano não era a quantidade de terras e pessoas comuns possuídos, mas sim a imparcialidade e justiça na administração), o espírito bondoso de não se dar aos outros aquilo de que não se gosta, e a consciência do justo meio e importância da harmonia, valores esses que, porém, já foram esquecidos pelos adolescentes e jovens de Macau, o que é bastante preocupante.

Disse um educador famoso o seguinte: há três coisas que são fundamentais para o bem-estar da sociedade, as quais são precisamente a verdade, a integridade e o amor. Os jovens e adolescentes representam a esperança e o futuro de Macau. Como tal, é fundamental introduzir neles as qualidades acima referidas. Acho que existem quatro faltas principais no modelo de educação da RAEM. Em primeiro lugar, a aquisição dos conhecimentos culturais tradicionais é feita apenas nas aulas, e sobretudo nas aulas das disciplinas de Chinês e de História. No entanto, não se costuma atribuir grande atenção à disciplina de História, cujos materiais de ensino são normalmente monótonos e pouco atraentes, sendo as respectivas aulas dadas de forma a fazer sermões e desarticuladas

com a realidade, de modo a causar frequentemente ressentimento aos alunos. Em segundo lugar, devido aos objectivos definidos claramente pelas escolas e pelos pais, de que os alunos têm de aprender o suficiente para poder prosseguir os estudos no ensino superior, é deixada de lado a finalidade de criar nos alunos valores culturais, concepção de vida e juízos de valores correctos, bem como virtudes fundamentais. Sendo influenciados pelo utilitarismo e pelo pragmatismo, os alunos normalmente não gastam tempo e energia para aperfeiçoar-se nos mencionados aspectos. Em terceiro lugar, regista-se a falta de sistematicidade e coerência na ordenação dos materiais para a transmissão dos conhecimentos culturais tradicionais. Do ensino pré-escolar ao ensino secundário, há um número incontável de disciplinas, não se podendo encontrar, porém, nenhuma disciplina que se destine propriamente ao ensino do conteúdo referido. Em último lugar, constata-se uma distância evidente entre a meta de formar jovens com qualidades morais supramencionadas e o nível do ensino registado nos professores no que diz respeito à matéria que se pretende introduzir. A divisão de turmas de letras e turmas de ciência, realizada nos últimos anos do ensino secundário, e a procura de sucesso na ingressão pelos seus alunos nas instituições de ensino superior, fazem com que se esvazie nos docentes o sentido de responsabilidade pela educação moral e pela transmissão de conhecimentos culturais tradicionais.

Relativamente ao domínio do ensino superior, penso que se as instituições de ensino superior não puderem formar profissionais de qualidade, não se pode falar da concretização do projecto de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Na RAEM há dez instituições de ensino superior, as quais devem estar dotadas de características diferentes, formando pessoas talentosas em diversas áreas específicas. Sendo uma instituição pública, o Instituto Politécnico de Macau conseguiu grande desenvolvimento, criou áreas especializadas diversificadas e formou uma instituição de ensino superior bastante integrada. Sugiro a combinação do IPM com outro instituto de ensino superior, de modo a formar uma universidade, alcançando maior sucesso com os mesmos recursos. Acredito que esta medida pode contribuir para melhorar o nível do ensino superior de Macau, formando mais pessoas talentosas de áreas específicas.

Não será fácil a correcção da falha atrás mencionada. Penso que o Sr. Secretário precisa de gastar muito tempo e energia para encontrar estratégias que visem a solução deste problema. A formação de peritos sem qualidades humanitárias não significa o sucesso da educação. Nem esta falha pode ser remediada com o lançamento de mais verbas para a atribuição de subsídios, prémios e financiamentos.

Quanto à formação profissional, regista-se, na RAEM, uma falta muito acentuada das escolas técnico-profissionais, as quais não podem formar recursos humanos necessários para o desenvolvimento de diferentes sectores. Foi um grande prazer ouvir o Sr. Secretário falar da possibilidade de cooperar com as escolas técnico-profissionais do Interior da China, partilhando os recursos existentes. A meu ver, esta seria a estratégia melhor, mais prática, mais eficaz, e que se insere muito bem no enquadramento de cooperação regional, para a resolução do problema existente. Sugiro ao Sr. Secretário que acelere a concretização do respectivo projecto, pois em Cantão há sessenta e sete escolas técnico-profissionais de nível médio, que oferecem cursos pertencentes a cento e doze áreas específicas nos sectores primário, secundário e terciário, e cuja qualidade de ensino é muito boa em comparação com outras escolas similares localizadas noutras cidades da China. Estes cursos são muito práticos, sendo a taxa de emprego dos alunos graduados quase

de cem por cento. Portanto, seria uma grande vantagem para a RAEM, o aproveitamento de um recurso tão precioso.

Sugiro também a promoção das referidas escolas técnico-profissionais, encorajando os alunos que não tenham talento para estudar na universidade a matricular-se nestas escolas, atribuindo-lhes subsídios de modo que possam frequentar gratuitamente os respectivos cursos, tratando igualmente dos assuntos em matéria de reconhecimento de habilitações académicas e de regime de credenciação. A mesma cooperação também pode ser alargada para a formação contínua e para o apoio ao reemprego. Que eu saiba, as respectivas unidades de Cantão estão muito interessadas em desenvolver a respectiva cooperação. Peço ao Sr. Secretário que coloque este assunto na ordem do dia para ser devidamente estudado e analisado.

Por fim, queria abordar a questão dos jovens. Nas LAG, o Sr. Secretário definiu muitas medidas para apoiar o desenvolvimento dos jovens locais. Na minha opinião, é muito importante perceber os jovens e conhecer os problemas com que se deparam, de modo a os orientar adequadamente, estimulando neles as capacidades de vencer as dificuldades com autonomia, e de montar negócios livremente. Neste sentido, os apoios atribuídos não podem ser demasiados. Senão, a atenção vai-se transformar num tipo de mimo prejudicial, impedindo o crescimento da nova geração. Dizem muito bem os chineses: Os heróis nascem das adversidades e não nos confortos. O que se pode verificar é que em Macau, quando não conseguirem arranjar emprego, os jovens pedem ajuda ao Governo; depois de terem conseguido emprego, pedem melhores remunerações, reclamando inclusivamente a solução pela Administração do problema de habitação. Tenho o receio de que um dia, eles vão pedir ao Governo para arranjar esposa. Hoje em dia, os jovens já formam uma força política bastante grande. Se forem bem orientados, podem contribuir positivamente para a evolução da sociedade de Macau. Caso contrário, incitados por pessoas com determinados objectivos, transformar-se-ão num tipo de revolucionários que participem activamente nos movimentos sociais. Os problemas ligados aos jovens nascidos após o ano de 1980 ou de 1990, demonstraram as falhas cometidas em tempo anterior. Devemos aprender com a experiência negativa, de modo a prevenir o surgimento de jovens problemáticos nascidos após o ano de 2000.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

A área dos Assuntos Sociais e Cultura é uma área bastante abrangente, que envolve não só assuntos referentes à vida da população, mas também ao desenvolvimento de sectores económicos. Hoje queria mencionar a questão do bom aproveitamento dos recursos públicos e do evitar do desperdício. Com a aproximação dos finais do ano, comecei a receber muitos cartões de calendário de desenhos e tamanhos diferentes, emitidos pelos diversos órgãos governamentais, os quais me fazem pensar na quantidade de dinheiro gasto na organização de múltiplas actividades, nomeadamente para convidar personalidades famosas para o corte da fita inaugural. É verdade que após a transferência da soberania de Macau, se tem

registado na RAEM grande desenvolvimento económico, sendo abundantes as receitas provenientes dos impostos. No entanto, também se regista carência de instalações sociais, necessárias para o melhoramento da vida da população. Nos quase onze anos de história da RAEM, os orçamentos governamentais aumentaram espectacularmente. Tomando como exemplo o domínio da educação, as despesas para o ano financeiro de 2011 triplicaram. Imaginem a quantidade de instalações que podíamos construir com o dinheiro poupado diminuindo 5% de orçamentos governamentais. Com o acúmulo de dez anos, na RAEM haveria creches e asilos para idosos suficientes. Apelo, portanto, para a evitação dos gastos desnecessários, ainda que para já, não tenhamos falta de recursos.

A segunda questão que queria abordar tem a ver com a perda das funções da família por causa do desenvolvimento socioeconómico da RAEM. Perante esta situação, é preciso prestar serviços sociais e comunitários, de modo a ajudar os pais a tomar conta das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Senão, daqui a oito ou dez anos, a sociedade vai sofrer com as consequências funestas. Não sei qual é o projecto elaborado pelo Governo para a solução do referido problema. Nos lugares exteriores, os serviços sociais são prestados sobretudo pelas organizações privadas não-lucrativas, as quais têm a vantagem de ser flexíveis no cumprimento das respectivas funções. Em Macau, o que se verifica é a delimitação, através da adjudicação de serviços às empresas lucrativas, do espaço de desenvolvimento do terceiro sector na prestação de serviços sociais e comunitários. Acho que é preciso ponderar com cuidado a vantagem e desvantagem da adopção desta estratégia.

Também não são poucos os problemas referentes à atribuição de subsídios às escolas particulares. O Governo está a lançar bastantes recursos públicos na educação. Há pouco, o Sr. Secretário falou do aumento de 5% de subsídio de escolaridade gratuita por turma. Não sei se o Sr. Secretário sabe que no ano lectivo 2009/2010, havia turmas que receberam subsídio do Governo, que tinham apenas cinco alunos, número esse que corresponde apenas a um quinto do número normal que uma turma deve ter.

A propósito do número de alunos por turma, há problemas nas turmas do ensino primário privado, nomeadamente do quinto ano ao primeiro ano, em que se regista uma diminuição gradual do número de alunos. após vários anos, o mesmo problema vai aparecer no ensino secundário. Ouvi falar do planeamento de dez anos e procurei na *internet* as respectivas informações, tendo encontrado duas notícias: uma foi publicada em Janeiro e a outra em Outubro, sendo ambas sobre a apresentação do respectivo planeamento, não tendo sido fornecidas, porém, informações sobre o conteúdo deste planeamento. Prestei atenção ao referido planeamento porque queria saber mais sobre a definição da relação entre o número de alunos por turma e o lançamento de subsídios.

Tal como muitos colegas, também queria saber quando é que pode chegar ao hemiciclo o Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior. Com efeito, já se passou muito tempo desde o lançamento de inquéritos em 2002, e a realização da consulta pública em 2007 e 2008. Espero que no próximo ano possamos começar a discutir a respectiva Proposta de Lei.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, o pessoal docente das instituições educativas exercem uma actividade de interesse público. Não sei se é razoável a distância existente entre os docentes das escolas particulares e os docentes das escolas oficiais em termos do ordenado. Como é sabido que o salário anual

médio dos primeiros é de duzentas mil patacas, ao passo que os últimos têm no mínimo um salário anual de trezentas mil patacas, salário esse que corresponde a um índice de 360 pontos. Na abundância dos recursos públicos, pergunto por que é que se remuneram, desta forma, os professores do ensino privado que exercem uma actividade de interesse público. Com o aumento de 5% de subsídio de escolaridade gratuita por turma, o qual serve inclusivamente para o pagamento do ordenado dos professores, no próximo ano, os ordenados dos professores das escolas privadas devem ter um aumento de 5%. Se não houver esta subida de ordenado, o que é que podemos fazer?

Portanto, aqui existe o problema de aproveitamento dos subsídios atribuídos. As autoridades definem projectos de concessão de subsídios, cujo aproveitamento precisa de ser acompanhado, de modo a garantir que os recursos são utilizados nos lugares necessários.

Ao contrário de muitos outros governos no mundo que têm falta de recursos, o Governo da RAEM dispõe de grande quantidade de verbas, as quais permitem à Administração prestar apoio aos diversos sectores, promovendo o seu desenvolvimento. Assim, são definidas políticas de investimento, fornecidas informações necessárias, criados processos para o comércio, contruídas plataformas sólidas, concedidos empréstimo de capitais e arranjos parceiros do negócio.

Perante esta situação, precisamos de prestar atenção à qualidade de vida da população, procurando manter certo equilíbrio no que diz respeito aos apoios atribuídos.

No início da reunião, o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong sugeriu o alargamento da cobertura do regime de atribuição de subsídios financeiros, considerando como seu beneficiário as famílias com receita total inferior a 1,5 vezes o índice do risco social. Concorde com a sua sugestão. Na investigação das receitas familiares, são distinguidas cinco tipos de famílias com receitas diversificadas. A meu ver, as famílias vulneráveis não são o grupo social com mais problemas, uma vez que recebem uma série de subsídios. O grupo que segue imediatamente tem ainda mais dificuldades, porque não lhe são concedidos subsídios, nem lhes são resolvidos o problema referente à habitação. Com a persistência de problemas de carácter estrutural, este grupo social encontra-se numa situação miserável. É de saber que os projectos de atribuição de subsídios podem influenciar até o nível dos ordenados. Os residentes que vivem na habitação social alugada, não gostam de ter aumento do ordenado, porque o aumento do salário significa a subida da renda, ou a perda da qualidade de viver neste tipo de habitação. Por outro lado, a medida da atribuição do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho também é uma medida que apoia as pequenas empresas.

Às vezes podemos constatar na declaração de vencimento com conteúdo muito estranho, como por exemplo, a compensação pecuniária para a prestação de serviços durante três meses, em duzentas e oito horas, foi apenas oitocentas patacas. Penso que devemos reflectir sobre as políticas definidas. Precisamos de saber o que falta à população e que tipo de mecanismo pode ajudar verdadeiramente os grupos sociais com dificuldades económicas.

Ainda tenho um pouco de tempo, vou aproveitá-lo para aprofundar a análise da questão da perda das funções da família, causada pelo desenvolvimento socioeconómico do Território. Os idosos e as crianças são os membros familiares mais afectados. Os

idosos precisam sobretudo de ir ao médico, aproveitando o serviço de ambulância quando não há outra alternativa. O pior são as crianças que estudam nos últimos três anos do ensino primário e nos primeiros três anos do ensino secundário. Depois de saírem da escola, estes adolescentes ou ficam em casa a jogar nas máquinas, tornando-se, assim, uns adolescentes anónimos; ou reúnem-se nos espaços públicos, tais como nos jardins, brincando, fumando e divertindo-se. Quando eles voltam para casa à uma ou duas horas da madrugada, os seus pais ainda estão a trabalhar, pois hoje a nossa sociedade funciona durante vinte e quatro horas. 90% de graduados das escolas secundárias podem ingressar nas instituições de ensino superior, pois na RAEM há muitas instituições destas, nomeadamente a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, o Instituto de Formação Turística, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, e a Escola de Enfermagem e Partejamento Kiang Wu. Se quiserem, os jovens locais ainda podem estudar nas universidades em Taiwan e no Interior da China. Todos os anos, há, no entanto, alunos excluídos das escolas primárias e secundárias, principalmente os que estudavam no sétimo ou oitavo ano. São alunos que nenhuma escola quer acolher. Pergunto o que é que a sociedade de Macau pode fazer para ajudar estes adolescentes.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

No domínio da acção social, o Sr. Secretário definiu o objectivo de criação activa de zonas comunitárias saudáveis e harmoniosas. Concorde perfeitamente com a definição desta meta que se pretende atingir no próximo ano. Queria, porém, apontar para a existência dos seguintes problemas, aos quais espero que o Sr. Secretário possa prestar atenção, dando as respectivas respostas.

O primeiro problema que queria abordar tem a ver com o mecanismo de consulta pública, sobre o qual os cidadãos têm muitas opiniões. Na elaboração de novas políticas, normalmente realizam-se consultas públicas. Demora-se normalmente muito tempo, mas não se vêem resultados. Esta falha é registada em todas as secretarias, algumas das quais fizeram aperfeiçoamentos. Esperamos que os respectivos melhoramentos possam ser generalizados para todas as áreas da Administração.

A prestação de serviços de tratamento com Metadona por um centro de saúde localizado na zona da Areia Preta, levou ao desfile e à apresentação do abaixo-assinado pelos residentes e escolas estabelecidas em lugares perto, os quais reivindicaram o respeito da Administração na tomada da respectiva decisão, assim como o direito fundamental de expressar as suas opiniões.

Acredito que os cidadãos são racionais, os quais vão aceitar a explicação do Governo. Que eu saiba, o que os residentes reclamam é a consulta da sua opinião antes da adopção da respectiva medida. Os habitantes compreendem que Macau é um território com alta densidade populacional, e portanto, problemas semelhantes vão aparecer sucessivamente. Também acho que toda a sociedade deve reflectir sobre a causa que levou ao aparecimento do referido incidente, de modo a prevenir a repetição dos mesmos conflitos, que desperdiçam os recursos públicos e prejudicam a harmonia da sociedade, conduzindo a consequências funestas que afectariam

todos os cidadãos. Espero que o Sr. Secretário possa prestar grande atenção a este assunto e resolver o conflito adequadamente.

No que diz respeito aos serviços de reabilitação, em Junho deste ano, os responsáveis da Comissão para os Assuntos de Reabilitação anunciaram a publicação, no ano corrente, do diploma legal sobre o regime de subsídios atribuídos aos deficientes. No entanto, em Outubro os mesmos responsáveis disseram que, por causa da necessidade da consideração das opiniões dos respectivos órgãos governamentais e da apreciação do referido diploma legal pelo Conselho Executivo, o mesmo já não pode ser promulgado em 2010. Visto que a mencionada Comissão não conseguiu indicar a data da conclusão dos respectivos trabalhos de legislar, queria perguntar ao Sr. Secretário quando é que o novo regime pode ser implementado. Queria chamar a atenção para a desilusão causada aos cidadãos deficientes e a falta de respeito pelos direitos e dignidade dos mesmos indivíduos, que se podem verificar no atraso da revisão e modificação do respectivo regime de subsídios. Por outro lado, também não foi promulgado o regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, razão pela qual as instituições de serviços sociais têm a opinião de que não há novidades nas Linhas de Acção Governativa. As mesmas instituições criticaram a falta de regulamentos legais e planos a longo prazo que visem o reforço de serviços prestados aos cidadãos deficientes, tendo manifestado o desejo de que o Governo apresente, nas LAG e com clareza, planos referentes à construção de asilos e centros destinados aos referidos indivíduos, assim como ao aumento de subsídios atribuídos aos deficientes e aos auxiliares de reabilitação, para além de concluir, o mais rapidamente possível, os trabalhos relacionados com a criação do regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, de modo a revelar a atenção que a sociedade de Macau tem para com os cidadãos deficientes. Em relação a este assunto, gostaria de ouvir a resposta do Sr. Secretário.

Em relação à insuficiência de vagas oferecidas pelas creches, mencionada há pouco por alguns colegas, queria prestar atenção a determinados dados estatísticos que provocam inevitavelmente certa inquietação e preocupação com o referido problema. Perante a grande falta de vagas nas creches, a qual levou os pais a fazerem fila fora das creches durante toda a noite para poder fazer a inscrição no dia seguinte, o Instituto de Acção Social fez os respectivos estudos e obteve o indício mais actualizado, o qual aponta para a necessidade, em 2015, de 2742 vagas nas creches locais. Para resolver o problema, o IAS tomou uma série de medidas que visam a construção de novas creches e ampliação das antigas. Segundo a estimativa do mesmo órgão governamental, em 2015, as creches de Macau podem oferecer mais 1800 vagas, as quais, porém, apresentam uma diferença de quase mil vagas em comparação com a necessidade prevista. A propósito disso, queria perguntar ao Sr. Secretário qual é a sua opinião sobre a diferença existente entre estes dois números. Sabe-se que muitos pais do Território esperam ouvir a resposta do Sr. Secretário.

A outra falha evidente que se pode verificar nas LAG, na área dos Assuntos Sociais e Cultura, é a inexistência de referências sobre o funcionamento do Fundo de Segurança Social, nomeadamente sobre a articulação com a área da Economia e Finanças para garantir a sustentabilidade do mesmo Fundo. Todos os cidadãos de Macau prestam muita atenção à gestão do Fundo de Segurança Social e do Fundo de Previdência Central, assim como às estratégias adoptadas para fazer frente à inflação e para a valorização dos respectivos fundos. Apesar do grande passo dado na construção do sistema de segurança social a dois níveis, existem ainda espaços de melhoria quanto à garantia oferecida à população, em relação

aos quais, gostaria de apresentar as seguintes sugestões.

Sugiro a implementação, em benefício de toda a população da RAEM, de um programa geral de cuidados médicos, pois neste momento, só uma parte dos cidadãos, designadamente os doentes com cancro, gozam da regalia de cuidados médicos gratuitos. Da mesma maneira, são insuficientes as instalações e os serviços sociais nomeadamente no âmbito de reabilitação e de educação especial. Nem há garantia suficiente de habitação, sendo igualmente necessário o reforço da qualidade do ensino.

Perante as insuficiências acima referidas, o Governo da RAEM tem a responsabilidade de definir políticas e tomar medidas para o melhoramento, fornecendo à população de Macau um sistema de segurança social integral, que vise a garantia de habitação, cuidados médicos e educação, de cuidados prestados aos idosos, e de outros serviços sociais. Sendo a secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura a secretaria mais directamente ligada ao assunto mencionado, queria perguntar ao Sr. Secretário quais são os projectos de que dispõe, que visem a optimização do nível global de segurança social. Gostaria de obter a resposta do Sr. Secretário em relação a esta pergunta.

Ainda queria prestar atenção à evolução dos trabalhos referentes ao controlo do tabaco, o que é fundamental para a saúde da geração futura. Segundo os dados estatísticos, todos os anos, seiscentas mil pessoas morrem do fumo em segunda mão, quase um terço das quais são crianças; em 2030, em cada seis fumadores, um morrerá por causa deste vício. Espero que os respectivos serviços públicos possam dar importância aos respectivos relatórios de investigação, e ser determinantes no controlo do tabaco, protegendo activamente a saúde dos residentes, e tornando Macau num verdadeiro espaço de vida sem fumo. Podemos constatar os respectivos sucessos registados em outros países e regiões, nomeadamente em Hong Kong e na China Continental, em que é proibido fumar nos lugares públicos a partir do dia 1 de Janeiro de 2011. As experiências de Hong Kong demonstraram que o controlo do tabaco não traz influências negativas aos negócios. A RAEM, por sua vez, tem que se esforçar pela aplicação, em Macau, da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco. Temos pena, pois, com a impossibilidade da discussão e aprovação, em 2010, da Proposta de Lei de «Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo». Espero que as autoridades possam acelerar os respectivos trabalhos de legislar.

Quanto às políticas referentes à protecção da população da terceira idade, primeiro queria saber por que é que não se conseguiu levar a cabo, o projecto previsto nas LAG para o ano financeiro de 2010, sobre a conclusão, em 2011, das obras de construção, na Taipa, de um asilo para idosos de grande dimensão, o qual oferecerá trezentas vagas para o acolhimento de cidadãos seniores necessitados. É de saber que em Junho deste ano fechou um asilo privado, e a insuficiência das vagas dos asilos tornou-se ainda mais acentuada. Segundo foi anunciado, o referido projecto só pode ser concluído no quarto trimestre do ano de 2012. Queria ouvir a explicação do Sr. Secretário sobre o adiamento da data da conclusão das respectivas obras. Para além disso, também queria pedir ao Sr. Secretário que forneça mais informações sobre os serviços prestados aos residentes idosos, assim como as medidas adoptadas para a solução do problema da grande insuficiência das vagas dos asilos.

De acordo com a estimativa sobre as características da população residencial no período compreendido entre 2007 e 2031, registar-se-á um processo de envelhecimento da população da RAEM. Sendo

assim, queria saber que políticas e medidas concretas vão ser tomadas pelo Sr. Secretário nos próximos vinte anos, para proteger e cuidar dos idosos do Território. Em Março do ano corrente, na discussão das LAG, sugiro a criação, a par da construção do hospital nas Ilhas, de uma zona comunitária para a terceira idade, que inclua residências para os idosos, asilos, centros de dia, centros de convívio, e centros para idosos com deficiência. Espero ouvir a opinião do Sr. Secretário sobre esta sugestão.

Queria também aproveitar esta oportunidade para prestar atenção aos trabalhos referentes à legislação para a protecção dos cidadãos seniores. Segundo estava previsto, a elaboração do texto da respectiva proposta de lei devia ser concluída em Dezembro de 2009, em Setembro de 2010 devia ter realizado todos os trabalhos de elaboração, de apreciação e de aprovação da versão definitiva do mesmo texto. No entanto, conforme as LAG para o ano de 2011, os respectivos trabalhos serão concluídos apenas no segundo trimestre de 2013. Deste modo, quem não conheça bem o mencionado projecto, pode pensar que se trata de um projecto novo que aparece agora. Queria perguntar ao Sr. Secretário se as autoridades responsáveis pelo respectivo projecto têm culpa no adiamento da publicação do respectivo diploma legal, e qual é a explicação que o Sr. Secretário pretende dar aos cidadãos idosos de Macau.

O desenvolvimento dos jovens vai ser o último aspecto a que queria prestar atenção. Tanto na apresentação feita pelo Sr. Secretário há pouco, como no texto das LAG, está prevista a realização de revisão e modificação dos diplomas legais publicados nos últimos anos, que visam o desenvolvimento integral dos jovens locais, e que são duzentos e tal na sua totalidade. No ano corrente foram feitas a revisão e a modificação do “Projecto dos serviços juvenis na área do jogo” e do “Projecto dos serviços juvenis na área dos comportamentos desviantes”. Tenho a seguinte dúvida: quanto tempo é necessário para a optimização do sistema legal de trabalhos juvenis? Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar com pormenores como serão desencadeados os respectivos trabalhos, de modo que possamos colaborar tendo em consideração as realidades de Macau, e que as associações juvenis façam planeamento de acordo com as políticas definidas pela Administração.

Estas são perguntas que queria fazer na esperança de obter a resposta do Sr. Secretário.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Não sei se os Senhores repararam que nos últimos anos, um casal tem vindo à Assembleia Legislativa ouvir a discussão sobre as Linhas da Acção Governativa, prestando atenção sobretudo aos assuntos do domínio da Saúde. Hoje eles também vieram. O senhor Vong que está sentado na cadeira de rodas é vítima de dois acidentes médicos. Em Março de 2001, uma operação de proctoscope, realizada no Centro Hospitalar Conde de São Januário, causou-lhe uma perfuração intestinal. Dois meses depois, ele foi operado outra vez e na operação o médico deixou na sua barriga três cliques metálicos, os quais foram detectados por um hospital em Cantão. Porém, o Senhor Vong ficou paralisado para sempre por causa deste erro. Durante os dez anos passados, o Senhor Vong tentou suicidar-se

várias vezes, tendo saltado de um prédio alto e da ponte. Agora está muito frágil de saúde.

O Sr. Chan tem uma filha com quinze anos que se transformou numa pessoa vegetal por causa de uma operação que recebeu no Centro Hospitalar Conde de São Januário. Durante os seis anos passados, o Sr. Chan fez reclamações e pediu ajuda inúmeras vezes aos respectivos órgãos governamentais e junto do Chefe do Executivo. Em Janeiro do ano passado, ele entregou outra vez ao Chefe do Executivo uma carta de reclamação, em cujo envelope estavam escritos seis caracteres: “A moralidade já foi esquecida e a lei está corrompida”. O que ele disse talvez seja um exagero, tendo mostrado, porém, o desespero deste cidadão com o sistema de saúde da RAEM e o sofrimento que os acidentes médicos trazem às vítimas e aos seus familiares.

Sem dúvida, a vida humana é a coisa mais preciosa do mundo, e os acidentes médicos podem destruir a felicidade de um indivíduo ou de uma família. Tanto as vítimas, como os cidadãos em geral, estão ansiosos por ver a publicação da Lei do acidente médico. É verdade que há sempre discussões sobre a qualidade das operações e dos projectos de tratamento médico, não sendo fácil definir os acidentes médicos. Às vezes, mesmo que o juiz tenha atribuído a respectiva sentença, a parte não acredita que o médico não tenha cometido erros. Regista-se, assim, a intensificação das contradições sociais. Nos últimos anos, temos recebido cada vez mais reclamações e pedidos de ajuda no que diz respeito à matéria em análise, sentindo-nos, porém, impotentes com a situação, porque não existe nenhuma lei que possamos seguir. Acho que qualquer governo responsável deve procurar prevenir e eliminar os conflitos sociais. Ao promover a ligação com o mundo internacional, o Governo da RAEM sabe que em muitos países e regiões há a lei do acidente médico e há a procura constante de fornecimento da maior garantia ao povo nesta matéria? Em Março do ano corrente, na discussão das LAG, o Sr. Secretário disse que a criação do Conselho de Assuntos Médicos e a elaboração da Lei do acidente médico seriam os dois trabalhos mais importantes a realizar no ano de 2010. Todavia, nas LAG para o ano de 2011, só está prevista a criação do Conselho de Assuntos Médicos (que vai ser em Janeiro do próximo ano, segundo o Sr. Director Lei), mas não se encontram referências sobre a Lei do acidente médico e a evolução dos respectivos trabalhos. Não sei se houve mudança na atitude assumida pelo Governo no que diz respeito ao referido assunto. Pode ser que o Governo esteja preocupado com o nível dos serviços médicos fornecidos nas respectivas instalações da RAEM, e hesite em elaborar a respectiva Lei.

Após a realização da terceira edição do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a formação de profissionais bilingues de língua chinesa e portuguesa e de profissionais especializados em Direito, tornou-se o tema da discussão na sociedade de Macau, tendo-se registado sugestões sobre a criação do centro de línguas e da Universidade de ciência política e Direito. Estas opiniões levaram-me a prestar atenção à respectiva situação. Em Macau, há mais do que uma instituição de ensino superior que ministram cursos de licenciatura em direito e cursos de licenciatura de tradução chinês/português ou de língua portuguesa. Onze anos depois da transferência da soberania de Macau, é constatada a falta de profissionais especializados em Direito e em tradução chinês/português. À primeira vista, a razão do desequilíbrio entre a procura e a oferta é atribuída à pequena quantidade de graduados dos respectivos cursos universitários. No entanto, os seguintes dados estatísticos não apoiam esta suposição.

Segundo os respectivos dados estatísticos, no ano lectivo 2008/2009, houve seiscentos e cinquenta e nove estudantes locais que estudaram nos cursos de licenciatura em direito, e trezentos e setenta e sete nos cursos de licenciatura em tradução; no ano lectivo 2007/2008, houve trezentos e cinco estudantes que estudaram nos cursos de licenciatura em direito, e cento e oitenta nos cursos de licenciatura em tradução. Ontem, a Universidade de Macau colocou um anúncio no jornal, em que se refere que durante vinte e dois anos, a Faculdade de Direito da U.M. formou mais de mil licenciados em direito, oferecendo também cursos únicos de línguas estrangeiras diversas aos alunos de níveis diferenciados. Para além da Universidade de Macau, outras instituições de ensino superior também formam profissionais das mesmas áreas. Portanto, o número de licenciados nas respectivas áreas deve atingir mil pessoas. Nesta situação, por que é que há carência extremamente acentuada de profissionais nestas duas áreas? Um amigo do domínio judicial disse várias vezes que queria muito empregar os licenciados formados nas universidades locais, o que, porém, dificilmente se pode tornar uma realidade. Em tempo passado houve cursos de formação para ingresso na magistratura. Em duzentos candidatos, poucos obtiveram notas positivas no exame de admissão, o que revelou a fraca qualidade dos licenciados formados nas universidades locais.

Nisto, lembrei-me de um comentário feito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Última Instância: Por um lado, precisamos de juristas qualificados para trabalharem nos órgãos judiciais, administrativos e legislativos; por outro lado, grande quantidade de licenciados em direito não têm oportunidade para trabalhar na área correspondente. Perante esta situação, talvez o Governo da RAEM e as respectivas universidades precisem de reflectir sobre os problemas existentes.

Penso que as instituições de ensino superior devem formar profissionais que vão ao encontro das necessidades da sociedade, o que é básico nos objectivos da educação universitária. No caso da faculdade de direito, o facto de os seus alunos não serem suficientemente qualificados para poderem trabalhar nos respectivos postos, tem que ser encarado com seriedade, sendo necessário fazer a revisão do problema. Segundo a opinião do Sr. Secretário, como é que se pode fazer o respectivo ajustamento? É preciso fazer uma reforma aos cursos de licenciatura em direito? O Governo de Macau aumenta o investimento na educação todos os anos, o qual atinge oito biliões e quinhentos milhões de patacas no próximo ano, ocupando uma percentagem de 16% em relação à totalidade do orçamento. Penso que não há ninguém que se oponha ao lançamento de mais verbas na educação. Não se pode negligenciar um problema, que é precisamente o melhoramento simultâneo da qualidade do ensino.

Em relação ao domínio do desporto, apresento os meus parabéns pelos resultados obtidos nos Jogos Asiáticos. No entanto, queria chamar a atenção para a insuficiência do tempo de treino, a falta de treinadores, a falta de lugar para treinar e a falta de subsídios para o treino contínuo, faltas essas que foram mencionadas pelos participantes quando foram entrevistados em Cantão. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem lançado bastantes recursos públicos para apoiar o desenvolvimento do desporto e das actividades recreativas, sendo atribuídas setecentos e trinta milhões de patacas no próximo ano. Perante a queixa dos desportistas, queria saber quais são os recursos gastos para os apoiar directamente.

O Governo da RAEM promove o Plano de talentos do desporto. Contudo, há desportistas que apontaram para a falta de clareza das

respectivas políticas, em que não há considerações pormenorizadas sobre o desenvolvimento futuro dos desportistas, nomeadamente não há referências sobre o modo da manutenção da sobrevivência depois de retirar-se da respectiva vida profissional. Sendo assim, muitos desportistas não se atrevem a abandonar o emprego. Sr. Secretário, peço-lhe para fornecer informações sobre as medidas concretas adoptadas para formar os desportistas profissionais.

No que diz respeito aos apoios prestados aos cidadãos com deficiência, acho que o Governo deve atribuir mais atenção a estes indivíduos, aperfeiçoando sobretudo os respectivos diplomas legais. Amanhã é o Dia Internacional dos Deficientes, tendo as associações dos deficientes exprimido as respectivas opiniões nos jornais nos últimos dias, pedindo a promulgação mais rápida possível do regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, o que se considera fundamental para a prestação de apoios aos residentes portadores de deficiência. Com efeito, actualmente não há instalações suficientes ao serviço dos mesmos indivíduos, nem há legislação que vise o regulamento das acções de apoio. Portanto, tanto os *hardwares* como os *softwares* precisam de ser reforçados. Os representantes governamentais costumam dizer que a RAEM cumpria a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Questiono se o princípio de igualdade e não-discriminação desta Convenção é realmente respeitado pelas entidades públicas e privadas da RAEM. Nos países e regiões desenvolvidos, os subsídios financeiros são atribuídos às pessoas deficientes com idade de, ou superior a dezoito anos, considerando-as como independentes da família a que pertencem. O Governo da RAEM pode conceder aos respectivos indivíduos a mesma regalia? Dizem os familiares dos deficientes de Macau que não sabiam quando é que os deficientes de Macau podiam gozar dos benefícios definidos na mencionada convenção internacional. Queria pedir ao Sr. Secretário para responder à seguinte pergunta: há distância entre a RAEM enquanto cidade internacional, e outros países e regiões desenvolvidos, no que diz respeito ao tratamento das pessoas deficientes?

Apoio o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, pois dizem muito bem os chineses: “Viver até à velhice e aprender até à velhice”. No próximo ano o Governo lançará quinhentos milhões de patacas para apoiar o mencionado projecto, concedendo a cada um dos cidadãos que reúnam as condições exigidas cinco mil patacas, no máximo, para frequentar os respectivos cursos. Na RAEM, existem muitas instituições públicas, nomeadamente a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, e o Instituto de Formação Turística, que oferecem todos os anos inúmeros cursos de formação, a maior parte dos quais são gratuitos, bem como noventa e tal instituições de formação privadas, tendo os cidadãos muitas escolhas para enriquecer o conhecimento e adquirir novas habilidades. Queria prestar atenção às medidas que podem ser tomadas para evitar a subida das propinas pelas empresas privadas, tal como acontece no caso de cupões de saúde.

Queria também apontar para a necessidade de o Governo promover a contrução de hotéis económicos, de modo a satisfazer as necessidades de turistas de características diferentes, preenchendo as lacunas surgidas com a proibição das pensões ilegais. Com efeito, nos últimos anos, nos feriados e grandes festas, os preços dos quartos dos hotéis multiplicam-se, o que é prejudicial para o desenvolvimento do sector do turismo da RAEM.

Nas LAG para o ano de 2011, o Sr. Secretário apela para o jogo

com responsabilidade, chamada de atenção essa que é dirigida sobretudo aos jovens de Macau. É de saber que a maior parte dos «croupiers» que trabalham nos casinos são jovens. Antigamente, por causa das regras internas da empresa do jogo a que pertenciam, eles eram proibidos de jogar nos casinos. Hoje em dia, com a liberalização do jogo, estes indivíduos podem jogar noutros casinos, estando-se, assim, perante uma situação incontroável. Queria saber que opinião é que o Sr. Secretário tem relativamente ao referido fenómeno.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

A primeira questão que queria abordar tem a ver com a distribuição e aproveitamento dos recursos públicos atribuídos na educação. É do reconhecimento comum que os profissionais altamente qualificados são a garantia do desenvolvimento da sociedade. No entanto, os profissionais necessários para a sociedade não são formados exclusivamente nas universidades, ou seja, nos cursos convencionais universitários. Sem dúvida, na fase actual, é preciso promover o ensino superior, de modo a melhorar a qualidade geral da população do Território. E é verdade que grande parte de graduados dos cursos de licenciatura entra no mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da RAEM.

Actualmente, em Macau existem mais de dez instituições de ensino superior, as quais são suficientes para um Território pequeno como Macau. O que faz falta talvez seja uma educação sistemática técnico-profissional, que satisfaça as necessidades sentidas no mercado de trabalho local. Com efeito, os respectivos cursos ministrados pelas instituições locais não se formaram num sistema, e não têm a força suficiente para impulsionar o desenvolvimento dos diversos sectores de Macau, melhorando o nível dos serviços prestados, ideia essa que foi exprimida há pouco pelo Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Nas Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2011, o Governo da RAEM definiu a política de reforço das formações técnico-profissionais, de modo a melhorar a qualidade dos recursos humanos locais. Penso que este objectivo pode ser atingido através da reforma do ensino não superior, permitindo aos alunos escolher o rumo do desenvolvimento futuro segundo a sua propensão e interesse, seguindo, por exemplo, a variante de educação técnico-profissional ou de educação integral. Para estimular a adesão dos alunos à formação técnico-profissional, o Governo pode criar regimes de credenciação, atribuindo o grau de licenciatura mediante avaliações realizadas nos períodos indicados. Julgo que estas ideias podem traduzir o espírito inerente das políticas definidas para o próximo ano, nas áreas da Economia e Finanças e dos Assuntos Sociais e Cultura. Queria perguntar se os respectivos órgãos governamentais vão introduzir modificações no sistema de ensino não superior, de modo a implementar as ideias acima mencionadas.

Tal como indicou o Sr. Deputado Chan Meng Kam, há necessidade de construir hotéis de duas ou três estrelas, de modo a servir os turistas que tenham necessidades diversificadas. Sendo os

dois grandes pilares da economia de Macau, os sectores de turismo e do jogo constituem as peças mais importantes de uma cadeia industrial, assim como a base para a sobrevivência das numerosas pequenas e médias empresas. Para o desenvolvimento saudável do sector turístico, é fundamental aperfeiçoar os respectivos diplomas legais, e fornecer suficientes instalações hoteleiras. Após a liberalização do jogo, foram construídos vários hotéis luxuosos de grande dimensão, tendo reforçado a capacidade de Macau de acolher viajantes vindos de diferentes lugares do mundo. Todavia, há cada vez mais turistas que escolhem residir nos estabelecimentos hoteleiros económicos que fiquem perto das zonas residenciais, de modo que possam conhecer melhor os costumes e usos dos residentes locais, por um lado e por outro, possam gastar menos dinheiro. Esta preferência dos turistas proporciona oportunidades de negócio às pequenas e médias empresas, os quais querem aproveitar estas oportunidades para montar os seus negócios.

Para além de ser consequência de vulnerabilidade que se verifica na gestão exercida pelo poder público, a existência de pensões ilegais ainda pode reflectir, de certo modo, a procura do mercado. Sendo assim, os respectivos serviços governamentais talvez possam adoptar determinadas medidas de apoio, como por exemplo, financiar as obras de renovação dos hotéis velhos de duas ou três estrelas, apoiar a construção de hotéis económicos acelerando o processo de apreciação das respectivas plantas, assim como concedendo mais terrenos, autorizar a transformação dos edifícios de uso industrial que reúnam as respectivas condições, em hotéis de duas ou três estrelas (é de saber que actualmente foi autorizada a transformação de alguns edifícios industriais em prédios residenciais).

Se a Administração puder assumir uma atitude de apoio em relação ao assunto supramencionado, oferecer-se-á mais uma oportunidade aos investidores, para além de poder reforçar os *hardwares* do sector turístico, animar o ambiente de negócio, e beneficiar os estabelecimentos de comida e as lojas que se localizam à volta destes hotéis, de modo a apoiar as pequenas e médias empresas, assim como impulsionar o desenvolvimento económico do Território.

O terceiro aspecto que queria abordar tem a ver com a definição dos rumos de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. Sabemos que o desenvolvimento das referidas indústrias é importante para a concretização da diversificação adequada das indústrias de Macau e para o enriquecimento do conteúdo da estrutura económica do Território. Para o fornecimento de maior apoio ao referido sector, o Governo fundou, em Maio deste ano, a Comissão de Indústrias Culturais e Criativas, tendo criado também no Instituto Cultural o Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas. A criação destes dois organismos traduziu a determinação do Governo na promoção das mencionadas indústrias. Sendo a Comissão de Indústrias Culturais e Criativas um órgão com função consultiva, responsável pela definição dos rumos de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, qualquer decisão por ela tomada exerce influências profundas sobre o desenvolvimento do respectivo sector.

É neste contexto que queria prestar atenção ao método adoptado pela referida Comissão na definição dos grandes projectos de desenvolvimento. De facto, as indústrias culturais e criativas têm uma cobertura muito abrangente, sendo impossível desenvolver todos os aspectos, especialmente num território com limitação de recursos como Macau. Parece mais razoável apoiar primeiro o

desenvolvimento das áreas em que se regista potencialidade, ou em que já se construiu alguma base. Como se trata de decisões muito importantes, e que implicam grande quantidade de verbas, na definição dos respectivos projectos, exigem-se certa prudência e rigor na decisão tomada, pedindo opiniões aos especialistas e encarregando as instituições de ensino superior de realizar investigações de viabilidade. Segundo as informações divulgadas pelos media, na primeira reunião regular da Comissão, foram definidos logo oito projectos de desenvolvimento importantes, para cuja decisão não foi apresentado nenhum argumento para apoiar. Neste momento ouviram-se já na sociedade comentários sobre o processo de definição dos respectivos planos, considerando-o de certo modo com falta de cuidados necessários. Claro que não duvido dos talentos e capacidades profissionais dos membros da Comissão de Indústrias Culturais e Criativas. Espero apenas que no futuro, na tomada de decisões semelhantes, se possam fornecer argumentos suficientes para as apoiar, o que também é verdade na definição das políticas públicas de grande impacto, para as quais são necessárias acções de consulta junto dos órgãos públicos e da população. Na fase actual, a referida Comissão ainda tem falta de experiências, não sei como é que vai ser o mecanismo de estudos e análises a construir, que possa assegurar o desenvolvimento saudável e com ordem das indústrias culturais e criativas.

Pretendia prestar atenção ao domínio do desporto, o qual, porém, já foi abordado por muitos colegas, portanto, aqui não vou repetir opiniões semelhantes, de modo a não desperdiçar tempo. Em seguida, vou exprimir as minhas opiniões referentes à última questão, que é sobre as normas administrativas para o licenciamento dos estabelecimentos de comidas e similares do território de Macau.

Segundo o Decreto-Lei n.º 16/96/M, que foi promulgado há catorze anos, os estabelecimentos de comidas classificam-se em cinco grupos: Grupo 1 - Restaurantes de luxo, de primeira e segunda classes, Grupo 2 - Salas de dança de luxo e de primeira classe, Grupo 3 - Bares de luxo e de primeira classe, Grupo 4 - Estabelecimentos de bebidas, e Grupo 5 - Estabelecimentos de comidas, sendo o licenciamento dos primeiros três grupos atribuído pela Direcção dos Serviços de Turismo, dirigida pelo Sr. Secretário, enquanto a concessão do licenciamento dos últimos dois grupos é da responsabilidade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, vinculado à Secretaria para a Administração e Justiça. Este regime foi seguido durante muitos anos, penso que muitos colegas têm conhecimento das respectivas normas.

Segundo os dados estatísticos publicados em Abril do ano corrente, actualmente na RAEM há mil novecentos e quarenta e seis estabelecimentos de comidas, entre os quais, mil quatrocentos e oitenta e nove são supervisionados pelo IACM, e quatrocentos e cinquenta e sete fiscalizados pela DST (trezentos e um restaurantes e cento e cinquenta e seis bares). Os dois órgãos governamentais adoptam processos diferentes na atribuição dos respectivos licenciamentos, os quais menciono seguidamente.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais começou, em tempo anterior, a prestar serviços de “one stop” na atribuição de licenciamento a estabelecimentos de comidas e bebidas, ao passo que a Direcção dos Serviços de Turismo não adoptou a mesma estratégia. Peço sempre licenciamentos e sei a diferença existente entre os dois processos. Para explicar esta diferença, não tenho grandes talentos literários como o Sr. Deputado Fong Chi Keong. Limito-me a dizer que a estratégia adoptada pelo IACM é mais activa, e o processo seguido pela DST é caracterizado pela

passividade. Esta minha opinião é partilhada por outros membros do mesmo sector.

Depois de ter recebido os documentos necessários do requerente, o IACM entrega-os aos diversos serviços públicos, cada um dos quais se responsabiliza pela emissão de pareceres sobre assuntos da sua área. Sei que em cada sexta-feira o IACM realiza uma reunião para verificar o andamento dos respectivos trabalhos. Quando se finaliza o prazo definido e os respectivos serviços públicos ainda não emitiram pareceres, o IACM vai telefonar para perguntar sobre a razão.

Na DST a situação é diferente. Com a não prestação dos serviços de “one stop”, para um caso único, são entregues duas vezes as mesmas plantas à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes para a apreciação, uma vez pela DST para a atribuição do licenciamento, outra vez pelo requerente para pedir a emissão da licença para a realização de obras, complicação essa que não se verifica no caso do IACM, o qual também é responsável pelo pedido da licença de obras à DSSOPT, realizando reuniões com o pessoal da DSSOPT nos períodos fixos. Sendo assim, os pareceres emitidos pela DSSOPT para os dois objectivos são coerentes, o que pode não acontecer no caso da DST, uma vez que os dois requerimentos podem ser apreciados por funcionários diferentes, mesmo que estes tenham sido entregues à DSSOPT no mesmo dia.

Nos casos mais rápidos, o IACM pode emitir o licenciamento quarenta e cinco dias após a recepção do requerimento. A DST demora normalmente mais tempo para a realização do mesmo trabalho. O que se costuma fazer na DST é que os seus funcionários só vão emitir, um mês depois da entrega dos respectivos documentos, uma carta aos respectivos serviços públicos, para saber por que é que ainda não mandaram pareceres relacionados com o requerimento. Para estes casos nunca foi exercido o instrumento de homologação tácita. Se os funcionários não emitem a respectiva carta, nada acontece. Não precisam de assumir nenhuma responsabilidade. Não estou a comparar o grau de eficácia dos dois órgãos governamentais, limitando-me a referir os processos por eles seguidos.

Queria aproveitar esta ocasião para perguntar à Direcção dos Serviços de Turismo se pode fornecer serviços de “one stop”. Faço este pedido porque há realmente muitos cidadãos interessados que não sabem quais são os processos que devem seguir, informações essas que não têm facilidade para as obter.

Atendendo à evolução constante da economia do Território, é necessário rever e actualizar o normativo regulador da actividade de restauração que está em uso há catorze anos. Tomando como exemplo a emissão do licenciamento para os cafés nos grandes casinos ou hotéis de cinco estrelas, segundo verificámos, o licenciamento dos cafés é emitido pelo IACM. No entanto, o IACM não pode emitir licenciamento aos estabelecimentos localizados nos grandes casinos ou hotéis de cinco estrelas, o que é da competência da DST. Na atribuição do respectivo licenciamento, porém, a DST encontra também dificuldades, porque não consegue encontrar, nas normas previstas para a atribuição de licenciamento, a categoria de “café”. O que a DST pode atribuir é o licenciamento para bares. Sendo assim, o café fica com o licenciamento de bar e tem que respeitar as normas definidas para os bares, nomeadamente a norma de, não se poder ver o interior do estabelecimento da porta, o que só faz sentido quando se trata de um bar na realidade, assim como a norma de existência de pelo menos uma casa de banho para empregados e outra para empregadas e vestiários para os

trabalhadores do estabelecimento. Não acham estranho exigir a um pequeno café tantas instalações? A outra coisa é que no caso mencionado, na designação do respectivo estabelecimento não pode haver a palavra “café”, uma vez que o mesmo tem o licenciamento de bar.

O outro problema tem a ver com o centro de estabelecimentos de comidas, localizado nos grandes casinos ou centros comerciais. A concessão de licenciamento dos estabelecimentos de comidas é da responsabilidade do IACM. No entanto, pela razão acima referida, o IACM não tem competência para emitir licenciamento aos estabelecimentos localizados nos grandes casinos, grandes hotéis ou centros comerciais. O pior é que a DST só pode atribuir o licenciamento a todo o conjunto de estabelecimentos de comidas, os quais têm operadores diferentes, o que traz muitos problemas de difícil solução, tornando inviável, por exemplo, a declaração de impostos. Sugiro a revisão e modificação dos respectivos diplomas legais, designadamente o Decreto-Lei n.º 16/96/M, de modo a dar resposta ao desenvolvimento do sector.

Estas são opiniões e sugestões que queria apresentar.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Muitos colegas opinaram sobre as Linhas de Acção Governativa, na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Vou ser conciso na expressão das minhas ideias sobre os seis domínios das LAG, na área em discussão.

No domínio da Saúde, menciona-se nas LAG a conclusão das seis propostas de lei destinadas à revisão das carreiras especiais da área de saúde. Sendo membro da comissão específica, responsável pela apreciação dos respectivos diplomas legais, não acho que a conclusão do referido trabalho representa um mérito no domínio da Saúde. Antes pelo contrário, penso que não devemos repetir as mesmas experiências, pois aprovámos estas propostas de lei, as quais não pensamos que trarão grandes benefícios aos cidadãos de Macau, considerando a situação específica da respectiva área. Na penúltima página do respectivo relatório com cento e sete páginas, elaborado pela mencionada comissão específica, apontamos para a impossibilidade de a comissão resolver, através do trabalho de apreciação das seis propostas de lei, todos os problemas existentes, revelados nomeadamente nas reclamações e sugestões apresentadas pelos cidadãos no que diz respeito aos regimes da área da Saúde e até aos regimes dos trabalhadores da Administração Pública em geral. A comissão específica sugeriu ao Governo a recolha de mais opiniões públicas, o melhoramento da estrutura do sistema de saúde, o aperfeiçoamento dos regimes sobre áreas específicas profissionais, de modo a otimizar o nível dos serviços de saúde. No início do próximo ano vai ser criado o Conselho de Assuntos Médicos. Queríamos saber quando será promulgada a Lei do acidente médico. Esperamos que o Governo possa prever o desenvolvimento a longo prazo do sistema de saúde, elaborando projectos para a sua optimização. Não achamos conveniente enumerar apenas pormenores dos trabalhos nas Linhas de Acção Governativa, as quais não se podem transformar numa conta corrente.

No domínio da educação, passados quase vinte anos, a contar da data a partir da promulgação, em 1991, da Lei que estabelece o

quadro geral do sistema educativo de Macau, o Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, ainda se encontra no Conselho Executivo a ser apreciado. Sou docente desde há muitos anos, tendo participado nos trabalhos de elaboração da proposta sobre a definição das carreiras dos docentes. Tenho muita pena em ver o desespero dos professores das escolas particulares, especialmente aqueles na idade de reforma, pois a sua vida na velhice não está garantida. Sr. Director da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, já estamos com idade mais avançada, e precisamos de esforçar-nos para contribuir mais para o bem-estar da população. Assisti, há pouco tempo, a uma conferência sobre a educação, em que o orador pediu aos participantes para aplaudirem a dedicação às actividades educativas dos docentes masculinos, visto que hoje em dia, poucos indivíduos do sexo masculino querem ingressar nas carreiras de docentes. O que o orador disse é verdade. Por causa do baixo nível dos ordenados, poucas possibilidades de promoção e falta de garantia oferecida, poucos homens escolhem a profissão de professor, porque o que se ganha não é suficiente para sustentar a família. O referido orador disse que só se conseguem o equilíbrio no ensino e o melhor desenvolvimento dos alunos, se numa escola houver professores do sexo masculino e do sexo feminino. Portanto, é necessário prestar mais atenção à remuneração e regalias dos docentes das escolas particulares, de modo a atrair a dedicação de mais indivíduos, masculinos e femininos, à profissão em referência. Sei que a DSEJ tem lançado muitos recursos na educação, sendo de oito biliões e duzentos milhões de patacas o orçamento para o próximo ano, tendo a DSEJ determinado que, no âmbito da educação gratuita, as escolas particulares sem fins lucrativos devem garantir, em cada ano escolar, que as despesas com a remuneração do pessoal docente e a contribuição para o fundo de previdência sejam de valor igual ou superior a 70% das suas receitas fixas e permanentes, de modo a garantir o bom nível de remuneração e regalias dos respectivos docentes. No entanto, foi com grande esforço que se conseguiu a colaboração de 63% de escolas que respeitam esta exigência. No próximo ano vai haver um aumento de 5% de subsídio de escolaridade gratuita por turma. Não sei se os ordenados dos docentes das escolas particulares também vão ter um aumento de 5%. Penso que todos os professores do ensino privado sabem que eles não beneficiarão da referida medida. Então, para onde foi o dinheiro? Espero que a DSEJ possa cumprir as suas funções de fiscalização.

No respeitante à taxa de repetição de ano escolar, queria revelar alguns factos que se registam no respectivo domínio. Costumo dizer aos alunos que o que devem é procurar o conhecimento e não as notas. Porém, sem notas suficientes não se passa o ano, e não se obtém a oportunidade de ingresso directa nas instituições de ensino superior. Se a DSEJ pedir para baixar a taxa de repetição de ano escolar, a respectiva exigência vai ser satisfeita imediatamente. Os professores podem dar as notas como as autoridades querem. Portanto, peço para centrarem a atenção na referida taxa e nas notas. O que se deve fazer é verificar o que os alunos aprendem verdadeiramente. Agora está-se a realizar trabalhos de avaliação das escolas. Espero que se possam constatar os problemas existentes.

Nos autocarros, às vezes, podem saber-se muitos pormenores ocorridos nas escolas, como por exemplo, ouvi um aluno queixar-se da nota que tinha obtido dizendo que a professora só tinha dado noventa e cinco por cento, ao passo que noutra vez tinha dado cento e dez por cento. Sinto-me doloroso por saber a verdade. Com este exemplo queria explicar que as notas não servem para mostrar coisíssima nenhuma. E alguns comportamentos dos professores são prejudiciais para os alunos. Não quero fazer comentários sobre a

representatividade e a credibilidade do Conselho de Educação. Queria apenas prestar atenção ao grau de participação dos professores e ao método adoptado para a recolha de opiniões. Existe, de facto, um mecanismo consultivo com os respectivos membros, sendo demasiadamente estreitas, parciais e únicas, porém, as vias da consulta pública. Como consequência disso, as decisões tomadas normalmente não são as mais convenientes.

O problema registado é que as autoridades costumam excluir as pessoas que têm opiniões diferentes, preferindo os obedientes e rejeitando o modelo de eleição de uma pessoa, um voto. Actualmente, os representantes dos professores são escolhidos pelas respectivas associações, processo esse que não é suficientemente democrático. Apelamos sempre para a democratização na administração das escolas, assim como na primazia dos estudantes, porque só assim é que se pode melhorar os trabalhos pedagógicos, administrativos e fiscalizadores. Na educação cívica, no texto das LAG realça-se a importância de cultivar nos alunos o amor pela Pátria e por Macau, à qual não sou contrário. No entanto, não concordo com o modelo de educação de modelar os alunos. É de saber que cada um dos estudantes tem as suas próprias características, as quais temos que ter em conta no desenvolvimento das actividades pedagógicas, formando neles personalidades únicas, estimulando a reflexão independente e permitindo-lhes o desenvolvimento integral. A propósito, queria saber quais são os projectos que visam a concretização do “Projecto dos serviços juvenis na área do jogo” e do “Projecto dos serviços juvenis na área dos comportamentos desviantes”. Chamo a atenção para a existência dos problemas relacionados com os alunos que, depois de terem sido expulsos por determinadas escolas, foram recolhidos por outras, que têm grande compaixão para com eles. Que atenção é que devemos atribuir a estes alunos? E que medidas é que a DSEJ deve adoptar para apoiar o desenvolvimento dos respectivos trabalhos realizados pelas escolas particulares? Para mim, é indispensável a implementação do regime de turmas reduzidas para poder ajudar devidamente os alunos supramencionados. Sublinho que a implantação do mencionado regime implica não só a formação de turmas com número reduzido de alunos, mas também a reformulação dos métodos de ensino.

O Gabinete do Ensino Superior, por sua vez, deve reforçar o planeamento do desenvolvimento do ensino superior. Talvez seja demasiado forte falar da fiscalização, que, no fundo, também é da responsabilidade do mesmo Gabinete. O que é uma universidade? Uma universidade deve ser uma escola onde se reúnem grandes mestres. O reitor de uma universidade tem que ter ideias claras sobre os objectivos do ensino superior, ouvindo as opiniões dos professores universitários. Desde o derrubamento do último reino da Dinastia Qing até agora, o único reitor da universidade que se considera com virtudes de tolerância e inclusão é o Professor Doutor Choi. Acho que as instituições de ensino superior da RAEM devem ter como objectivo principal a formação dos residentes locais, tendo em consideração as suas características, o que, porém, não se verifica na realidade. Tomando como exemplo o curso de História ministrado pela Universidade de Macau, a qual promove uma política de internacionalização, o professor da disciplina da História da China é um ocidental que fala inglês, sendo os manuais em língua inglesa. Pergunto como é que isto é possível. Na minha opinião, ao mesmo tempo que a procura da ligação com o mundo internacional, o ensino universitário local tem que estar enraizado nas realidades do Território, baseando-se nos factos objectivos.

No domínio da Acção Social, queria saber quando é que se publica a Lei do regime de credenciação dos assistentes sociais, a qual foi

mencionada em Março na discussão das LAG. É de saber que o objectivo da criação do mencionado regime não é melhorar os ordenados e regalias dos respectivos profissionais, mas sim divulgar o espírito de dedicação, incutir o entusiasmo pelos serviços sociais, e definir o código deontológico dos assistentes sociais. Actualmente, é vulgar ver assistentes sociais pouco simpáticos, ainda que ganhem bons salários. Estes funcionários pedem muitas vezes aos requerentes de apoio para fornecerem informações repetidamente.

Mais tarde, o Fundo de Segurança Social passará a pertencer à Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura. Volto a sugerir a articulação da pensão de velhice com o índice do risco social, de modo que os cidadãos da terceira idade tenham quem os sustente.

No domínio do Turismo, queria transmitir o desejo dos cidadãos sobre a promoção dos lugares menos frequentados pelos turistas. Há vários dias, fiz uma visita pelo Território para verificar a situação actual. O que se vê é que há grande concentração de turistas no Largo de S. Domingos e na Rua dos Mercadores, ao passo que a Rua de Camilo Pessanha, a Travessa dos Mercadores, a Travessa dos Alfaiates, a Rua dos Ervanários e a Rua de Nossa Senhora do Amparo são lugares pouco frequentados pelos visitantes, embora não deixem de ter características próprias. Sei que estes lugares não são promovidos pela Direcção dos Serviços de Turismo. Sugiro reforçar este aspecto no futuro, nomeadamente através de folhetos turísticos. Também é necessário prestar apoio à construção e estabelecimento de pensões económicas, tal como referiram os colegas há pouco, uma vez que nem todos os turistas querem e podem ficar nos hotéis de cinco estrelas. Não obstante a crise financeira mundial, o número de turistas que visitaram Macau em 2009 diminuiu apenas um milhão de pessoas em relação ao ano de 2008, tendo-se registado subida do número de visitantes provenientes do Japão, dos países do Sul da Ásia e da Rússia, informações essas que foram fornecidas há pouco pelo Sr. Secretário. Queria chamar a atenção do Sr. Director da Direcção dos Serviços de Turismo, para a causa que levou à vinda a Macau dos residentes dos países do Sul da Ásia e da Rússia, os quais podem permanecer ilegalmente na RAEM. Espero que o Sr. Director possa continuar e esforçar-se pela promoção do turismo de Macau.

No domínio da Cultura e em relação às indústrias culturais e criativas, acho que a cultura, a criatividade e as indústrias são três elementos totalmente diferentes, e portanto, difíceis de serem misturados, tal como não se devem combinar o chá de pu'er e o chá de crisântemo, pois segundo um grande apreciador do chá, o chá de pu'er é tanto melhor quanto mais antigo, sendo o chá de crisântemo o contrário, razão pela qual não se deve beber chá misturado de pu'er e de crisântemo, o qual pode causar mal-estar da saúde. A meu ver, a mesma incompatibilidade também se verifica na combinação de cultura (que vem da tradição, do acúmulo e da cristalização), criatividade (que tem a ver com a originalidade, a invenção e a novidade) e indústrias (que é da área comercial, exigindo a flexibilidade). Penso que não é fácil promover as mesmas indústrias, mesmo que se tenha criado um departamento próprio, responsável pelos respectivos trabalhos.

Queria chamar a atenção para a importância da formação de pessoas talentosas locais que se dediquem aos estudos da História do Território, assim como da necessidade de melhorar a gestão das nossas heranças culturais, ordenando a respectiva documentação e proporcionando explicação e orientação para a apreciação dos monumentos.

No próximo ano vamos comemorar o centenário da Revolução Xinhai. Nas LAG fala-se do espírito da História revolucionária. Acho pouco adequada esta maneira de dizer, porque o que devemos aprender é o espírito revolucionário dos participantes da mesma Revolução. Quando se encontra governado por um governo tirânico e ditador, o povo deve levantar-se derrubando-o. Esta é a educação nacional que se deve promover. É de saber que a cultura da Revolução Xinhai é uma cultura cheia de vitalidade e em constante evolução.

Em último lugar, apresento as minhas felicitações *pelo* excelente resultado conseguido nos Jogos Asiáticos. Apesar de insistir na necessidade de formação dos desportistas locais, não posso deixar de agradecer aos treinadores e desportistas provenientes de lugares exteriores. Hoje de manhã, encontrei na rua dois jovens que já uma vez participaram na equipa de futebol cujos membros tinham dezassete anos ou idade inferior, tendo jogado na Ilha de Guam em representação de Macau. Depois jogaram na equipa de Macau, tendo sido expulsos pela escola onde estudavam. É pena que eles não tenham participado na Olimpíada Internacional de Matemática. Se tivessem participado na IMO, não tinham sido expulsos pela escola. Será que a nossa sociedade valoriza a vertente de letras e despreza o desporto? Talvez o Sr. Director da DSEJ e o Sr. Director do Instituto de Desporto possam...

Presidente: Já esgotou o tempo permitido para a intervenção.

Sr. Secretário

Já seis deputados se pronunciaram. Queria pedir ao Sr. Secretário para dar a respectiva resposta. Como a presente sessão acabará às vinte horas, espero que o Sr. Secretário possa terminar a sua explicação antes dessa hora.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas opiniões dos Srs. Deputados.

Há pouco, muitos deputados expressaram as suas opiniões, as quais são preciosas para o melhoramento dos nossos trabalhos, nomeadamente para o aperfeiçoamento das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Sem dúvida, o sistema do governo representativo é a forma ideal de governo, simbolizando o desenvolvimento e a progressão da sociedade, e revelando o respeito pelo princípio da primazia do povo. Com efeito, na administração, o Governo recolhe sempre a opinião de todas as camadas da sociedade, e sobretudo as opiniões dos Srs. Deputados. Acredito que a maioria dos funcionários públicos prestaram, no ano passado, o seu melhor para servir a população de Macau, seguindo as políticas definidas nas LAG. Embora existam algumas falhas, penso que de modo geral, os trabalhos realizados correspondem às linhas traçadas de acção governativa combinando a inteligência de todos, assim como satisfazendo as necessidades sentidas pelos residentes locais.

É muito bom poder ouvir os conselhos preciosos dos Srs. Deputados. Vamos ponderar a vossa opinião com atenção, de modo a melhorar as LAG para 2011 na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Agradecemos muito pelos elogios ao nosso trabalho, os quais nos vão encorajar a conquistar maiores sucessos. Quando os Srs. Deputados nos criticam, percebemos que é para o bem dos cidadãos e da sociedade de Macau. Vamos tê-las em consideração, esforçando-nos por melhor servir a população do

Território no ano que vem.

Depois de ouvir as perguntas e opiniões dos Srs. Deputados, gostava de apresentar as nossas ideias e dificuldades, a evolução dos trabalhos e outras informações. Porém, limitado pelo tempo, tenho dificuldade em expor tudo e responder a todas as perguntas. Vou tentar explicar as políticas mais importantes e pedir aos meus colegas para fornecer também algumas informações para a referência dos Srs. Deputados.

Em primeiro lugar agradeço a opinião do Sr. Deputado Fong Chi Keong. Este ano, na elaboração do texto das LAG na área dos Assuntos Sociais e Cultura, tentámos utilizar subtítulos. Contudo, como não tínhamos grandes talentos literários, não pretendíamos escrever versos paralelos. Os subtítulos têm número idêntico de caracteres, apenas para facilitar a leitura e a compreensão, para além de proporcionar um formato mais regular. No próximo ano vamos procurar o melhoramento na redacção do respectivo texto.

Em segundo lugar vou abordar a questão do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. Tendo em consideração o desenvolvimento da sociedade, a mudança da procura do mercado de trabalho, e a competição cada vez maior a que se sujeitam os residentes locais, para incentivar e criar um espaço mais amplo para a sua aprendizagem contínua, o Governo da RAEM lançará, no próximo ano, o referido Programa, de modo a disponibilizar mais oportunidades de aprendizagem aos residentes, os quais, com o reforço das aptidões técnico-profissionais, conseguirão melhores condições de vida. De acordo com o mesmo Programa, serão concedidas, a cada residente com idade igual ou superior a quinze anos, um subsídio até ao máximo de cinco mil patacas. Concordo com as opiniões dos Srs. Deputados, temos que ponderar com cuidado, adoptando medidas necessárias, por forma a produzir melhores efeitos.

O Governo da RAEM vai atribuir uma quantia de quinhentos milhões de patacas para activar o referido Programa, concedendo, durante o período de três anos, aos cidadãos de Macau com quinze anos ou superior, um subsídio de cinco mil patacas, no máximo. O mesmo Programa visa incentivar os residentes da RAEM a aumentarem os seus conhecimentos através de acções de formação contínua, com o objectivo de elevar as suas qualidades e competências individuais, de forma a promover o progresso e desenvolvimento global. De acordo com as concepções iniciais, são considerados, automaticamente, beneficiários do Programa todos os residentes da RAEM com idade igual ou superior a quinze anos, não sendo estabelecido limite superior quanto à idade dos beneficiários, nem havendo restrições respeitantes ao local de residência. Os beneficiários podem escolher livremente cursos ou exames de credenciação organizados pelas instituições locais e do exterior, autorizados pela DSEJ tendo em consideração o facto de os mesmos satisfazerem o objectivo de elevar as qualidades e competências individuais. Podem participar no presente programa as instituições educacionais locais, nomeadamente as instituições de ensino superior, as associações de Macau com condições para organizar cursos, e outras entidades com funções educativas ou formativas da RAEM, as quais devem apresentar pedidos de apreciação e autorização.

Os pedidos de apreciação e autorização dos cursos e exames de credenciação organizados pelas instituições do exterior, devem ser apresentados pelos beneficiários, neste caso, apenas podem ser autorizados os cursos organizados pelas instituições educativas ou

técnico-profissionais do exterior da RAEM, reconhecidas pela autoridade competente do local onde se situam. Para o mesmo efeito, os beneficiários devem entregar ainda o programa do respectivo curso.

Em relação às formas de pagamento, esta parte ainda está a ser estudada, sendo as informações mais pormenorizadas anunciadas mais tarde. Do que posso informar agora é que na definição das formas de pagamento, se vai seguir o princípio de facilitação da vida da população, devendo as respectivas decisões ser razoáveis. Garantimos que os residentes que reúnam as condições exigidas e que escolham frequentar cursos realizados no exterior da RAEM, também podem fazer o pedido e receber o subsídio de uma forma simples.

Com vista a garantir a utilização razoável de recursos públicos e o funcionamento eficaz do Programa, a DSEJ vai criar um regime de financiamento e fiscalização com um mecanismo de reclamação. Nesse regime serão examinados nomeadamente os programas dos respectivos cursos, a quantia da propina, as qualificações dos formadores, as despesas que se pagam aos formadores, o número de alunos por turma, a capacidade da organização de cursos das respectivas instituições, a respectiva gestão administrativa, as instalações e os equipamentos de ensino, efectuando a DSEJ a fiscalização ou vistoria *in loco*. Estas ideias iniciais ainda vão ser aperfeiçoadas ouvindo mais opiniões e sugestões, e realizando visitas a Hong Kong, Taiwan, o Interior da China para aprender as respectivas experiências, de modo a criar um regime simples, por um lado, e por outro, que impeça o abuso de recursos públicos e a ocorrência de casos de fraude.

As informações acima fornecidas são concepções e projectos iniciais sobre o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo.

Muitos Srs. Deputados prestaram atenção à evolução dos trabalhos relacionados com o regime de avaliação do tipo e grau da deficiência. O facto é que o pessoal responsável está a dedicar o maior esforço, participando os dirigentes também nos respectivos trabalhos, de modo a acelerar os trabalhos de legislar do respectivo diploma legal.

Informo de que actualmente o mencionado regime se encontra na fase de legislar, isto é, está a ser apreciado no Conselho Executivo. Para a publicação mais rápida possível do respectivo diploma legal, telefonámos muitas vezes para saber o andamento dos respectivos trabalhos, pedindo inclusivamente para a concessão da prioridade. Penso que os serviços públicos da área dos assuntos jurídicos percebem a urgência que tem, e vão concluir o mais rapidamente possível o trabalho de apreciação.

Nesta altura, o Instituto de Acção Social está a fazer os preparativos para a implementação do regime em referência, inclusivamente está a fazer a avaliação dos utentes das instalações e dos serviços de reabilitação, distinguindo diferentes tipos de deficiência, tais como deficiência intelectual, deficiência motora, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência verbal e deficiência mental. Se o tempo da publicação dos dois diplomas legais permitir, vão-se preceder simultaneamente a requisição do cartão de registo de avaliação da deficiência e do subsídio de invalidez.

Segundo a estimativa inicial, supõe-se que há, na RAEM, trinta

mil deficientes, cuja avaliação será efectuada pelo Centro de Avaliação vinculado ao IAS, pela DSEJ e pelos Serviços de Saúde. Com vista a proporcionar serviços de avaliação com maior eficiência, foram realizadas negociações com os dois hospitais do Território, os quais vão proporcionar, sob regime de compra de serviços, os mencionados serviços de acordo com normas definidas.

Será igualmente criado mecanismo de reconhecimento do relatório de avaliação da deficiência, emitido pelas instituições do exterior da RAEM, de modo a evitar a repetição do trabalho da avaliação. No que diz respeito à implementação do regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, realço que a demora registada não é o que queremos ver, é que vamos fazer o que é possível, para acelerar o respectivo processo de legislar.

Sugerimos ainda a aplicação retroactiva ao dia 1 de Janeiro de 2009 do respectivo diploma legal, tendo registado, porém, algumas opiniões opostas dos deputados. Se a referida ideia puder ser posta na prática, está tudo bem. Caso contrário, vamos tentar arranjar maneiras para ultrapassar os obstáculos referentes aos trabalhos de legislar.

Sr. Presidente, no respeitante às políticas sobre os apoios concedidos aos cidadãos seniores, mencionadas por alguns deputados, vou fornecer as seguintes informações para a sua referência. Actualmente, o Governo da RAEM presta apoios à população da terceira idade no âmbito de Regime da Seguranga Social, de benefício social, de serviços de saúde e de habitação pública: O Fundo de Segurança Social atribui mensalmente aos residentes idosos a pensão de velhice no montante de mil e setecentas patacas; enquanto o Instituto de Acção Social fornece vários subsídios, podendo os idosos economicamente mais carenciados que reúnam as condições exigidas, pedir ao IAS um subsídio de duas mil seiscentas e quarenta patacas, como compensação da diferença entre a pensão de velhice e o índice do risco social, muito embora seja relativamente reduzido o número destes indivíduos. Desde 2005, com vista a manifestar a atenção e carinho para com os cidadãos idosos, o IAS começou a conceder anualmente à população da terceira idade, o subsídio para idosos, cuja quantia subiu de mil e duzentas patacas para cinco mil patacas.

Os Serviços de Saúde, por sua parte, prestam às pessoas idosas serviços médicos de carácter preventivo, consultas externas e serviços de internamento de cuidados gerais e específicos no regime de gratuidade, para além de terem sido criadas, em cooperação com as instituições privadas, equipas de cuidados domiciliários para ajudar os cidadãos seniores necessitados, bem como terem implementado, em colaboração com o Hospital Kiang Wu, serviços de cuidados paliativos.

O Instituto de Habitação proporciona aos cidadãos seniores e aos seus familiares apartamentos de habitação social e de habitação económica, sendo os primeiros alugados por uma renda baixa, os últimos vendidos por preço barato.

Por outro lado, também se têm elaborados projectos de construção de habitação pública, própria para idosos que vivam solitariamente e para casais idosos. No mesmo âmbito, anunciou-se há pouco tempo que o Edifício de D. Julieta Nobre de Carvalho vai ser reconstruído adequadamente para idosos, alargando os cento e tal apartamentos para quinhentos e tal apartamentos.

Prestam-se ainda outros serviços às pessoas da terceira idade,

nomeadamente a educação permanente, o apoio comunitário, e os serviços de cuidados nos asilos de idosos. Na cooperação com as instituições privadas, fornecem-se serviços de casos individuais, serviços diurnos diversificados, serviço de cuidados domiciliários integrados e de apoio, serviço de rede de apoio aos cidadãos seniores isolados, serviços de tele-assistência Peng On Tung, e os serviços de lares de idosos. Outros serviços concedidos aos idosos são o cartão de idoso, o serviço de transporte de reabilitação, a educação da terceira idade, actividades comunitárias de respeito pelos idosos, actividades que visem a preparação para a reforma e o planeamento da vida da velhice, atingindo o número total de utentes destes serviços o de doze mil pessoas.

Limitado pelo tempo, vou referir os principais rumos de desenvolvimento futuro dos trabalhos referentes aos cuidados fornecidos aos cidadãos seniores.

Em primeiro lugar, realizar-se-á com prioridade o ajustamento dos actuais serviços de cuidados comunitários continuados para idosos.

Em segundo lugar, desenvolvem-se trabalhos para a prevenção da doença de Alzheimer.

Em terceiro lugar, criam-se lares de cuidados especiais, cujos planos concretos estão listados no respectivo quadro do Relatório das Linhas de Acção Governativa em discussão.

Serão igualmente reforçados os trabalhos de carácter preventivo, serviços nas vertentes de saúde, educação, desporto, e serviços voluntários, o Programa de formação de orientadores para idosos, a relação intergeracional e a educação do respeito pelos idosos, etc.

No próximo ano vamos continuar os trabalhos em matéria da legislação para a protecção dos cidadãos seniores.

Vão-se elaborar o Planeamento de estudos e o mecanismo de avaliação relativos ao fenómeno do envelhecimento demográfico.

Em relação à demora nos trabalhos de legislar, mencionada há pouco pelo Sr. Deputado Chan Wai Chi, tenho a seguinte explicação. Para dizer com franqueza, também me sinto ansioso pela publicação dos respectivos diplomas legais. No entanto, segundo a opinião dos académicos e profissionais do sector, não podemos ser precipitados na tomada de decisões importantes, tais como na criação do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais. Queria lembrá-los de que quando começámos a elaborar o respectivo projecto, previmos que era necessário um ano e meio, ou seja, só nos finais do próximo ano é que se concluirão os respectivos trabalhos. Estas são experiências que queria partilhar convosco. Para o tratamento de certos assuntos são necessárias ponderações e estudos aprofundados. Portanto, a criação dos regimes de credenciação de profissionais na área da saúde, também pode ser bastante morosa.

Com esforço prestado durante muitos anos, hoje em dia, os cidadãos com sessenta e cinco anos ou superior podem gozar uma série de benefícios sociais, dos quais também posso gozar quando tiver sessenta e cinco anos.

No âmbito do Instituto de Acção Social, atribui-se anualmente aos residentes idosos cinco mil patacas, o cartão de idoso permite à população da terceira idade descontos nas compras, é atribuído um subsídio especial mensal de cem patacas aos utentes dos serviços de tele-assistência Peng On Tung, sendo concedidas mensalmente mais

vinze patacas para a instalação de equipamentos especiais no caso de deficiência auditiva, os três tipos de famílias fragilizadas recebem subsídios especiais, são atribuídas trezentas ou quatrocentas patacas aos deficientes e indivíduos que padeçam de doenças crónicas. No âmbito do Regime da Segurança Social, segundo o antigo regime, são atribuídas mil e setecentas patacas, enquanto que segundo o novo regime, são atribuídas de oitocentas e cinquenta patacas a mil e setecentas patacas, concede-se o subsídio de funeral, a transferência de dez mil patacas para a conta individual do Regime de Poupança Central. No âmbito dos Serviços de Saúde, oferecem-se serviços médicos e medicamentos gratuitos, tanto nos centros de saúde, como no hospital. No âmbito da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, implementou-se o programa de benefícios de tarifas de autocarros para idosos, sendo o preço de cada viagem de autocarro de trinta avos. No âmbito do Instituto de Politécnico de Macau, para a frequência dos cursos organizados pela Academia do Cidadão Sénior, os cidadãos idosos só precisam de pagar, por semestre e para uma disciplina, cento e vinte patacas, enquanto para assistir às actividades, pagam-se oitenta patacas por semestre, tratando-se de uma oportunidade oferecida aos cidadãos seniores de retornar à escola e gozar da educação contínua, de modo que os mesmos possam melhor integrar-se na sociedade moderna.

Sr. Presidente

Por causa da falta de tempo queria pedir aos Srs. Directores para fornecerem primeiro informações relacionadas com as questões para as quais os Srs. Deputados prestaram atenção. Depois vou dar explicações sobre algumas políticas. O Sr. Presidente acha que está bem assim?... Muito bem.

Queria pedir...

Presidente: Sr. Director Lei Chin Ion, por favor.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: ...
Lei do Acidente Médico e Conselho de Assuntos Médicos.

Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Em seguida, vamos examinar a evolução dos trabalhos de legislar referentes à Lei do Acidente Médico. Tendo-se iniciado em 2005 com base nas Disposições sobre os Acidentes Médicos do Interior da China, a elaboração da Lei em referência tem o objectivo de melhor garantir a indemnização atribuída às vítimas dos acidentes médicos (Agora no Código Civil também há disposições que regulamentam o mesmo assunto), evitando, ao mesmo tempo, a definição das medidas de responsabilização demasiadamente rígidas para com os respectivos profissionais da área da saúde.

No entanto, não se podem encontrar as mencionadas características no esboço da Proposta de Lei como lei avulsa no âmbito de direito civil, a qual já uma vez foi lançada à consulta pública. Com efeito, registam-se problemas nas indemnizações atribuídas às vítimas e na compra de seguros para proteger os respectivos profissionais, estipuladas na mesma Proposta de Lei, de modo que os interesses dos doentes não sejam bem protegidos (pior do que o Código Civil em vigor), e os profissionais na área da saúde assumem, inutilmente, uma responsabilidade muito maior. Sendo assim, precisamos de fazer uma revisão e modificação gerais à

Proposta de Lei, cujo conteúdo é bastante abrangente. Tal como referi, foi baseando-se nas Disposições sobre os Acidentes Médicos do Interior da China, publicadas em 2002, que elaborámos a presente Proposta de Lei do Acidente Médico. Sabe-se que antes de 2002, na China Continental se seguiam as Maneiras de Tratamento de Acidentes Médicos, promulgadas em 1987. Com vista a perceber os efeitos alcançados com a aplicação dos referidos regulamentos sobre os acidentes médicos, ultimamente, os meus colegas foram, de propósito, fazer intercâmbio com as respectivas repartições do Interior da China. Segundo as autoridades chinesas, nem com as Maneiras de Tratamento de Acidentes Médicos, nem com as Disposições sobre os Acidentes Médicos, se conseguiram atingir os objectivos inicialmente definidos, de evitar as perturbações causadas à sociedade, pelos conflitos referentes aos acidentes médicos. De facto, ouvem-se, de vez em quando, notícias sobre grandes conflitos relacionados com acidentes médicos, ocorridos no Interior da China, nos quais as vítimas e os seus familiares actuaram de uma maneira pouco responsável, perturbando gravemente a ordem normal dos serviços de saúde. Perante esta situação, para se proteger, os respectivos profissionais costumam adoptar medidas proteccionistas, fazendo ao doente muitas análises, com o intuito de evitar acidentes. Assim, quem fica prejudicado são os doentes. O que se faz actualmente no Interior da China é a adopção do regime de conciliação, o que tem produzido efeitos bastante positivos.

Observando as experiências de outros países e regiões do mundo, constata-se que só na França, Holanda e China é que há direito positivo do acidente médico. Noutros países e regiões, os doentes são protegidos através das normas gerais das responsabilidades civis, experiências essas que vamos analisar com muita atenção, de modo a aperfeiçoar a presente Proposta de Lei, procurando alcançar a finalidade de proteger os interesses dos doentes, não exercendo pressão demasiada sobre os respectivos profissionais.

Em relação ao Conselho de Assuntos Médicos, este organismo tem como competências o acompanhamento dos assuntos ligados à criação dos regimes de credenciação e à elaboração do código deontológico dos profissionais de saúde. No âmbito do Conselho de Assuntos Médicos, será criado um grupo de trabalho, responsável pelo tratamento de conflitos médicos, assim como pela realização de análises técnico-profissionais que visem o esclarecimento da verdade.

Reitero que o Governo da RAEM tem prestado muita atenção ao melhoramento da qualidade dos serviços de saúde, lançando maiores recursos públicos, aumentando as instalações e equipamentos, reforçando a formação contínua do pessoal de saúde, contratando médicos das áreas específicas de lugares exteriores, assim como cooperando com os órgãos do exterior na área de saúde. Reconhecemos que há espaço de melhoramento nos serviços de saúde prestados no Território, não se podendo, no entanto, negar que, com o esforço prestado durante os dez anos passados, a contar a partir da data da transferência da soberania de Macau, pelo pessoal de linha da frente, conseguiram-se bastantes melhorias na área da saúde, o que é traduzido pelos indicadores de saúde dos cidadãos de Macau, sendo os valores da esperança média de vida de 82,4 anos, para além da baixa taxa de mortalidade dos recém-nascidos e das parturientes, sendo de 0% no último caso.

Vamos continuar a aperfeiçoar o sistema de saúde e reforçar as acções de formação, de modo a continuar a melhorar a qualidade dos serviços médicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Sr. Presidente.

Há pouco um deputado mencionou o problema de saúde de um cidadão que, segundo disse o mesmo deputado, é vítima dos acidentes médicos. Queria sugerir o acompanhamento do referido cidadão pelo Instituto de Acção Social, com o consentimento dele, claro. Em termos humanos, apresento-lhe aqui o consolo e o cumprimento do Governo. Espero que os assistentes sociais lhes possam prestar apoio.

Queria também rectificar uma informação que forneci há pouco. Em vez de estar a ser apreciado pelo Conselho Executivo, o Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior, ainda está sujeito aos últimos ajustamentos segundo os pareceres jurídicos. Vamos procurar entregá-lo ao Conselho Executivo o mais rapidamente possível.

Se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Presidente do Instituto de Acção Social para fornecer informações sobre os projectos de construção, nos próximos anos, de instalações sociais, nomeadamente as creches, mencionadas pelos Srs. Deputados.

Presidente: Sr. Presidente Iong Kong Io, por favor.

Presidente Substituto do Instituto de Acção Social, Iong Kong Io: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Segundo os dados estatísticos, até ao ano de 2008, as crianças de zero a quatro anos que frequentaram as creches ocuparam, durante dez anos seguidos, uma percentagem de 20% em relação ao número total da população. Nos anos de 2006 e 2007, houve creches com muitas vagas que pediram autorização ao IAS para a mudança da utilidade das respectivas instalações. Naquela altura, pedi para continuarem as actividades iniciais que eram precisamente as da creche. Ultimamente, tem-se registado um aumento abrupto da procura das vagas da creche, decorrido da subida da taxa da natalidade, do facto do aumento do número de famílias em que pai e mãe trabalham fora, e do boato de que a experiência da creche é a condição indispensável para a ingressão nos jardins de infância.

Perante esta situação, precisamos de ajustar a estimativa sobre a percentagem que as crianças de zero a quatro anos que frequentam as creches ocupam em relação ao número total da população, por um lado e por outro, arranjar maneiras de criar mais creches. Felizmente, o Governo decidiu a articulação entre os projectos de criação de creches e os planos de construção de habitação pública, isto é, nas habitações públicas são guardados lugares para o estabelecimento de creches.

Se subirmos para 30%, a percentagem calculada, ocupada pelas crianças de zero a quatro anos que frequentam as creches, em relação ao número total da população, em 2015 faltarão duas mil e setecentas e tal vagas. Para satisfazer as necessidades dos cidadãos, no próximo ano, vamos proceder à ampliação das creches existentes, de modo a proporcionar mais oitocentas vagas. Até 2012 ou 2013, serão construídas quatro novas creches, as quais oferecerão setecentas vagas. Juntamente com outras medidas que vão ser

adaptadas, em 2013, as creches locais poderão oferecer mais mil oitocentas e três vagas. De facto, existe ainda uma diferença de mil vagas, lacuna essa que pode ser preenchida através da elaboração de novos projectos de criação de mais creches, quando se registar na sociedade a mesma necessidade. Vamos criar uma base de dados sobre o número de crianças que estão à espera da entrada em creches, eliminando os casos repetidos, de modo a obter, com maior precisão, dados que possam reflectir a situação real. Vamos prestar grande atenção à situação, garantindo a suficiência de vagas proporcionadas aos residentes de Macau.

No que diz respeito ao asilo que se pretende construir na Taipa, mencionado há pouco pelo Sr. Deputado Ho Ion Sang, a respectiva planta está a ser apreciada pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e está-se a proceder às modificações necessárias, processo esse que já demorou quase um ano, estando neste momento na fase de conclusão. Espero que a DSSOPT possa emitir a licença para as obras o mais rapidamente possível, de modo que possamos iniciar, em 2011, as respectivas obras de construção, as quais demorarão um ano, sendo necessário ainda tempo para as obras de decoração. Vamos fazer o que é possível para que o referido asilo de grande dimensão possa entrar em funcionamento em 2012. No momento actual temos na mão a lista com duzentos cidadãos seniores que estão à espera da entrada em asilos, metade dos quais podemos ordenar nos asilos privados, se verificarmos, através do exame da sua situação económica, que estes requerentes têm realmente urgência de obter os respectivos serviços. Quando estiver construído, o mencionado asilo da Taipa pode oferecer trezentas vagas, satisfazendo as necessidades da população. Para além do referido asilo, em 2012 ou 2013 serão criados mais quatro asilos, localizados nas habitações públicas a construir, proporcionando mais setecentas e dezoito vagas, e atenuando as pressões sentidas neste aspecto.

Relativamente aos serviços de cuidados diurnos, em 2013, vamos oferecer mais duzentas e vinte vagas, assim como mais novecentas e trinta e uma vagas para os serviços diurnos. Realizámos, no ano corrente, um conjunto de reuniões com o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, do Instituto de Habitação, nas quais explicámos ao mesmo Gabinete o projecto sobre o estabelecimento de instalações de serviços sociais, nomeadamente as instalações de reabilitação, nas futuras habitações públicas. Assim, quando os edifícios da habitação pública estiverem construídos, as instalações de serviços sociais podem entrar em funcionamento depois das simples obras de decoração, poupando-se, deste modo, muitos trabalhos complicados relacionados com o pedido de autorização de plantas e com a abertura de concursos públicos. Neste ano prestámos o maior esforço, tendo realizado os trabalhos da primeira fase, de modo que em 2013, as instalações de serviços sociais possam ficar construídas, e possam satisfazer as necessidades da população.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário, por favor.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Sr. Presidente.

Tal como informou o Sr. Presidente Iong Kong Io, nas habitações públicas que ficarão construídas dois ou três anos depois, o Governo vai reservar espaços para o estabelecimento das instalações de serviços sociais, bibliotecas e salas de leitura, centros recreativos,

pequenos campos desportivos e centros de saúde. Para além disso, os Serviços de Saúde, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, o Instituto de Acção Social, o Instituto Cultural e o Instituto do Desporto, explicaram os seus projectos e necessidades junto dos serviços públicos responsáveis pelo planeamento dos cinco novos aterros, de modo que na elaboração dos projectos do aproveitamento dos novos aterros, os respectivos planos serão tidos em consideração.

Penso que temos que aprender com as experiências e ser mais expertos. No estabelecimento de instalações de serviços sociais, devemos anunciar com antecedência a respectiva intenção. E só devemos iniciar as obras de decoração quando se registar a boa reação da população. Não sei se esta é uma boa estratégia. Gostava de ouvir a vossa opinião sobre este aspecto. Acho que é importante evitar conflitos sociais, assim como mostrar a qualidade de tolerância dos cidadãos de Macau, importância essa que foi mencionada há pouco pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Director da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude para explicar, de forma simples, o plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior.

Presidente: Sr. Director, por favor.

Director da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Sou Chio Fai: Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Não é fácil mencionar, em vários minutos, o plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior. Vou fazer uma apresentação muito concisa, na esperança de ter outra oportunidade para explicar o mesmo plano com mais pormenores. Como pudemos verificar há pouco, muitos deputados mostraram grande interesse pelo tema da educação.

Numa sociedade de utilitarismo, é de importância fundamental desenvolver a educação como forma de transmissão de conhecimentos científicos e de introdução de virtudes morais, de modo a criar nos jovens correctos juízos de valores, para além de aptidões profissionais. Neste sentido, pode-se dizer que a educação é o elemento fundamental que permite felicidade e boa vida a todos os seres humanos. É de saber que, depois da decisão, tomada pela Administração Pública, da quantidade de recursos lançados para a área da educação, e depois da realização de trabalhos concretos, é preciso tempo para poder ver os resultados.

Passados dez anos após a transferência da soberania de Macau, verifica-se neste momento necessidade de elaborar um plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior, por forma que as entidades correlacionadas do domínio da educação possam desencadear os respectivos trabalhos de acordo com as políticas definidas.

Na elaboração do referido plano, primeiro precisamos de calcular o número dos futuros alunos. De facto, a tendência da evolução do volume da população estudantil é fundamental para a planificação da educação a longo prazo.

Os dados estatísticos revelam que, depois de um período em que se registou a descida da taxa de natalidade, a par da mudança

socioeconómica, a mesma taxa tem subido nos últimos anos. Os respectivos dados servirão como referência para os trabalhos de planeamento em referência.

A propósito do número de estudantes, queria dar explicação sobre o número reduzido de turmas, verificado em algumas escolas privadas, e mencionado há pouco por um deputado. Realmente existe esta situação, da qual temos conhecimento. Na RAEM, a Administração Pública não toma decisões para o fechamento das escolas privadas, as quais decidem se querem continuar com a escola ou não. Se as escolas privadas com falta de alunos tiverem vontade de continuar a funcionar, o que fazemos é apoiá-las a ultrapassar as dificuldades que podem ser temporárias, ajudando-as a otimizar os programas dos respectivos cursos e a qualidade do pessoal docente.

No âmbito do plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior, foram realizadas, até ao momento actual, quatro reuniões específicas com a participação de vinte e dois membros. De acordo com as normas do Conselho de Educação, é apenas nove, o número de membros para a formação de uma comissão específica. No entanto, dentre os trinta membros do referido Conselho, vinte e dois pediram para participar na discussão do referido plano, pelo que a comissão específica responsável pela elaboração do mencionado plano é formada por vinte e dois membros, sendo a reunião específica parecida com a reunião geral do Conselho.

Depois da realização de quatro reuniões da comissão específica, procedeu-se ao ajustamento ao projecto inicial tendo em consideração as opiniões dos respectivos membros. O plano ajustado vai ser discutido em 7 de Dezembro deste ano, na reunião geral do Conselho de Educação. Depois da discussão e as possíveis modificações, realizar-se-á a consulta pública junto dos cidadãos de Macau. Limitado pelo espaço e tempo, queria pedir ao Sr. Presidente que me permita apresentar, noutra ocasião, os conteúdos concretos do plano em referência, talvez na reunião de amanhã.

Presidente: Como podemos ver, hoje o tempo é realmente insuficiente para a apresentação dos conteúdos concretos do plano. Amanhã se houver deputados que mencionem esta questão, e se o tempo permitir, o Sr. Director pode fornecer informações mais pormenorizadas.

Terminamos aqui a reunião de hoje. Amanhã continuamos a discussão.

(Fim da reunião)

(Sessão de 3 de Dezembro)

Presidente: Sr. Secretário e as demais autoridades presentes, Srs. Deputados:

Vamos continuar a discussão das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área dos Assuntos Sociais e Cultura.

Sr. Deputado Au Kam San, por favor.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Primeiro exprimo o desejo de ouvir a apresentação dos conteúdos

concretos do plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior, o qual tem a ver com a definição de políticas e, portanto, deve ser apresentada na reunião de discussão das LAG. Espero igualmente que na altura da consulta pública do referido plano, se realize uma sessão de apresentação na Assembleia Legislativa, de modo que os deputados possam exprimir as suas opiniões referentes ao plano.

No planeamento do desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, o Governo Central da RPC definiu o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, objectivo esse que só pode ser concretizado mediante a reunião de elementos indispensáveis. Sendo assim, é preciso reflectir sobre os elementos importantes para alcançar o dito objectivo, assim como verificar as vantagens e insuficiências da RAEM, de modo a conservar e reforçar as características positivas e corrigir os aspectos negativos. Só com esta análise é que se pode ter uma percepção clara dos trabalhos necessários a serem realizados em etapas diferentes, elaborando planos, projectos e estratégias.

Com vista a alcançar a finalidade mencionada, é necessária a cooperação das áreas diferentes da Administração Pública, nomeadamente das áreas da Economia e Finanças, da Segurança, dos Assuntos Sociais e Cultura e de Transportes e Obras Públicas. Todavia, nas Linhas de Acção Governativa, nestas áreas, não podemos encontrar referências sobre elementos importantes para a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, nem estratégias e planos para alcançar a respectiva meta, o que nos deixou ficar bastante desiludidos.

Na minha opinião, para a afirmação de Macau como um centro de turismo e lazer, é preciso distinguir funções desempenhadas pelos serviços públicos e o papel das empresas privadas, orientando o rumo do desenvolvimento dos sectores privados através da elaboração das respectivas políticas, atraindo os investimento dos capitais locais e exteriores para os projectos turísticos. Para isso, é fundamental a clarificação dos objectivos específicos que se pretendem atingir.

Sr. Secretário

Não sei se o Sr. Secretário e a sua equipa estudaram os assuntos relacionados com a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, e se já planearam trabalhos concretos a realizar para alcançar este objectivo. Tenho, pela minha parte, as seguintes sugestões para a referência do Sr. Secretário.

Em primeiro lugar, aponto para a necessidade de optimização do ambiente da RAEM. Num artigo publicado em Outubro do ano corrente, na Revista Yazhou Zhoukan (YZZK), há referências sobre a visita de Leo Lee a Macau, com a finalidade de participar no Festival Internacional de Música. O autor do referido artigo citou o comentário de Leo Lee sobre a viagem ao Território, em que Leo se queixou da má qualidade do ar dos hotéis da RAEM, causada pela grande quantidade de fumadores que vieram a Macau do Interior da China na Semana Dourada para a comemoração da Fundação da República Popular da China. O Sr. Secretário falou muitas vezes da apreciação na especialidade da Proposta de Lei do «Regime de prevenção e controlo do tabagismo», de modo que os cidadãos se queixaram da demora causada pela Assembleia Legislativa. Queria esclarecer que até agora, a referida Proposta de Lei ainda não foi entregue ao hemiciclo. É da nossa esperança que o Governo nos possa entregar o mais rapidamente possível a mesma Proposta, por

forma a que os residentes e turistas se possam livrar da perturbação do tabaco.

Em segundo lugar, apelo para a promoção de um turismo com qualidade. Tal como afirmou ontem a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, actualmente, o que é mais importante para o sector turístico de Macau não é o número de visitantes vindos ao Território, mas sim a garantia da qualidade das actividades turísticas gozadas pelos visitantes, e a protecção dos turistas da exploração e do engano dos agentes de turismo pouco honestos. Caso contrário, a existência de grande quantidade de problemas pode estragar a imagem de Macau como cidade turística, tornando impossível a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

Em terceiro lugar, queria prestar atenção à decisão tomada em Março deste ano pelo Governo da RAEM, sobre o aterro, para a construção do hospital público, da zona entre as ilhas da Taipa e Coloane (COTAI) ao lado do Reservatório Seac Pai Van (designada pelos residentes de Macau por “Ieng San Vu”). O Chefe do Executivo definiu o objectivo do “Governo Transparente”, enquanto o primeiro-ministro *Wen Jiabao* exigiu a transparência da Administração Pública. No entanto, na tomada da referida decisão não se verifica a transparência necessária, não tendo sido realizada nenhuma consulta pública. Com o aumento constante da população residente nas ilhas, é urgente implementar a construção do Complexo Hospitalar nesta porção do Território. Caso exista urgência, devem-se utilizar terrenos existentes, uma vez que as obras de aterro levam sempre tempo. No entanto, o Governo guardou os terrenos existentes e escolheu o projecto de aterros.

Em seguida, vou mencionar duas razões que justificam a inconveniência da mencionada medida. Primeiro, para a criação de um centro mundial de turismo e lazer, são importantes lugares com paisagem bonita. Na RAEM há o Lago Nam Van e o Lago Sai Van, o Monte da Guia, a Colina da Penha, a Montanha da Taipa Grande e o Monte Ká Hó, os quais são todos lugares bonitos. No entanto, só o “Ieng San Vu” é que combina a paisagem do lago e a da montanha. Em muitas cidades do mundo, foi gasta grande quantidade de dinheiro para construir lagos artificiais, de modo a embelezar a paisagem. Em Macau, pelo contrário, vai-se aterrar um lago meio natural. Desta maneira, questiono quais são os elementos da RAEM, que podem oferecer o lazer aos turistas: os casinos, as compras ou apenas a apreciação das artes plásticas e espectáculos?

Por outro lado, o tempo necessário para o aterro do “Ieng San Vu” não pode satisfazer as necessidades urgentes do hospital, sentidas pelos residentes das ilhas. As experiências da construção do *campus*, na Ilha da Montanha, da Universidade de Macau demonstram que, é preciso um ano inteiro para o tratamento do solo mole, pois a presença de solo mole inibe, naturalmente, projectos com fundações directas. Em Março do ano corrente, o Governo fez grande divulgação da notícia sobre o lugar escolhido para a construção do Complexo Hospitalar das Ilhas, tendo conseguido a apoio de alguns cidadãos ansiosos por ver o aparecimento do hospital público no COTAI. Passados nove meses, porém, ainda se estão a realizar os preparativos da fase preliminar, não se tendo definido, no projecto do planeamento, a data exacta para o arranque formal das respectivas obras. Tal como o caso da Ilha da Montanha, o futuro Complexo Hospitalar das Ilhas também se construirá em cima do terreno conquistado do aterro. Portanto, prevê-se que é preciso também pelo menos um ano de tempo para o tratamento do solo mole do terreno. Se não se realizasse o mesmo tratamento, ocorreriam a subsidência do solo, a consequente distorção e

rebatimento da tubagem e o estrago do hospital. Se as autoridades quiserem guardar os terrenos existentes para os vender depois barato às empresas nacionais, só podemos esperar muito mais tempo e gastar muito mais recursos públicos, para aguardar a conclusão de um projecto de construção que foi lançado com precipitação. O que é que os cidadãos de Macau podem fazer, se nem o Governo é escolhido por eles?

A outra questão que queria abordar tem a ver com o Fundo do Ensino Superior, cuja criação é, sem dúvida, uma medida tomada atempadamente. Para a utilização do referido Fundo, que deve ser feita adequadamente, queria sugerir a aplicação, a todos os requerentes, do plano de pagamento dos juros ao crédito para os estudos, de modo a garantir a oportunidade de estudo a todos os graduados das escolas secundárias, admitidos pelas instituições de ensino superior. Esta medida tem a vantagem de não trazer grandes despesas ao Governo, uma vez que os beneficiários vão devolver depois o dinheiro empreitado. Actualmente, com vista a apoiar economicamente os estudantes universitários, a DSEJ atribui bolsas de mérito e bolsas especiais aos estudantes distintos, beneficiando outros estudantes universitários do plano de pagamento dos juros ao crédito para os estudos. Todavia, como as vagas para os beneficiários do referido plano são de tal maneira insuficientes, muitos estudantes universitários ficam excluídos da lista dos beneficiados. Para ajudar estes estudantes, o Governo conseguiu a cooperação de alguns Bancos, os quais atribuem empréstimos para apoiar os estudos universitários. Apesar disso, os estudantes estão sempre sujeitos às regras impostas pelas referidas instituições comerciais.

Queria analisar, em seguida, o pedido apresentado por alguns colegas, da autorização da permanência em Macau, dos graduados das instituições de ensino superior locais e que sejam provenientes do Interior da China. Ora, as instituições de ensino superior da RAEM formam estudantes locais e estudantes vindos da China Continental. Os dois tipos de estudantes não podem ser de qualidade muito diferenciada, a não ser que fossem formados de maneiras diferentes. No entanto, parece ridícula a colocação desta hipótese. Se as minhas análises forem correctas, não percebo por que é que as entidades patronais da RAEM não querem empregar os licenciados locais, mas preferem os continentais que tenham sido formados no Território, como contaram os indivíduos que fizeram repetidamente o mesmo pedido. Estes indivíduos são de opinião de que a atribuição da referida autorização representa uma contribuição que a RAEM dá à pátria, ajudando a resolver o problema da falta de emprego na China Continental. Os mesmos indivíduos sugeriram também a realização de estágios pelos estudantes de Macau no Interior da China, onde até trabalham, concorrendo com os graduados das escolas de ensino superior da China Continental. Pergunto se estes indivíduos querem perturbar a política de emprego do Interior da China, prejudicando as oportunidades de emprego dos graduados das universidades continentais. Trata-se, portanto, de uma questão interessante que merece a nossa atenção.

Falamos sempre da insuficiência das pessoas talentosas na RAEM. Para resolver o mesmo problema, sugiro a concentração dos recursos no desenvolvimento de cursos ligados à criação do centro mundial de turismo e lazer.

Como por exemplo, o Governo da RAEM pode conceder subsídios especiais, através do Fundo de Ensino Superior, aos estudantes universitários que estudem nos cursos que visem a formação de profissionais que trabalhem nos sectores de serviços sociais, de convenções e exposições e nas indústrias culturais e

criativas, tais como os cursos de Direito, de tradução, de enfermagem, de terapias profissionais, de terapias psicológicas, de turismo e lazer, de arte, inclusivamente a arte de representação, de modo a atrair mais graduados distintos das escolas secundárias a optar pelos referidos cursos, garantindo a quantidade suficiente de profissionais nos mencionados sectores.

Por último, queria prestar atenção à utilização da reserva financeira do Governo da RAEM, a qual ultrapassa cem biliões de patacas na sua totalidade. Dez anos após a transferência da soberania de Macau, beneficiado pela política definida pelo Governo Central, de emissão de visto individual aos residentes continentais que querem visitar Macau, a economia de Macau tem-se desenvolvido de maneira espectacular. O Governo entregou, há pouco tempo, à Assembleia Legislativa, a Proposta de Lei do Regime de Reserva Financeira, que se destina à regulamentação da utilização da mesma reserva. É bom ter reserva financeira abundante, a qual pode ajudar a RAEM a fazer frente às possíveis crises económicas, sendo igualmente importante saber utilizar a mesma reserva.

Na minha opinião, os recursos financeiros podem ser aplicados nos projectos destinados à garantia do desenvolvimento sustentável da RAEM, na criação do Fundo de Ensino Superior e no apoio do funcionamento do Fundo de Segurança Social. Na discussão do Regime da Segurança Social, o Governo propôs o aumento da quantia das contribuições, tendo revelado que, os cálculos atuariais mostraram que, segundo a forma de funcionamento actual, vinte e tal anos depois o Fundo de Segurança Social faliria. Acreditamos que a Administração Pública não vai deixar isto acontecer. No entanto, ninguém sabe qual será a situação económica da RAEM após vinte e tal anos. O ideal é que agora se introduza uma verba suficientemente volumosa no referido Fundo, para além da atribuição anual, que se regista na actualidade, de uma certa percentagem das receitas vindas dos impostos cobrados às empresas do jogo, de modo a reforçar a confiança da população na sustentabilidade do referido regime, possibilitando, por outro lado, o aumento do montante da pensão de velhice das mil e setecentas patacas até ao nível do índice do risco social, assegurando a qualidade de vida pós-reforma dos cidadãos de Macau.

A outra sugestão sobre a aplicação da reserva financeira é a implementação do programa geral de cuidados médicos, mencionado ontem pelo Sr. Deputado Ng Kuok Cheong. Apesar de muitos melhoramentos feitos ao sistema de saúde, é importante criar o regime geral de seguro médico, sem o qual a Administração tem que suportar os encargos com os cuidados médicos da população em geral, através do sistema público de saúde, o que é desfavorável à distribuição eficaz dos recursos públicos e à prestação eficiente de assistência médica de boa qualidade perante o aumento demográfico registado e a grande procura dos serviços públicos que são gratuitos ou baratos. Pode-se de facto reforçar o investimento nesse domínio tomando uma série de medidas, construindo mais hospitais e criando mais centros de saúde. Entretanto, se assim se verificar, tal resultará numa diminuição do espaço de sobrevivência dos serviços médicos particulares. A distribuição, a partir do ano passado, de cupões de saúde, é precisamente uma estratégia de partilha de trabalhos pelos médicos de clínica particular, objectivo esse que, porém, não foi atingido, até agora, com muito sucesso. Pelo exposto, é necessário planear o estabelecimento de um regime geral de seguro médico. Espero que a Administração possa liderar o processo e mobilizar a reserva financeira, investindo com enormes recursos, de modo a conjugar os recursos de saúde das entidades públicas e privadas, proporcionando oportunidades de consulta médica a todos os

cidadãos de Macau que tenham problemas de saúde. Há vários meses trocámos opiniões com o Sr. Director dos Serviços de Saúde sobre este assunto, tendo sabido que os mesmos Serviços iam realizar estudos sobre a viabilidade deste plano. Aqui queria perguntar ao Sr. Director qual é a evolução dos respectivos estudos, e que conclusão se conseguiu relativamente ao referido projecto.

No respeitante aos dois acidentes médicos, mencionados ontem por um colega, sobre os quais o Sr. Secretário disse que se atribuíam apoios especiais à respectiva vítima, a qual sofreu da consequência das referidas falhas durante muito tempo. Como tal, espero que o Governo possar atribuir-lhe realmente benevolências, prestando-lhe os apoios necessários.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Kou Hoi In, por favor.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Queria abordar vários domínios na área dos Assuntos Sociais e Cultura, sendo o primeiro o do turismo. No texto das Linhas de Acção Governativa, menciona-se que, em 2010, se registou grande desenvolvimento do sector do turismo, tendo subido tanto o número de turistas, como a quantidade do dinheiro gasto pelos visitantes vindos do exterior. Perante esta situação encorajadora, estamos preocupados, porém, com as faltas registadas nos *hardwares* e *softwares*, necessários para criar nos turistas a boa impressão sobre Macau. Com efeito, há espaço de melhoramento no que diz respeito à capacidade de atendimento, à qualidade dos serviços prestados, às instalações turísticas existentes e ao transporte, de que os turistas dispõem para as deslocações dentro da cidade de Macau. As respectivas insuficiências prejudicam, de certo modo, a figura do Território como cidade turística.

Os dados estatísticos mostraram que em Outubro deste ano, houve um milhão e cem mil e tal turistas que visitaram Macau mas que saíram do Território no mesmo dia em que chegaram, ocupando estes turistas uma percentagem de 54,7% em relação à totalidade dos turistas registados no mesmo período do ano. Penso que há várias razões para o aparecimento deste fenómeno, uma das quais seria precisamente o preço elevado dos hotéis, especialmente nos dias de feriados. Ontem, vários colegas mencionaram este problema, considerando-o um factor prejudicial para o desenvolvimento da economia da RAEM. Queria saber qual é a atitude do Governo quanto à adopção de políticas que apoiem a construção de hotéis económicos. Nas LAG para os anos financeiros de 2010 e de 2011, a Administração Pública limita-se a afirmar que o Governo assumirá uma atitude aberta para com os referidos projectos, desenvolvendo as respectivas investigações, estudos e discussões. Penso que é muito importante conseguir a permanência, durante mais tempo, dos turistas em Macau, o que pode favorecer o desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Para isso, são necessários hotéis que ofereçam quartos por preços mais baratos. Ciente da importância deste assunto, queria pedir ao Sr. Secretário para mencionar a evolução das respectivas análises.

O outro aspecto a que queria prestar uma atenção especial tem a ver com a qualidade de serviços de transporte fornecidos aos turistas.

É sabido por todos que, em Macau, com poucas excepções, nomeadamente nos grandes hotéis, é muito difícil encontrar um táxi que nos possa levar ao lugar aonde queremos ir. Às vezes, mesmo que os turistas consigam encontrar um táxi sem clientes, o condutor recusa ir ao destino indicado. Como é evidente, esta situação impede o desenvolvimento do sector turístico. Sei que a consideração dos assuntos referentes ao transporte não é da competência da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura. Porém, o Sr. Secretário deve prestar muita atenção ao referido assunto. Senão, não se pode falar da promoção do turismo da RAEM.

Todos os anos, o Governo da RAEM gasta grande quantidade de recursos para a promoção, no exterior, do turismo de Macau, o que era indispensável se o Território não fosse conhecido pelos habitantes de outros países e regiões do mundo. Com o grande crescimento do número de turistas, registado nos últimos anos no Território, parece que o foco de atenção da promoção do turismo da RAEM deve ser deslocado, pelo menos parcialmente, para o aperfeiçoamento das instalações turísticas, designadamente quanto ao transporte de que os turistas dispõem. Depois de terem passado as fronteiras, para além de táxis, autocarros e camionetas dos grandes casinos, que outros meios de transporte podem utilizar os visitantes? O facto é que há muitos turistas que querem visitar os monumentos e provar as iguarias, ou seja, fazer turismo cultural, tal como mencionou o Sr. Secretário. Sendo assim, é importante a Administração Pública proporcionar meios necessários, nomeadamente meios de transporte adequados, de modo a fomentar este tipo de turismo, levando os turistas aos pontos turísticos que querem visitar.

Lembro-me de que na discussão das LAG, em 2007, apresentámos ao Governo a sugestão sobre a elaboração de planos que visem a circulação de camionetas entre pontos turísticos famosos, facilitando, deste modo, o transporte aos turistas que visitam Macau. Recomendámos ainda a circulação destas camionetas nas zonas antigas, de modo a proporcionar um melhor ambiente de negócio às pequenas e médias empresas. No entanto, passados vários anos, nas LAG para 2011, o Governo continua a falar da realização de estudos sobre a viabilidade da implementação do referido plano.

Nas LAG para o próximo ano, também se refere aos trabalhos da optimização do ambiente turístico nomeadamente através do melhoramento dos passeios para peões e da resolução dos problemas referentes ao estacionamento de camionetas de turismo. Para atingir o objectivo da promoção do sector turístico, serão realizadas discussões transdepartamentais que envolvem áreas correlacionadas. O Sr. Director Wong Wan da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego anunciou, recentemente, que a Administração Pública estava a debruçar-se sobre os estudos da viabilidade da circulação de mini-autocarros movidos a electricidade na zona histórica e na zona antiga. Acho que estes mini-autocarros eléctricos seriam bem acolhidos tanto pelos turistas, como pelos residentes locais, uma vez que não poluem o ar nem produzem grande barulho. Se os turistas gostam de andar nestes autocarros que os levam inclusivamente às zonas antigas, as pequenas e médias empresas podem ficar beneficiadas. Ainda que a planificação do referido projecto não seja da competência da área do Sr. Secretário, queria aproveitar esta oportunidade para perguntar que opinião é que o Sr. Secretário tem em relação ao referido projecto.

Queria sugerir igualmente o reforço dos apoios atribuídos às indústrias culturais e criativas. A criação da Comissão de Indústrias Culturais e Criativas revelou a determinação do Governo no

impulsão da diversificação adequada da economia do Território. É importante a vontade, sendo também necessária a realização de projectos concretos. Na décima quinta edição da Feira Internacional de Macau (MIF), realizada em Outubro, foi criada a zona das Indústrias Culturais e Criativas, a qual atraiu a atenção de muitos cidadãos e turistas com os seus produtos de ideias bastante originais. Foram realizadas também exposição de informática digital, exposição de artigos para bebés, feira de livros e exposição de fotografias com o tema de vestidos de noiva. Experiências semelhantes podem servir como base para o lançamento de novos projectos, tais como a organização de exposições de temas específicos, semana de produtos de características típicas e exposições de artesanato, com a animação dos espectáculos de *Hip-Hop* e das representações de modelos. Estas exposições e representações podem proporcionar espaços aos jovens para o seu desenvolvimento, promovendo ao mesmo tempo as indústrias culturais e criativas e o sector de convenções e exposições.

Apesar de haver referências, nas LAG para 2011, aos planos de desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas, queria pedir informações mais concretas sobre os projectos de formação dos respectivos profissionais, assim como sobre medidas adoptadas para estimular os estudantes locais a optar por frequentar os respectivos cursos. Também queria saber se a RAEM dispõe de professores suficientes para a implementação dos projectos de formação.

No domínio da educação, sugiro a produção de manuais electrónicos, que permitirá a diminuição do peso da mochila dos estudantes, contribuindo para a unificação dos manuais utilizados nas escolas locais. A recorrência à tecnologia avançada possibilitará a utilização polivalente dos manuais pelos estudantes, resolvendo o problema do peso demasiado da sua mochila, e proporcionando um instrumento útil para a criação do programa comum para o ensino não superior do Território. Espero que o Governo possa considerar a adopção do mencionado projecto, que pode trazer um conjunto de vantagens.

No domínio da saúde, queria apontar para uma falha existente nos serviços da consulta externa. Há dias, houve um cidadão que me contou uma experiência muito negativa relativa aos serviços de urgência durante a noite. Depois de o médico o ter examinado e lhe ter passado uma receita, o cidadão percorreu todas as farmácias de Macau e não conseguiu encontrar o remédio receitado. Penso que todos concordam que um doente precisa de descansar bem, e que depois da consulta, ele deve tomar o mais rapidamente o medicamento receitado pelo médico, para que a doença não fique agravada. Portanto, a referida falha precisa de ser corrigida. Deve-se criar uma ligação da intranet entre as diversas unidades médicas dos Serviços de Saúde e as farmácias locais, de modo que ao passarem a receita, os médicos saibam quais são os remédios existentes nas farmácias. Espero que as autoridades considerem a minha sugestão e procurem melhoramentos dos respectivos serviços.

Nas LAG em discussão, há também referências sobre a educação permanente. Sabemos que alguns países e regiões do mundo elaboram políticas perfeitas para possibilitar e encorajar a assistência activa dos cidadãos seniores aos cursos educativos. Em comparação com estes países e regiões, a RAEM não dispõe nem de legislação própria que regulamente os assuntos ligados à população idosa, nem de políticas sistemáticas para a promoção da educação junto da terceira idade. A Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior não cumpriu as suas funções neste aspecto, nem atribuindo a sociedade de Macau grande atenção para o desenvolvimento das referidas

actividades, de modo que ainda não se pode concretizar, na RAEM, o objectivo de os idosos poderem ir estudar para a escola, estando ocupados a realizar actividades pelas quais têm interesse. Sabemos que há grande diferença entre a procura e oferta dos cursos da Academia do Cidadão Sénior, do Instituto Politécnico de Macau. Não sei se é viável mobilizar os recursos das escolas que não têm alunos suficientes para satisfazer as necessidades de estudo dos residentes idosos. Por outro lado, há idosos que são professores reformados, não sei se é possível aproveitar estes recursos humanos para reforçar a educação junto da população sénior.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho, por favor.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Ontem os colegas apresentaram muitas opiniões e sugestões, tendo o Sr. Secretário fornecido informações referentes às políticas adoptadas na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Como há, na referida área, bastantes domínios que implicam assuntos complicados, não seriam suficientes, mesmo que houvesse três dias inteiros, para a sua discussão. Segundo um presidente famoso, qualquer governo é bom governo desde que consiga resolver os problemas sociais sentidos pela população. Quando visitou Macau, o primeiro-ministro *Wen Jiabao* mencionou a importância de o Governo da RAEM utilizar o poder público com transparência, esforçando-se por melhorar a qualidade de vida da população local. Esperamos que as autoridades locais possam ficar inspiradas com as ideias dos mencionados dirigentes governamentais. O Sr. Secretário desempenha o novo cargo há quase um ano, estando os cidadãos de Macau ansiosos por ver os melhoramentos dos trabalhos e a resolução dos problemas. O objectivo definido pelo primeiro-ministro é para ser alcançado, penso que isto é claro para todos os dirigentes do Governo da RAEM.

Antes de vir à reunião, fiquei no gabinete a ler outra vez as Linhas de Acção Governativa com calma. Entretanto chegou um grupo de cidadãos descontentes, os quais se queixaram do cancelamento, sem consulta pública nem aviso com antecedência, de prestação de serviços de tratamento físico no Centro de Saúde de Tap Seac. É de saber que desde o início, em 1993, do fornecimento destes serviços, foram prestados, no referido Centro de Saúde, oitenta mil tratamentos físicos (isto é, cerca de cinco mil tratamentos em cada ano, com a excepção do primeiro ano em que se prestaram duas mil vezes estes serviços) aos residentes que moravam na mesma zona, os quais são noventa mil e tal pessoas na sua totalidade. Com a adopção da nova medida, que nos parece pouco simpática, os residentes da referida freguesia, inclusivamente a população idosa, precisam de se deslocar ao Centro Hospital Conde de São Januário para receber tratamentos físicos. A questão crucial é o modo, a transparência e a sinceridade da consulta pública que devia ter sido realizada. Sr. Secretário, não sei se é possível recuperar a prestação dos mencionados serviços no Centro de Saúde de Tap Seac. O facto é que só hoje é que os mesmos serviços deixaram de ser prestados neste Centro de Saúde, o que traz grande inconveniência aos residentes locais, especialmente aos cidadãos seniores, os quais ficaram no meu gabinete durante toda a manhã, de modo que não tive possibilidade de ler as LAG.

À volta das duas horas da tarde veio ao meu gabinete outro grupo de pessoas, desta vez contentes por terem ouvido o Sr. Secretário falar da boa evolução dos trabalhos de legislar do regime de avaliação do tipo e grau de deficiência. Estas pessoas pediram ao Sr. Secretário o respectivo calendário, assim como o anúncio regular da evolução dos respectivos trabalhos.

Com efeito, a secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura é a secretaria com mais domínios diferentes e consequentemente mais dirigentes governamentais a nível de direcção de serviços. Acho que o Sr. Secretário tem muitas dificuldades em desenvolver os seus trabalhos, porque são poucos os dirigentes que o podem ajudar verdadeiramente. Tomando como exemplo o domínio da saúde, o Sr. Director Lei Chin Ion lida com o Sr. Secretário utilizando as técnicas das relações públicas, dando importância à aparência e não à substância. Para a implementação da política do governo transparente, penso que é preciso tirar o tecto do edifício dos Serviços de Saúde, para o sol poder entrar para dentro, e para se poder ver a realidade.

Na altura da transferência da soberania de Macau, os orçamentos lançados na vertente da saúde foram de onze biliões de patacas, as quais foram consideradas insuficientes, tendo-se registado na sociedade muitas reclamações sobre a qualidade dos serviços e a falta de pessoal para trabalhar no respectivo domínio. Passados dez anos, os orçamentos aumentaram quatro vezes, tendo subido para quarenta e tal biliões de patacas. No entanto, os cidadãos continuam a queixar-se dos serviços de saúde. Segundo contaram os cidadãos, é demasiado longo o tempo de espera para se obterem os respectivos serviços: cinco meses para a primeira consulta externa, um ano para a ecografia, nove meses para a mamografia, quatro a seis meses para a consulta externa de oftalmologia, três meses para a cardiologia (se não se puder proporcionar consulta de cardiologia dentro de três meses, a contar a partir da data da marcação, o Governo compra o serviço ao Hospital Kiang Wu. Nesse caso, só é preciso esperar três dias). Isto quer dizer que actualmente, o problema da insuficiência das instalações e do pessoal na área da saúde, é resolvido através da compra dos serviços às instituições privadas. Ouvi, há pouco, o Sr. Deputado Au Kam San falar do plano de dez anos para o desenvolvimento do ensino não superior. Não sei se no domínio da Saúde também se podem publicar os respectivos planeamentos, de modo que saibamos o desenvolvimento no futuro dos respectivos serviços.

Queria prestar atenção ao mencionado regime de compra de serviços médicos às instituições privadas, pedindo a maior transparência no respectivo processo. Não sei se há mecanismo de fiscalização para vigiar o preço e a qualidade dos serviços comprados. Segundo informações que recolhi, alguns serviços foram comprados por um preço mais alto do que o dos hospitais de Hong Kong. Por outro lado, neste momento em Macau, há trezentos e tal licenciados do curso de medicina que não têm oportunidade de exercer a função de médico no Território, por causa de não terem sido organizados, durante os últimos seis anos e aos referidos indivíduos, cursos de formação que incluem nomeadamente estágios. Assim, enquanto há grande falta de pessoal médico nos Serviços de Saúde, e é necessário comprar serviços às instituições privadas, trezentos e tal residentes locais com licenciatura em medicina, cuja família fez grande sacrifício, tendo algumas pago milhões de patacas para as propinas do respectivo curso, trabalham agora como croupiers nos casinos, empregados de escritório nas companhias de importação e exportação, empregados de balcão, assistentes nos

centros de saúde, onde ajudam a pesar os doentes, etc. Não acham isto um grande desperdício? A par disso, os médicos dos Serviços de Saúde sentem grandes pressões de trabalho. Mesmo que todos os dias trabalhem mais duas horas, das seis horas às oito horas da noite, levando a família para o hospital, não conseguirão satisfazer as necessidades dos cidadãos. Nem os mesmos são bem remunerados. Como se sabe, os trabalhos de um médico são muito cansativos, para além de grande responsabilidade. No entanto, até ao fim da carreira, eles ganham apenas um ordenado correspondente aos seiscentos pontos de índice, ao passo que os farmacêuticos e os técnicos podem ter um índice de oitocentos pontos e setecentos e setenta e cinco pontos, respectivamente. Portanto, estes médicos estão descontentes e fizeram queixas junto de mim.

O Sr. Director Lei Chin Ion teve sorte, tendo oportunidade de assistir ao curso de formação com estágio, organizado pelo Governo da Administração Portuguesa, sendo hoje já director dos Serviços de Saúde. Todavia, o Sr. Director não se pode reformar, mesmo com setenta e cinco anos, uma vez que não há sucessores. A não organização dos cursos para a formação dos licenciados em medicina, traz o problema de falta dos respectivos profissionais, problema esse que, neste momento, é resolvido através da compra de serviços às instituições privadas.

Nas Linhas de Acção Governativa para 2011, menciona-se a criação, na Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, de um centro de serviços de emergência público, onde prestarão serviços os médicos do Interior da China. Não me oponho à contratação dos médicos continentais das áreas específicas. No entanto, defendo que as vagas para os médicos de clínica geral devem ser guardadas para os trezentos e tal residentes locais com diploma de licenciatura em medicina. Há graves problemas nos Serviços de Saúde, e é necessário a intervenção do Sr. Secretário, responsabilizando os respectivos dirigentes governamentais. Lembro-me de que narrei em Março, junto do Sr. Secretário, a situação corrompida dos Serviços de Saúde, que recrutaram mais 20% do pessoal, sendo todos para serviços administrativos. O que se pode verificar é a duplicação das funções, de modo a permitir a ingressão nos mesmos Serviços de todos os familiares, parentes e amigos. Não é necessário a recorrência ao sistema de recrutamento central dos funcionários públicos, promovido pela Sra. Secretária para a Administração e Justiça Florinda Chan, uma vez que todas as vagas estão mais do que preenchidas. É por causa disso que aumentou muito o número do pessoal dos respectivos Serviços, mas continua a haver falta de médicos a trabalhar no hospital público e nos centros de saúde.

Queria também pedir ao Sr. Secretário para mencionar como compreende a questão dos anos de serviço, tanto para a ingressão na carreira de médico, como para o efeito de promoção. Fiz esta pergunta porque na sociedade há muitas vozes que falam da importância dos anos de serviço e das experiências clínicas de um médico.

O outro assunto a que queria prestar atenção tem a ver com as horas extraordinárias, sobre as quais recebi muitas queixas contra todas as Direcções dos Serviços da área para os Assuntos Sociais e Cultura. Há regras diferentes sobre horas extraordinárias nos diferentes serviços governamentais, não existindo limites superiores quanto a horas extraordinárias remuneráveis nos tribunais, no Gabinete do Chefe do Executivo e nos Gabinetes dos Secretários. Ouvi dizer que alguns directores da sua área precisam de dois condutores, os quais têm sempre muitos trabalhos, sendo o segundo necessário quando estiverem esgotadas as horas extraordinárias

remuneráveis permitidas ao primeiro. Acho que este é um problema que requer solução.

A questão da integridade dos funcionários públicos é uma questão a que precisamos de prestar muita atenção. Tomando como exemplo os Serviços de Saúde, os quais adjudicam materiais médicos cujo valor pode atingir cem milhões de patacas, não sei se há mecanismo de fiscalização que vigie este tipo de operação. Queria também aproveitar esta ocasião para exprimir uma dúvida relativa às regras de funcionamento, impostas pelos Serviços de Saúde às empresas adjudicatárias, segundo a qual o adjudicatário do fornecimento de cem mil seringas, por exemplo, precisa de guardar todas as seringas no seu armazém, de modo a poder entregar, no momento indicado, a quantidade de seringas pedida pelos referidos Serviços, fornecendo de cada vez três mil, cinco mil ou dez mil seringas, sendo o pagamento feito depois da entrega dos produtos. Não parece muito razoável esta exigência, porque implica custos demasiado altos às mini-empresas adjudicatárias, as quais precisam de ter um armazém para guardar os respectivos produtos. Penso que é necessário melhorar a gestão dos Serviços de Saúde. Senão a imagem do Governo da RAEM ficará estragada. O Sr. Secretário precisa de tomar decisões para melhorar a administração dos referidos Serviços. Caso contrário, estará sujeito às críticas dos cidadãos. Já expressei a mesma opinião em Março. Agora voltei a sugerir ao Sr. Secretário a gestão separada do hospital e dos Centros de Saúde, uma vez que a gestão actual é realmente péssima, ainda que o Sr. Secretário tenha mandado um novo dirigente para o Conselho Administrativo. Mais tarde vou entregar ao Sr. Secretário as reclamações que os cidadãos me entregaram. Espero que o Sr. Secretário possa ponderar a razão que levou à insatisfação tanto do pessoal dos Serviços de Saúde, como dos residentes de Macau, depois de se ter gasto tanto dinheiro e se terem recrutado tantos funcionários.

Ainda tenho um minuto, queria expressar a minha opinião referente ao desenho do novo *campus* da Universidade de Macau, localizado na Ilha da Montanha, em frente do mar. Ao convite do Governo da RAEM, tive a honra de visitar a Ilha da Montanha e verificar as obras da construção da futura Universidade de Macau. Não percebo porque é que há necessidade de construir tantas lagoas num lugar rodeado pela água, cuja limpeza implica o gasto de muitos recursos públicos da RAEM. De facto, o desenho da nova U.M. parece o das vivendas luxuosas. Afinal o novo *campus* foi desenhado por um profissional do Norte, que raramente vê o mar... não sei se há formas para a redução das futuras despesas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, por favor.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Na reunião de ontem, uma colega lamentou a falta de sentimentos de compaixão e simpatia dos cidadãos de Macau, tendo eu a mesma opinião. De facto, para além da prestação do serviço da metadona no centro de saúde da zona da areia preta, e da criação de asilos para os idosos nas zonas comunitárias, foi registada, nos últimos anos, a impossibilidade, por causa da oposição dos cidadãos, da implementação de outros projectos para o estabelecimento de instalações ligadas à vida dos residentes, tais como a construção, na Rotunda de Carlos da Maia, do parque de estacionamento do sistema de empilhamento de carros, e a criação, perto da Igreja de São

Lourenço, de um posto de recolha de resíduos sólidos. Perante esta situação, pergunto quando é que começou a predominância do sentimento de egoísmo na população em geral, e quais são os elementos nocivos que influenciaram negativamente os habitantes de Macau que eram muito simpáticos.

Ontem, quando mencionou os benefícios de que gozam os residentes de Macau, o Sr. Secretário apelou para a população local ter o sentimento de gratidão. Também acho que há esta necessidade. O facto é que os cidadãos de Macau recebem muito, enquanto não precisam de contribuir com muito. Não percebo porque é que ainda há queixas contra o Governo, acusando-o de estar com falta de piedade. Na construção do sistema de segurança social a dois níveis, o Governo transfere, para as contas individuais dos residentes que satisfaçam os requisitos, diversas verbas, nomeadamente a verba de activação de dez mil patacas e a verba que se atribui anualmente nos momentos necessários, de modo a garantir o alcance do objectivo de “os idosos terem alguém que os sustente”. Penso que este tipo de benefício é único no mundo. No ano corrente, os residentes seniores com idade de sessenta e cinco anos ou superior podem receber dez mil patacas, os idosos com idade menos de sessenta e cinco anos recebem menos, sendo a diferença guardada na sua conta individual. Na minha opinião, o Governo da RAEM prestou já muito para apoiar economicamente os cidadãos da terceira idade.

O apoio financeiro atribuído aos estudantes também é melhor do que em muitos outros lugares. Na RAEM, a população estudantil goza de quinze anos de educação gratuita, benefício de tarifa de autocarros, e subsídio para os materiais escolares. Estas medidas favorecem o crescimento saudável da nova geração, a qual pode adquirir conhecimentos nos campos específicos. Portanto, são medidas melhores do que as que consistem simplesmente na distribuição de dinheiro.

Com vista a ajudar os grupos sociais mais vulneráveis a fazer frente à inflação que tem estado em constante crescimento, o Governo adoptou uma série de medidas temporárias, atribuindo mais recursos financeiros para apoiar a camada social mais desfavorecida. Vou mencionar em seguida estas medidas temporárias, esperando que o Sr. Secretário possa corrigir os possíveis enganos. Em primeiro lugar, foram atribuídos, em Julho e em Dezembro do ano corrente, aos indivíduos e agregados familiares beneficiários do subsídio regular atribuído pelo IAS, um subsídio especial cujo montante corresponde a dois meses e um mês de subsídio regular, respectivamente. Em segundo lugar, em Maio, em Agosto e em Dezembro deste ano, foram atribuídas prestações pecuniárias de apoio à vida aos três tipos de famílias fragilizadas (a quantia atribuída em Agosto foi o dobro da quantia atribuída em Maio e em Dezembro). Em terceiro lugar, será isento o pagamento de três meses de rendas da habitação social. Será também fornecido maior benefício de tarifa de autocarros aos estudantes, continuando-se a atribuir os subsídios relativos às despesas de electricidade, de água, de autocarro, de propinas e das despesas escolares, de modo que os residentes locais tenham capacidade financeira para satisfazer as necessidades diárias.

Tal como acabei de referir, o Governo da RAEM apoia economicamente os idosos, a população estudantil, e os indivíduos e agregados familiares vulneráveis, para além de tentar atenuar a pressão da vida dos cidadãos em geral. Sendo assim, não acham que os residentes locais devem agradecer? Sendo Macau uma região de baixa carga tributária, segundo as estimativas para o ano financeiro de 2011, o montante total de imposto profissional, de contribuição

predial e de imposto complementar de rendimentos, será de três biliões de patacas. Em contrapartida, segundo revelou a Sra. Secretária para a Administração e Justiça Florinda Chan na semana passada, o Governo da RAEM atribuirá sete biliões e quatrocentos e oitenta milhões de patacas para a implementação de medidas para aliviar as pressões de vida sentidas pelos habitantes locais, isto é, a cada residentes de Macau serão atribuídas treze mil e seiscentas patacas. Imaginem o imposto cobrado pelo governo, nos países estrangeiros, para a atribuição das mesmas benevolências sociais.

Os cidadãos da RAEM estão a gozar benefícios sociais de grande qualidade, atribuídos pelo Governo que recolhe todos os anos receitas de valor extremamente alto, o que constitui razão para as invejas dos residentes de outros países e regiões. No entanto, os políticos e alianças anti-governamentais criticaram, nomeadamente na semana passada, a falta de piedade e a antipatia da Administração Pública para com os idosos, tendo tentado confundir, de propósito, os montantes de quatro mil, de seis mil e de dez mil patacas, enganando a população de Macau. Não acham que os deputados devem ter condutas exemplares, defendendo a justiça e imparcialidade?

Acredito que a maioria dos cidadãos de Macau tem o sentimento de gratidão, sendo poucos os residentes inconscientes e ingratos. Chamo a atenção para a necessidade de atribuição de mais atenção e carinho aos grupos sociais vulneráveis, e sobretudo aos idosos, fornecendo-lhes serviços de saúde e serviços domiciliários, assim como organizando-lhes actividades recreativas e cursos de formação contínua, de modo que os cidadãos seniores possam viver uma velhice feliz.

Ontem, o Sr. Secretário forneceu algumas informações sobre as políticas tomadas para a atribuição de apoios necessários à população em geral, e aos residentes idosos em especial. Se o tempo permitir, espero que o Sr. Secretário possa fazer uma narração mais aprofundada às medidas que se adoptarão para tomar conta dos residentes idosos, os quais contribuíram muito para o desenvolvimento da sociedade de Macau. Este é o primeiro aspecto que queria abordar.

O outro aspecto a que queria prestar atenção tem a ver com o bom funcionamento dos serviços médicos e o evitamento de desperdício dos medicamentos. Quando estava em Macau, o primeiro-ministro *Wen Jiabao* visitou o Centro Hospitalar Conde de São Januário, tendo elogiado os serviços médicos prestados no Território, bem como tendo manifestado a esperança de que Macau possa aprender com as experiências da China Continental, evitando desperdícios dos remédios. O primeiro-ministro tem razão. De facto, tendo a boa vontade de facilitar a vida dos doentes, alguns médicos passam, numa consulta externa, aos doentes grande quantidade de medicamentos, que servem às vezes para vários meses. Assim, os utentes dos serviços médicos gratuitos podem desperdiçar os remédios, poluindo o ambiente, pois os adquirem de graça. Ao passarem os remédios, talvez os médicos não tenham na mente as referidas consequências negativas. Queria aproveitar esta ocasião para perguntar ao Sr. Director sobre as normas definidas relativas à quantidade de remédios receitados aos utentes dos serviços de saúde públicos. Queria saber igualmente se há espaço para o melhoramento neste aspecto, de modo a cumprir a exigência do primeiro-ministro, evitando o desperdício dos remédios e dos recursos públicos.

Presidente: Sr. Deputado Chui Sai Peng... O Senhor ainda não acabou a sua intervenção? Peço imensa desculpa.

Tsui Wai Kwan: A máquina desligou-se sozinha.

Por último queria mencionar o desenvolvimento do sector turístico e os projectos que visem a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, como definiu o Governo Central. Penso que devemos prestar o melhor para promover o turismo e a economia de Macau, para não desmerecer os apoios fornecidos pelo Governo Central. Segundo os dados estatísticos... Desculpe, mas não fiz absolutamente nada.

Presidente: É o problema da máquina, que está a indicar a terminação dos catorze minutos, tempo permitido para a intervenção de cada deputado.

Tsui Wai Kwan: Há outra vez problemas?!

Os dados estatísticos mostraram a grande concentração dos lugares de origem dos turistas que visitaram Macau. Observando os primeiros nove meses do ano corrente, constatámos que 97% dos turistas eram cidadãos dos países e regiões da Ásia, sendo 53% vindos do Interior da China, 30% vindos de Hong Kong, 14% de outros países e regiões. Não temos dúvida de que a DST se esforçou por promover o turismo de Macau durante muitos anos. No entanto, no período referido, os turistas vindos dos lugares fora da Ásia só ocupam 3% em relação à totalidade dos visitantes que vieram fazer turismo à RAEM. Ainda assim, foi registado um aumento bastante acentuado dos turistas vindos da Índia (aumentaram 61%), da Indonésia (aumentaram 14%), do Japão (aumentaram 12%), e da Coreia (aumentaram 63%), o que demonstrou que Macau tem possibilidade de atrair mais turistas provenientes de outros países e regiões, para além do Interior da China e de Hong Kong. A respectiva Direcção dos Serviços precisa de elaborar mais estratégias, criando mais pontos turísticos e proporcionando mais serviços turísticos com características do Território, de modo a fazer crescer o número de turistas provenientes de diferentes países e regiões da Ásia e do mundo, transformando Macau num verdadeiro centro mundial de turismo e lazer. Sugiro também a cooperação de Macau com as companhias aéreas e com as agências de viagens, oferecendo-lhes subsídios para poderem vender viagens de avião a Macau por preços baixos e organizar mais excursões para o Território. Há de certeza muitas outras estratégias possíveis. O ponto importante é a necessidade de reforço das acções governamentais que visem o alargamento do respectivo mercado, sem as quais não podemos ser optimistas com o desenvolvimento futuro do sector turístico.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chui Sai Peng, por favor.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje queria abordar vários temas, sendo o primeiro o da educação.

Embora seja um pequeno território, Macau é bastante desenvolvido na área da educação. Tomando como exemplo a Universidade de Macau, algumas disciplinas desta instituição académica, nomeadamente as de contabilidade e de microelectrónica, podem-se equiparar com as universidades da China Continental e de Hong Kong, alcançando até o nível internacional. Devido aos factores históricos e culturais específicos, Macau é o lugar indicado para o desenvolvimento do ensino da língua portuguesa e da gestão

do jogo. A vinda, nos últimos anos, de muitos estudantes do exterior à U.M. com a finalidade de frequentar os cursos de licenciatura ou de pós-graduação, provou que Macau tem universidades de renome, o que é bom para o seu desenvolvimento, assim como constitui o orgulho dos habitantes da RAEM.

Todavia, na procura da ligação com o mundo internacional, chamo a atenção para a necessidade de ser realista, nomeadamente na área do direito, em que há grande falta de profissionais talentosos. Enquanto sabemos que há poucos académicos no mundo que queiram gastar grandes energias no estudo da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, por que é que ainda exigimos aos nossos académicos a publicação de textos de investigação científica nas revistas académicas nucleares da respectiva área internacionalmente famosas? Não acham que devemos rever a forma através da qual se faz a avaliação dos nossos professores universitários, nomeadamente no domínio do Direito? Sabemos que há grande necessidade de reforçar a formação dos profissionais na área dos assuntos judiciais. Sendo assim, são extremamente preciosos professores universitários que se dedicam aos trabalhos de investigação científica, procurando inclusivamente melhores maneiras de formar alunos na referida vertente. Se as instituições de ensino superior não consideram as situações concretas e definem as exigências cegamente, fazendo sair da universidade os académicos da área do Direito, os quais, como não têm possibilidade de satisfazer as exigências da universidade, são obrigados a abandonar a Faculdade de Direito, passando a exercer a profissão de advogado. Queria pedir ao Sr. Secretário para esclarecer a posição do Governo na escolha entre a ligação com o mundo internacional e a promoção de pesquisas científicas, importantes para o desenvolvimento do Território.

Sendo chinês e português as duas línguas oficiais da RAEM, naturalmente a investigação científica sobre a legislação de Macau é baseada nestas duas línguas. Pergunto às autoridades quais são as revistas académicas nucleares internacionais que aceitam textos escritos nestas duas línguas. Os nossos professores universitários da área do direito têm realmente muitas dificuldades em figurar-se nas referidas revistas, designadamente nas revistas académicas dos Estados Unidos da América. Perante esta situação, a Administração Pública e os responsáveis da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, precisam de ponderar com cuidado, decidindo que tipos de profissionais querem formar, os que trabalham ao serviço da legislação de Macau, ou os que se debruçam sobre a análise das normas jurídicas de outros países e regiões do mundo. A Universidade de Macau precisa de assumir a sua responsabilidade perante a sociedade, então, como é que a Faculdade de Direito pode adoptar política contrária? Espero que as respectivas responsáveis possam reflectir sobre este problema.

Segundo o n.º 2 do artigo n.º 2 da Lei n.º 1/2006, intitulado “Regime jurídico da Universidade de Macau”, a Universidade de Macau, como instituição de ensino superior público, dedica-se ao ensino e à investigação, bem como à difusão da cultura, da ciência e da tecnologia. No cumprimento destas funções, a U.M. define uma série de regras, nomeadamente a regra de que os directores do departamento e do curso não podem exercer actividades extra-curriculares cuja remuneração ultrapassa 30% do salário que normalmente recebe, regra essa que, a nosso ver, impede a combinação orgânica entre o exercício das respectivas actividades profissionais no mercado de trabalho, o ensino e a investigação científica. Espero que as personalidades da área do direito nos possam analisar a vantagem e desvantagem da combinação das três

actividades acima mencionadas no caso de professores universitários na área do Direito. Se as vantagens forem maiores do que as desvantagens, sugiro que se criem melhores condições para que estes académicos possam desenvolver investigações científicas úteis para a sociedade de Macau. Espero que as autoridades possam atribuir importância a este aspecto.

Nas Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, o Sr. Secretário realçou a prioridade atribuída à criação do Regime de Avaliação do Ensino Superior. Concorro e apoio esta decisão, evocando o título de um texto publicado recentemente, que é precisamente o seguinte: “A inflação dos diplomas dos cursos universitários é mais rápida do que a inflação das notas”. Na conversa com as entidades patronais, a maioria tem a mesma sensação, lamentando a fraca qualidade de muitos portadores do diploma dos cursos universitários. Actualmente, muitos estudantes consideram as instituições de ensino superior como estabelecimentos comerciais, pagando propina e dedicando tempo para conseguir, em contrapartida, o diploma de que necessitam para ganhar a vida. Contudo, quando estas instituições começam a deixar ao lado o rigor e a exigência que devem ter na atribuição de diplomas, procurando a quantidade e não a qualidade, os respectivos diplomas já não servem como uma garantia. Penso que o Sr. Secretário está com o desejo de normalizar o desenvolvimento do ensino superior através da implementação do Regime de Avaliação. Queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer informações mais pormenorizadas sobre as medidas concretas tomadas para atingir a mesma finalidade.

Nas mesmas LAG, há referências sobre a boa evolução dos trabalhos realizados pela Universidade de Macau, que foi encarregada pela Administração Pública, de criar a base de dados sobre o ensino superior de Macau. Queria pedir ao Sr. Secretário para explicar os conteúdos concretos desta base de dados, pois queria saber se nela estão incluídas as informações sobre os estudantes que estudaram em lugares exteriores, para além das informações sobre as instituições de ensino superior locais, os seus graduados e docentes, assim como os cursos por elas ministrados. Queria perguntar igualmente se os cidadãos podem ter acesso a estas informações, e se os respectivos dados vão ser publicados nos períodos fixos.

Também queria prestar atenção ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, que será implementado na Ilha da Montanha pela RAEM em cooperação com Zhuhai, ocupando Macau 51% de acções na respectiva sociedade em comandita, desempenhando o Território, portanto, um papel dominante no referido projecto. Visto que muitos serviços públicos na área para os Assuntos Sociais e Cultura estão envolvidos no projecto supramencionado, queria saber qual o papel destes serviços no projecto em referência, sobre o qual se publicarão planos mais pormenorizados em Setembro do próximo ano, assim como as expectativas referentes ao mesmo projecto.

Sabemos que tanto a Universidade de Macau, como a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, têm formado, nos últimos anos, muitos profissionais na área da medicina tradicional chinesa, os quais, porém, têm saídas muito limitadas. Esperamos que, com a implementação, na Ilha da Montanha, do projecto de Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, se possam desenvolver efectivamente investigações transregionais que decorram da cooperação com as referidas instituições de ensino superior da RAEM, de modo que os graduados locais dos cursos da medicina tradicional chinesa possam aplicar os conhecimentos

adquiridos nos respectivos cursos.

Em seguida, queria exprimir a minha opinião sobre o ensino não superior da RAEM. Nos três anos em que participámos no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), obtivemos óptimos resultados, o que demonstrou que o nível do ensino não superior de Macau atinge o nível internacional. Ao mesmo tempo que nos sentimos orgulhosos com a boa classificação obtida em termos de conhecimentos científicos, temos pena do facto de o júri do referido Programa considerar que a população estudantil local tem fraco sentimento de pertença em relação à escola em que estudam. Queria ouvir a opinião do Sr. Secretário sobre a razão que levou ao aparecimento deste fenómeno, assim como as estratégias e medidas possíveis para o melhoramento deste aspecto.

Ontem, o Sr. Secretário mencionou o novo modelo de combinação da avaliação externa com a avaliação interna, realizada pela própria escola, de modo a garantir a qualidade do ensino. Isto representa, sem dúvida, o progresso do sistema educativo de Macau. Pela minha parte, atribuo, porém, uma maior atenção à avaliação sintética dos alunos, examinando o seu conhecimento científico e as suas condutas morais. Desde o início da educação moral e nacional até agora, as escolas atribuem uma atenção cada vez maior ao desenvolvimento da referida actividade educativa, procurando reforçar, nos alunos, o sentimento de amor à pátria e a Macau, o que, tal como referiram os colegas ontem e hoje, não é suficiente no âmbito da educação moral, devendo os estudantes aprender a amar também os outros, desenvolvendo o sentimento de inclusão, tolerância e compaixão. Tradicionalmente, os chineses defendem que se deve respeitar, amar e amparar os idosos, tendo o Governo da RAEM definido a política de os idosos passarem a velhice nas zonas comunitárias. Sendo assim, por que é que há tantas opiniões opostas e reclamações contra o estabelecimento do asilo nestas zonas. Há um ditado chinês que diz que a maior bondade que se pode registar numa pessoa, é a coragem de corrigir os seus erros, dizendo outro ditado que é mais preciosa do que o ouro, a acção de retomar o caminho certo pelos indivíduos moralmente desviados. No entanto, quando a Administração Pública quer incluir o serviço de metadona num centro de saúde, de modo a ajudar os desviados a viver uma nova vida, os residentes que moram perto ficam extremamente preocupados. Lamento as referidas reacções negativas, registadas na população local, com o estabelecimento, na zona comunitária, dos respectivos serviços públicos, reacções essas que parecem contraditórias com o apelo, feito pelos mesmos indivíduos, para a atribuição de benefícios sociais aos cidadãos seniores, aos jovens, aos residentes de meia-idade e aos trabalhadores, reivindicando a atribuição dos respectivos subsídios conforme o índice dos riscos sociais. Claros que estes cidadãos têm direito de dizer e fazer o que quiserem, desde que repeitem a lei, pois a nossa sociedade é uma sociedade democrática. No entanto, queria perguntar ao Sr. Secretário, ao Sr. Presidente, aos colegas e amigos que estão presentes, se acham que na nossa sociedade existem pontos cegos que precisam de ser rectificados. Perante a grande procura de profissionais com conhecimentos específicos, não podemos negligenciar a educação moral e cívica que vise a preparação de cidadãos que amem a pátria, a Macau e aos outros. Chamo a atenção para a necessidade de adopção de medidas para a concretização da política da educação cívica junto da população local.

A propósito de amar aos outros, acho óptima a definição da política da educação pré-nupcial, pois muitos problemas sociais têm a sua origem nas famílias infelizes. Não sei quais são as medidas concretas que vão ser adoptadas para a implementação efectiva da

referida política com função preventiva. Queria saber, por exemplo, se a mencionada educação é de participação obrigatória ou facultativa.

Não posso deixar de prestar atenção também ao desenvolvimento do sector turístico, que é um sector de importância primordial para a economia do Território, uma vez que nas «Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas», o Conselho de Estado definiu a política da transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Para o desenvolvimento da indústria do jogo, o Governo da RAEM adoptou uma série de políticas que visavam a concessão de diversos benefícios, de modo a promover, com sucesso, a criação, dentro de um período de tempo muito curto, de todo um conjunto de instalações do jogo e de diversões. Em relação ao desenvolvimento dos projectos referentes ao turismo e lazer, penso que não é suficiente a construção de um parque de tema específico. Queria saber quais são as políticas que serão adoptadas pela Administração Pública para a afirmação de Macau como um centro mundial de turismo e lazer. Queria pedir igualmente dados quantificados dos respectivos planeamentos. Nas reuniões da última legislatura já constatámos a necessidade de definição da dimensão concreta de terrenos disponíveis para apoiar a construção das respectivas instalações. A Direcção dos Serviços de Turismo precisa de fazer previsão das instalações de lazer necessárias, de modo que no planeamento urbanístico dos novos aterros se podem acautelar terrenos para satisfazer a respectiva necessidade.

Ainda em relação ao fornecimento do serviço de metadona no Centro de Saúde da zona da areia preta, apelo para o tratamento do referido problema de modo racional, pois se trata de uma decisão já tomada por parte da Administração Pública. A discussão sobre o mesmo assunto ainda continua hoje, podendo-se ver na televisão as respectivas notícias. Segundo o que foi revelado, os residentes percebem a razão que levou à adopção da mesma medida, estando, porém, insatisfeitos com o facto de não terem sido consultados. Havia, claro, possibilidade de protesto contra o projecto em referência, mesmo que se tivesse realizado a prévia consulta pública. E a discussão será interminável. Não sei qual é a estratégia que o Sr. Secretário adoptará para conseguir o apoio dos residentes, pedindo nomeadamente a cooperação do Corpo de Polícia de Segurança Pública. Penso que é necessária a adopção de uma atitude aberta e a tomada de medidas adequadas, de modo a aliviar as preocupações dos habitantes que residem na respectiva zona.

A criação do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais é outra questão que merece a nossa atenção, uma vez que implica a qualidade dos serviços sociais, e que pode garantir o desenvolvimento a longo prazo do respectivo sector. No entanto, na implementação do referido regime, constatámos um problema existente no que diz respeito ao programa do curso de serviços sociais, organizado por algumas instituições de ensino superior locais...

Presidente: Sr. Deputado Ung Choi Kun, por favor.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Sr. Secretário

No dia 1 de Dezembro, Dia Mundial de Luta Contra a Sida, no

editorial do Diário de Macau conta-se uma história triste de um menino com seis anos que vivia em Liuzhou, em Guangxi, tendo-lhe morrido os pais por causa da doença. O órfão chamava-se Xiaolong, tendo sido entregue ao Orfanato da Cidade de Liuzhou, que descobriu que o Xiaolong era portador do vírus da AIDS, razão pela qual a referida instituição de benevolência social recusou acolhê-lo. Movidos pelo medo da sida e pela carência de meios financeiros, os tios de Xiaolong também recusaram tomar conta dele. Xiaolong só podia viver sozinho na montanha, acompanhado por um cão fiel. A única pessoa que lhe prestava atenção de vez em quando era a sua avó com oitenta e quatro anos. Devido ao protesto dos pais dos estudantes, as escolas de Liuzhou também não o admitiam, privando-o, assim, do seu direito de ser educado na escola. Depois de a história de Xiaolong ter sido difundida pelos media, muitas pessoas foram visitá-lo, oferecendo-lhe roupa quente. Como na cidade onde vivia não havia orfanatos que aceitassem crianças portadores do vírus da AIDS, Xiaolong só podia viver na montanha solitário.

A história de Xiaolong mostrou que hoje em dia, muitas pessoas não têm conhecimento suficiente do modo através do qual o vírus da AIDS se pode espalhar, a discriminação vem do medo de apanhar o mesmo vírus, por um lado, e por outro, da atitude de condenação das condutas consideradas imorais. A par da carência de medidas para a assistência efectiva das respectivas vítimas, verificam-se atitudes de desdém, discriminação, abandono, e indiferença, as quais podem alimentar a geração de sentimentos de revolta e de retaliação, os quais podem ameaçar a tranquilidade, a paz e a harmonia da sociedade. Perante esta situação, o governo tem responsabilidade de tomar medidas adequadas, prestando a estes indivíduos apoio espiritual, cuidados e carinho, de modo a ajudá-los a integrar-se na sociedade.

Na RAEM, também há cidadãos cujo comportamento é parecido com os residentes da Cidade de Liuzhou, em Guangxi. Estes cidadãos, inclusivamente habitantes da zona mencionada, estudantes que estudam nas escolas localizadas na areia preta, assim como o director das respectivas escolas, apresentaram fortes protestos contra a decisão tomada pela Administração Pública da prestação do serviço da metadona no centro de saúde da zona da areia preta. É de saber que os mesmos protestos já foram apresentados pelos residentes da Rua de Sanches de Miranda e do Edifício Macau, situado no Bairro Tamagnini Barbosa, contra a prestação dos mesmos serviços na zona onde viviam. Como consequência das reacções negativas dos residentes, os respectivos planos foram abandonados. É natural que os cidadãos queiram proteger os seus filhos. No entanto, esperamos que a população de Macau possa prestar atenção também a outros residentes necessitados do nosso apoio, ajudando-os a retomar um caminho correcto. Disseram muito bem os nossos antepassados: “Todas as pessoas têm defeitos, sendo a maior virtude de um indivíduo conseguir corrigir os seus erros”. Na reunião de ontem, uma colega lamentou a falta do sentimento de compaixão dos habitantes do Território. Tenho a mesma sensação e acho que o Sr. Secretário precisa de elaborar projectos efectivos de educação moral e cívica, de modo a desenvolver nos cidadãos os valores de tolerância e inclusão, os quais seriam, para além de uma série de direitos fundamentais, a base de importância primordial para uma sociedade civilizada.

Com efeito, a essência da educação é a educação moral, sem condutas que correspondam aos padrões de moralidade, não se pode falar de contribuir para o bem da sociedade. Portanto, a elaboração de medidas para a promoção da educação moral e cívica deve ser um

trabalho importante a realizar na área para os Assuntos Sociais e Cultura. Na página n.º 244 das LAG, o Sr. Secretário definiu as seguintes políticas para os serviços de reabilitação da toxicodependência: ir-se-á melhorar a qualidade e a eficiência da assistência médica e dos serviços de apoio relativos à desintoxicação, reforçando as técnicas de análise sobre o abuso de medicamentos, dando importância à análise das experiências clínicas, e continuando a realizar o serviço de metadona para o tratamento dos toxicodependentes. Entretanto, ir-se-á planear a favor dos jovens a criação de um centro de apoio à desintoxicação que será gerido por uma instituição particular, reforçando o apoio às famílias dos toxicodependentes, e realizando trabalhos de investigação efectivos sobre o abuso de medicamentos pelos jovens.

Estas são, sem dúvida, políticas muito bem definidas. Queria, porém, saber quais serão as medidas tomadas para a concretização destas políticas, nomeadamente sobre a continuação dos tratamentos de toxicodependentes com metadona e sobre o desencadeamento, pelas instituições privadas, de trabalhos de aconselhamento junto dos jovens e adolescentes toxicodependentes, pois para além da notícia da prestação do serviço de metadona no Centro de Saúde da zona da areia preta, não se ouvem notícias sobre outros projectos que visem a concretização da mesma finalidade. Há pouco contei a história de Xiaolong, cuja situação não é totalmente igual à dos toxicodependentes do Território. Há razão para a preocupação dos responsáveis das escolas, dos pais, dos estudantes e dos habitantes, com a possível degradação do ambiente social da referida zona comunitária, causada pela implementação da referida medida. Ao mesmo tempo que pedimos o sentimento de compaixão aos residentes, penso que a Administração Pública também precisa de aprender com a experiência, atribuindo uma maior atenção na elaboração de planos que possam afectar a vida da população, realizando consulta pública, reforçando a comunicação com os residentes locais, e lançando campanhas de sensibilização e de educação cívica, de modo a conseguir o apoio dos cidadãos nas políticas definidas.

Nos últimos anos, os respectivos serviços públicos detectaram muitos crimes referentes a drogas, em muitos dos quais estão envolvidos jovens e adolescentes. Devido à falta de experiências sociais e de conhecimentos sobre as drogas, os indivíduos situados na referida faixa etária são fáceis de ser atraídos, de modo a cometer crimes relacionados com o tráfico e consumo de drogas. Segundo os dados estatísticos do Sistema de Registo Central dos Toxicodependentes de Macau, nos primeiros seis meses do ano corrente, há tendência de aumento de toxicodependentes com idade inferior a dezasseis anos (há casos com treze anos). Queria chamar a atenção do Sr. Secretário para a gravidade da situação, assim como para a importância de educação e de atribuição de atenção e carinho aos jovens estudantes.

Perante a penetração das drogas nos *campus* das escolas locais, apresentei uma interpelação escrita, em resposta da qual o Sr. Secretário disse, em Julho de 2009, que o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Problemática da Droga dos Jovens, estava a debruçar-se sobre os estudos que visavam a elaboração de políticas para o combate de crimes ligados ao tráfico e consumo de drogas, cometidos pela nova geração. Queria aproveitar esta ocasião para pedir ao Sr. Secretário explicações mais pormenorizadas sobre a adopção de medidas para a prevenção da entrada de drogas nos *campus* das escolas, assim como para o aconselhamento e acompanhamento dos jovens e estudantes, alertando-os para os malefícios das drogas. A propósito deste assunto, queria apontar para

a existência de um problema, que tem a ver com o longo período de tempo necessário (dois ou três anos) para a intervenção judicial dos crimes ligeiros detectados de tráfico e consumo de drogas, cometidos pelos jovens e adolescentes. Estou preocupado com a possibilidade de que no referido período de tempo, que é bastante longo, os jovens e adolescentes envolvidos nos crimes detectados podem seguir definitivamente um caminho desviado. Queria pedir ao Sr. Secretário para referir a sua opinião sobre este problema, assim como as medidas que podem ser tomadas para o acompanhamento dos mesmos indivíduos.

Em relação à Lei de combate às pensões ilegais, promulgada em 13 de Agosto, queria prestar atenção aos trabalhos de execução desta Lei, cujo efeito será examinado nos períodos fixos, e cujo processo de funcionamento serão aperfeiçoados segundo as necessidades, o que é mencionado na página n.º 246 das LAG. É indubitável que os colegas prestaram grande esforço no combate de pensões ilegais, não vou referir aqui os respectivos dados publicados. Perante as actividades intensas das pensões ilegais, verificadas nomeadamente no Edifício Hung On Torre e na Torre XI do Centro Internacional de Macau, queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as medidas concretas que vai adoptar para resolver este problema. Se o Sr. Secretário e outras autoridades quiserem, as associações do condomínio dos proprietários têm muito prazer em lhes fornecer as respectivas informações.

Ainda tenho um pouco de tempo, queria prestar atenção também ao regime definido para a aquisição da qualidade para se poder fazer, na RAEM, o estágio de advogado. Não sei se esta questão pertence ao âmbito dos Assuntos Sociais e Cultura. Como o Sr. Secretário disse que se ia atribuir a prioridade à elaboração do diploma legal que visa a criação do Regime de Avaliação do Ensino Superior, queria aproveitar para perguntar por que é que na RAEM, para se poder assistir ao exame que visa a atribuição da qualidade de advogado, os licenciados em direito, excepto os da Universidade de Macau, precisam de frequentar, na U.M., um curso com duração de dois anos, que é designado por “Cursos de Introdução ao Direito”, regra essa que não se pode encontrar em outros países e regiões do mundo. Como por exemplo, nos Estados Unidos da América e no Japão, onde os licenciados em direito podem assistir directamente ao respectivo exame para adquirir a qualidade de exercer a profissão de advogado, o que também é verdade no Interior da China. Com efeito, o Ministério da Justiça da RPC anunciou, em 24 de Maio de 2005, que, tantos os residentes da RAEM, como os residentes da RAEHK, desde que sejam portadores de diploma de licenciatura em direito, podem assistir ao exame judicial para a aquisição da qualidade para o exercício da profissão da advocacia, independentemente da universidade em que tirou a respectiva licenciatura. Com a grande falta de profissionais bilingues de tradução e para os assuntos jurídicos, e o consequente acúmulo de casos por serem julgados, queria pedir ao Sr. Secretário para analisar a necessidade do referido regime, o qual pode agravar a carência dos respectivos profissionais.

Por último, queria mencionar a questão dos serviços médicos e a dificuldade que os cidadãos têm em ter acesso às consultas externas tanto no Centro Hospitalar Conde de São Januário, como nos centros de saúde. Devido ao envelhecimento da população, há cada vez mais residentes que precisam dos serviços médicos públicos, de modo que é preciso esperar dois meses, três meses ou até quatro meses para se ter acesso aos referidos serviços. Sem outras maneiras para compensar a insuficiência de *hardwares* e *softwares*, os médicos só podem receitar mais remédios para o doente continuar o tratamento durante o período em que aguarda a próxima consulta externa.

Chamo a atenção para a necessidade de formação de mais profissionais, por um lado, e por outro, de adopção de medidas para evitar o desperdício de medicamentos. Sugerir há tempo o recobrimento dos remédios. Espero que o Sr. Secretário possa considerar a minha sugestão.

Obrigado.

Presidente: Já seis deputados se pronunciaram. Queria pedir ao Sr. Secretário para dar a respectiva resposta antes do intervalo, o qual terá lugar às dezassete horas e quinze minutos.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas opiniões e perguntas dos Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados expressaram muitas opiniões e fizeram muitas perguntas. Vou fornecer primeiro informações sobre assuntos em que se concentra mais atenção, e depois vou pedir aos Srs. Directores das diversas Direcções dos Serviços para ajudarem a dar explicações, de modo a esclarecer a dúvida dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Ung Choi Kun prestou atenção à carência dos profissionais da área jurídica e que trabalhem na tradução português/chinês, carência essa que tem chamado a atenção da sociedade, não havendo, no entanto, dados concretos que possam revelar o grau da insuficiência. Penso mandar imediatamente o pessoal do meu Gabinete contactar com os órgãos governamentais e com as instituições de ensino superior, de modo a conseguir informações concretas, cuja análise nos permitirá elaborar novas políticas, de modo a dar melhores respostas às necessidades detectadas. Também vamos ponderar a questão sobre o exercício da profissão de advogado pelos licenciados em Direito, procurando encontrar soluções mais adequadas.

Em relação às pensões ilegais, agradeço aos colegas da Assembleia Legislativa, os quais apresentaram muitas opiniões úteis, de modo que a respectiva Lei tem grande manuseabilidade. Depois da sua aprovação em Agosto, o respectivo grupo transdepartamental tem trabalhado imenso, fazendo quase todos os dias muitas horas extraordinárias, algumas sem serem pagas. Claro que ainda existe espaço para o melhoramento. Obrigado pelas informações do Sr. Deputado Ung Choi Kun, os respectivos funcionários vão acompanhar imediatamente os respectivos problemas. Vamos pedir aos residentes locais para fornecerem mais informações, caso necessário. Talvez o mesmo Sr. Deputado possa fazer a descrição mais pormenorizada da situação. Reitero aqui a determinação do Governo da RAEM na resolução do referido problema.

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho mencionou os problemas existentes na adjudicação de abastecimento de materiais médicos ao Centro Hospitalar Conde de São Januário, realizada pelos Serviços de Saúde. Parece-me que a crítica tem a ver com a qualidade de gestão, não implicando a questão da corrupção, com a qual sou sensível, sentindo também os meus colegas grandes pressões com este tema. É de saber que, à luz da política do Governo transparente, é objectivo da Administração Pública a formação de uma equipa de funcionários públicos íntegra. Se for sobretudo um problema de carácter administrativo, vou pedir aos colegas para procederem aos possíveis melhoramentos.

Em seguida vou fornecer algumas informações e apresentar algumas ideias sobre a transformação de Macau num centro mundial

de turismo e lazer, questão essa que foi abordada por vários deputados há pouco. Sabe-se que o referido rumo de desenvolvimento foi definido pela primeira vez no 11.º Plano Quinquenal Chinês, no que se exprime uma atitude apoiante em relação ao desenvolvimento do sector turístico da RAEM, apontando para a necessidade da implementação gradual de uma economia de pluralismo adequado, embora centralizada no turismo. Em 2008, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma aprovou as «Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas», tendo mencionado o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Em Outubro deste ano, no 12.º Plano Quinquenal Chinês há referências sobre apoios atribuídos à RAEM para a criação do referido centro, e para o desenvolvimento de uma economia adequadamente pluralista. Em resumo, o desenvolvimento do turismo de Macau é uma política definida no plano estatal, a qual devemos respeitar.

Com vista a concretizar o objectivo de afirmação de Macau como um centro mundial de turismo e lazer, o Governo da RAEM planeou promover o desenvolvimento dos seguintes quatro aspectos: cooperação regional, desenvolvimento urbanístico, desenvolvimento turístico cultural, turismo com qualidade. Limitado pelo espaço e tempo, não me é possível fazer a apresentação dos respectivos projectos de uma forma detalhada, vou mencionar apenas a ideia base subjacente à elaboração destes projectos.

Na sua visita a Macau, o primeiro-ministro *Wen Jiabao* apontou para o rico fundamento cultural do Território, exprimindo a esperança de que, no futuro, as potencialidades culturais de Macau possam vir a ser suficientemente desenvolvidas, de modo que os turistas possam sentir a empatia da atmosfera cultural típica deste pequeno território, a qual constituirá a marca característica da RAEM no mercado internacional.

No que diz respeito ao turismo com qualidade, precisamos de melhorar os serviços existentes, aperfeiçoando as instalações dos portos terrestres, marítimos e aéreos, procurando enriquecer as linhas aéreas. Por outro lado, é preciso reforçar a articulação entre o trânsito e a construção de infra-estruturas. Ao mesmo tempo que promovemos a organização de actividades turísticas com honestidade e credibilidade, pensamos introduzir novos elementos, criando mercados pluralistas, desenvolvendo nomeadamente turismo de idosos, turismo de mulheres, turismo para as famílias, turismo nupcial e turismo estudantil.

Para a criação de uma marca turística conhecida internacionalmente, não pretendemos assumir-nos como Monte Carlo Oriental. Parece-me mais importante a garantia de um turismo com qualidade, o qual seja capaz de deixar nos turistas uma imagem positiva inesquecível, fazendo-os voltar a visitar Macau. Este será o efeito de marca que procuramos alcançar.

A visita dos monumentos de património mundial continua a ser o conteúdo essencial do turismo em Macau, sendo os nossos trabalhos a realizar no futuro o reforço dos elementos culturais típicos de Macau, a optimização dos pontos turísticos e as respectivas instalações existentes, a promulgação da Lei de protecção do património mundial e da Lei da preservação do património monumental, arquitectónico, paisagístico e cultural de Macau, assim como a vivificação e o aproveitamento dos monumentos com valor histórico e cultural através do meio de arrendamento ou de compra. Como por exemplo, o Instituto Cultural está a pensar comprar o

edifício onde se localizava a Farmácia Chong Sai (Farmácia sino-ocidental), na Rua das Estalagens, estando consciente da necessidade de comprovar o seu valor histórico. Se o preço for razoável, é possível que o vamos comprar, para não ficar em ruínas. Também temos a ideia de alugar aos particulares vários prédios pintados a cores vivas e com varandas de estilo Ling Nam, perto do Mercado Municipal do Patane, no Patane, para servirem como biblioteca. Alguns deputados sugeriram a utilização de veículos movidos a electricidade para facilitar a deslocação entre diferentes pontos turísticos, assim como o reforço de meios de transporte que ligam os monumentos de património mundial e os postos fronteiriços, sugestão essa que vamos considerar. A outra ideia referente ao transporte é o aperfeiçoamento de placas de indicação das principais vias públicas e dos pontos turísticos, as quais permitirão aos turistas visitar a cidade, que é tão pequena e bonita, deslocando-se a pé e segurando na mão um mapa. Assim, num espaço bastante delimitado os visitantes podem apreciar monumentos, tirar fotografias, fazer compras e provar iguarias, tratando-se, sem dúvida, de uma modalidade de fazer turismo bastante relaxada. Neste momento, os colegas da Direcção dos Serviços de Turismo, do Instituto Cultural, da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, estão a planear os respectivos trabalhos, cujo resultado podemos observar daqui a um ou dois anos. Optamos por promover delocações ecológicas, as quais não exercem pressão sobre o trânsito de Macau, que está realmente sobrecarregado.

As actividades culturais e festivas constituem outra atracção irresistível para os turistas, sendo o Festival Internacional de Música, o Festival de Artes de Macau, a Orquestra de Macau, a Orquestra Chinesa de Macau, o Grande Prémio de Macau e o Concurso Internacional de Fogo de Artifício, as marcas internacionalmente famosas do Território. Na RAEM há ainda eventos característicos capazes de traduzir a fusão, nesta parcela no Sul da China, da cultura chinesa e da cultura ocidental, nomeadamente o desfile religioso com imagem de Nossa Senhora na Festa da Imaculada Conceição, a Festividade do Dragão Embriagado, os cultos tradicionais chineses nos templos antigos, e o desfile de carros alegóricos. O turismo com finalidade de compras também tem obtido grande desenvolvimento nos últimos anos, não sendo poucos os turistas que visitam Macau sobretudo para provar as iguarias de países e regiões diferentes. Existem, por outro lado, mais de dez museus, os quais são riquezas turísticas que merecem sérias acções de promoção e gestão.

Ultimamente, têm surgido muitos hotéis bastante luxuosos. Segundo os meus amigos de Hong Kong, estes hotéis são confortáveis e não são caros. Portanto, eles querem vir a Macau todas as semanas para gozar do bom ambiente e dos bons serviços destes hotéis. A realização de convenções e exposições no Território, por sua vez, também traz a vinda a Macau de numerosos visitantes.

O Templo de A-Má, o Templo Lin Fung, o Templo de Kun Iam, o Foral da Guia, o Seminário de S. José, e o Cemitério de S. Miguel, são todos pontos culturais e turísticos com características próprias, cuja História dá para contar durante meia hora ou até uma hora. A combinação destes antigos elementos de atracção e os novos projectos turísticos tais como o espectáculo aquático «*The House of Dancing Water*» (para a aquisição do respectivo bilhete é preciso a reserva com dez ou vinte dias de antecedência, o que provou que alguns espectáculos culturais realizados em Macau atingem o nível internacional), o futuro Parque Temático de Pandas, e os projectos em obras da Ilha da Montanha e o de Paraíso Chimelong, em Cantão, permite a formação de uma atracção sintética cada vez maior. As

medidas de melhoramento do ambiente da cidade, designadamente a arborização e a promoção das deslocações ecológicas, também vão contribuir para a adesão de cada vez mais turistas a viajar em Macau, para não falar da indústria do jogo, que é indubitavelmente um dos pilares principais da economia do Território.

Os vários órgãos da área dos Assuntos Sociais e Cultura, nomeadamente a Direcção dos Serviços de Turismo, o Instituto Cultural e até o Instituto do Desporto, vão cooperar com serviços públicos de outras áreas, debruçando-se sobre o estudo e a elaboração de projectos para a concretização das ideias acima referidas. Prestaremos igualmente atenção para a formação de guias e explicadores da História de monumentos, pedindo a colaboração do Instituto de Formação Turística e outras instituições de ensino superior locais.

Tal como referi, a RAEM dispõe de diferentes elementos para atrair a permanência de turistas, tais como a visita do centro histórico e dos museus, o gozo de iguarias asiáticas e ocidentais, o aproveitamento das instalações de novos hotéis, a assistência aos espectáculos culturais e a apreciação de novos pontos turísticos. Penso que os turistas precisam de ficar no Território pelo menos três dias, para poder usufruir de todas estas vantagens. Seria óptimo se no futuro pudéssemos prolongar o prazo de permanência de turistas para cinco dias, o que acredito que é completamente possível. Com a conclusão das obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do metro ligeiro que ligará Macau a Cantão, poder-se-ão desenvolver excursões de várias escalas na Região do Delta do Rio das Pérolas, o que é bastante positivo para o projecto de transformação da RAEM num centro mundial de turismo e lazer. Somos optimistas para com o futuro, sendo necessário trabalharmos muito para alcançar a meta definida. Na nossa perspectiva, o turismo é um sector muito promissor para o Território, o que é indispensável é a união de nós todos e o esforço contínuo.

Sr. Presidente, antes de passar para o domínio das indústrias culturais, queria pedir ao Sr. Director da Direcção dos Serviços de Turismo para fazer a apresentação do regime de licenciamento relativo aos hotéis económicos.

Presidente: Sr. Director, por favor.

Director da Direcção dos Serviços de Turismo, Costa Antunes: Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Eu vou apenas fazer uma pequena apresentação sobre a questão de alojamento económico e depois sobre o licenciamento.

Como foi referido já pelo Sr. Secretário sobre a diversificação do turismo, nós apoiamos exactamente a diferente oferta. Se é certo que pretendemos transformar Macau uma cidade centro de lazer internacional a qualidade tem que ser tida como uma prioridade. E não é por acaso que verificamos que os hotéis de maior qualidade têm durante os primeiros meses deste ano uma taxa de ocupação superior a 80% (oitenta por cento), enquanto que os hotéis de menor qualidade, digamos, de menos estrelas, têm uma ocupação por volta dos 60% (sessenta por cento), dir-me-ão que se calhar não há promoção suficiente! Bom, nós temos que ter presente que isto representa à volta de 500 quartos por dia, são quinhentos quartos por dia em ocupação económica que não são verdadeiramente ocupados. Nós produzimos da mesma forma que produzimos para os hotéis de

qualidade, também temos brochuras de hotéis de menos qualidade, ou digamos, de preço mais económico. Se entrarmos no “website” do Turismo em paralelo há a escolha, exactamente na mesma página, se podemos escolher hotéis de várias estrelas ou hotéis e pensões; portanto, nós tentamos promover igualmente a oferta mais económica, mas sensível a estas questões nós vamos repensar e trabalhar com as associações dos hotéis mais económicos para saber como é que podemos promover essa oferta, porque de facto são 500 quartos por dia que não estão a ser utilizados. Apoiamos igualmente a transformação nas zonas mais antigas de vários edifícios e a recuperação das zonas mais antigas de vários edifícios para hotéis económicos. Estamos já a trabalhar nesse sentido, há uma proposta que já foi apresentada e pensamos que se houver uma certa flexibilidade a nível de ocupação de edifícios que foram licenciados ou têm uma licença de ocupação para outro nível, que possam ser de uma forma flexível adaptados para transformar-se em equações económicas. Portanto, este é um dos assuntos que eu gostaria de dizer que estamos a trabalhar nesse sentido.

Sendo breve, também, gostava de apresentar a questão que foi ontem apresentada sobre o licenciamento. Somos sensíveis que de facto é necessário abreviar e criar mecanismos para que o licenciamento administrativo seja mais rápido, estamos a trabalhar para isso; temos uma carta de qualidade que nos impõe que dentro de um máximo de três meses o Hotel ou o Restaurante tem que ser licenciado, nós temos conseguido fazê-lo muitas vezes e em menos tempo quando todo o projecto é apresentado como deve ser. Portanto, nós pretendemos que isso seja aligeirado, mas uma coisa é aligeirar o licenciamento, outra coisa é manter a qualidade, porque, e como foi referido, é diferente o licenciamento de uma casa de sopa de fitas, que é uma casa no meio da rua no meio da cidade, ou um licenciamento dentro de um hotel que tem uma dimensão superior. Naturalmente que uma pessoa que vai a uma sopa de fitas na rua está à espera de um determinado tipo de conforto e um determinado tipo de qualidade, por exemplo, se calhar não se importa de haver apenas uma casa de banho que serve para homens, para senhoras, para empregados, porque isso é o “standard”, uma pequena sopa de fitas; se se está no hotel de 4 ou 5 estrelas se calhar está à espera de um outro conforto e é esse tipo de qualidade, conforto e segurança alimentar que nós vamos tentar continuar a manter, há que simplificar.

Só um pequeno esclarecimento, relativamente aos coffee-shops: na nossa legislação actual, que já foi actualizada em 96, ela está prevista a licenciamento de coffee-shops, portanto, é só um entendimento o que é que se entende um coffee-shop e uma casa de bebidas! Portanto, quando se vai a um hotel, repito, está-se à espera de ter um determinado nível de conforto e de qualidade e se nós pretendermos transformar Macau num centro de lazer internacional, eu penso que há determinados padrões de qualidade que não devemos abandonar! Era esse aspecto que eu gostava só de esclarecer.

Presidente: Sr. Secretário, faça o favor de continuar a sua explicação.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Sr. Presidente.

Se o Sr. Presidente permitir, em seguida queria abordar o tema das indústrias culturais que atraiu grande atenção dos Srs. Deputados. Em 31 de Agosto do ano corrente foi criada a Comissão de Indústrias Culturais e Criativas, em cujo plenário foi decidida a formação de

três grupos de trabalho de responsabilidades específicas. Os membros da Comissão estavam entusiasmados, tendo-se recomendado activamente para ser elementos constituintes de grupos diferentes. Nos últimos meses, os grupos específicos realizaram, mensalmente, várias reuniões, tendo convidado os Serviços de Alfândega para transmitir conhecimentos sobre a propriedade intelectual, assim como personalidades do respectivo sector para a partilha das experiências sobre a venda e a distribuição de produtos. Fiquei comovido com o entusiasmo, verificado nos membros dos grupos específicos. Neste momento, já foram elaborados projectos tanto para o desenvolvimento das indústrias culturais, como para a promoção das indústrias criativas, os quais vão ser discutidos no segundo plenário que se realizará nos meados deste mês. As decisões tomadas serão apresentadas à população de Macau. Sentimo-nos felizes por termos verificado a atribuição de grande atenção pelo respectivo sector do Território à elaboração destes projectos. É para nós também uma boa notícia, a realização de actividades de intercâmbio com o exterior pelos artistas locais do sector de indústrias culturais e criativas. É óptimo que os mesmos tenham recolhido bons comentários e tenham conseguido alguns contratos, tendo ficado encorajados e entusiasmados, muito embora estes contratos não impliquem muito dinheiro nem muitas categorias.

Vou tentar explicar, de forma concisa, a combinação das noções de indústria, cultura e criação, as quais representam noções diferentes com essências e extensões definidas pelos países diferentes ao longo da história. Foi baseando-nos nas experiências da Inglaterra e da RPC, as quais fizeram a classificação das indústrias criativas e indústrias culturais, respectivamente, e na plataforma da Organização das Nações Unidas, que elaborámos a política que visa a promoção das indústrias culturais e criativas. No processo da adopção da referida política, tomámos como referência as ideias surgidas no plano internacional nos últimos dez anos, sobre a classificação das indústrias culturais e criativas, assim como as políticas e práticas no Interior da China, em Taiwan, em Hong Kong, e em outras regiões vizinhas, acerca das mesmas indústrias. Isto quer dizer que o desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas é uma aprendizagem que fizemos com outros países e regiões do mundo, não se tratando, portanto, de uma invenção nossa sem fundamento.

As indústrias culturais e criativas têm uma cobertura bastante abrangente. Com efeito, no sentido lato, estão incluídos neste sector a exposição e venda de produtos artísticos, artes cénicas, desenhos animados e bandas desenhadas, produção cinematográfica e televisiva, turismo, actividades ao ar livre com características específicas, convenções e exposições, indústria do jogo, etc. Diferentes países e regiões definem políticas diferentes para a promoção das mesmas indústrias, nomeadamente de acordo com a sua História e com a situação do seu desenvolvimento, sendo também importante a relação com outras indústrias já existentes.

Sendo uma indústria ecológica de baixo carbono, favorável para o melhoramento da qualidade da população, envolvendo-os com ricos elementos culturais, as indústrias culturais e criativas exigem o investimento de grande quantidade de capitais, sendo longo o período em que não se conseguem grandes lucros, para além de haver sempre riscos de perder todo o dinheiro investido. Sendo assim, no desenvolvimento das respectivas indústrias, o Governo da RAEM vai fazer análises detalhadas, aprendendo com as experiências passadas dos diferentes países e regiões do mundo, recolhendo opinião do respectivo sector, e assumindo uma atitude de prudência na tomada das respectivas decisões.

Para além disso, numa fase inicial de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, é preciso realizar investigações científicas, que precisam de tempo, procedendo à recolha de informações e à análise de dados, para poder chegar finalmente às conclusões. Por outro lado, o desenvolvimento das referidas indústrias implica o lançamento de verbas volumosas (cem milhões ou vários biliões de patacas). Por isso, o Governo vai ser prudente na criação e utilização do Fundo próprio para a mesma finalidade. Sendo um governo responsável, o Governo da RAEM vai prestar atenção apenas aos aspectos em que é indispensável a intervenção da Administração Pública, elaborando políticas de desenvolvimento, otimizando os processos administrativos, definindo garantias jurídicas, atribuindo apoios financeiros para a concretização de diferentes projectos de iniciativa privada, formando pessoas talentosas nesta área e prestando atenção ao seu emprego. Vamos ser cuidadosos para não desperdiçar recursos públicos. Realço que não só procuramos efeitos económicos, mas também o impacto sobre a sociedade.

A Comissão de Indústrias Culturais e Criativas, criada formalmente no dia 31 de Agosto do corrente ano, é um órgão de consultadoria do Governo da RAEM, responsável pela definição de políticas e de rumo de desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas, pela realização de investigações científicas e pela recolha da opinião dos cidadãos. Na referida Comissão foram criados três grupos de trabalho específicos, os quais são o grupo de impulsionamento das indústrias culturais e criativas, o grupo de planeamento de recursos, e o grupo de estudos sobre a cooperação regional. Para além dos dois plenários realizados anualmente, todos os meses são realizadas reuniões a nível de grupo de trabalho específico, contribuindo os seus membros para a definição das políticas para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas locais.

Neste momento, o Governo da RAEM adopta uma estratégia de combinação da investigação científica (cujo resultado servirá para o ajustamento do rumo de desenvolvimento das indústrias em referência), com a elaboração de projectos que visam a promoção e impulsionamento do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas nas áreas de artes visuais, arte de desenho, cinema e vídeo, artes cénicas, música, publicação, *design* de moda, desenhos animados e bandas desenhadas, as quais têm já experiências de desenvolvimento no Território, de modo a apalpar o pulso das potencialidades destas indústrias. São os seguintes, os projectos de investigação que estão a ser realizados e que vão ser realizados: Estudo sobre a classificação e o rumo de desenvolvimento das indústrias culturais de Macau, estudo sobre o enquadramento dos trabalhos estatísticos referentes às indústrias culturais de Macau, estudo sobre a disposição global do desenvolvimento das indústrias culturais de Macau, estudo e análise sobre os diplomas legais em matéria das indústrias culturais de Macau e da protecção da propriedade intelectual, e estudo sobre a cooperação regional.

Tal como referi, a realização das investigações supramencionadas contribuirá para a definição do rumo de desenvolvimento das referidas indústrias, assim como para a elaboração de políticas de promoção das mesmas através do lançamento dos recursos públicos. Desde Agosto do ano corrente, o Governo da RAEM começou a recolher dados junto do sector das indústrias culturais e criativas, nomeadamente para a criação da base de dados sobre estas indústrias, base de dados essa que servirá para apoiar as investigações científicas e para as acções de divulgação e acções intermediárias em

benefício do referido sector.

As experiências de outros países e regiões mostraram que é indispensável o papel do governo para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas da região que administra. O Governo da RAEM está empenhado na realização do respectivo trabalho, ouvindo a opinião das várias camadas da sociedade, sobretudo a opinião do sector em causa, analisando-a com cuidado tendo em consideração o desenvolvimento da sociedade de Macau, e a evolução das indústrias das regiões periféricas.

Se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Presidente do Instituto Cultural, Ung Vai Meng, para apresentar a situação da formação das pessoas talentosas locais para trabalharem nas indústrias culturais e criativas.

Presidente: Sr. Director, por favor.

Presidente do Instituto Cultural, Ung Vai Meng: Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Srs. Deputados

O Sr. Deputado Kou Hoi In abordou a questão da formação de profissionais das indústrias culturais e criativas, a qual é a questão de importância primordial para o desenvolvimento do referido sector. Com vista a satisfazer as necessidades urgentes, sentidas no desenvolvimento das indústrias supramencionadas, o Governo da RAEM definiu metas e elaborou projectos de curto, médio e longo prazo.

No intuito de melhorar, num espaço de tempo relativamente curto, o conhecimento dos jovens sobre as diversas vertentes das indústrias culturais e criativas, apoiando-os na aquisição de novos conhecimentos, estimulando a sua dedicação às mesmas indústrias, aplicando os seus talentos, o Governo da RAEM encoraja as instituições de ensino superior e as escolas privadas do ensino primário e secundário, a organizarem cursos de formação de curto prazo sobre as diferentes áreas das indústrias em referência. Neste momento, estamos a contactar com o Instituto de Formação Turística e o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia, com o objectivo de criar, nestas instituições, os respectivos cursos de curta duração. Por outro lado, estamos a proceder à organização das actividades de intercâmbio que permitirão a deslocação dos jovens locais às regiões vizinhas, onde partilham experiências com os profissionais do exterior.

Quanto às acções de formação de médio prazo, o Governo da RAEM considera as necessidades constatadas no desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, ponderando, junto das instituições de ensino superior, a viabilidade da criação do curso de licenciatura ou de bacharelato em gestão das artes. Para além disso, também é da intenção da Administração Pública, a elaboração do projecto de formação dos profissionais locais, próprios para as indústrias culturais e criativas, projecto esse que visará a formação e apoio das pessoas talentosas no respectivo domínio, atribuindo subsídios para o pagamento de propinas e concedendo bolsas de estudo, de modo a promover a opção dos estudantes pelos respectivos cursos de bacharelato, de licenciatura ou de mestrado, ministrados pelas instituições de ensino superior locais, ou por outros países e regiões do mundo.

Estamos conscientes da necessidade de projectos que permitam a formação, de longo prazo, dos indivíduos vocacionados para as actividades culturais e criativas. Para isso, observámos as experiências de outros países e regiões, as quais são bastante inspiradoras. Tomando como exemplo as experiências da Finlândia, país em que são introduzidos, desde o ensino primário, cursos educativos sintéticos sobre a criação artística, pois os profissionais das indústrias culturais e criativas devem ser indivíduos com talentos em várias vertentes artísticas específicas. Vamos realizar estudos juntamente com os serviços públicos da área da educação, com vista a elaborar projectos para a educação artística no ensino básico, de modo a proporcionar um ambiente com ricos elementos culturais e artísticos, capazes de fazer desenvolver, na fase inicial do crescimento das crianças, a criatividade em várias facetas das actividades artísticas. Acreditamos que, com a implementação desta medida, se pode construir uma base sólida para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, aumentando a competitividade de Macau neste domínio, garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento cultural do Território, e criando uma cidade cultural com vivacidade.

Estas são informações sobre a formação de profissionais para as indústrias culturais e criativas. Se o Sr. Secretário e o Sr. Presidente permitirem, vou expor também a minha percepção sobre a combinação de três elementos: as indústrias, a cultura e a criação artística. Nas reuniões de ontem e hoje, houve deputados que prestaram atenção aos trabalhos desenvolvidos no domínio da cultura. Fiquei contente ao ver que os assuntos culturais são discutidos nos hemiciclos, o que é um bom sinal que reflecte a preocupação da população com a qualidade cultural da cidade de Macau.

Ontem o Sr. Deputado Chan Wai Chi exprimiu a sua opinião sobre a combinação, na definição da política de desenvolvimento de indústrias culturais e criativas, de três elementos que não convém misturar: a cultura, a criatividade e as indústrias. O mesmo deputado comparou a mistura destes três elementos com a combinação do chá de pu'er com o chá de crisântemo, considerando-as como combinações pouco convenientes. Hoje também queria fazer uma metáfora relacionada com as indústrias culturais e criativas, as quais pretendemos desenvolver no Território.

Como sabem todos, em Macau existe uma zona natural de protecção especial que se chama “Mangais”. Sugiro imaginarmos as indústrias culturais e criativas de Macau como uns Mangais nos quais co-existem seres vivos com características diferentes, tais como peixes, camarões e mexilhões, assim como plantas e árvores de tipos diversificados, os quais nos fazem lembrar dos nossos artistas, desenhadores, autores, pintores e associações artísticas. Neste oásis há terras férteis, as quais são a rica sedimentação cultural do Território que se formou ao longo das centenas de anos de história, o centro histórico de Macau que traduz a fusão das culturas chinesa e ocidental, as festividades dos cultos de templos chineses e as actividades religiosas ocidentais, de características típicas de Macau, nomeadamente o Aniversário de Na Tcha, o Aniversário do Gnomon, e os desfiles religiosos com imagens de Jesus e de Nossa Senhora de Fátima na Páscoa, actividades festivas que foram referidas há pouco pelo Sr. Secretário. Esta terra prometedora em constante crescimento pode contribuir para a purificação do ambiente natural e humano, assim como para a pluralização de pontos de destaque no interior da cidade de Macau, podendo ela atrair a vinda de aves migratórias, as quais trazem novidades de fora e servem também para a divulgação de Macau nos lugares exteriores.

Quando os referidos “Mangais” ficarem cada vez maiores e melhores, os cidadãos e turistas começarão a aproximar-se deles, respirando o ar fresco e apreciando aves bonitas, podendo-se desenvolver indústrias de medicamentos a partir dos frutos e flores das árvores que neles crescem, enquanto as cascas das árvores e as ervas podem servir para a produção de papel. A exploração destas indústrias pode contribuir, por sua vez, para o alargamento, o desenvolvimento e o aproveitamento da referida zona natural protegida. Pode-se verificar a mesma situação na exploração das indústrias culturais e criativas, em que vários factores se complementam, se interagem, se interdependem e se beneficiam, constituindo um todo orgânico inseparável.

Neste momento, o Governo da RAEM tem a responsabilidade de elaborar políticas convenientes para apoiar, estimular, formar e recomendar, proporcionando as condições necessárias para a promoção das referidas indústrias, que ainda se encontram na fase inicial de desenvolvimento. Sem dúvida, temos falta de profissionais talentosos, assim como de experiências suficientes, sendo incompletas as instalações de apoio. Em contrapartida, porém, temos ricos recursos culturais, tais como os patrimónios mundiais materiais e imateriais, conhecidos a nível nacional e internacional, os quais atraem, todos os anos, a vinda de grande quantidade de turistas. Com a atenção atribuída pelo Governo central, procede-se ao desenvolvimento da Ilha da Montanha, à implementação da CEPA, e à realização de outros projectos de cooperação regional, os quais contribuirão para o crescimento das indústrias culturais e criativas. Acredito que, com o esforço e a determinação de todos, as referidas indústrias podem seguir uma via saudável de desenvolvimento.

Estas são as minhas explicações.

Obrigado, Sr. Secretário. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Secretário quer fornecer mais informações?

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Sr. Presidente.

Vários deputados mencionaram a importância da educação moral e cívica, a propósito da qual vou fornecer algumas informações sobre os trabalhos que estão a ser desenvolvidos pela Administração Pública. Reitero que o Governo assume uma atitude aberta relativamente às opiniões dos deputados, as quais acredito que vão contribuir para o melhoramento dos trabalhos em realização.

Com vista a impulsionar a realização sistemática da educação moral nas escolas locais, o Conselho de Educação para o Ensino Não Superior da RAEM elaborou, em 2008, a respectiva política, fornecendo às escolas não superiores instruções sobre a educação moral dos alunos e encorajando a formação nestas escolas do grupo de trabalho responsável pela implementação do respectivo trabalho. Para melhor apoiar o desenvolvimento do respectivo trabalho, foi publicado, através do editor “*Renmin Chubanshe*”, um pacote completo e pertinente de materiais para a educação cívica e moral junto da população estudantil do ensino primário, dos baixos níveis e altos níveis do ensino secundário, o qual foi elaborado tendo em conta as características das crianças, adolescentes e jovens, incluindo vários temas que têm a ver com os valores da vida, nomeadamente a auto-estima, atitude assumida perante as adversidades, respeito pela diferença, recusa ao abuso dos medicamentos, amar a vida e a exploração dos valores da vida. Depois da aplicação dos referidos

materiais pedagógico nas escolas locais, foram recolhidas opiniões junto dos professores e alunos, de modo a introduzir modificações, adequando o conteúdo do mesmo pacote à psicologia e às necessidades do seu público-alvo, assim como às realidades da RAEM. Segundo as opiniões recolhidas, parte do conteúdo foi bem elaborado, e parte precisa de ser modificada.

Desde o ano lectivo 2009/2010, o Governo financia o Instituto de Enfermagem Kiang Wu para a elaboração de manuais para o curso denominado “Construir em conjunto a via saudável de crescimento”, destinado aos alunos do sétimo ao nono ano, de modo a criar nos respectivos alunos os juízos de valores correctos e reforçar neles a capacidade contra as adversidades. Tendo-se começado a fazer experiências da utilização dos referidos manuais nas aulas de educação moral para os alunos do sétimo e do nono ano, neste ano lectivo, vai ser lançado, nas duas escolas, o manual para a utilização dos alunos do oitavo ano.

Para além disso, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude manda também agentes de aconselhamento às escolas locais, onde ficam instalados, desenvolvendo actividades de aconselhamento de carácter preventivo de acordo com as características e necessidades dos alunos, verificadas no seu processo de crescimento. No ano lectivo de 2009/2010, vinte e sete mil e tal estudantes participaram nas actividades educativas sobre as adaptações que precisam de fazer durante o processo de crescimento, o auto-controlo das emoções e o respeito pela vida. No ano lectivo 2010/2011, sessenta e sete mil e tal estudantes participaram nas referidas acções de aconselhamento sobretudo sobre relações humanas e convívios sociais. No período compreendido entre 2007 e 2009, a DSEJ organizou para os agentes de aconselhamento três cursos com o tema de amar a vida, cada um dos quais durou cinco dias, de modo a que os mesmos agentes possam prestar melhores serviços junto dos estudantes. O referido curso também foi realizado em Julho do ano corrente, tendo-se obtido bons resultados.

Foram publicados igualmente pacotes de materiais pedagógicos com o tema de amar a vida, de modo a sensibilizar a nova geração para a importância de conhecer o significado da vida, assim como para a necessidade de respeitar e apreciar o valor da vida. Em 2007 e 2008, foram realizadas cinco sessões de apresentação em que se explicou o modo da utilização dos referidos pacotes educativos, tendo conseguido a participação de duzentos e oitenta docentes das cinquenta e uma escolas locais e dezassete associações de acção social. Para além disso, realizaram-se ainda outros cursos de formação junto dos trabalhadores do sector educativo e que se dedicam à educação moral, nomeadamente os cursos denominados “Como se reforça a capacidade dos estudantes para fazer frente às adversidades?”, “Como se desenvolvem noções de apreciação do valor da vida nos adolescentes e jovens que abusam dos medicamentos ou que consomem drogas?”, e “Como se introduz, através de formas diversificadas e nos estudantes, o conceito de amar a vida?”. Foram elaborados igualmente materiais pedagógicos para a educação dos pais, tendo sido organizadas diversas actividades educativas de confraternização para os pais e filhos, de modo a ensinar os pais como criam nos filhos bons hábitos na vida quotidiana, correcta filosofia de valores, e o respeito pela vida. Através do Projecto de financiamento que visa a prestação de atenção ao crescimento dos jovens, a DSEJ apoia na realização dos respectivos planos pelas instituições de acção social e pelas associações dos jovens.

No que diz respeito à educação cívica, ultimamente tem sido

prestada uma atenção especial à divulgação dos conteúdos da Lei Básica, sobretudo junto dos jovens de Macau. Troquei opinião com os colegas da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, tendo sido tomada, no ano corrente, a decisão de reforçar a educação cívica e a divulgação da Lei Básica. A DSEJ proporcionou às escolas locais materiais sobre a referida Lei, retirados dos respectivos documentos, na esperança de que as escolas os tomem como referência e os utilizem nas respectivas aulas.

Foram realizados igualmente cursos de formação sobre a divulgação da Lei Básica junto dos professores, assim como exposições de fotografias itinerantes e jogos sobre a mesma Lei nas diversas zonas comunitárias e nas associações privadas, para além da produção e transmissão, no âmbito da Televisão Educativa “Educação e Juventude Dinâmica”, de uma série de programas televisivos sobre o mesmo conteúdo.

É o objectivo do Governo da RAEM, obter bons resultados no desenvolvimento, junto dos jovens, da educação moral, cívica e sobre a vida. Vamos aprender com as experiências e ouvir a opinião das várias camadas da sociedade, com vista a melhorar os respectivos trabalhos, arranando estratégias adequadas tendo em consideração as características dos jovens. Para além das acções educativas realizadas nas escolas, a Administração Pública também encoraja a organização, pelas mesmas, viagens aos lugares históricos do Interior da China, tais como a Montanha Jinggang e Nanjing, de modo a criar nos alunos o sentimento de amor à pátria. Procedemos igualmente à organização, em cooperação com as escolas particulares, de treinos militares na China Continental, ou à atribuição de apoios financeiros para a realização destas actividades, de modo a formar nos alunos o espírito de equipa, assim como as qualidades de sociabilidade e de persistência. No próximo ano, o Governo da RAEM vai apoiar as associações privadas na realização das actividades comemorativas para assinalar o centenário da Revolução Xinhai, organizando a Direcção dos Serviços de educação e Juventude e o Instituto Cultural as respectivas actividades culturais e educativas.

Sr. Presidente.

Vou terminar aqui as minhas explicações, muito embora ainda queira fornecer informações sobre outros temas.

Presidente: São quase dezassete e quinze, vamos fazer um intervalo de meia hora. Depois continuamos a sessão de hoje.

(Intervalo)

Presidente: Muito bem. Vamos continuar a reunião. Sra. Deputada Chan Mei Yi, por favor.

Chan Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

A área dos Assuntos Sociais e Cultura é realmente uma área abrangente que envolve assuntos de muitas facetas. Os meus colegas expressaram as suas opiniões referentes a alguns aspectos. Queria focalizar a minha atenção em vários pontos, trocando opiniões com o Sr. Secretário.

Ontem o Sr. Secretário falou da necessidade de a população saber agradecer e apreciar os benefícios de que estão a gozar, ponto de vista sobre o qual queria exprimir a minha opinião. Visitei muitos lugares pobres, nomeadamente Sichuan depois do grande terramoto. Percebo muito bem porque é que os residentes de Sichuan guardam um sentimento de gratidão tão forte para com os cidadãos de Macau, que os apoiam com altruísmo e compaixão. Penso que a maior parte dos habitantes da RAEM também sabe agradecer. Temos que encontrar a razão para a existência de queixas da população contra o Governo, de modo a resolver o problema na sua raíz.

A primeira coisa que não podemos negligenciar é que os frutos económicos que a RAEM conseguiu hoje devem-se, ainda parcialmente, à contribuição dada pelos cidadãos de Macau, incluindo os residentes que hoje são já idosos. Perante a imperfeição das antigas políticas de benevolência social, o Governo actual precisa de prestar um esforço maior para resolver os problemas existentes. Realizei, há pouco tempo, uma investigação sobre o grau de satisfação que a população de Macau tem relativamente à Administração Pública. O resultado da investigação apontou para que os cidadãos seniores são a parte da população que está mais satisfeita com as políticas tomadas pelo Governo da RAEM. Ainda assim, com a evolução da Sociedade e a transparência de informações, os residentes da terceira idade do Território também começam a conhecer cada vez melhor dos seus direitos, pedindo a subida do montante da pensão de velhice de mil e setecentas patacas, que é insuficiente para fazer frente à pressão da vida agravada pela inflação, a três mil patacas atribuídas mensalmente.

Para além dos residentes idosos, os cidadãos situados noutras faixas etárias também têm insatisfações referentes aos trabalhos desenvolvidos pela Administração Pública. Quando menciono a fonte destas insatisfações, não posso deixar de evocar o caso de corrupção de Ao Man Long, anunciado em Dezembro de 2006, tendo-se começado a atribuir subsídios aos cidadãos de Macau em Julho de 2008, medida essa que o Ex-Chefe do Executivo reconheceu que se tratava de uma política temporária com a finalidade de acalmar as dores da população. Ora, durante o tempo todo em que Ao Man Long esteve no cargo de Secretário para os Transportes e Obras Públicas, não foi construída nenhuma habitação pública nem creche, tendo causado, portanto, grande descontentamento dos residentes que persistem até hoje. O que o Sr. Secretário precisa de fazer agora é, no fundo, remediar as falhas cometidas pelos ex-governantes.

O Governo da RAEM assume uma atitude de apoio para com o desenvolvimento das actividades culturais e criativas, o que foi afirmado pelo Sr. Secretário e pelos seus colaboradores nas reuniões de ontem e hoje. No entanto, quando um grupo de alunos universitários, nascidos nos anos noventa, amadores da arte teatral, e pertencentes a quatro instituições de ensino superior locais, pediu subsídio aos respectivos serviços públicos, na área para os assuntos sociais e noutras áreas, para a realização de uma peça teatral, não obteve respostas, de modo que ficou muito desanimado, sentindo-se negligenciado pelo Governo. Penso que as autoridades devem perceber a seguinte razão: quanta mais atenção atribuída pelo Governo aos jovens, tanto mais sentimento de responsabilidade para com a sociedade causará aos mesmos. Talvez o Sr. Secretário precise de fazer estudos sobre a psicologia da nova geração para compreender melhor esta lógica.

É de saber que há na RAEM quase cem mil cidadãos nascidos nas décadas de oitenta e noventa, os quais são muito importantes, pois

representam a esperança para o futuro do Território, espero que na elaboração das respectivas políticas, as autoridades possam prestar mais atenção aos cidadãos situados na referida faixa etária, de modo a resolver os seus problemas. Na visita a Macau, o primeiro-ministro *Wen Jiabao* explicou a razão de que o peso dos cidadãos para si é igual ao seu peso para os cidadãos. Apelo para acções mais activas dos Srs. Secretários de diversas áreas junto dos jovens de Macau, que é o grupo social bastante silencioso, como se pode observar.

Bom, vou passar em seguida a abordar a questão dos serviços médicos. Ontem vários colegas prestaram atenção à criação do Conselho de Assuntos Médicos e à elaboração da Lei do Acidente Médico, os quais são de importância primordial para o bem da população do Território. Em Março do ano corrente, em que pela última vez nos encontrámos, reuni com os representantes das trinta associações locais da área da medicina, ouvi a opinião dos profissionais do respectivo sector e escrevi uma carta ao Sr. Secretário. Ontem fiquei contente ao ouvir a apresentação do Sr. Secretário sobre o referido Conselho, e saber que foi aceite parte da opinião por nós apresentada. Depois da promulgação da mesma proposta de lei, espero que o Sr. Secretário possa recolher mais opiniões do sector em referência. Não queria repetir a situação da revisão e modificação das seis carreiras especiais da área de saúde, contra as quais foram apresentadas muitas opiniões contrárias dos cidadãos e dos profissionais do sector, situação essa que é desfavorável para a implementação da respectiva política. Espero que o Sr. Secretário possa considerar as minhas opiniões, deixando a população saber que benefícios podem conseguir com a adopção das medidas.

Em quarto lugar queria expressar opiniões relativas à “Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência”, opiniões essas que apresentei na reunião destinada à discussão dos assuntos na área da Administração e Justiça. O Sr. Secretário falou de duas medidas elaboradas para benefício dos deficientes, as quais acredito que vão ser implementadas em breve. No entanto, para além dos benefícios, os direitos também são fundamentais para os mesmos indivíduos se poderem sentir iguais aos outros. Um dos direitos é o direito à educação. Queria perguntar ao Sr. Secretário como se assegura, às pessoas com deficiência, a oportunidade de estudar nas instituições de ensino superior. Se estes indivíduos conseguirem ganhar a vida, possuindo altos níveis de educação, aliviar-se-ão pressões da sociedade e do Governo, os quais têm a obrigação de tomar conta deles, para além de os mesmos poderem recuperar a dignidade perante os outros. Houve um estudante universitário de Macau, que de repente ficou cego. Embora a escola dele tente ajudá-lo arranjando várias maneiras, é evidente que há falta de instalações que possa dar conta à mencionada situação especial.

Sabemos que em Macau há bastantes residentes portadores de deficiência. Sugerimos, portanto, ao Governo reforçar a formação dos terapeutas e professores para trabalharem no ensino especial. Parece-me que em Macau não há este tipo de cursos, e os interessados só podem estudar em lugares exteriores. Espero que o Sr. Secretário possa considerar a possibilidade de criar estes cursos, fornecendo oportunidades de trabalho aos jovens, uma vez que é bastante grande a procura dos referidos serviços.

Depois de prestar atenção aos jovens, queria mencionar as necessidades dos cidadãos seniores, os quais, graças à Academia do Cidadão Senior do IPM, têm agora oportunidade de estudar na instituição de ensino superior. A referida política merece elogio. No entanto, caso o Governo apoie realmente a educação permanente,

espero que o IPM possa fornecer mais vagas, de modo que mais residentes da terceira idade possam voltar à escola na sua velhice.

O outro assunto que queria abordar é precisamente a falta de vagas nas creches locais. Ouvi o Sr. Secretário dizer que o Governo vai adoptar uma série de medidas, de modo a proporcionar mais vagas aos cidadãos necessitados. Soube que se exige a existência, em cada creche, de um professor, pelo menos, com formação em magistério. Não sei se este professor, que trabalha numa creche, também é subordinado à Lei do “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior”. Penso que o Sr. Secretário precisa de considerar o tratamento atribuído a este tipo de docentes.

Em relação ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, sugiro que se exponham, nas instalações dos órgãos governamentais que se destinam à recepção do público, obras dos artistas locais, sobretudo dos artistas jovens, de modo que os habitantes possam apreciar as respectivas obras com facilidade. Espero que o Sr. Secretário possa adoptar esta medida, que também serve para o encorajamento dos jovens artistas.

Há pouco mencionei um problema referente ao plano de representação de uma peça teatral pelos estudantes universitários. O facto é que em Macau há muitos cidadãos que amam a arte teatral, existindo um grupo de teatro com trinta anos de história, o qual, tal como outros grupos de teatro locais, sobrevivem com grandes dificuldades, uma vez que há falta de espaços para os ensaios, os quais são fundamentais para o desenvolvimento desta arte. A par da formação dos estudantes nas escolas, é muito importante a atribuição de apoios às associações privadas. Espero que o Governo lhes possa conceder as ajudas necessárias.

Queria saber também se o Instituto Cultural tem o projecto de criar um grupo de teatro, tal como o criou a região vizinha, na base da existência da Orquestra de Macau e da Orquestra Chinesa de Macau.

Já foram desenvolvidas, durante um período de tempo não muito curto, a educação moral, a educação cívica e a educação sobre a vida, mencionadas há pouco pelo Sr. Secretário. Porém, nas reuniões de ontem e de hoje, houve colegas que apontaram para a necessidade de reforço da educação moral junto dos estudantes, o que demonstrou que há necessidade de revisão destas acções educativas, as quais parecem insuficientes e pouco eficazes. Por outro lado, os dados estatísticos mostraram a descida da idade dos jovens consumidores de drogas, tendo-se registado a subida do número total de indivíduos que consomem substâncias tóxicas. Perante esta situação, acho que é preciso fazer a revisão das políticas actualmente adoptadas, aperfeiçoando-as e tornando-as mais eficientes. Apelo para a maior atenção atribuída pelo Sr. Secretário para este aspecto.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Sio Chi Wai, por favor.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Vários colegas mencionaram a necessidade de que, para o

desenvolvimento pluralista da indústria de turismo, os respectivos serviços governamentais precisam de renovar as ideias, coordenando os trabalhos referentes ao respectivo sector tendo em consideração as diferentes variáveis existentes. No discurso que proferiu ontem, o Sr. Secretário apontou para a importância de os cidadãos melhorarem constantemente a sua competitividade, de modo a vencer, nesta era cheia de concorrências, bem como para a atitude acolhedora que as autoridades devem assumir perante as críticas da população, procurando o aperfeiçoamento constante dos trabalhos reflectindo, de modo a melhor responder às necessidades da sociedade. À luz das afirmações do Sr. Secretário, vou apresentar as minhas opiniões referentes à transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

É um tema importante para toda a sociedade de Macau, a transformação de Macau numa cidade internacional. Há dias, a revista americana “*Condé Nast Traveller Magazine*” anunciou dez países e regiões considerados como destinos ideais para fazer turismo, entre os quais, a Índia, a Malásia e a Itália ficam nos primeiros três lugares, ficando a Tailândia na sexta classificação, e Hong Kong na oitava. Embora não saibamos os critérios utilizados para a elaboração da referida lista, podemos, porém, tomar estes dados como referência. Enfim, o estatuto de Macau como um centro mundial de turismo precisa de ser atribuído pelos outros. Verifica-se actualmente que ainda existe uma distância bastante grande a superar, para se poder atingir a meta definida de Macau se afirmar como um centro mundial de turismo e de lazer. Para a realização desta finalidade, é preciso grande esforço de todos os cidadãos, desempenhando o Governo um papel orientador de importância primordial.

Há numerosos critérios a satisfazer para uma cidade poder afirmar-se como um centro internacional. Regra geral, esta cidade deve ser salientada no aspecto político, social ou cultural. Ela deve participar activamente na discussão e acção sobre assuntos internacionais, ter uma população de ou superior a um milhão de pessoas, dispor de um aeroporto com rotas predominantemente internacionais e de uma rede de transportes públicos avançada e de múltiplas escolhas, ser capaz de atrair investimento do exterior, ser estável e completa em termos do sistema financeiro, ser moderna quanto à rede e aos equipamentos de comunicação, ser capaz de desenvolver negócios internacionais, possuindo também universidades, instituições ou instalações culturais de renome internacional, sendo rica em elementos e instalações culturais e artísticas, tendo média poderosos e instalações desportivas de grande dimensão, assim como capacidade e experiências de organização de grandes eventos internacionais, ou com a existência de portos comerciais com grande movimento.

A liberalização da indústria do jogo trouxe grandes vantagens ao sector do turismo de Macau, as quais precisam de ser reforçadas e consolidadas constantemente, de modo a fazer frente às concorrências e aos desafios que estão sempre a surgir. É relativamente fácil criar uma cidade de turismo e de lazer. O que é mais difícil é fazer com que esta cidade seja internacionalmente famosa. Na actualidade, os países e regiões do mundo, especialmente os da Ásia, prestam todos muita atenção à exploração das actividades turísticas, investindo com avultado capital. As cidades e zonas vizinhas tais como Hong Kong, Dongguan, Zhuhai e até toda a Província de Guangdong, estão a otimizar as instalações e projectos turísticos, na esperança de promover o sector terciário, e a consequente transformação e melhoramento da estrutura das indústrias, desenvolvendo a indústria do turismo. É de saber que se

vão iniciar, na Ilha da Montanha, as obras da construção de um hotel, investindo vinte biliões de *renminbis*. No caso de Macau, desde o início da liberalização da indústria do jogo até agora, foram investidas cem biliões de patacas para a construção dos *hardwares*, mais de metade dos quais foram concluídos e já entraram em funcionamento.

Tal como indicam as Linhas de Acção Governativa em discussão, a promoção da construção dos *hardwares* necessários para uma cidade turística, o melhoramento da qualidade dos produtos turísticos e dos respectivos serviços, são estratégias nucleares adoptadas para a concretização do projecto de transformação de Macau num centro mundial de turismo e de lazer, mantendo as suas vantagens, as quais podem garantir a ligação de Macau com cidades internacionalmente avançadas. Na realização dos respectivos trabalhos, por um lado temos de contribuir para o desenvolvimento global da economia da Região do Delta do Rio das Pérolas, e por outro, temos de manter a nossa compatibilidade, procurando o desenvolvimento sustentável.

Quer por causa da necessidade de cumprimento da ordem do Governo Central, quer por causa das características próprias do Território, a transformação num centro mundial de turismo e lazer é o destino imutável da cidade de Macau. O que precisamos de fazer é esforçarmo-nos por realizar este objectivo, criando na RAEM um ambiente de lazer, consolidando as suas vantagens e melhorando o que é insuficiente. Na minha opinião, para além da indústria do jogo e outras vantagens próprias de Macau, temos que desenvolver novos elementos turísticos com base nas suas características de fusão da cultura chinesa e ocidental, dotadas por razões históricas, de modo que Macau possa vencer na concorrência regional e internacional, afirmando o seu estatuto de centro mundial de turismo e lazer.

No respeitante à fonte de turistas, mencionada hoje por alguns colegas, segundo os dados estatísticos sobre o período compreendido entre Janeiro e Outubro do ano corrente, publicados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, registou-se o crescimento, em comparação com o período homólogo do ano passado, do número de turistas provenientes da Coreia, do Japão, da Índia, do Médio Oriente ou da África, o que demonstrou que está em constante aumento, a atracção de Macau quanto aos turistas de diferentes países e regiões. Nas LAG aponta-se que, com vista a garantir o desenvolvimento sustentável do sector do turismo, é preciso fornecer aos turistas serviços de boa qualidade. Para isso, a Administração Pública procedeu à revisão e modificação do código deontológico do respectivo sector, tendo realizado uma consulta pública durante um mês, tendo recolhido a opinião do sector do turismo. Para o fornecimento de serviços de qualidade aos turistas que visitam Macau, e para a regulamentação das actividades do mesmo sector, o Governo da RAEM desempenha, desde sempre, um papel orientador muito importante.

Sabe-se que o Governo tem prestado atenção à qualidade dos guias que fornecem serviços junto dos turistas que vêm visitar Macau. No caso de os empregados não residentes quererem obter a qualidade de guia, estes precisam de frequentar o respectivo curso, passar no exame e tratar das respectivas formalidades, durando todo o processo de mais de um ano. Sendo tão rígido o regime que visa a formação e atribuição de licenças para o exercício da profissão de guia, será que a qualidade dos serviços prestados pelos respectivos profissionais corresponde à expectativa das autoridades? Os dados estatísticos recolhidos e publicados por uma grande agência de viagens japonesa que tem sucursal em Macau demonstraram o

contrário. De acordo com as opiniões dos turistas japoneses que viajaram em setenta e seis países e regiões do mundo durante o período compreendido entre 2006 e 2009 e através das excursões organizadas pela mesma empresa, os empregados que trabalhavam em Macau no balcão ou como guias (incluindo os guias locais), ocupam uma posição de setenta e três a setenta e cinco. Espero que as respectivas autoridades possam prestar atenção a estes números.

Queria apresentar algumas opiniões e sugestões referentes à transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, para referência das autoridades presentes.

Em primeiro lugar, acho que para atingir o objectivo definido, é preciso realizar trabalhos concretos, de modo a combinar e desenvolver os elementos históricos, culturais e as características de usos e costumes, próprias do Território de Macau, aprendendo com as experiências positivas e negativas, e procurando constantemente o melhoramento dos produtos e serviços turísticos.

Em segundo lugar, queria prestar atenção a uma política anunciada nas Linhas de Acção governativa, que é precisamente a de optimização dos trabalhos referentes ao cumprimento das funções do Governo de gestão do sector do turismo, de modo a melhorar a qualidade dos serviços turísticos. Apoio esta política, apresentando, no entanto, a opinião de que é necessário renovar as respectivas ideias, substituindo a ideia de gestão com a de fornecimento de apoios necessários para estimular o desenvolvimento do respectivo sector, tomando medidas adequadas, pois só com a cooperação entre a Administração Pública e as respectivas empresas é que se consegue o sucesso de ambas as partes, concretizando o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

Beneficiado pela política proteccionista definida pelo Governo Central, a RAEM tem a obrigação de descobrir e desenvolver as próprias vantagens, procedendo à consideração global da qualidade de serviços prestados por diferentes sectores, melhorando a competitividade do Território nomeadamente através da generalização e aprofundamento da educação moral e cívica junto da população. Numa época em que predomina a regra da importância da qualidade sobre a quantidade na gestão das empresas, o Governo da RAEM deve reforçar e fazer aumentar as vantagens próprias, procurando a diversidade adequada da economia local, adoptando ideias mais renovadas e assumindo uma atitude mais activa no desenvolvimento das vantagens decorrentes da cooperação regional, de modo a orientar, coordenar, estimular e apoiar as diferentes indústrias de Macau, sobretudo os sectores relacionados com o turismo, os quais precisam de oferecer serviços de nível internacional, capazes de enfrentar a concorrência e desafios dos lugares exteriores.

Ao desempenhar o papel orientador e coordenador, a Administração Pública do Território deve concretizar a ideia apresentada no 12.º Plano Quinquenal Chinês, promovendo a mudança no desenvolvimento, e na mudança procurando o desenvolvimento, impulsionando a interacção positiva entre diferentes cidades que integram a mesma região.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng, por favor.

Lee Chong Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário

Queria expressar as minhas opiniões em relação ao conteúdo das Linhas de Acção Governativa, na área dos Assuntos Sociais e Cultura.

Em primeiro lugar queria abordar a questão dos serviços médicos públicos, os quais deixam os cidadãos ficar muito insatisfeitos, pois precisam de esperar muito tempo para ter acesso às consultas externas e aos serviços médicos urgentes. Perante esta situação, os médicos e enfermeiras não podem apresentar soluções, visto que estão sujeitos às limitações das condições existentes. A estratégia adoptada pela Administração Pública para a solução deste problema tem sido, desde há muitos anos, a contratação de profissionais nas áreas específicas dos lugares exteriores, tendo-se esquecido, no entanto, de que o objectivo de contratar estes médicos era também formar profissionais locais para trabalharem nas respectivas áreas, de modo a melhorar a qualidade dos respectivos serviços médicos, dando articulação ao desenvolvimento global do Centro Hospitalar Conde de São Januário. Com efeito, actualmente a introdução, do exterior, de profissionais nas áreas específicas, tem a função exclusiva de preencher as lacunas existentes no fornecimento de serviços médicos nas áreas específicas. A importação constante dos trabalhadores necessários, tal como acontece no sector da construção civil, fez com que as entidades patronais perdessem a vontade de formar trabalhadores locais. Sendo assim, percebemos por que é que nos últimos dez anos, nunca foram organizados cursos para a formação de médicos das áreas específicas, de modo que grande quantidade de médicos de clínica geral não tiveram oportunidades para a especificação, e a par disso, no Território há grande falta de médicos locais. Com a aprovação e promulgação, há pouco tempo, da proposta de lei que visa a revisão e modificação das seis carreiras especiais da área de saúde, optimiza-se o mecanismo de formação e promoção dos médicos que trabalham na Função Pública. Espero que o Sr. Secretário possa prestar mais atenção ao referido aspecto, acelerando a formação dos trabalhadores para o domínio dos serviços médicos, nomeadamente nas áreas específicas, e melhorando a qualidade dos mesmos serviços, de modo a encurtar o tempo de espera para as consultas médicas, satisfazendo as necessidades urgentes dos cidadãos de Macau.

Em segundo lugar queria apresentar sugestões sobre a melhor combinação dos serviços médicos públicos e privados. Nas Linhas de Acção Governativa no domínio da Saúde, há referências sobre a planificação da rede de cuidados de saúde primários para assegurar a prestação dos respectivos serviços à população de Macau nos próximos dez anos. Fazem parte da rede os centros de saúde, as clínicas privadas, os centros médicos particulares e as áreas específicas dos três hospitais. De facto, estas entidades médicas têm características próprias, cuja combinação pode garantir a satisfação atempada das necessidades dos residentes. As clínicas privadas são instalações médicas penetradas nas zonas comunitárias, mais próximas da população, fornecendo muitas vantagens aos habitantes que moram perto e que sofrem de doenças vulgares e mais leves, tais como gripe, assim como de doenças crónicas no estado estável. As doenças de difícil diagnóstico e doenças graves ou urgentes, por sua vez, são tratadas nas consultas específicas dos hospitais. Trata-se, portanto, de medidas bastante positivas que podem contribuir para o bem-estar tanto dos doentes como dos trabalhadores dos serviços médicos.

A distribuição de cupão de saúde pelo Governo aos cidadãos tem como objectivo o encaminhamento de utentes dos serviços médicos

públicos para as clínicas particulares, aproveitando os serviços médicos privados para aliviar as pressões sentidas pelos centros de saúde e pelos hospitais públicos. É muito bom os habitantes começarem a ter os seus médicos de família, sendo necessário, porém, garantir a qualidade dos médicos particulares. Actualmente, verifica-se grande disparidade, em termos de qualidade, das clínicas privadas e centros médicos particulares, alguns do modelo da cadeia internacional. Segundo a legislação em vigor, os médicos particulares podem requerer a licença para exercer as respectivas actividades profissionais, desde que possuam o diploma do curso de licenciatura em medicina, não sendo necessárias experiências profissionais, nem exames de avaliação. Assim, os licenciados em medicina que não puderem ingressar nos hospitais, montam clínica privada onde exercem a profissão de médico. No entanto, a falta de experiência clínica suficiente leva à fraca qualidade de alguns destes médicos e os interesses dos utentes não são muito bem protegidos.

Nas Linhas de Acção Governativa no domínio da Saúde ainda se menciona que se prosseguirá a revisão das leis e regulamentos relativos ao licenciamento das actividades médicas privadas, no intuito de promover o desenvolvimento saudável do mercado de medicina privada, substituindo a apreciação das habilitações literárias pelo regime de avaliação, e exigindo a formação contínua aos respectivos profissionais. Concordo com a adopção destas políticas, esperando que os respectivos trabalhos possam ser realizados o mais rapidamente possível. Por outro lado, apelo para o aperfeiçoamento do regime de atribuição e renovação da licença, nomeadamente através da implementação do regime de autenticação e credenciação, de modo que os médicos privados nas áreas específicas possam exercer as respectivas actividades nas clínicas particulares, ajudando a aliviar as pressões sentidas nos hospitais. Para além disso, peço também a revisão geral do actual Programa de participação nos cuidados de saúde.

Em terceiro lugar queria partilhar com o Sr. Secretário o meu ponto de vista sobre a implementação do regime de credenciação, no qual focaliza a atenção do respectivo sector e dos cidadãos, que reivindicam a criação do Conselho de Assuntos Médicos. Muitos colegas também prestaram atenção a este assunto, esperando que a implementação, no futuro, do referido Conselho possa vir a possibilitar o funcionamento do regime de credenciação, assim como a solução de disputas entre os doentes e os médicos, nomeadamente através do elaboração e promulgação da Lei do Acidente Médico, de modo que tanto os utentes, como os fornecedores dos serviços médicos possam ser devidamente protegidos. Todavia, nas Linhas de Acção Governativa no domínio da Saúde não se podem encontrar muitas novidades sobre o mencionado Conselho, para além da seguinte frase: “Acompanhar-se-ão os estudos para a criação do Conselho para os Assuntos Médicos”, muito embora as autoridades tenham afirmado que iam ser entregues à Assembleia Legislativa a Proposta de Lei sobre a criação do mesmo Conselho no início do próximo ano. Espero que o Sr. Secretário possa prestar mais atenção a este assunto, de modo que o respectivo projecto, mencionado há muitos anos e aguardado pelos habitantes locais com ansiedade, possa ser levado a cabo segundo o que está planeado.

Composto pelos representantes das várias camadas da sociedade, o Conselho para os Assuntos Médicos não é um órgão consultivo. As suas competências, consistindo em definição de qualidades profissionais exigidas e do respectivo código deontológico, serão atribuídas pelo Governo. Espero que depois da sua criação, este Conselho possa preparar, de modo público, transparente e imparcial, um regime de credenciação adequado ao Território, recolhendo as

opiniões do respectivo sector, nomeadamente das associações dos respectivos profissionais, assim como tomando como referência as experiências dos lugares exteriores. Apelo para o abandono do egoísmo pelas associações privadas, assim como para a coordenação e comunicação dos respectivos profissionais, os quais se reúnem à volta do objectivo de construção de um regime para o bem da população e para o desenvolvimento do respectivo sector.

Em quarto lugar queria mencionar os trabalhos de legislar da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo. Sabemos que a respectiva Proposta de Lei se encontra na Assembleia Legislativa e no processo de apreciação na especialidade desde há algum tempo, constituindo o foco de discussão a opção entre a proibição geral do tabaco nos estabelecimentos de diversões, ou a criação, nos mesmos estabelecimentos, das zonas onde se proíbe fumar. Os dados estatísticos recentemente publicados demonstram que houve novos aumentos nos impostos sobrados aos casinos estabelecidos no Território. Perante esta situação, precisamos de optar pela procura de impostos provenientes dos casinos, ou pela manutenção da saúde dos empregados das empresas do jogo e dos cidadãos em geral. Considerando o grande desenvolvimento económico do Território, acho que são mais importantes os interesses públicos. Tomando como exemplo a Província de Yunnan, que é uma província chinesa que vive sobretudo da produção do tabaco, sendo a principal receita do governo os impostos dos tabacos, há muito sucesso na implementação, nesta província, da política de proibição geral do tabagismo, tendo ajustado a estrutura das indústrias, optimizado a estrutura das receitas do governo, e apoiado o desenvolvimento dos sectores não relacionados com o tabaco. Penso que este é um óptimo exemplo para a RAEM concretizar a proibição geral do tabaco, a qual corresponde à vontade da maioria dos cidadãos de Macau. Apelo para a tomada de decisão do Governo, de modo a acelerar a implementação do respectivo processo.

Em quinto lugar gostava de abordar a questão da formação de profissionais para trabalharem na área dos assuntos jurídicos, assim como do desenvolvimento da investigação científica para os estudos teóricos da legislação da RAEM, questão essa que foi mencionada por muitos colegas tanto nas reuniões para a discussão dos assuntos na área da Administração e Justiça, como nas reuniões de ontem e hoje para a discussão dos assuntos na área dos Assuntos Sociais e Cultura. Embora haja instituições de ensino superior locais que organizam cursos de licenciatura em direito e os respectivos cursos de pós-graduação, o resultado é aquém daquilo que é desejado, quer em termos da quantidade, quer no que diz respeito à qualidade. O que é mais grave é a lacuna verificada na investigação sobre a teoria do Direito, concentrada na legislação local, assim como a estagnação no desenvolvimento das disciplinas do Direito, adequadas à realidade de Macau. Como consequência disso, não se formaram nem valores nem conceitos do Direito, enraizados nas realidades do Território. Nem se verificam modificações da legislação de Macau, capazes de traduzir o desenvolvimento da sociedade. Volto a apelar para a promoção dos referidos trabalhos académicos, os quais são fundamentais para a reforma do sistema jurídico da RAEM, e para a solução do problema do atraso das leis locais em relação às realidades registadas. Sugiro a reunião dos recursos das várias instituições de ensino superior locais, para a fundação de uma faculdade ou uma universidade de política e direito, com características próprias e com autonomia, faculdade ou universidade essa que se baseia nas línguas chinesa e portuguesa, tendo como finalidade os estudos teóricos sobre a legislação local. A Secretária para a Administração e Justiça Florinda Chan reconheceu que há necessidade urgente da fundação deste tipo de instituição académica,

tendo promedito que ia apoiar e impulsionar o respectivo assunto. Compreendo que a fundação de uma universidade de política e direito em Macau representa a tomada de uma decisão muito importante. Portanto, concordo com a sugestão do Professor Doutor Lok Wai Kin, de que é preciso realizar discussões generalizadas e aprofundadas antes de tomar a respectiva decisão. Sendo assim, as autoridades devem realizar os respectivos estudos o mais rapidamente possível. Espero que o Sr. Secretário possa reforçar a comunicação e cooperação com a Secretária para a Administração e Justiça Florinda Chan, de modo a tomar a respectiva decisão o mais depressa possível.

Em último lugar queria prestar atenção ao desenvolvimento da indústria do turismo. Na palestra realizada durante a sua visita a Macau, o primeiro-ministro *Wen Jiabao* exprimiu a esperança da concretização de quatro assuntos, considerados por ele como fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Território, um dos quais é precisamente a promoção da diversificação adequada da economia de Macau, impulsionando o desenvolvimento dos sectores de turismo, de convenções e exposições. Segundo o primeiro-ministro, na fase inicial é preciso acabar primeiro com as irregularidades, verificadas na indústria do turismo da RAEM.

Ainda que as repartições públicas do Interior da China tenham realizado acções de combate a excursões para cuja participação não se exijam despesas, ou ainda se forneça dinheiro, é difícil acabar completamente com estas actividades turísticas pouco saudáveis. Devido à limitação em termos de competências, a Direcção dos Serviços de Turismo, incapaz de resolver os conflitos turísticos na sua raiz, só podem fornecer alguns apoios aos turistas que apresentam reclamações através da linha aberta durante 24 horas.

No respeitante a este problema, apresentei várias interpelações e expressei várias vezes opiniões, apelando para a atribuição de mais competências à DST, de modo que esta possa regulamentar, com mais eficácia, o funcionamento do sector turístico, fazendo diminuir as concorrências nefastas, e protegendo os interesses dos turistas. Sugiro também a publicação do nome das agências de viagens que infringem as respectivas regras, de modo a produzir o efeito preventivo, aumentando o grau de transparência da situação para o conhecimento dos consumidores.

Este ano já é o quinto ano depois de Macau requerer, com sucesso, o estatuto de cidade de património mundial, estatuto esse que contribui para a promoção do turismo do Território, assim como para a transformação da RAEM num centro mundial de turismo e lazer. Quando as autoridades pensam nos trabalhos de preservação e promoção do património mundial de Macau, espero que ponderem também a possibilidade de fornecer serviços de *one stop*, tratando dos assuntos referentes às refeições, às compras e à apreciação dos monumentos históricos e culturais, de modo que os turistas fiquem satisfeitos com a sua estadia no Território.

Parece evidente que o turismo é o elemento nuclear para a criação de um centro mundial de turismo e lazer. Há, portanto, necessidade de melhoramento da qualidade das entidades patronais e dos empregados que se dedicam às respectivas actividades comerciais. Caso contrário, por melhor que sejam os *hardwares*, não se conseguem os efeitos desejados. Há sempre colegas que mencionam a fraca qualidade dos empregados que trabalham no sector turístico, o que tem claramente a ver com a falta de formação e aconselhamento, proporcionados aos respectivos trabalhadores. Ainda que a Direcção dos Serviços de Turismo tenha organizado

bastantes cursos de formação e conseguido alguns efeitos positivos, as mesmas acções não têm continuidade nem oportunidade de aprofundamento. Queria pedir explicação ao Sr. Secretário sobre medidas que a Administração Pública tomará para o melhoramento dos serviços, prestados pelas agências de viagens e pelos guias, no que diz respeito ao conhecimento profissional, à técnica de explicação e à atitude assumida para com os turistas, de modo que estes indivíduos possam desempenhar realmente o papel de promotores do turismo do Território, mostrando o aspecto mais bonito de Macau como uma cidade turística.

Em resumo, um ambiente confortável e os serviços de alta qualidade são *hardwares* e *softwares* importantes para a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Para isso, o Governo da RAEM deve fazer a revisão das políticas de turismo, examinando os respectivos diplomas legais, assim como aperfeiçoar as competências da DST, de modo que esta possa regulamentar, com eficácia, o funcionamento das agências de viagens. Para além disso, ainda é preciso otimizar as respectivas instalações, criando um ambiente de concorrência benigna, e esforçando-se em conjunto por criar uma cidade turística de alta qualidade.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Em seguida, queria mencionar o aspecto referente ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. Nas Linhas de Acção Governativa, publicadas em Março do ano corrente, as referidas indústrias são consideradas como importantes para a diversificação adequada da economia do Território. À luz desta política, foi criada a Comissão de Indústrias Culturais e Criativas, foram anunciados planos de promoção destas indústrias, definidos objectivos a atingir a curto, médio e longo prazo, e decididos oito projectos que visariam o desenvolvimento das mesmas indústrias, tendo o Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas, vinculado ao Instituto Cultural, desencadeado uma série de trabalhos para a promoção das respectivas indústrias. Considerando o facto de que as indústrias culturais e criativas de Macau ainda se situam numa fase inicial de desenvolvimento, e que é preciso tempo para a promoção e para a entrada no respectivo mercado, sugiro que o Governo tome em consideração as experiências de sucesso dos lugares exteriores, e atribua terrenos para a construção de parques de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, de modo a fomentar o crescimento destas indústrias. É de saber que, com vista a proporcionar à população de Macau mais zonas verdes e de lazer, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais negociou com os promotores comerciais de construção civil, transformando em zonas de lazer temporárias, os estaleiros que não serão desenvolvidos dentro de curto espaço de tempo, experiência essa que pode ser imitada pelo Instituto Cultural para a construção do parque das indústrias culturais e criativas, de modo a proporcionar mais espaços para o desenvolvimento das mesmas indústrias. Não sei qual é a opinião do Governo em relação a esta sugestão.

Em 2009, os governos da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau pediram, com sucesso, a inscrição da Ópera Cantonense na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da

Humanidade da UNESCO, o que provou a possibilidade do alargamento do mercado internacional criando as próprias marcas culturais aproveitando as próprias vantagens, para além de ter demonstrado as potencialidades e vantagens da cooperação da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau no âmbito das indústrias culturais e criativas. Pelo exposto, o mesmo âmbito deve ser tomado como o ponto onde se desenvolvem projectos-pilotos para a cooperação mais estreita entre os referidos três lugares. Queria perguntar ao Sr. Secretário quais são os planos com carácter prospectivo, que visam a promoção das mesmas indústrias, decorrente da cooperação regional.

Segundo o objectivo a alcançar a curto prazo, o Governo da RAEM tem a obrigação de elaborar, dentro de cinco anos, políticas e medidas capazes de fomentar a fundação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas das indústrias culturais e criativas, de modo a formar a base das mencionadas indústrias com características próprias do Território. Com vista a atingir esta meta definida, a Administração Pública deve tomar a iniciativa de cooperação com as respectivas associações privadas, procurando a participação activa das pequenas e médias empresas no desenvolvimento das respectivas actividades comerciais.

Esta não parece uma má ideia, pois pode fornecer às pequenas e médias empresas um novo caminho de desenvolvimento, que é precisamente a dedicação às actividades comerciais ligadas às indústrias culturais e criativas. Queria perguntar ao Sr. Secretário como é que o Governo da RAEM desempenha o papel orientador, adoptando novas políticas e medidas para promover e apoiar a dedicação às referidas indústrias das pequenas e médias empresas. Sendo a indústria do jogo o grande pilar da economia de Macau, que está em pleno desenvolvimento, o sector do jogo pode ser considerado como base para a diversificação adequada da economia do Território, nomeadamente para o desenvolvimento das referidas indústrias. Não sei se as autoridades já uma vez pensaram em aproveitar as vantagens do sector do jogo para apoiar o desenvolvimento das indústrias culturais, artísticas e turísticas, de modo a concretizar o objectivo de diversificação da economia de Macau com característica do Território, aumentando a atracção de Macau para os habitantes de diferentes países e regiões do mundo. Queria pedir ao Sr. Secretário para mencionar as ideias e concepções do Governo no que diz respeito a este aspecto.

Nas Linhas de Acção Governativa no domínio da Cultura, menciona-se a realização da reforma ao respectivo sistema, como meio adoptado para a promoção das indústrias culturais e criativas, de modo a concretizar vários projectos importantes, descobrindo, protegendo e sucedendo as tradições culturais próprias do Território. A indústria do jogo começou a fundar-se em Macau no século XIX, após a Guerra do Ópio, tendo-se desenvolvido durante cento e tal anos, e assumindo-se hoje como o grande pilar da economia de Macau que favorece o desenvolvimento de outras indústrias. Sublinho que a indústria do jogo não só tem trazido grandes receitas financeiras ao Território e oferecido muitas oportunidades de emprego aos residentes da RAEM, mas também permitiu a criação, ao longo da história do seu desenvolvimento, da cultura do jogo, típica desta pequena cidade no sul da China, cultura essa que merece a protecção da RAEM, tal como se menciona nas LAG. É neste sentido que sugiro a criação de um museu do jogo.

A sugestão da criação em Macau de um museu do jogo, foi apresentada antes por mim e por outras individualidades do sector do jogo. Como se sabe, a cultura do museu é uma parte integrante de

grande importância das indústrias culturais e criativas do Território. Para além de irem aos pontos turísticos tradicionais, muitos turistas também visitam os numerosos museus da RAEM, tais como o Museu de Macau, o Museu do Grande Prémio e o Museu do Vinho, deixando-se ficar envolvidos pela atmosfera cultural, própria do Território de Macau. Tendo a indústria do jogo cento e tal anos de história de desenvolvimento em Macau, é ela uma herança cultural preciosa que deve ser protegida e divulgada, nomeadamente através da construção de um museu do jogo. Queria saber qual é a opinião do Governo relativa a esta ideia.

Para poder realizar o objectivo, definido pelo Governo Central, de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, é indispensável a protecção e preservação do Centro Histórico de Macau, que é a base e a parte nuclear do património mundial, assim como o cumprimento das promessas feitas na altura do requerimento do respectivo estatuto. Devido à constante evolução da sociedade de Macau, sem dúvida, é necessário a actualização da legislação relativa à protecção do património cultural. Nas LAG no domínio da Cultura, anuncia-se a conclusão da revisão da “Lei de salvaguarda do património cultural”, que é considerada como a base para a divulgação das respectivas mensagens, e para a sensibilização da população para a sua participação nas respectivas actividades. No futuro, as autoridades devem prestar mais atenção à cooperação com as associações privadas e com a população em geral, respeitando os seus direitos de conhecimento, de participação e de supervisão em relação aos trabalhos de preservação do património cultural, e aperfeiçoando o mecanismo de supervisão social do referido património. Queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer mais informações sobre os trabalhos realizados neste domínio.

No desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, a RAEM precisa de criar as suas próprias marcas culturais, baseando-se nos sucessos conseguidos tais como o Festival Internacional de Música e o Festival de Artes de Macau, os quais começaram a ser realizados desde há muitos anos, tendo conquistado o apoio de muitos espectadores. Na minha opinião, a arte deve traduzir a característica de uma cidade, sendo a produção cinematográfica e televisiva manifestações culturais importantes de uma cidade moderna. Apoio o desenvolvimento da referida produção artística, a qual é ainda uma lacuna por preencher nas indústrias culturais e criativas de Macau. Acho que Macau dispõe de boas condições para a realização deste tipo de produção artística, pois se trata de uma cidade de características típicas, resultantes da fusão da cultura chinesa e da cultura ocidental, tendo servido várias vezes como cena ao ar livre para a produção de filmes ou programas televisivos pelos países estrangeiros, filmes e programas esses que obtiveram a adesão dos espectadores. Não sei se as autoridades vão elaborar políticas concretas para apoiar a produção cinematográfica e televisiva pelos profissionais locais, criando fundos próprios nomeadamente para a formação dos respectivos profissionais e para a construção de instalações para a filmagem tais como os estúdios. Neste aspecto, também podemos pensar na possibilidade de cooperação e intercâmbio regionais, aproveitando as vantagens das zonas vizinhas para o desenvolvimento da produção local cinematográfica e televisiva. Espero que o Governo possa realizar mais estudos que visem a criação de marcas culturais locais. Peço ao Sr. Secretário para fornecer informações sobre os planos concretos que o Governo elaborou para o desenvolvimento deste aspecto.

Com a evolução da economia do Território e o melhoramento do nível da tecnologia, os indivíduos carenciados de baixo nível de educação e com falta de aptidão técnica, assim como os deficientes,

têm cada vez mais dificuldades em arranjar emprego. Nos últimos anos, muitos países começaram a implementar empresas sociais, as quais visam a atribuição de atenção e apoio aos deficientes, indivíduos de reinserção social e jovens marginais, de modo que estes possam encontrar emprego, integrando-se na sociedade e recuperando a confiança perante a vida. O Governo da RAEM anunciou, há tempo, o apoio atribuído ao desenvolvimento das mesmas empresas, não havendo, até agora, mais notícias sobre estas empresas, tratando-se de uma companhia privada, a actual *Macau Social Enterprise Company Limited*. O Instituto de Acção Social de Macau implementou, no início do ano corrente, o Plano de Apoio Financeiro para a Promoção do Emprego das Pessoas com Deficiência, que consiste na atribuição de apoios financeiros às instituições de serviço social sem fins lucrativos e que reúnam os requisitos estabelecidos, de modo que estas possam manter a eficácia do seu funcionamento conforme o modelo comercial, fornecendo oportunidades de emprego às pessoas com deficiência. No entanto, para além da concessão da verba para a iniciação do respectivo negócio, não se verifica a definição de mais políticas que visem a atribuição de outros apoios.

É evidente que, sem os apoios necessários atribuídos por parte do Governo, não podem sobreviver as referidas empresas sociais, as quais são empresas privadas e não têm como objectivo procurar o máximo de lucros possíveis. Nem estas empresas têm a competitividade suficiente para poder vencer nos concursos públicos organizados pela Administração Pública. Espero que o Governo possa elaborar políticas e projectos de apoio para a concretização verdadeira da ideia das empresas sociais. Como por exemplo, o Governo pode pensar em adjudicar obras pequenas às empresas sociais, de modo a proporcionar-lhes mais oportunidades de desenvolvimento, assim como mais postos de trabalho. No início deste ano, foi anunciado que iam ser atribuídas dez milhões de patacas para apoiar a implementação do projecto de empresas sociais. Queria pedir ao Sr. Secretário para mencionar a evolução dos respectivos trabalhos, os efeitos conseguidos, assim como outras políticas que visam o desenvolvimento destas empresas.

Estas são as minhas opiniões e sugestões.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Nas reuniões de ontem e hoje, muitos colegas exprimiram as suas opiniões referentes aos vários domínios da área dos Assuntos Sociais e Cultura das LAG. Também queria expressar a minha opinião sobre vários aspectos da mesma área, sendo o primeiro assunto a que queria prestar atenção, a prestação do serviço de metadona no centro de saúde da zona da Areia Preta.

As informações que recolhi sobre o efeito do tratamento, em diferentes países e regiões do mundo tais como os Estados Unidos da América, o Interior da China e Hong Kong, de toxicodependentes com metadona, mostram que o referido tratamento pode contribuir para a diminuição dos casos de tráfico de drogas, de propagação da sida, e de participação nos actos ilícitos. Espero que as autoridades

dos Serviços de Saúde possam cooperar com outros órgãos governamentais, realizando acções de divulgação das respectivas mensagens e estabelecendo vias de comunicação, de modo que a população saiba os pormenores sobre o tratamento a realizar no respectivo centro de saúde. Tenho razão para acreditar que os conflitos verificados têm também a ver com certos mal-entendidos.

A meu ver, se os respectivos serviços públicos puderem garantir a segurança pública das proximidades do referido centro de saúde, e se os indivíduos que recebam tratamento neste mesmo centro de saúde forem muito bem acompanhados pelos respectivos funcionários, penso que a população de Macau tem a obrigação de apoiá-los no processo de desintoxicação, ajudando-os a reencontrar os valores da vida.

O outro assunto que queria abordar tem a ver com a qualidade dos serviços de saúde. Lembro-me de que na legislatura do ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou uma Proposta de Lei que visava a revisão e modificação das seis carreiras especiais da área de saúde, de modo a melhorar a qualidade dos serviços de saúde. Durante o processo da apreciação na especialidade desta Proposta de Lei, recebemos muitas opiniões da população, as quais revelaram numerosos problemas no domínio da saúde, nomeadamente o problema de que actualmente em Macau não há regime de credenciação para vários tipos de profissionais que trabalham no referido domínio. Nos respectivos programas da rádio também se pode ouvir muitas vezes queixas apresentadas pelos cidadãos, os quais não estão satisfeitos com a qualidade dos serviços médicos, proporcionados no Território. Estando a qualidade destes serviços relacionados com a vida humana, é compreensível que os cidadãos estejam ansiosos por ver o seu melhoramento.

É um prazer ler nas LAG que em 2010, as autoridades elaboraram planos para a regulamentação dos assuntos em matéria da atribuição de licenças para o exercício das respectivas profissões, da realização de estágios, da organização de cursos de formação e da educação permanente. Todavia, nas LAG para o ano financeiro de 2011, não há explicações muito pormenorizadas sobre a formação do pessoal e do melhoramento da qualidade dos serviços médicos, limitando-se a falar do aperfeiçoamento dos trabalhos de gestão no hospital. Muito embora o Sr. Director tenha dado algumas explicações. Se tiver tempo, espero que o Sr. Secretário ou o Sr. Director possa fornecer informações mais pormenorizadas.

Penso que o o Sr. Secretário também concorda que o melhoramento da qualidade dos profissionais é a parte mais importante da optimização dos serviços de saúde. Nas Linhas de Acção Governativa há referências sobre a existência de problemas de envelhecimento da população e de aparecimento de novas doenças contagiosas, problemas esses que exigem o melhoramento constante dos serviços médicos. Não me parece suficiente a vigilância dos níveis profissionais apenas dos trabalhadores do hospital público e dos centros de saúde. É preciso criar o regime de credenciação para a autenticação da qualidade de vários tipos de profissionais da área da saúde, tanto dos serviços públicos, como dos serviços privados, de modo a melhorar o nível global dos serviços médicos prestados em instituições de características diferentes do Território. Queria aproveitar esta ocasião para pedir explicação ao Sr. Secretário sobre a criação do regime de credenciação e sobre o respectivo exame, assim como novidades referentes à concretização do respectivo projecto.

Nas Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, menciona-

se o projecto de realização de obras de ampliação do Edifício do Serviço de Urgência e do Edifício da Clínica da Especialidade do Centro Hospitalar Conde de São Januário, assim como da construção, dentro de cinco anos, do Hospital de Urgência nas Ilhas e da criação, dentro de dez anos, de mais cinco centros de saúde. Queria saber o seguinte: ao mesmo tempo da construção de mais *hardwares* para satisfazer as necessidades da sociedade, quais são as estratégias que as autoridades vão adoptar para arranjar profissionais suficientes para trabalharem nas referidas instalações médicas? Será realizada a reestruturação e o alargamento de quadro do pessoal? Qual é o número de novos postos que o Governo precisa de criar para poder assegurar a prestação dos respectivos serviços? Acredito que se nos próximos anos o Governo puder implementar o regime de credenciação com sucesso, poderá arranjar facilmente mais profissionais que reúnam a qualidade exigida para trabalharem nas novas instalações públicas.

Segundo informou o Sr. Director, ainda vai demorar algum tempo para a publicação da Lei que visa a criação do Conselho de Assuntos Médicos, no âmbito do qual se vai discutir a implementação do regime de credenciação de determinadas profissões na área da saúde. Estou preocupada com a demora na realização das referidas tarefas, a qual vai impedir a definição de planificações de carácter prospectivo, bem como o melhoramento da qualidade dos profissionais da respectiva área. A propósito disso, queria pedir às autoridades para explicarem quais são as medidas que vão ser tomadas para garantir o melhoramento da qualidade dos trabalhadores, antes da promulgação do respectivo diploma legal.

Queria prestar atenção igualmente ao apoio atribuído aos grupos sociais mais vulneráveis. Vou contar a história de uma criança de Hong Kong, de deficiência intelectual de grau elevado. Para cuidar desta criança que não dispõe de capacidade para tomar conta de si próprio, a mãe precisava de deixar ao lado todos os outros trabalhos, dedicando-lhe todo o tempo e toda a atenção. Estando sujeita às grandes pressões da vida, a mãe da criança já várias vezes pensou em suicidar-se. Felizmente a criança conseguiu, mais tarde, ingressar num lar para crianças deficientes. Só ao fim-de-semana e nos feriados é que voltava para casa, diminuindo, em grande medida, o trabalho da sua mãe. Grata pelos benefícios obtidos, a mãe desta criança dedicou o tempo para ajudar os deficientes, prestar serviços voluntários no centro de reabilitação do mesmo lar. Acho que devemos ter muito respeito pela referida mãe, para além de termos responsabilidade de apoiá-la, construindo lares e asilos.

Senti-me consolado ao saber que o Governo planeia construir asilos, lares e centros de reabilitação, lendo o Relatório das Linhas de Acção Governativa, porque fiquei a saber que as autoridades ouviram os apelos dos cidadãos, e procura satisfazer as suas necessidades urgentes. Gostava de obter mais informações sobre a construção das referidas instalações sociais, nomeadamente sobre o calendário do início do seu funcionamento. Atento à possibilidade de discussão ou até protesto por parte da população contra a decisão da localização dos asilos, espero que o Sr. Secretário esteja preparado, arranjando estratégias para ultrapassar as possíveis dificuldades, de modo que as referidas instalações sociais possam entrar em funcionamento como está planeado.

Há pouco contei a história de luta contra as adversidades da mãe de uma criança de deficiência intelectual de grau elevado. O facto é que há muito mais indivíduos com deficiência que estão a lutar pela sobrevivência. Como por exemplo, percorre todos os dias as ruas de Macau um idoso mudo que recolhe papelão para o revender depois

ganhando a vida. Este idoso mudo é também analfabeto, e portanto, nunca teve oportunidade de expressar-se. É de saber que não são poucos os indivíduos tão fragilizados que até não têm meios para pedir auxílio, os quais, no entanto, não deixam de ser cidadãos que merecem a atenção da sociedade. Preocupado com o grupo social vulnerável que não sabe pedir subsídios, queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as medidas tomadas pela Administração Pública para o ajudar. Espero que o Governo possa tomar iniciativa de fornecer apoios adequados aos referidos indivíduos, cooperando com as instituições de serviço social privadas.

Na vertente do ensino superior, espero que o Governo possa criar o respectivo Conselho para discutir assuntos relativos aos cursos universitários, assim como à distribuição dos recursos pelas instituições de ensino superior. Actualmente, existe em Macau apenas o Conselho de Educação para o Ensino Não Superior, composto pelos representantes das escolas primárias e secundárias e das grandes associações privadas, responsável pela discussão dos assuntos no âmbito de educação básica e de educação permanente. Queria perguntar se a Administração Pública vai pensar em criar o Conselho de Educação para o Ensino Superior que contará com a participação dos representantes das instituições de ensino superior de Macau, os quais definem em conjunto o rumo de desenvolvimento do ensino superior da RAEM.

Na actualidade, cada uma das instituições de ensino superior realiza o seu próprio exame de admissão. E os alunos que queiram concorrer para mais do que uma instituição têm que fazer vários exames. O Sr. Secretário e as respectivas autoridades mencionaram, há tempo, a possibilidade de criação de um exame comum para o efeito de admissão de estudantes universitários, tendo manifestado a sua opinião em relação a este tema várias instituições académicas locais. Queria saber se o Governo vai criar o respectivo grupo de trabalho ou conselho para tratar deste assunto, se há um cadernário definido para tomar a decisão sobre o referido exame, e quanto tempo é necessário para os trabalhos preparativos para a realização desta ideia.

O Governo da RAEM criou, em 2005, a Comissão de Acompanhamento para o Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Superior, com as competências de definir a qualidade e nível académico do ensino superior de Macau, assim como de determinar o seu rumo de desenvolvimento no futuro. Passados mais de seis anos após a criação da respectiva Comissão, não se conseguiu, até hoje, implementar o regime de avaliação do ensino superior, apesar de os peritos já terem iniciado os respectivos estudos. Queria saber em que fase é que se encontram os trabalhos de revisão e modificação da Lei do ensino superior, quando é que estes trabalhos se vão concluir e quando é que a respectiva lei vai ser publicada.

Por fim, queria abordar também a questão do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, sobre as quais muitos colegas exprimiram as suas opiniões, tendo sugerido várias localidades para a instalação das respectivas empresas ou associações. A propósito disso, queria apresentar as minhas sugestões.

Ciente da grande atenção e esforço prestados pelas autoridades para o impulsionamento das indústrias culturais e criativas, assisti a várias exposições e apreciei bastantes produtos bem desenhados e cheios de criatividade. Todavia, devido à pequena dimensão do mercado de Macau, é limitado o número de clientes que têm oportunidade de conhecer estes produtos. Sendo assim, não se pode detectar a verdadeira reacção do mercado com os respectivos

produtos. Sugiro que aprendamos com as experiências das cidades vizinhas, criando na rede lojas, em que se vendem produtos das marcas locais, de modo a alargar o mercado de produtos culturais e criativos, apresentando-os aos numerosos clientes potenciais do Interior da China. Talvez ainda seja cedo falar agora da venda de produtos culturais e criativos. Apresento esta experiência da cidade vizinha apenas para a referência das autoridades. Não sei se o Governo tem projectos promenorizados para a promoção das referidas indústrias. Peço ao Sr. Secretário para fornecer mais informações referentes a este aspecto.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Tong Io Cheng, por favor.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

No início da legislatura do ano corrente, houve jornalistas que me perguntaram qual era o meu plano de trabalho para todo o ano. Respondi-lhes que continuaria os trabalhos do ano passado que não levei a cabo, e prestaria mais atenção a apoiar os grupos sociais mais vulneráveis. Com efeito, neste território economicamente desenvolvido, a maioria dos residentes tem emprego, sendo uma constante o aperfeiçoamento dos benefícios sociais. No entanto, tal como indicaram o Sr. Deputado Chan Meng Kam, o Sr. deputado Lau Veng Seng e a Sra. Deputada Chan Mei Yi, há grupos de indivíduos que, por causa de doença ou por outras razões, se encontram numa situação economicamente carenciada. O Sr. deputado Lau Veng Seng contou histórias dos cidadãos deficientes. Há muito mais histórias destas que temos conhecimento através da televisão ou dos amigos, e muitas vezes ficamos comovidos, deitando lágrimas. Em seguida vou apresentar a minha opinião e sugestão em relação à protecção da camada social fragilizada. Penso que não constitui um problema a repetição deste tipo de opinião. Antes pelo contrário, é bom deixar o Sr. Secretário saber que há muitos deputados que prestam atenção à questão da atribuição de apoio aos indivíduos economicamente desfavorecidos.

Na minha opinião, para proteger a camada da base, não é suficiente atribuir-lhe benefícios apenas a nível da legislação, uma vez que, limitados pelas condições de trabalho ou de saúde, ou por uma questão de dignidade, os respectivos indivíduos não têm possibilidade, capacidade ou vontade de reclamar os seus direitos, nomeadamente junto dos tribunais. Sendo assim, o Governo, as associações privadas e as instituições de benevolência, os quais são a esperança destes indivíduos, têm a responsabilidade de promover o exercício dos respectivos direitos pelos grupos sociais fragilizados. A nível internacional, está em constante crescimento a atenção atribuída aos deficientes, sendo algumas experiências úteis para Macau, em termos de legislação, de políticas ou de medidas adoptadas. Em Outubro fui a Pequim participar numa conferência na área do Direito, tendo encontrado ali vários professores universitários americanos e europeus internacionalmente famosos, os quais foram a Pequim participar noutra conferência com o tema de aplicação na China Continental da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Olhando para o território de Macau, no círculo de Direito não existem académicos que se dediquem exclusivamente aos estudos sobre a protecção dos referidos indivíduos. Se o Governo da RAEM quiser, posso ajudar a

estabelecer a ligação com os mencionados professores universitários, os quais estarão muito interessados em divulgar, em outros lugares do mundo, as suas ideias sobre a protecção das pessoas com deficiência. Esta é a primeira sugestão que queria apresentar junto do Sr. Secretário.

O segundo aspecto que queria abordar tem a ver com o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, às quais muitos colegas prestaram atenção. Num território tão pequeno como Macau, acho que não há grande possibilidade de desenvolver indústrias que exijam grande quantidade de mão-de-obra. Para concretizar o objectivo de diversificação adequada da economia de Macau, em que a indústria do jogo é a principal fonte das receitas, talvez seja mais provável a implementação das indústrias culturais e criativas, as quais podem proporcionar aos jovens locais mais oportunidades de desenvolvimento.

Claro que podemos desenvolver discussões sobre a natureza das indústrias culturais e criativas, de modo a procurar esclarecer o respectivo conceito. No entanto, mesmo que só tenhamos um conceito vago sobre estas indústrias, que acredito que temos, podemos desenvolvê-las na mesma, tal como fazem muitos países e regiões do mundo. Para a promoção destas indústrias, é indispensável o apoio do Governo, criando o respectivo sistema, procedendo à construção das infra-estruturas e planeando a sua gestão, investindo com capital. É preciso fundar a base jurídica e material, estimulando o consumo de produtos culturais, e abrindo vias para a entrada no mercado dos respectivos produtos. As instituições de ensino superior, por sua vez, precisam de contribuir, em termos tecnológicos, para a industrialização das actividades culturais que não são novidade para o Território, o que foi mencionado há pouco pelo Sr. Secretário.

Não pretendendo apresentar aqui ideias novas sobre o desenvolvimento das mencionadas indústrias, estou simplesmente a manifestar a minha posição de apoio relativamente à sua implementação, de modo que o Governo perceba que em Macau há muitos cidadãos que querem ajudar a proporcionar mais saídas aos jovens que não se querem dedicar à indústria do jogo, e que sem o seu apoio, é difícil ter sucesso nesta iniciativa.

Em terceiro lugar, queria prestar atenção à questão da recolha de medicamentos ou dos demais materiais médicos, receitados pelos médicos dos centros de saúde ou do CHCSJ, questão essa que foi mencionada por muitos cidadãos e deputados. Queria saber se existe, em Macau, mecanismo de recolha e separação destes materiais. Talvez este assunto seja tratado pelo IACM, portanto, queria perguntar se há uma entidade transdepartamental responsável pelo respectivo trabalho. É de saber que estes medicamentos podem poluir o ambiente, voltando a entrar no nosso corpo.

Sendo um profissional da área do Direito, queria exprimir a minha opinião referente à formação dos profissionais para trabalharem na mesma área, para a qual muitos colegas prestaram atenção.

Já me pronunciei mais do que uma vez sobre este assunto, nomeadamente numa conferência em que apresentei a respectiva comunicação com cem mil palavras. Claro que aqui não tenho possibilidade de abordar a referida questão com a mesma profundidade. Vou ser conciso na minha análise. Sendo um pequeno território com apenas quinhentos mil habitantes, não é fácil, para Macau, dispor de uma legislação própria que tem quase a mesma cobertura que uma legislação para cem milhões de habitantes. Com a

luta e o esforço prestado pelo círculo do Direito e pela sociedade de Macau durante vinte e tal anos, foi criado também um modelo para a formação de profissionais jurídicos para trabalharem em Macau, ainda que haja espaço para o melhoramento.

A formação de profissionais jurídicos de qualquer país ou região no mundo que possua a sua própria legislação, tem que respeitar as características desta legislação e das realidades em que ela é aplicada. Podemos aprender as experiências dos lugares exteriores, as quais, porém, não têm que ser adequadas às nossas necessidades. No caso da RAEM, é fundamental assegurar a formação dos indivíduos para trabalharem nos respectivos serviços. Caso contrário, não temos meios para garantir a continuidade do modo de vida, assim como a manutenção e o desenvolvimento do actual sistema jurídico. O que está em causa não é apenas a questão do ensino de Direito, mas também é, a questão da sucessão de toda a base imaterial da sociedade. Realço que não podemos adquirir estes profissionais noutros países ou cidades, pois as nossas experiências são únicas no mundo. Espero que o Sr. Secretário possa prestar uma maior atenção a este assunto, procurando estratégias para o melhoramento dos respectivos trabalhos.

Estas são opiniões e sugestões que queria expressar.

Presidente: Sr. Deputado Vong Hin Fai, por favor.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e as demais autoridades presentes

Caros colegas

Vou expressar as minhas opiniões sobre dois assuntos, pedindo a resposta do Sr. Secretário.

Há duas semanas, quando veio à Assembleia Legislativa responder às perguntas dos deputados, o Chefe do Executivo mencionou a tentativa do Governo de proceder aos respectivos estudos, de modo a atribuir definição à classe média. Espero que este gesto represente o início da protecção da classe média, e que se definam, nas LAG para os próximos anos, políticas ou medidas para a mesma finalidade. Como se pode observar nas LAG para o ano de 2011, há bastantes medidas adoptadas que visam o melhoramento constante da qualidade da vida da população e sobretudo o apoio dos grupos sociais mais vulneráveis, tais como a continuação da atribuição do subsídio de habitação aos agregados familiares que estejam na lista de espera da habitação pública, da atribuição de subsídios aos empregados que trabalhem em regime de tempo inteiro e com baixo rendimento, assim como da atribuição do subsídio para aquisição de material escolar. Queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as políticas, medidas e planos existentes na área dos Assuntos Sociais e Cultura que permitem a partilha, pela classe média, do fruto do desenvolvimento económico da sociedade de Macau.

O segundo assunto que queria mencionar tem a ver com a formação dos profissionais na área jurídica, mencionada pelo Sr. Deputado Chui e pelo Sr. Deputado Tong. O facto é que na reunião destinada à discussão dos assuntos da área da Administração e Justiça, exprimi algumas opiniões pessoais sobre o mesmo assunto, as quais tiveram repercussões na sociedade, nomeadamente reacção da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, o que é natural. Sendo eu advogado, trabalhei como docente da Faculdade de Direito

da UM, da qual fui aluno durante o período entre 1988 e 1993. Depois de licenciar-me em 1993, ano em que a UM formou o primeiro grupo de licenciados em Direito, comecei a leccionar na mesma Faculdade até 2007 como docente a tempo inteiro ou a tempo parcial. Em 1996, quando a UM criou o curso de licenciatura em direito na língua chinesa, fui emcarregado de desempenhar o cargo de director do curso.

No *Press Release* publicado anteontem num jornal sobre a Faculdade de Direito da UM, há dados estatísticos que revelam que noventa e tal por cento de juízes, delegados de procurador e advogados foram formados pela Faculdade em Direito da Universidade de Macau, ou foram alunos do Curso de Introdução ao Direito de Macau, ministrado pela mesma faculdade. Segundo informa o mesmo *Press Release*, todos os anos a Faculdade de Direito da UM forma sessenta e tal licenciados em Direito, e portanto, nos onze anos passados, a contar a partir da transferência da soberania de Macau, foram formados cerca de mil licenciados em Direito. Assim, parece que o que eu disse há vários dias não corresponde à realidade, nem havendo razão para a preocupação dos deputados e da sociedade com a falta de profissionais conhecedores da legislação de Macau.

Há pouco o Sr. Deputado Tong manifestou a grande preocupação com o surgimento, no futuro, de problemas relacionados com o sistema jurídico e com o desenvolvimento da legislação da RAEM. Queria apontar para a existência, no momento actual, do problema de insuficiência de profissionais para trabalharem no círculo judicial (nos tribunais e no Ministério Público) e no reino dos advogados, o que foi anunciado em todas as cerimónias de abertura do Ano Judicial. Este é um facto. Não podemos mencionar só parte da verdade, tomando-a como toda a realidade existente. Embora fosse formado pela Universidade de Macau, tenho que revelar toda a verdade ao público de uma forma justa e objectiva.

Antes do retorno de Macau à Pátria, a Faculdade de Direito desempenhou um papel muito importante na formação de profissionais na área de direito. Porém, ela não é a única instituição que realiza este trabalho. Licenciei-me em direito pela Faculdade de Direito da UM em 1993, ano em que a UM formou o primeiro grupo de licenciados em direito, que eram dezasseis na sua totalidade. Entre estes licenciados, apenas seis são bilingues (macaenses ou chineses), tendo sido o curso de licenciatura em direito na língua chinesa criado em 1996. Durante o período compreendido entre 1993 e 1999, ou seja, os sete anos imediatamente antes do retorno à Pátria, a Faculdade de Direito da UM formou anualmente dez, em média, bilingues licenciados em direito, tendo sido menos de setenta a totalidade destes profissionais formados pela UM antes da transferência da soberania de Macau. A situação foi que todos estes licenciados bilingues foram absorvidos pelos órgãos governamentais tais como tribunais e Ministério Público, ou ingressaram em outros serviços públicos onde trabalhavam como assessores jurídicos, para não falar daqueles que escolheram exercer a profissão de advocacia, como no meu caso. Desde a criação do curso de licenciatura em direito na língua chinesa em 1996, a maior parte dos chineses passaram a tirar a licenciatura em direito frequentando o curso na língua chinesa, que dura apenas quatro anos. Assim, nos onze anos a contar de 2000 até à actualidade, todos os anos o referido curso forma sessenta licenciados (trinta do curso diurno e outros trinta do curso nocturno)

Tal como mencionei na última intervenção, a Associação Promotora da Instrução. Pós-Secundária de Macau também

contribuiu muito, desde 1987, para a formação de profissionais na área de direito, o que é um facto inegável. Não sou membro desta Associação, nem tenho nenhuma relação com esta entidade. Estou simplesmente a revelar o facto para o conhecimento do público.

A mencionada Associação elaborou dois projectos que visam o envio de residentes de Macau para Portugal, onde frequentam o curso de licenciatura, tendo-se iniciado o primeiro projecto em 1987. Neste projecto, foram enviados cerca de sessenta indivíduos de Macau a Portugal para a frequência dos cursos de licenciatura em direito, em economia ou em outras áreas específicas. Estes indivíduos acabaram o respectivo curso antes do retorno de Macau à Pátria, e começaram a trabalhar nos diferentes serviços governamentais, tendo sido o juiz o Dr. Chu Kin formado neste projecto, o que é um facto.

Chamo a atenção para o facto de que foi em 2004, se não estou enganado, que a Associação Promotora da Instrução Pós-Secundária de Macau iniciou o segundo projecto, concentrando, desta vez, a atenção na formação de licenciados em direito. Durante sete anos seguidos, a referida Associação enviou todos os anos um grupo de cerca de quinze a vinte indivíduos de Macau para Portugal, onde frequentavam o curso de licenciatura em direito. Antes do início do respectivo curso, estes indivíduos precisam de frequentar um curso intensivo de língua portuguesa. Portanto, é necessário à volta de seis anos para concluir o curso de licenciatura em direito, realizado em Portugal.

Se funcionassem bem, os cursos de licenciatura em direito, ministrados pela Faculdade de Direito da UM, por que é que a mencionada Associação precisava de planear o segundo projecto, enviando os residentes locais a Portugal, onde tiravam o curso universitário na mesma área? Se os cursos de Macau funcionassem realmente bem, por que é que os estudantes locais escolheram ir estudar para um país longínquo da sua casa durante um espaço de tempo tão longo? Se todos os anos a Faculdade de Direito da UM forma sessenta licenciados em direito, a referida Associação forma anualmente vinte, que não é um número pequeno, de maneira nenhuma.

Se as respectivas notícias forem verdades, o segundo projecto concluirá no próximo ano. E a entidade organizadora vai decidir se há necessidade de implementar o terceiro projecto. Pela minha parte, espero que não vá haver o terceiro projecto, que representaria o fracasso dos trabalhos de formação, realizados na RAEM, de profissionais na área de direito. É da nossa expectativa que a RAEM tenha capacidade de formar os respectivos profissionais de que Macau muito necessita.

Para finalizar a minha intervenção, vou evocar as palavras que o Presidente do Tribunal de Última Instância Sam Hou Fai proferiu em Outubro deste ano, na cerimónia de abertura do Ano Judicial. Na conclusão que fez para a sua intervenção, o Dr. Sam Hou Fai informou que a partir do ano corrente, vão voltar anualmente para Macau de Portugal, cerca de quinze a vinte licenciados bilingues em direito, os quais vão ajudar a acelerar, juntamente com os profissionais formados pelas instituições de ensino superior da RAEM, o ritmo dos trabalhos judiciais, se nos próximos anos pudermos realizar adequadamente trabalhos de formação nomeadamente de estágio.

Não podemos aprender com os avestruzes, escondendo a cabeça na areia ao sinal de perigo. Devemos antes observar os factos, que

em termos da formação jurídica, são a necessidade de licenciados em direito que dominem bem as duas línguas oficiais do Território, sentida sobretudo pelos órgãos judiciais. Realço que há também bilingues de entre os licenciados formados pelos cursos de licenciatura em direito na língua chinesa, organizados pelas universidades locais. A questão é a necessidade da reforma dos respectivos cursos, de modo que possam formar profissionais que vão ao encontro das necessidades verificadas na realidade. Caso contrário, vai haver mais residentes de Macau que vão tirar o curso de direito a Portugal no terceiro projecto elaborado pela Associação Promotora da Instrução Pós-Secundária de Macau, situação essa que espero que não aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Bom, Já sete deputados se pronunciaram. Queria pedir ao Sr. Secretário e aos seus colaboradores para darem a respectiva resposta de uma forma concisa. Senão o tempo pode ser insuficiente.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Está bem, obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pelas opiniões e perguntas dos Srs. Deputados.

Limitado pelo espaço e tempo, vou seguir a sugestão do Sr. Presidente, respondendo às perguntas de uma forma simples, fornecendo as respectivas informações em poucos minutos.

Em resposta da pergunta do Sr. Deputado Vong Hin Fai, que pediu informações sobre os apoios fornecidos pelo Governo à classe média, aponto para o gozo dos benefícios atribuídos pelo Governo todos os anos aos cidadãos da RAEM, tais como o Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico, a distribuição de cupões de saúde, o subsídio para o pagamento da despesa de electricidade, a redução e isenção do imposto de selo nas transacções de imóveis, e o subsídio para aquisição de material escolar. No próximo ano, vai ser implementado um novo projecto de formação permanente, do qual a classe média pode ficar beneficiada, melhorando a qualidade pessoal e procurando a promoção na carreira profissional.

O Sr. Deputado Lau Veng Seng pediu informações sobre o calendário e a forma de utilização relativos às instalações sociais de reabilitação, as quais enviaremos ao mesmo deputado um pouco mais tarde.

A Administração Pública não tem, para já, planos concretos para a criação do exame comum para a ingressão em instituições de ensino superior, exame esse que é diferente do exame unificado para os finalistas do ensino secundário. A razão para esta decisão é fácil de ser compreendida: fornecer mais oportunidades aos concorrentes que podem assistir a vários exames num ano, diminuindo assim a pressão psicológica dos candidatos que querem prosseguir os seus estudos no ensino superior.

A Sra. Deputada Leong On Kei fez muitas perguntas e apresentou bastantes sugestões, uma das quais é a criação do museu do jogo, de modo a proporcionar um novo ponto de atracção para promover o desenvolvimento do sector turístico de Macau. Para já, o Governo não vai tomar a iniciativa de criar um museu com o referido tema. Se as entidades privadas tiverem o respectivo projecto, a Administração Pública vai pensar em fornecer apoios, impulsionando a criação de mais um ponto turístico. Não sei se pensam utilizar o Casino Flutuante para montar o referido museu.

A Sra. Deputada Chan Mei Yi pediu à Academia do Cidadão Senior do Instituto Politécnico de Macau para fornecer mais vagas aos residentes idosos da RAEM, assim como pediu a organização de outros tipos de cursos para o benefício da população da terceira idade. Se o Sr. Presidente permitir, primeiro vou pedir ao vice-reitor da Universidade de Macau e ao Sr. Presidente do Instituto de Acção Social, Iong Kong Io, para responderem às perguntas apresentadas pelos Srs. Deputados. E depois vou fornecer informações sobre as políticas e benefícios fornecidos aos cidadãos seniores, assim como algumas ideias sobre o aperfeiçoamento dos *hardwares* e *softwares* do domínio da Saúde. Se ainda sobrar tempo, vou pedir ao Sr. Director dos Serviços de Saúde para fornecer mais informações sobre o domínio da saúde.

Presidente: O Sr. vice-reitor fala primeiro, não é?

Vice-reitor da Universidade de Macau, Lai Iat Long: Sim, sim.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Secretário.

Srs. Deputados

Primeiro vou fornecer informações sobre a formação de profissionais para trabalharem na área do direito, à qual muitos deputados prestaram atenção. Muito embora o Sr. Secretário tenha pedido para dar explicações concisas, penso que preciso de algum tempo para poder analisar bem a referida questão.

Sou o vice-reitor da UM responsável pelos assuntos administrativos, portanto, posso não ter um conhecimento tão profundo sobre o referido problema como tem o Sr. Deputado Vong Hin Fai. Ainda assim, vou procurar responder às perguntas dos Srs. Deputados de uma forma sistemática e honesta, aproveitando esta oportunidade para desenvolver uma análise, perante os Srs. Deputados e os cidadãos de Macau, dos problemas existentes na formação dos respectivos profissionais.

Como reacção à crítica do Sr. Deputado Vong Hin Fai, primeiro esclareço que o fornecimento de dados pela UM no respectivo *Press Release*, não representa um gesto de esquivas da nossa responsabilidade, nem de esconder as nossas dificuldades. O que pretendemos é mostrar o resultado dos esforços prestados pelos nossos colegas de terem formado profissionais que estão a assegurar o funcionamento dos diversos serviços governamentais ou a trabalhar nos gabinetes de advogados. Cientes da nossa responsabilidade de formar pessoas talentosas para satisfazer as necessidades da sociedade, apercebemo-nos da existência do espaço de melhoramento bastante grande. Estamos a analisar constantemente as razões que levaram aos resultados não satisfatórios na formação de profissionais na área do direito, elaborando estratégias para o melhoramento. Vou anunciar seguidamente três problemas detectados.

O primeiro problema tem a ver com a falta de professores para leccionar nos respectivos cursos. É indubitável que uma equipa de docentes de alta qualidade é a condição indispensável para a formação de alunos que satisfaçam as exigências do mercado de trabalho. Devido às características únicas do sistema jurídico da RAEM, não é fácil encontrar docentes adequados. Ainda que se possa contratar especialistas de Portugal, existe sempre o problema da língua.

O segundo problema está relacionado com as dificuldades com que nos deparamos em recrutar estudantes bilingues. Com efeito, é quase impossível aprender, num curso de quatro ou cinco anos, uma língua estrangeira muito distante da língua materna dos alunos, para além de adquirir todos os conhecimentos necessários na área do direito, tendo sido muito raros os casos de excepção.

O terceiro problema é precisamente a dificuldade que sentimos em definir o tipo de profissionais que pretendemos formar: artesões de direito ou grandes mestres que tenham capacidade de investigação e inovação? Às vezes não é fácil encontrar o ponto de equilíbrio entre os dois objectivos. O conhecimento da língua portuguesa é outra faceta em que se concentra a discussão. Há umas personalidades da sociedade que acham que é indispensável um licenciado em direito de língua materna chinesa dominar bem a língua portuguesa, enquanto outras individualidades dizem que já se passaram dez anos após o retorno de Macau à Pátria, e que os residentes chineses, licenciados em direito e que não saibam bem a língua portuguesa, também podem prestar os respectivos serviços.

É sobretudo no terceiro problema que se focalizam a maior atenção e discussão, quer de natureza académica, quer provenientes das opiniões da população. Temos ouvido as opiniões dos cidadãos e dos Srs. Deputados, e procedemos constantemente à modificação na procura do melhoramento. Como por exemplo, nos últimos dois ou três anos, fizemos ajustamentos aos cursos existentes, tendo passado a ser mais exigentes para com o nível linguístico em português dos estudantes do curso de licenciatura em direito da língua chinesa, para além de termos introduzido mais conteúdos referentes à prática nos tribunais. Apesar disso, estamos conscientes de que ainda existe espaço de melhoramento.

Tendo em consideração a dificuldade existente em recrutar estudantes com bons níveis das línguas chinesa e portuguesa, e tendo verificado o fraco efeito conseguido com a implementação das estratégias adoptadas, neste momento, está a ser desenvolvida discussão no Senado da Universidade de Macau, para a aprovação de três projectos que visam a criação de novos cursos para a formação dos referidos profissionais: no primeiro projecto, procede-se ao reforço do ensino da língua portuguesa na fase inicial do curso, o que implica o prolongamento da duração do respectivo curso; no segundo projecto, reforça-se o ensino da língua portuguesa na fase posterior do curso, criando um curso em que se integram um curso de licenciatura e um curso de mestrado, reforçando o ensino de português a partir do quarto ano, indo os estudantes estudar para Portugal; no terceiro projecto, cria-se um curso em que se integram dois cursos de licenciatura, arranjando estudantes universitários chineses que tenham bom nível de português (como por exemplo, os estudantes universitários do curso de tradução português/chinês ou do curso de licenciatura em língua portuguesa), aos quais se fornece uma formação jurídica durante três anos, de modo que possam adquirir duas licenciaturas no fim do curso. Nestas últimas duas hipóteses, a duração do curso ultrapassará de certeza cinco anos. Não sabemos se haverá estudantes que queiram dispensar tanto tempo para fazer um curso. Provavelmente é preciso tomar algumas medidas para atrair a sua participação.

Há alguns dias, num jornal de Macau houve referências sobre o número de docentes locais que estão a leccionar na Faculdade de Direito da UM, afirmando que os nove docentes actuais são os únicos formados pela mesma faculdade durante toda a história do seu funcionamento. Esta afirmação é apenas meio verdade. De facto, neste momento, dentre os trinta e oito docentes da Faculdade de

Direito, apenas nove são residentes locais formados pela nossa faculdade. Não se podem esquecer de que para além destes nove docentes, perdemos outros sete professores locais, formados pela UM ao longo da sua história. Estes sete professores estão agora a desempenhar a função de juiz, de delegado de procurador, estão a frequentar o curso de formação de juizes, ou estão a trabalhar como advogados. É uma questão que merece a nossa ponderação manter os respectivos docentes no seu posto de trabalho. Penso que a remuneração e o prestígio social são factores que podem influenciar a sua decisão. Vários Srs. Deputados, nomeadamente o Sr. Deputado Vong Hin Fai, mencionam a necessidade de fornecer-lhes um bom ambiente. Estamos a prestar atenção a este problema, não podendo negar que invariáveis que não podemos controlar.

Sendo uma instituição de ensino superior, a UM exige que os seus alunos tenham capacidade de realizar investigação científica, exigência essa que também é apresentada aos nossos professores, o que é claro. Devido ao atraso no desenvolvimento na UM dos cursos universitários em direito, são muito raros os professores com capacidade de fazer investigação, ou seja, com título de doutoramento ou título superior, tal como é o Sr. Deputado Tong Io Cheng. O mesmo deputado abandonou a profissão de advogado para dedicar-se à educação, tendo conseguido o título de doutoramento. Estes académicos são preciosos para nós e não aparecem sempre. Portanto, antes de conseguirmos reunir docentes locais suficientes, temos de contratar, dos lugares exteriores, professores universitários com conhecimento do sistema continental, os quais farão aprendizagem do sistema jurídico da RAEM, de modo que se possam aproximar das necessidades dos alunos.

Estamos a elaborar estratégias para ultrapassar as dificuldades encontradas nos mencionados três aspectos, de modo que possamos melhor cumprir as nossas responsabilidades, formando pessoas talentosas, necessárias para a sociedade.

Em relação à sugestão apresentada por alguns deputados, sobre a reunião de recursos de várias instituições de ensino superior, e a criação de uma universidade de política e Direito, cujas línguas veiculares de ensino sejam o chinês e o português, penso que é preciso ponderar esta questão com cuidado, uma vez que os mencionados problemas existem objectivamente, independentemente das entidades responsáveis pela organização dos respectivos cursos. Reitero que para a resolução dos respectivos problemas é preciso grande inteligência, para além do tempo suficiente para conseguir os efeitos desejados.

Estas são as minhas explicações sobre os trabalhos na área do Direito. Em relação às perguntas sobre o funcionamento da Universidade, não sei...

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Sr. Presidente:

Queria pedir primeiro ao Sr. Presidente Substituto do Instituto de Acção Social para responder às perguntas.

Presidente: Sr. Presidente Iong Kong Io, por favor.

Presidente Substituto do Instituto de Acção Social, Iong Kong Io: Obrigado, Sr. Secretário. Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Queria fornecer sobretudo explicações sobre a escolha do centro de saúde da zona da Areia Preta como ponto em que se presta o serviço de metadona. No início do ano corrente, pensámos em criar dois pontos de serviço de metadona para facilitar a vida dos utentes, os quais precisam de tomar metadona todos os dias, mesmo com o tufão de número oito. Um destes pontos situava-se na Rua de Sanches de Miranda, e o outro no Edifício Macau, no Bairro Tamagnini Barbosa.

A divulgação da respectiva novidade causou grande preocupação aos cidadãos, os quais expressaram muitas opiniões nomeadamente através das associações privadas. Nos seis meses passados, deslocámo-nos várias vezes às zonas comunitárias onde explicámos, junto dos residentes, como funciona o serviço de metadona. Durante este processo, descobrimos que há outro lugar mais adequado para o fornecimento do mesmo serviço, que é precisamente os centros de saúde, considerados pela região vizinha e pelos países desenvolvidos como sítios ideais para a prestação do referido serviço.

Realmente achamos que o centro de saúde é um lugar óptimo onde se distribui metadona aos indivíduos necessitados, os quais vão lá tal como outros doentes que precisam de medicamentos. Ainda assim, percebemos a preocupação dos residentes, os quais devem estar a fazer a associação do ponto de distribuição de metadona com o centro de desintoxicação tradicional onde ficam detidos os toxicodependentes que podem ter comportamentos irracionais quando sofrem com a falta de drogas. Para esclarecer o mal-entendido dos habitantes, vamos reforçar as acções de explicação e educação, de modo que a população perceba que os indivíduos que vão tomar metadona ao respectivo centro de saúde não vão constituir uma ameaça contra a segurança da mesma zona comunitária.

Acreditamos que não vai causar problemas de segurança a ida dos necessitados ao centro de saúde para tomar metadona, pois os respectivos indivíduos vão lá por vontade própria, não ficando lá durante muito tempo. A única coisa que eles fazem no centro é fazer um registo muito simples e tomar um copo de líquido parecido com sumo de laranja, não ultrapassando três minutos todo o processo. Depois eles saem do centro e voltam para a vida normal, descansando ou trabalhando. Sendo assim, estes indivíduos não vão exercer grande influência na vida dos residentes que moram perto. Para aliviar a preocupação dos habitantes, no início da prestação do respectivo serviço, vamos atender apenas uma pequena quantidade de utentes que moram nos edifícios perto do centro. Com vista a manter o contacto mínimo entre os respectivos utentes com os estudantes e residentes, o horário do serviço de metadona será entre as nove horas da manhã e o meio-dia. Vamos acelerar o ritmo do trabalho, demorando apenas um minuto o processo de distribuição de metadona, nas situações normais. Portanto, não vai haver reunião, no referido centro de saúde, dos respectivos utentes, os quais serão aconselhados a sair do centro imediatamente depois de tomar metadona.

No referido centro de saúde vamos criar uma entrada e saída próprias para a utilização exclusiva dos utentes do serviço de metadona, com guardas a manter a ordem. Também comunicámos com o Corpo de Polícia de Segurança Pública, pedindo para mandar agentes a fazer patrulha nas proximidades do centro, sobretudo no início da prestação do respectivo serviço. Procuraremos igualmente criar o respectivo mecanismo, de modo que quando for necessário, possamos pedir a intervenção dos polícias com muita rapidez.

Esperamos que os residentes possam ficar menos preocupados

com as medidas acima referidas. Apelamos para o fornecimento, aos utentes do serviço de metadona, de uma oportunidade e um ambiente seguro, situado na zona comunitária em que residem, onde recebam o respectivo tratamento.

Estas são informações que queria fornecer.

Presidente: Sr. Secretário, por favor.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Obrigado, Sr. Presidente.

Por causa da limitação do tempo, vou dar uma resposta simples à pergunta do Sr. Deputado Tsui Wai Kwan sobre os benefícios atribuídos aos cidadãos seniores, fornecendo algumas informações para o conhecimento dos Srs. Deputados.

Segundo as Linhas de Acção Governativa, no próximo ano a população da terceira idade gozará dos seguintes benefícios sociais: serão transferidas para a sua conta individual do Regime de Poupança Central seis mil patacas, as quais podem ser levantadas imediatamente caso o cidadão tenha sessenta e cinco anos de idade ou superior – houve cidadãos que me disseram que estavam muito contentes com esta medida que traduzia o respeito da sociedade pelas pessoas idosas, as quais puderam gozar logo das dez mil patacas da verba transferida, no ano passado, para a activação da conta individual.

Para os cidadãos que só tenham, no próximo ano, a conta individual criada, para a qual também serão transferidas dez mil patacas como montante de activação da conta, para além da transferência de seis mil patacas que é a verba transferida para a conta de todos os cidadãos que reúnam as condições exigidas. O referido montante, ou seja, as dezasseis mil patacas, podem ser levantadas pelos cidadãos que tenham a idade de, ou superior a sessenta e cinco anos. Para além disso, ainda serão atribuídas quatro mil patacas aos residentes permanentes da RAEM no âmbito do Plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico.

No próximo ano continuar-se-á a atribuir o subsídio para idosos, o qual é de cinco mil patacas por ano. Portanto, a população idosa da RAEM vai receber quinze mil patacas no ano de 2011, para não falar dos subsídios gerais atribuídos aos indivíduos ou agregados familiares economicamente vulneráveis e dos subsídios especiais e ainda subsídios especiais para a manutenção de vida, atribuídos aos três tipos de famílias fragilizadas de acordo com a situação concreta da inflação.

Os cidadãos seniores podem gozar ainda do subsídio para o pagamento de despesa de electricidade, da isenção das primeiras três mil e quinhentas patacas para a contribuição predial, assim como do subsídio de mil e quinhentas patacas para aquisição de material escolar, se os seus familiares reunirem os requisitos estabelecidos. Estas são informações que forneço para responder à pergunta do Sr. Deputado Tsui Wai Kwan e para o conhecimento dos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, por causa da questão do tempo, queria pedir ao Sr. Director Lei Chin Ion para fornecer informações da área da saúde, à qual muitos deputados prestaram atenção. Depois disso, vou dar mais explicações, se ainda sobrar tempo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Director, por favor.

Director dos Serviços de Saúde, Lei Chin Ion: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados

Vários Srs. Deputados prestaram atenção à Lei do acidente médico e aos medicamentos receitados pelos médicos dos Serviços de Saúde, aqui vou fornecer as respectivas informações.

Primeiro queria esclarecer o caso mencionado ontem pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam, ao qual o tribunal atribuiu já a respectiva sentença. Segundo a respectiva sentença, a situação do referido doente não é causada pelas falhas do pessoal de saúde. Os serviços de Saúde respeitam a sentença atribuída pelo tribunal, tendo prestado, juntamente com o IAS e ao referido indivíduo, apoios relativos aos cuidados médicos e à vida.

A Lei do acidente médico tem sido preparada desde há vários anos. Os respectivos trabalhos estão sempre em curso, tendo sido realizada grande quantidade de trabalhos, tais como a consulta pública em grande escala, a recolha e a análise da opinião do respectivo sector e dos cidadãos em geral, assim como a recolha das informações referentes às experiências dos países e regiões do mundo em matéria de legislação sobre o acidente médico. Foi elaborado o princípio legislativo de indemnização das negligências sem responsabilidade, o qual recolheu grande protesto do respectivo sector e da sociedade, tendo sido finalmente abandonado. Agora está-se a elaborar a respectiva Lei segundo o princípio legislativo de indemnização das negligências com responsabilidade.

Antes da promulgação de uma Lei, própria para a regulamentação do referido assunto, queria chamar a atenção para a existência de outros diplomas legais no âmbito do direito civil ou direito penal, que visam a protecção dos utentes dos serviços médicos. Devemos acreditar nos tribunais, que vão atribuir sentenças justas e imparciais.

Sem dúvida, como uma lei do direito positivo, integrada no sistema jurídico civil da RAEM, a Lei do acidente médico contera considerações pormenorizadas sobre a resolução dos conflitos surgidos na área da saúde, o que não quer dizer que antes da sua publicação, não haja em Macau diplomas legais segundo os quais se resolvem os mesmos conflitos. Vamos-nos esforçar por elaborar a mencionada Lei com prudência tomando como referência as experiências dos países estrangeiros.

Em relação à questão dos medicamentos, abordada há pouco pelo Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, vou evocar o elogio, atribuído pelo primeiro-ministro *Wen Jiabao*, dos serviços de prestação aos utentes da informação sobre os remédios receitados. Segundo o primeiro-ministro, no Interior da China, não são prestados serviços da mesma qualidade, uma vez que os hospitais da China Continental precisam de vender remédios caros para manter as receitas, tendo o antigo regime de assistência médica causado grande desperdício de medicamentos. No caso de Macau, os serviços médicos públicos têm prestado grande atenção ao respectivo aspecto, tendo adoptado algumas medidas para evitar o desperdício de medicamentos. É verdade que no tratamento de cidadãos com doença crónica, se costuma receitar remédios para vários meses para tomarem antes de terem a próxima consulta (normalmente com um intervalo de três meses). Durante o espaço de tempo entre as duas consultas, porém, os respectivos doentes são regularmente vigiados nos centros de

saúde, como por exemplo, através da medição de tensão arterial e do exame de açúcar na urina, sendo proporcionadas vias especiais para o tratamento de casos com necessidades.

Tanto nos centros de saúde, como no hospital, os médicos não costumam receitar grande quantidade de remédios na primeira consulta. Quando a saúde do doente está na fase estável, o médico receita mais medicamentos para ele tomar durante o período em que aguarda a próxima consulta, sendo o remédio receitado de cada vez na consulta. Costumamos também fornecer aos utentes informações sobre os remédios receitados, tais como a maneira segundo a qual se tomam e se guardam os medicamentos receitados, assim como a atenção que o doente precisa de ter em relação ao prazo de validade do remédio. Colaboramos ainda com os farmacêuticos das lojas privadas e com os cuidadores das associações privadas, de modo a garantir a segurança na utilização do remédio.

No que diz respeito à recolha do remédio de que o doente já não precisa, estamos a fazer estudos sobre o modo de tratamento dos remédios abandonados pelos cidadãos. É de saber os medicamentos recolhidos não podem ser reaproveitados, uma vez que não temos a garantia de que estes medicamentos foram guardados segundo os requisitos estabelecidos. A recolha destes medicamentos tem como objectivo a protecção do ambiente e a diminuição do risco do doente que não deve guardar muitos medicamentos em casa.

Quanto à aquisição dos remédios receitados pelos médicos dos Serviços da Urgência, definimos, há vários anos, a regra de que são fornecidos pelo hospital cento e quarenta medicamentos para o uso urgente durante a noite, de modo a facilitar a vida dos doentes. Exigimos, por outro lado, que as farmácias privadas que assinaram contrato com a SS tenham no seu armazém a quantidade suficiente de medicamentos, indicados no contrato. Caso contrário, ser-lhes-ão atribuídas penas agravadas.

No respeitante aos medicamentos...

Obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Secretário, por favor.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Sr. Presidente.

Desculpem, queria fornecer mais informações sobre os benefícios atribuídos aos cidadãos seniores, os quais são bastantes.

O Governo da RAEM decidiu a atribuição da isenção, no próximo ano, do pagamento dos primeiros três meses de rendas pelos cidadãos que alugam as habitações sociais, incluindo os cidadãos seniores. Haverá seis mil agregados familiares que ficarão beneficiados com esta medida.

Queria também fornecer a informação de que se está a realizar uma avaliação da vontade dos cidadãos sobre a realização do exame comum para a ingressão nas instituições de ensino superior. Se se registar desejo por parte da população, da organização do exame comum, realizar-se-ão consultas públicas em grande escala, de modo a decidir se vamos implementar o respectivo mecanismo.

Sr. Presidente, ainda há três minutos, não sei se posso continuar a falar?

Presidente: Por favor.

Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Cheong U: Queria fornecer mais informações sobre a área da saúde. Vou ser conciso para que a sessão se possa concluir à hora prevista.

Tal como se menciona nas LAG no domínio da Saúde, realizar-se-á uma série de obras de construção civil para o aperfeiçoamento dos *hardwares* na área da saúde, nomeadamente o alargamento do Edifício do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário, a construção do Edifício da Clínica da Especialidade do mesmo Centro Hospitalar, do Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane, e do Hospital de Reabilitação em Ká-Ho. Vai-se proceder à planificação da rede de cuidados de saúde primários, a qual é composta por onze centros de saúde, sendo iniciadas, no futuro próximo, as obras de construção do novo Centro de Saúde de São Lourenço e do Posto de Saúde de Coloane. Para além disso, concretizar-se-á o projecto da construção do Hospital de Urgência nas Ilhas. Vai-se prolongar igualmente o horário de funcionamento dos centros de saúde existentes, procurando prestar à população serviços melhores, tanto em termos da quantidade, como em termos da qualidade, ouvindo a opinião dos Srs. Deputados e dos cidadãos.

Os Serviços de Saúde vão acelerar, de acordo com as necessidades registadas, os trabalhos relacionados com o recrutamento dos médicos, melhorando, em fases diferentes, a proporção entre as

enfermeiras e os residentes. Efectuar-se-á também formação profissional junto do pessoal de saúde, de modo a proporcionar aos cidadãos serviços médicos mais abrangentes e de melhor qualidade.

Estas são informações complementares sobre o melhoramento dos *hardwares* e *softwares* no domínio da saúde.

As nossas apresentações e explicações podem não corresponder às expectativas dos Srs. Deputados. Peço-lhes compreensão e desculpa. Vamos fornecer mais informações e fazer mais esclarecimentos de acordo com as necessidades. São sempre bem-vindas as vossas opiniões, as quais podem ajudar a melhorar os nossos trabalhos.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Presidente: Concluimos aqui a discussão sobre as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011, na área dos Assuntos Sociais e Cultura.

Agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Secretário e dos seus colaboradores.

Declaro encerrada a sessão.

Intérpretes-tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

